

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

NATHANA GARCEZ PORTUGAL

A Economia Política Internacional da Energia no Mar Cáspio: uma análise do campo energético local frente às dinâmicas de cooperação e competição entre atores regionais e potências globais (1992-2022)

São Paulo – SP

2025

NATHANA GARCEZ PORTUGAL

A Economia Política Internacional da Energia no Mar Cáspio: uma análise do campo energético local frente às dinâmicas de cooperação e competição entre atores regionais e potências globais (1992-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Economia Política Internacional”.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

São Paulo – SP

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Portugal, Nathana Garcez.
P853 A economia política internacional da energia no Mar Cáspio :
uma análise do campo energético local frente às dinâmicas de
cooperação e competição entre atores regionais e potências globais
(1992-2022) / Nathana Garcez Portugal. – São Paulo, 2025.
253 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Marcos Cordeiro Pires.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2025.

1. Cáspio, Mar, região – Recursos energéticos. 2. Cáspio, Mar,
região – Relações econômicas exteriores. 3. Energia – Cáspio, Mar,
região – Aspectos políticos. I. Título.

CDD 333.7909475

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa interpreta o desenvolvimento da Economia Política Internacional da Energia para a região do Mar Cáspio entre 1992 e 2022 a partir das dinâmicas de competição e cooperação entre entidades privadas, atores regionais e potências globais. Analisa-se ainda como as interações de Estados Unidos, Rússia e China impactam no setor energético regional.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research examines the development of the International Political Economy of Energy in the Caspian Sea region between 1992 and 2022, based on the dynamics of competition and cooperation among private entities, regional actors, and global powers. Furthermore, it analyzes how the interactions of the United States, Russia, and China impact the regional energy sector.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La presente investigación interpreta el desarrollo de la Economía Política Internacional de la Energía en la región del Mar Caspio entre 1992 y 2022, a partir de las dinámicas de competencia y cooperación entre entidades privadas, actores regionales y potencias globales. Asimismo, se analiza cómo las interacciones de Estados Unidos, Rusia y China impactan en el sector energético regional.

NATHANA GARCEZ PORTUGAL

A Economia Política Internacional da Energia no Mar Cáspio: uma análise do campo energético local frente às dinâmicas de cooperação e competição entre atores regionais e potências globais (1992-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Economia Política Internacional”.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a Neusa Maria Pereira Bojikian (Universidade Estadual de Campinas)

Prof. Dr. Maurício Médici Metri (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

Prof. Dr. Matheus Oliveira Pereira (Fundação Armando Alvares Penteado)

São Paulo, 27 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Essa tese não é um mero produto do trabalho solitário desta autora que vos fala. Desde o início da pesquisa, recebi apoio moral e intelectual de diversas pessoas que, com razão, merecem ter seu papel reconhecido.

Primeiramente gostaria de agradecer a toda a equipe de profissionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP). Além dos valiosos ensinamentos, é preciso reforçar que sem o esforço dos professores e o apoio da equipe da secretaria, em especial a Giovana, teria sido impossível concluir os meus estudos durante a pandemia.

Ao meu orientador, Marcos Cordeiro Pires, meu agradecimento particular. Seu apoio às minhas atividades durante o doutorado foi determinante para a minha jornada de aprendizado e expansão de horizontes. Foi seu incentivo que me levou à Portugal, em um período de estágio doutoral que transformou a minha vida. Por fim, ainda destaco a solicitude, gentileza e confiança sempre presentes em nosso relacionamento como fundamentais para a minha trajetória acadêmica.

Ainda gostaria de agradecer em particular aos outros orientadores que existiram em minha trajetória acadêmica. Prof. Dr. João Luís Fernandes, da Universidade de Coimbra, obrigada pela recepção calorosa, pelo respeito sempre devotado a mim e pelas diversas oportunidades de integração com a academia internacional. Prof. Dr. José Luís Fiori e Prof. Dr. Alexander Zhebit, obrigada pelo impacto indelével na minha carreira.

Também ao grupo CST, agora CD-CSTG, meu muito obrigada pela confiança na minha pesquisa e pelas oportunidades que me foram dadas.

Aproveito também para fazer um agradecimento especial para meus companheiros da Turma de 2021 do PPGRI. Heitor, Jorge, Carol e João, vocês também enfrentaram o processo

do doutorado e sempre estiveram comigo. Obrigada pelo apoio e que possamos repetir a parceria como doutores futuramente!

Existe também um lugar especial no meu coração para todos aqueles amigos, dos mais variados espaços, que impactaram profundamente a minha vida com suas presenças. Aos companheiros do futebol de sábado, aos amigos de Coimbra, às meninas do Brittana, ao meu TOP12 sagrado do CEFET, ao Furdunço da UFRJ, à Jorna, Ana Carolina Lacerda, Ju Monteiro, Pam, Bruna, Baldanza, Danielle, Luana, Luma, Carol Leal, Carol Bizo, Vinicius, Natan, Felipe, Diana, Thaiane, Laís, Ana Caroline meu muito obrigada. Vocês sempre foram me deram forças, me apoiaram e foram fonte de sorrisos e relaxamento e sou muito grata por isso.

Também agradeço aqueles amigos que puderam me apoiar e ajudar durante a jornada acadêmica e da vida. Gustavo e Pedro, se eu sou a profissional que sou hoje, devo muito a vocês.

Aos meus sogros, Moézio e Rosângela, muito obrigada. Antes de vocês eu nunca tinha tido a experiência de conhecer oficialmente meus sogros e a forma acolhedora e gentil com que me receberam deixou uma marca eterna em meu coração. Sou profundamente grata por isso.

À Rebeca, meu amor, tudo o que houver nessa vida. Te conhecer transformou definitivamente a minha vida e se hoje sonho, você está sempre lá. Carinhosa, gentil, determinada, inteligente, forte, parceira, amiga, íntegra. Com você uma vida inteira parece pouco, muito pouco. Te amo.

Por fim, mas nunca menos importante, agradeço à minha família, em especial à minha mãe, pai e avó. Nos últimos anos a maturidade tem me ajudado a valorizar ainda mais vocês. Obrigada por estarem comigo, amo vocês.

RESUMO

A dissolução da União Soviética reconfigurou o cenário político-econômico do Mar Cáspio, marcando o surgimento de novos Estados litorâneos e acirrando disputas pelo controle de suas vastas reservas de hidrocarbonetos. No entanto, a ausência de um consenso sobre o status jurídico do mar criou obstáculos para a exploração desses recursos e restringiu a expansão do seu setor energético. Tal indefinição jurídica perdurou quase três décadas, até que Azerbaijão, Rússia, Irã, Cazaquistão e Turcomenistão firmaram, em 2018, a Convenção sobre o Estatuto Legal do Mar Cáspio, um importante passo em direção à definição de fronteiras marítimas e regras para a exploração e partilha dos recursos da região. Diante desse cenário, esta pesquisa analisa quais fatores impulsionaram essa inflexão na política do Mar Cáspio e suas implicações para os cenários energéticos regional e global. A principal hipótese desta pesquisa é a de que a desintegração da União Soviética criou um novo campo de disputas regionais e hegemônicas na região do Mar Cáspio, onde o controle de recursos energéticos esteve no centro das atuações estratégicas de Rússia, China e Estados Unidos com os países cáspios. No entanto, em que pese o contexto de competição, o período pós-soviético também foi marcado por iniciativas de cooperação multilateral e integração regional entre os atores regionais, globais e não governamentais, demonstrando que a dinâmica político-econômica no Cáspio não se limitou a uma lógica exclusivamente conflitiva. Dessa forma, a partir da lente da Economia Política Internacional da Energia, a pesquisa utiliza-se da sociologia histórica para analisar o campo energético no Mar Cáspio entre 1992 e 2022, com foco nas dinâmicas de competição e cooperação entre atores estatais, empresas privadas e potências globais. Além disso, também serão investigadas as repercussões da assinatura da convenção para o setor energético regional.

Palavras-chave: Mar Cáspio; Economia Política Internacional; energia.

ABSTRACT

The dissolution of the Soviet Union reshaped the political and economic landscape of the Caspian Sea, marking the emergence of new littoral states and intensifying disputes over control of its vast hydrocarbon reserves. However, the absence of consensus on the sea's legal status created obstacles for the exploitation of these resources and restricted the expansion of its energy sector. This legal uncertainty lasted for nearly three decades until Azerbaijan, Russia, Iran, Kazakhstan, and Turkmenistan signed, in 2018, the Convention on the Legal Status of the Caspian Sea – an important step toward defining maritime boundaries and establishing rules for the exploitation and sharing of the region's resources. This research analyzes the factors that drove this inflection in Caspian Sea politics and its implications for regional and global energy scenarios. The main hypothesis of this research is that the disintegration of the Soviet Union created a new field of regional and hegemonic disputes in the Caspian region, where control over energy resources became central to the strategic actions of Russia, China, and the United States with the Caspian states. Nonetheless, despite this competitive context, the post-Soviet period was also marked by multilateral cooperation initiatives and regional integration among regional, global, and non-governmental actors, showing that the political and economic dynamics in the Caspian were not limited to an exclusively conflictual logic. Thus, from the perspective of the International Political Economy of Energy, this research draws on historical sociology to analyze the energy field in the Caspian Sea from 1992 to 2022, focusing on the dynamics of competition and cooperation among state actors, private companies, and global powers. In addition, the research will investigate the repercussions of the convention's signing for the regional energy sector.

Keywords: Caspian Sea; International Political Economy; energy.

RESUMEN

La disolución de la Unión Soviética reconfiguró el escenario político y económico del Mar Caspio, marcando el surgimiento de nuevos Estados ribereños e intensificando las disputas por el control de sus vastas reservas de hidrocarburos. No obstante, la falta de consenso sobre el estatus jurídico del mar creó obstáculos para la explotación de estos recursos y restringió la expansión de su sector energético. Esta indefinición jurídica perduró durante casi tres décadas, hasta que Azerbaiyán, Rusia, Irán, Kazajistán y Turkmenistán firmaron, en 2018, la Convención sobre el Estatuto Jurídico del Mar Caspio, un paso importante hacia la definición de fronteras marítimas y normas para la explotación y distribución de los recursos de la región. En este contexto, esta investigación analiza qué factores impulsaron esta inflexión en la política del Mar Caspio y sus implicaciones para los escenarios energéticos regionales y globales. La principal hipótesis de esta investigación es que la desintegración de la Unión Soviética creó un nuevo campo de disputas regionales y hegemónicas en la región del Mar Caspio, en el que el control de los recursos energéticos estuvo en el centro de las actuaciones estratégicas de Rusia, China y Estados Unidos con los países caspios. Sin embargo, a pesar del contexto de competencia, el período postsoviético también estuvo marcado por iniciativas de cooperación multilateral e integración regional entre actores regionales, globales y no gubernamentales, lo que demuestra que la dinámica político-económica en el Caspio no se limitó a una lógica exclusivamente conflictiva. De este modo, desde el enfoque de la Economía Política Internacional de la Energía, la investigación recurre a la sociología histórica para analizar el campo energético del Mar Caspio entre 1992 y 2022, con énfasis en las dinámicas de competencia y cooperación entre actores estatales, empresas privadas y potencias globales. Además, se investigarán las repercusiones de la firma de la convención para el sector energético regional.

Palabras clave: Mar Cáspio; Economía Política Internacional; energía.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 —	Superando a resistência nacional	70
Mapa 2 —	Petróleo, o alvo do Eixo (1942)	77
Mapa 3 —	A guerra na Europa e no norte da África (1942-1943)	79
Mapa 4 —	Campos de Petróleo e Gás, Áreas Prospectivas, Eixos Estruturais e Instalações Petrolíferas da União Soviética em 1951.....	81
Mapa 5 —	Campos de Petróleo e Gás, Áreas Prospectivas, Eixos Estruturais e Instalações Petrolíferas do Turcomenistão em 1951.....	81
Mapa 6 —	Campos de Petróleo e Gás, Áreas Prospectivas, Eixos Estruturais e Instalações Petrolíferas das regiões de Baku, Daguestão e do Cazaquistão em 1951.....	82
Mapa 7 —	Espaço territorial do Irã.....	84
Mapa 8 —	Reservas de petróleo no Irã (1950)	85
Mapa 9 —	Maiores concessões de petróleo no Oriente Médio em 1951.....	87
Mapa 10 —	Irã: áreas favoráveis a produção de petróleo e gás natural (1951)	91
Mapa 11 —	Recursos de petróleo do Irã (1956)	91
Mapa 12 —	Mapa do sistema de gasodutos soviético no início dos anos 1960.....	100
Mapa 13 —	Divisão do Mar Cáspio de acordo com a proposta russa.....	133
Mapa 14 —	Rotas dos oleodutos e gasodutos azerbaijanos.....	142
Mapa 15 —	Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC)	145
Figura 1 —	Megacampo de Kashagan.....	149
Mapa 16 —	A estratégia de exportação energética do Cazaquistão e seus dutos.....	150
Mapa 17 —	O gasoduto Korpedzhe-KordKui.....	155
Mapa 18 —	Gasodutos na Bacia do Mar Cáspio.....	157
Mapa 19 —	Southern Gas Corridor.....	170
Mapa 20 —	O Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota Marítima da Seda do Século XXI.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reservas exploráveis de petróleo e gás natural no Mar Cáspio.....	138
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG	Azeri-Chirag-Gunashli
AIOC	Anglo-Iranian Operating Company
AIOC	Azerbaijan International Oil Company
BCM	Bilhões de metros cúbicos
BRI	Belt and Road Initiative
BTC	Baku-Tbilisi-Ceyhan
BTE	Baku-Tbilisi-Erzurum
CAOP	Central Asia Oil Pipeline
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CIA	Central Intelligence Agency
CNPC	China National Petroleum Corporation
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPC	Caspian Pipeline Consortium
EIA	U.S. Energy Information Administration
ENI	Ente Nazionale Idrocarburi
EUA	Estados Unidos da América
IEA	International Energy Agency
FMF	Foreign Military Financing
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPAP	Individual Partnership Action Plan
ITLOS	Tribunal Internacional do Direito do Mar
KGB	Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti
NCOC	North Caspian Operating Company
NCSPSA	North Caspian Sea Production Sharing Agreement
NED	National Endowment for Democracy
NEP	National Energy Policy
NSRI	New Silk Road Initiative
SCP	South Caucasus Pipeline
OKIOC	Offshore Kazakhstan International Operating Company N.V

ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PKK	Parti Karkerani Kurdistan
NEPDG	National Energy Policy Development Group
TANAP	Trans-Anatolian Natural Gas Pipeline
TAPI	Turkmenistan–Afghanistan–Pakistan–India Pipeline
TEN-E	Trans-European Networks for Energy
TM ³	Trilhões de metros cúbicos
TPAO	Saparmyrat Nyýazow que foi
TAP	Trans-Adriatic Pipeline
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	QUESTÕES TEÓRICAS QUANTO AO PAPEL DA ENERGIA NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	25
2.1	A Economia Política Internacional como propulsora de novos paradigmas para o campo energético.....	26
2.2	Energia e Território.....	40
2.2.1	Notas teóricas sobre espaço, território e territorialidade.....	40
2.2.2	Notas teóricas sobre a matéria, recursos e tecnicidade.....	49
2.3	O papel dos recursos energéticos no Sistema Internacional.....	52
3	A ENERGIA E O MAR CÁSPIO: DA CRIAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA ATÉ A CRIAÇÃO DAS NOVAS REPÚBLICAS DO CÁSPIO.....	62
3.1	A Primeira Guerra Mundial e as disputas energéticas na Bacia do Mar Cáspio.....	62
3.2	A Segunda Guerra Mundial e as consequências para o setor energético na região do Cáspio.....	69
3.3	O Pós-Guerra: a reestruturação do setor petrolífero soviético e a Crise Iraniana de 1951.....	79
3.4	O Irã, o Cáspio iraniano e a Guerra Fria.....	88
3.5	A União Soviética, o Cáspio soviético e a Guerra Fria.....	98
3.6	A Dissolução da União das Republicas Socialistas Soviéticas.....	108
3.7	A Reconfiguração Geopolítica da região do Cáspio.....	112
4	O PERÍODO PÓS-SOVIÉTICO: O EMERGIR DE NOVAS FORÇAS REGIONAIS E A CORRIDA PELO CÁSPIO.....	117
4.1	Aspectos históricos e jurídicos sobre status legal do Mar Cáspio.....	117
4.2	Os primeiros anos pós-soviéticos: dos interesses conflitantes, impasses jurídicos e rivalidades regionais até o primeiro acordo para o Cáspio (1992-1999)	125
4.3	A diplomacia dos tubos ou a corrida pelo Cáspio.....	137
5	AS ESTRATÉGICAS DAS GRANDES POTÊNCIAS E OS IMPACTOS REGIONAIS NO SÉCULO XXI (2000-2022)	159
5.1	A reorganização russa e sua “reinserção” no Cáspio.....	159

5.2	Os Estados Unidos e o reposicionamento ocidental no Cáspio.....	172
5.3	A China como um novo ator no Cáspio e a Belt and Road Initiative.....	184
5.4	A Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio.....	193
5.4.1	O cenário das negociações para a Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio entre 2000 e 2013.....	194
5.4.2	O efeito Crimeia no setor energético cáspio.....	198
5.5	A Convenção Legal para o Status do Mar Cáspio e suas implicações para o campo energético regional (2018-2022)	206
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
	REFERÊNCIAS.....	224

1 INTRODUÇÃO

Desde o começo do século XX, as reservas de combustíveis fósseis, como petróleo e gás natural, são consideradas temas de alta relevância, influenciando decisões estratégicas nacionais, a atuação do setor privado e as dinâmicas sociais em escala global. Apesar dos avanços recentes em energias renováveis e do atual processo de transição energética, os combustíveis fósseis continuam a desempenhar um papel central no conceito de segurança energética dos países (BP, 2023). Essa segurança é não apenas essencial para as forças militares das grandes potências mundiais, que utilizam esses recursos para manter e assegurar posições estratégicas no Sistema Internacional, mas também para o funcionamento de economias nacionais e globais.

Além de sua relevância geopolítica, o petróleo e o gás natural são pilares fundamentais para as economias globais, alimentando indústrias, transportes e fornecendo a base para uma ampla gama de produtos derivados. Nesse contexto, essas fontes permanecem como as mais importantes matrizes energéticas do mundo. Essa centralidade econômica e estratégica não é uma característica recente. A ascensão do petróleo como principal fonte da matriz energética global foi impulsionada por decisões políticas tomadas pelas grandes potências envolvidas na Primeira Guerra Mundial, que reconheceram sua importância para fins militares e para o desenvolvimento econômico (Yergin, 1993). Como evento catalisador para o processo de transição energética do carvão para o petróleo, a guerra foi fundamental para a transformação do tabuleiro geoestratégico mundial (Garcez, 2020). No período pós-conflito, iniciaram-se as primeiras disputas entre Estados pelo controle e acesso seguro e economicamente viável às reservas de petróleo (Yergin, 1993). Um dos espaços geográficos objetos desses novos interesses geopolíticos e geoeconômicos relacionados à energia foi o Mar Cáspio.

Localizado entre o Cáucaso do Sul e a Ásia Central, o Mar Cáspio é o maior corpo de água fechado do mundo. Sua posição estratégica, entre a Europa e a Ásia, fez dele um ponto de encontro entre impérios e civilizações, além de um eixo central para rotas comerciais e intercâmbios culturais durante vários séculos. Essa característica, por vezes, também o tornou suscetível a pressões expansionistas de forças imperiais e outras unidades político-territoriais ao longo do tempo. No século XVIII, por exemplo, o espaço cáspio foi um dos palcos das disputas entre o Império Russo e o Império Britânico pelo controle da Ásia Central que ficaram conhecidas como o Grande Jogo (Monié, 2012, p.201). Dessa forma, o mar Cáspio foi produzido enquanto um espaço que detém um caráter histórico e geopolítico de extrema

relevância, tanto nos sistemas pré-internacionais quanto no sistema internacional contemporâneo.

Além de seu papel histórico como ponto de encontro de civilizações e potências, o Mar Cáspio se revelou, ao longo do século XX, uma região importante por outros fatores econômicos, políticos e ambientais. O mar é central para a produção mundial de caviar e é inegável a relevância de sua biodiversidade. No entanto, foram suas reservas de hidrocarbonetos, especificamente de petróleo e gás natural, os elementos que transformaram profundamente sua dinâmica política e econômica a partir do século XIX.

Entre o início da produção de petróleo na região, durante a metade do século XIX, e a Segunda Guerra Mundial, a região do Mar Cáspio se tornou um dos mais importantes centros da fonte do mundo. Sua relevância histórica e geopolítica foi reforçada, o que – dentre outros fatores – tornou o espaço cáspio um teatro das duas Guerras Mundiais (Garcez, 2020; Yergin, 1990). Foi, aliás, no período entre guerras, que grande parte da região sofreu um processo de sovietação, onde foi quase inteiramente anexada à União Soviética, à exceção da Pérsia - atual Irã. Nesse momento, houve a definição das fronteiras regionais e, no caso das águas cáspias, o Mar Cáspio teve suas fronteiras formalmente definidas pelos acordos de 1921 e 1940¹ (Bayramov, 2022). A partir deles, definiu-se que apenas a União Soviética e Pérsia/ Irã deteriam acesso ao litoral no mar, tornando-se assim os responsáveis pela regulamentação das atividades exploratórias, comerciais e da navegação nas águas cáspias. Por décadas tais acordos foram as diretrizes oficiais de todas as operações no Cáspio.

Para o campo energético cáspio, os tratados concederam à União Soviética a administração de quase a totalidade das reservas de hidrocarbonetos nesses territórios, incluindo o Mar Cáspio, tornando-as inacessíveis ao Ocidente (Moreira, 2018, p.252). A porção restante, na região da Pérsia/Irã, foi alvo de intensas disputas políticas que desencadearam uma série de processos históricos para o Estado persa/iraniano. Somente com a Revolução Islâmica de 1979, o país viria a nacionalizar e assumir o controle de suas reservas e da produção de petróleo.

Em dezembro de 1991, a dissolução da União Soviética (URSS) impactou diretamente a conjuntura regional. Do fenômeno emergiram quinze novos países, dos quais quatro – Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão – passaram a compartilhar o litoral nas águas cáspias com o Irã. Sem o controle do antigo Estado soviético, criou-se uma oportunidade para que os

¹ O Tratado de Amizade entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a Pérsia (que passaria a se chamar oficialmente Irã apenas na década seguinte) foi assinado em 26 de fevereiro de 1921. Por sua vez, o Tratado Soviético-Iraniano de Comércio e Navegação foi assinado em março de 1940.

novos estados pudessem (1) construir suas organizações políticas e econômicas, definir suas fronteiras, formular sua política externa e determinar seus idiomas oficiais (Bayramov, 2022), e (2) estabelecer relações políticas, econômicas, militares e diplomáticas profícuas com potências globais e regionais. Em relação ao campo energético, a desintegração da URSS foi percebida por alguns como a possibilidade de abertura de um novo Eldorado (Moreira, 2018), até então fechado para atores e investidores estrangeiros.

Em um primeiro momento o otimismo tomou conta das negociações internacionais. Autorizações de exploração foram assinadas, consórcios internacionais criados e diversos foram os projetos para a construção de uma rede de transportes energéticos na região do mar Cáspio. No entanto, o que se viu nas décadas seguintes foi uma subexploração dos recursos cáspios. Isto porque o desmantelamento do Estado soviético e o nascimento dos novos Estados fronteiriços ao Mar Cáspio colocaram em xeque tanto os tratados de 1921 e 1940 quanto a balança de poder regional. O impasse criado entorno do status jurídico do Mar Cáspio teve um impacto sensível no desenvolvimento regional. A propriedade dos recursos energéticos, de infraestrutura e a definição de rotas para o transporte energético da região ficaram sob status de indefinição legal, o que causou disputas que se arrastaram por quase três décadas, limitando o potencial de crescimento do setor energético no mar Cáspio.

Esse impasse durou até agosto de 2018, quando os cinco países do Cáspio assinaram e se comprometeram com um acordo diplomático que ficou conhecido como a “Convenção sobre o Estatuto Legal do Mar Cáspio”. Ela abriu as portas para a um processo de diálogo sobre a definição de um status jurídico especial para as águas do maior corpo de água fechado do mundo (Lopes, 2012).

Na época, a Convenção foi representada pela mídia como um marco significativo na política internacional relacionada ao Mar Cáspio. Ainda que as questões não tivessem sido completamente definidas, o acordo internacional foi considerado o primeiro passo concreto que os países às margens das águas cáspias deram em direção à regulamentação das alternativas de exploração das reservas da região. Em seu texto, ela expandiu os direitos de exploração, a partilha dos recursos e criou uma regulação do tráfego marítimo e militar nas águas do Mar Cáspio, permitindo assim uma certa aceleração do desenvolvimento do setor produtivo extrativista regional. Diante disso, e compreendendo a dimensão de tal acordo que envolveu todos os cinco países que tem litoral nestas águas, a pergunta principal que norteia a presente pesquisa é: “Por que houve essa inflexão na política para o Mar Cáspio nos últimos anos?”. Dessa pergunta, nasce outra, essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Ela é: quais foram as implicações a nível global e regional dessa inflexão na política para o Mar Cáspio?

Hipóteses

No início dos anos 1990, a região do Mar Cáspio se encontrava em um contexto que agrupava os ingredientes necessários para a formação de tensões que durariam décadas. A desintegração da URSS, o surgimento de novos Estados, as disputas por fronteiras e as rivalidades históricas criaram ali uma zona de instabilidade político-econômica e social. Foi em meio a essa conjuntura que se intensificaram as disputas geopolíticas, geoestratégicas e geoeconômicas na região. Porém, paralelamente a isso, também emergiram processos de cooperação, nos quais os Estados litorâneos buscaram mecanismos diplomáticos e acordos para gerenciar os desafios regionais, regular o uso dos recursos naturais e estabelecer marcos jurídicos para a exploração do Mar Cáspio.

Ao passo em que esse cenário se estabelecia, as reservas de hidrocarbonetos cáspias se tornaram objeto de desejo internacional. Elas estimularam estratégias de inserção de potências globais na região e, durante as décadas seguintes, essa área seria alvo de intensas disputas e negociações no campo da energia. Potências globais como Estados Unidos, China e Rússia atuaram estrategicamente na região, influenciando políticas, projetos de exploração e escoamento de recursos energéticos nas últimas décadas. Essas questões evidenciam uma disputa histórica que envolve potências e empresas petrolíferas que têm interesses na região do Mar Cáspio. Muitos pesquisadores denominaram essas dinâmicas de Novo Grande Jogo² em referência ao “Grande Jogo”, expressão criada por Arthur Conolly, no século XVIII, para descrever as disputas entre o Império Russo e Império Britânico na Ásia Central (Fromkin, 1980; Hopkirk, 1994; Yergin, 2014; Weaver; Poole, 1933).

Em consideração a esses aspectos, a pesquisa parte da premissa de que a dissolução da União Soviética criou um novo campo de disputas regionais e hegemônicas na Ásia Central, especificamente na região do Mar Cáspio. Dessa forma, a principal hipótese aqui apresentada é a de que o controle de fontes energéticas foi um aspecto central das disputas no contexto eurasiático, orientando a atuação política, econômica, militar e diplomática da Rússia, China e Estados Unidos junto aos países banhados pelo Mar Cáspio. Nesse sentido, o período entre 1992 e 2000 foi um momento em que as fragilidades da Rússia foram aproveitadas e outras

² O Novo Grande Jogo é uma expressão adotada pela literatura geopolítica contemporânea para descrever as atuais dinâmicas de competição por recursos, influência e poder na Ásia Central. Utilizado como uma ferramenta de pesquisa, o conceito tem sido utilizado para analisar disputas em diferentes campos e sido empregado como uma lente de análise para regiões como, por exemplo, o Mar Cáspio (Moreira, 2017; Huasheng, 2023). Contudo, em que pese o esforço de estruturação analítica, o conceito apresenta importantes lacunas metodológicas e limitações teóricas (Duarte, 2011; Bayramov, 2021; 2022). Dados os entraves existentes, a presente pesquisa escolheu a Economia Política Internacional como lente teórica para a presente análise.

potências avançaram na região por meio de projetos e investimentos no setor energético cáspio. Já a partir do século XXI, o posicionamento mais assertivo da Rússia e a criação da *Belt and Road Initiative* tornaram a competição na região mais acirrada, contendo as iniciativas americanas. Apesar desse cenário, as interações entre os atores regionais, globais e não governamentais, como companhias petrolíferas, também fomentaram iniciativas de cooperação multilateral e integração regional. Assim, a presente pesquisa aponta que a dinâmica político-econômica do Cáspio não se limitou a uma lógica exclusivamente conflitiva, mas incluiu esforços coordenados para estabelecer mecanismos de governança compartilhada e articulação diplomática.

Objetivos

Diante dessas questões, esta pesquisa tem como objetivo central analisar o campo energético no Mar Cáspio, considerando as dinâmicas de cooperação e disputas que o permeiam, desde a dissolução da URSS até o início da Guerra Russo-Ucraniana em 2022. Assim, ao longo do texto da tese serão analisados os movimentos estratégicos no campo energético do Mar Cáspio, realizados por atores regionais, potências globais — China, Estados Unidos e Rússia — e grandes petrolíferas, bem como seus impactos ao longo do período mencionado.

Concomitantemente à análise das disputas pelo acesso privilegiado às reservas de hidrocarbonetos no Mar Cáspio, também existem os seguintes objetivos específicos:

- Compreender os elementos e processos históricos que levaram a região do Mar do Cáspio a se tornar importante peça dentro do tabuleiro geoestratégico mundial.
- Analisar a dinâmica das relações energéticas entre os países do Mar Cáspio.
- Mapear a evolução nas negociações e acordos internacionais que envolvam o Mar Cáspio desde a dissolução da União Soviética até 2018.
- Analisar o panorama do campo energético na região antes e após a assinatura da Convenção para o Estatuto Legal do Mar Cáspio.
- Investigar e mapear os interesses e as estratégias dos Estados Unidos, da China e da Rússia no setor energético da região do Mar Cáspio.

Justificativa

O tema da energia tem um longo retrospecto de relevância dentro das discussões político-econômicas estatais. Desde a Revolução Industrial, a mecanização das forças militares tornou os Estados cada vez mais dependentes de recursos energéticos, tornando o acesso privilegiado a essas fontes uma prioridade para nações com ambições no Sistema Interestatal Capitalista. (Yergin, 1991; Fiori, 2004). Na esteira da utilização de recursos energéticos para fins militares, o mundo se transformou e as sociedades civis também passaram a consumir energia. O aprofundamento dessas transformações ao longo do tempo levou algumas matérias naturais a se tornarem importantes matrizes energéticas globais, como o carvão nos séculos XVIII-XIX e o petróleo no século XX.

No momento atual, no século XXI, há em transcurso um movimento de transição energética do petróleo para fontes renováveis, consideradas mais limpas. Isso ocorre majoritariamente em função de um crescimento da preocupação com o meio ambiente e com as mudanças climáticas. No entanto, existem certos discursos, movidos sem o devido rigor acadêmico-científico, que colocam os hidrocarbonetos como recursos ultrapassados. A presente pesquisa pretende demonstrar, sem negar a importância das novas fontes renováveis e do próprio processo de transição energética, que os hidrocarbonetos se manterão como importantes matrizes energéticas para as economias-nacionais, forças militares estatais e para o consumo civil no médio prazo.

Além disso, é preciso salientar o crescimento da demanda global por energia na última década³, onde diversos países buscaram aumentar suas produções para suprir essa necessidade. Segundo a *International Energy Agency* (IEA), esse crescimento de demanda envolve diretamente os hidrocarbonetos, que viveram um aumento gradual do seu consumo até 2019 (IEA, 2023d). Com base na previsão de resiliência da demanda futura por fontes fósseis (EIA, 2023d, p.43) e na análise de diversas movimentações geopolíticas das grandes potências, a pesquisa entende que regiões com grandes reservas tiveram seu caráter estratégico reforçado. Essa resolução é feita sob a reflexão de que o mundo paulatinamente aumenta seu uso de energia e atores internacionais seguem disputando intensamente pelo direito ao acesso privilegiado aos espaços com recursos energéticos abundantes (Fiori, 2004).

Apesar da produção relativamente pequena em suas águas, fruto de impasses jurídicos e disputas políticas, os países litorâneos ao mar vem se solidificando como importantes polos

³ Segundo dados da “*British Petroleum Statistical Review of World Energy*” de 2019 (BP, 2019, p.8), houve um aumento regular anual de 1,5% no consumo de energia desde o ano de 2010 até 2018.

de extração e produção energética do mundo. Assim, a Bacia do Mar Cáspio se coloca como uma região relevante não só por sua posição geográfica, próxima à grandes potências, e história, mas também por sua capacidade energética elevada dada suas reservas ainda não totalmente exploradas (Moreira, 2018).

Além de possuir significativas reservas da mais importante fonte energética do mundo, o Cáspio também possui grandes reservas gás natural. O gás natural é o recurso fóssil de menor emissão de CO₂, portanto, é considerado como um viabilizador do uso de fontes renováveis porque garante um suprimento estável de energia em meio à intermitência eólica, solar e hidrelétrica. Em meio aos imperativos por uma transição das matrizes energéticas por fontes renováveis e com baixa emissão de CO₂, essas reservas também consolidam o status estratégico adquirido pelo Mar Cáspio nas últimas décadas.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo agregar conteúdo crítico e interdisciplinar ao debate sobre a questão energética dentro da academia, a partir de uma discussão feita sob a ótica da Economia Política Internacional (EPI), com ênfase no subcampo da EPI da Energia. A escolha pela Economia Política Internacional como lente analítica decorre devido à sua capacidade de oferecer instrumentos para a compreensão das relações entre a economia e a política na arena mundial, como destacado por Frieden e Lake (2000, p.1). No decorrer da pesquisa para esta tese esse interesse se intensificou a partir do contato com um novo e promissor ramo de pesquisa dentro do campo epistemológico: a EPI da Energia. Tal ramo pode ser definido aqui, em referência à obra de Susan Strange (2015), como o estudo dos arranjos sociais, políticos e econômicos que afetam o sistema global de produção, troca e distribuição dos recursos energéticos. Esses arranjos são resultado de decisões humanas tomadas no contexto de instituições e de conjuntos de regras e costumes estabelecidos pelos seres humanos. Assim sendo, este subcampo de estudos da EPI foi considerado o ideal para analisar o campo energético da região do Mar Cáspio frente às dinâmicas de cooperação e competição entre atores regionais e potências globais (1992-2022), conforme aqui proposto.

Por fim, ainda adiciona importância à pesquisa o fato de que ela pretende abranger o tema do gás natural, um recurso essencial no processo de transição energética que está em curso. Também cabe destacar que o projeto tem enfoque em um espaço geográfico dinâmico, em plena transformação, que ainda carece de abordagens analíticas na academia brasileira, a região do Mar Cáspio. Portanto, a pesquisa se propõe a contribuir, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, para os estudos sobre a região historicamente relevante para o pensamento geopolítico internacional (Moreira, 2018).

Aspectos metodológicos

Para empreender de forma eficiente o processo de análise sobre as hipóteses e atingir os objetivos pretendidos, foi feita a opção de realizar esta pesquisa sob égide da sociologia histórica, na metodologia qualitativa. Essa escolha pode ser explicada, fundamentalmente, por sua abordagem que busca interpretar processos, estruturas e fenômenos contemporâneos a partir de suas temporalidades e historicidades. Ou, como define Dennis Smith (1991, p.3), a sociologia histórica é o estudo do passado para descobrir como sociedades funcionam e se transformam compreendendo que estes têm uma relação dialética com eventos do passado que se acumulam.

Com combinação de métodos ou ferramentas de pesquisa históricas e sociológicas que são utilizadas para investigar essa relação entre passado e presente; eventos e processos; ações e estruturas, a sociologia histórica se encaixou com a presente proposta de pesquisa na medida em que esta parte de pressupostos que relacionam passado e presente. Desses, destacam-se a relevância geopolítica histórica da região, de seus recursos energéticos e da influência de determinados atores nos fenômenos regionais. Ademais, a sociologia histórica permitiu uma análise processual e contextualizada da dissolução da União Soviética e da consequente reconfiguração das dinâmicas regionais e hegemônicas no entorno do Mar Cáspio, especialmente no tocante aos recursos energéticos ali presentes. Com isso, no âmbito desta tese, tornou-se possível examinar a trajetória dos países cáspios entre 1992 e 2022, além do desenvolvimento energético regional e as estratégias de Rússia, Estados Unidos e China para o espaço cáspio.

Em relação ao processo da pesquisa, o primeiro passo feito foi a definição de fenômenos político-econômicos e sociais ligados aos recursos energéticos na região. A partir de então foi feito um esforço de análise social-histórica que buscou traçar relações entre eles, além de suas causas e efeitos ao longo do tempo. Para tal investigação, houve a realização de um mapeamento de fontes e documentos oficiais relevantes para o processo da reflexão crítica sobre o exercício da geopolítica para o acesso seguro à energia. Nesse ponto, considerou-se essencial não negligenciar o aspecto espacial dentro da pesquisa, visto que o aspecto territorial é um ponto chave nas dinâmicas energéticas regionais. Em consonância com esse mapeamento, também foi feita uma análise onde se recorreu a outras fontes primárias e secundárias que permitiriam uma melhor elucidação das questões trazidas neste trabalho.

De forma geral, o recurso à análise qualitativa da bibliografia escolhida foi utilizado para se alcançar uma profunda compreensão dos elementos e complexos fenômenos políticos,

econômicos e sociais que levaram a bacia do Mar Cáspio a se tornar, ao longo do tempo, uma região estratégica do ponto de vista do setor energético. Além da revisão bibliográfica, verificar-se-á as políticas e doutrinas das grandes potências no que tange ao setor energético, principalmente na região da Ásia Central e Bacia do Mar Cáspio.

Conforme supracitado, era ambição desta pesquisa capturar os interesses das potências em relação ao campo energético na região dentro do recorte temporal da pesquisa que vai de 1992 até 2022. Após este passo, buscou-se verificar como estes atores produziram estratégias que culminaram em processos de cooperação e disputas disruptivas entre os países do Cáspio.

Por fim, este estudo teve como objetivo analisar como as estratégias de atores regionais, potências globais e grandes petrolíferas se traduziram no desenvolvimento (ou não) da indústria da energia nessa região. Portanto também foi realizado um mapeamento do setor energético e dos fluxos de investimentos no espaço durante o período supracitado. Destaca-se ainda que a viabilidade desta pesquisa se sustenta na ampla disponibilidade de estudos e documentos oficiais que abordam tanto as grandes potências⁴ do Sistema Internacional analisadas na pesquisa, quanto os países ribeirinhos do Mar Cáspio⁵. Esses materiais estão amplamente acessíveis em inglês e, em muitos casos, traduzidos para o português ou espanhol, idiomas dominados por esta pesquisadora.

Estrutura da tese

No que concerne à organização desta tese, ela está dividida em seis partes. Após esta Introdução, segue-se o capítulo “Questões teóricas quanto ao uso da energia no sistema internacional”. Ele é um esforço investigativo para ampliar a base conceitual de campo de pesquisa sobre a Energia dentro da Economia Política Internacional. Nele, há a exploração de conceitos essenciais pra a plena compreensão do papel da energia no mundo contemporâneo como espaço, território, territorialidade, matéria, recurso e técnica. Ademais, também aparecem no segmento colaborações teóricas para a discussão acerca do espaço que a energia ocupa em meio às disputas hegemônicas no sistema internacional que se expressam por meio de competições no âmbito econômico, político e militar-territorial.

O capítulo seguinte denomina-se “A energia e o Mar Cáspio: da criação da União Soviética até a criação das novas repúblicas do Cáspio”. Ele faz uma análise histórica sobre o desenvolvimento do setor energético regional levando em consideração que é durante esse

⁴ Reforça-se aqui que as potências analisadas pela pesquisa são Rússia, Estados Unidos e China.

⁵ Os países banhados pelo Cáspio são: Rússia, Irã, Azerbaijão, Turcomenistão e Cazaquistão.

período que se articulam parcerias e disputas que vão impactam a estrutura do setor até os dias atuais. Esse é o caso da construção das principais infraestruturas de transporte energético na região que são projetadas pela União Soviética e posteriormente seriam herdadas, em sua grande maioria, pela Rússia. Também é abordado no capítulo aspectos históricos essenciais para explicar o cenário geopolítico e geoeconômico regional no período da dissolução da União Soviética.

O penúltimo capítulo, “O período pós-soviético: o emergir de novas forças regionais e a corrida pelo Cáspio”, aborda a história de interesses conflitantes, negociações diplomáticas e tensões crescentes explorando as disputas pela delimitação das fronteiras e os direitos de exploração dos recursos energéticos na região. Disso, destacam-se os movimentos geopolíticos e geoeconômicos de Rússia, Estados Unidos e China e avalia-se quais os impactos dessas disputas entre o período do colapso da URSS e o fim do século XX.

O último capítulo tem por nome “As estratégias das grandes potências e os impactos regionais no século XXI (2000-2022)”. Este capítulo analisa os movimentos estratégicos das grandes potências — Rússia, China e Estados Unidos — no Mar Cáspio, focando no campo energético entre os anos de 2000 e 2022. Nele investiga-se como essas potências influenciam a dinâmica regional. Nesse sentido, a Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio, assinada em 2018, surge como um marco significativo do período analisado, fruto – em parte – dessas dinâmicas das grandes potências. Nesse tópico, ainda se analisa os primeiros impactos da convenção até o estopim da Guerra Russo-Ucraniana em 2022.

Por fim, a última unidade textual da pesquisa são as considerações finais, onde se sintetizam as descobertas e contribuições da pesquisa. Nela também estão presentes reflexões sobre as limitações encontradas na investigação e oportunidades de contribuições futuras sobre o tema abordado.

2 QUESTÕES TEÓRICAS QUANTO AO PAPEL DA ENERGIA NO SISTEMA INTERNACIONAL

O presente capítulo é uma exposição analítica sobre determinados tópicos que envolvem o tema da energia, sobretudo o seu papel dentro do atual funcionamento do sistema internacional. Para isso, define-se o recurso energético como o produto final da ação social sobre a matéria existente no planeta, enquanto a Energia é o conjunto de elementos nas dimensões concreta e abstrata que compõe o sistema energético mundial. Na sua composição material, esse conjunto ou sistema engloba desde a indústria extrativa, passando pelos processos de refino, logística de transporte e distribuição até o uso final do recurso energético como serviço nas economias nacionais. Também estão inseridos em tal sistema aspectos mais abstratos, como o que se define como política energética: a capacidade de planejamento, decisão política sobre todo o processo produtivo do setor (Oliveira, 2012, p. 25).

Objetivando demonstrar que a energia tem um papel central para o Sistema Internacional, a pesquisa também parte do pressuposto de que a energia, apesar de ser um produto da ação humana, tem uma relação dialética com a Humanidade. Portanto, ela é um recurso utilizável que impacta no funcionamento social e, em última instância, é veículo de acumulação e indicador de poder e dinheiro no sistema (Oliveira, 2012, p.25; Van de Graaf *et al*, 2016). A energia tem, segundo proposta apresentada aqui, poder de transformar política e financeiramente regiões inteiras do globo, promovendo riqueza ou sendo ponto de tensões e disputas político-financeiras. Assim, este capítulo apresenta três seções, onde primeiramente será apresentada a Economia Política Internacional da Energia, a lente teórica utilizada para o estudo do campo energético na pesquisa.

Posteriormente segue-se uma seção onde há uma revisão bibliográfica acerca das definições de (1) espaço, território e territorialidade e (2) matéria, recurso e técnica. Tais conceituações serão relevantes em capítulos futuros quando forem apresentados o espaço do Mar Cáspio onde se dará a investigação assim como as questões que permeiam as dinâmicas de disputas e cooperação político-econômicas na região que detém importantes reservas naturais provadas de petróleo e gás natural. Por fim, na terceira seção do capítulo é feita uma discussão acerca do espaço que a Energia ocupa em meio às disputas hegemônicas no sistema internacional que se expressam por meio de competições no âmbito econômico, político e militar-territorial.

2.1 A Economia Política Internacional como propulsora de novos paradigmas para o campo energético

Há quase uma década, em 2016, Michael Klare, Florian Kern e diversos outros pesquisadores se reuniram e trabalharam de forma conjunta no desenvolvimento do livro “*The Palgrave Handbook of International Political Economy of Energy*”. Como fica marcado abaixo no trecho da introdução do livro, naquele momento havia a percepção de que o tema da energia voltara a ter um destaque no debate público que, em níveis de intensidade, remontava ao período da década de 1970 com sua crise energética⁶.

Perhaps not since the 1970s has energy policy, technology, and security been so intensely discussed as today. Whether it is the race for energy resources in the Arctic, roller-coaster oil prices, the transition toward low carbon sources of energy, or concerns over nuclear safety, energy continues to make international headlines. Today’s pressing energy challenges have opened up an incredibly vast research agenda. (Van de Graaf et al, 2016, p.37-38)

Além da reflexão sobre o interesse crescente no tema da energia, os pesquisadores ainda assinalaram então um outro fenômeno igualmente relevante: os novos desafios energéticos do século XXI haviam aberto uma vasta agenda de pesquisa. Acontecimentos e processos como a Anexação da Crimeia, a expansão da economia chinesa, as recentes descobertas de reservas ao redor do globo, a revolução do xisto, as mudanças climáticas e a pressão pela aceleração do processo de transição energética produziram novos ou intensificaram os desafios energéticos existentes. A energia se tornou cada vez mais presente nos noticiários e tornou-se evidente a sua relevância na formulação de políticas domésticas nacionais e também na política internacional. No entanto, de acordo com Van de Graaf *et al* (2016), a agenda de pesquisa aberta referente ao setor energético no cenário internacional ainda não havia sido efetivamente absorvida pelas ciências sociais vigentes.

Segundo os autores, no século XXI a energia passara a ocupar – e esta pesquisa entende que ainda ocupa e deve continuar ocupando pelas próximas décadas – um espaço central nos diálogos realizados na política global. Porém, este espaço não se via refletido em análises sobre a Economia Política Internacional (EPI) ou política internacional realizadas por cientistas políticos e pesquisadores de outras ciências sociais. Parte importante dos manuais de EPI não dedicavam espaço para debater energia, por exemplo. Também havia uma parcela ínfima de pesquisas revisadas por pares centradas no que os autores denominaram de “*International*

⁶ Wilson, E. J., (1987), p.125–126.

World of Energy” (Van de Graaf *et al*, 2016, p. 37-38). Tampouco existia um arcabouço teórico ou conceitos solidamente estabelecidos sobre o tema que pudessem ser utilizados para analisar e explicar as políticas globais de energia.

Decerto, tais apontamentos não eram inéditos em 2016. Desde a década de 1980 já era apontada a (1) ausência de uma agenda de estudos dedicada a analisar os eventos e questões energéticas no âmbito internacional e; (2) a necessidade de esforços analíticos para a criação e/ou construção de um novo campo do conhecimento envolvendo o tema da energia no referido campo. Em um artigo publicado pela revista *International Organization* de 1987, o professor e autor americano Ernst J. Wilson III argumentava que apesar das questões energéticas serem facilmente cristalizadas no imaginário social e opinião pública como símbolos de uma era, “*no other issue has proven so resistant to conceptual rigor and theoretical development.*” (Wilson, E. J., 1987, p.126). Em sua digressão, Wilson (1987) ainda destacava a incongruência de um fenômeno tão central para as dinâmicas de poder e performance econômica a nível internacional fosse tão inadequadamente conceitualizado (Wilson, E. J., 1987, p.126).

De forma similar à Wilson, os pesquisadores Loren Lutzenhiser e Elizabeth Shove acreditavam que as ciências sociais tinham um papel apenas marginal no cenário de produção de pesquisa na área de política energética (Lutzenhiser, L.; Shove, E., 1999, p. 219). Por sua vez, Susan Strange também apontava o subdesenvolvimento do campo de pesquisa e conhecimento da energia (Strange, 2015, p. 279). Em *States and Markets*, seu livro seminal publicado pela primeira vez em 1988, a autora reconhecia – de forma semelhante à realizada por Wilson – o caráter essencialmente prático, não teórico e de curto prazo das análises realizadas sobre o campo energético internacional. Segundo Strange, havia um desinteresse dos especialistas em energia pela produção teórica que se devia ao perfil dos indivíduos envolvidos nas pesquisas sobre a área. Até a década de 1970, as pesquisas sobre energia eram realizadas majoritariamente por consultores de empresas multinacionais do setor ou para governos nacionais (Strange, 2015, p.279). Tal percepção é compartilhada por outros pesquisadores que também relacionam o perfil dos especialistas com a escassez de pesquisas revisadas por pares e/ou que envolvam pesquisadores das ciências humanas (Van de Graaf *et al*, 2016; Sovacool, 2014).

Essa interpretação foi uma das bases para o que Van de Graaf *et al* denominam como a primeira das “quatro razões para o subdesenvolvimento teórico da política energética nas ciências sociais” (Van de Graaf *et al*, 2016). Resultado do um esforço de identificação das principais causas para essa fragilidade teórica da área energética, cada causa versa sobre uma questão distinta e a primeira delas apontou, conforme previamente citado, para o pouco

interesse dos especialistas em teoria.

A segunda causa teria relação com as grandes barreiras erguidas para adentrar um campo onde se é necessário ter um conhecimento técnico prévio consistente. O campo energético é uma área onde conhecimentos diversos importam. Mais do que isso, a área está em constante renovação e, em um período de transição energética como o vivido pelo planeta nas últimas décadas, deter o conhecimento de novas tecnologias que tem capacidade de afetar as leis de oferta e demanda é especialmente relevante. Ainda assim, o que é relevante nem sempre é simples de se atingir. Pesquisar um campo que navega entre campos epistemológicos diversos requer esforço, dedicação e meios suficientes para que os pesquisadores alcancem ampliação do domínio do tema. No âmbito acadêmico muitas vezes há barreiras dificultando a capacitação adequada dos profissionais que pretendem pesquisar energia. Por sua vez, segundo Van de Graaf *et al* (2016), as vezes pesquisadores também optam por evitar debruçar-se sobre um campo transversal que envolve epistemologias não consideradas “sociais”.

Na condição diversa do campo energético estaria a terceira causa para o afastamento da área do desenvolvimento teórico no campo das ciências sociais. Isto porque a natureza multifacetada da energia como um campo de *Politique* cria, de acordo com os autores, obstáculos para a construção de análises unidimensionais. Um exemplo dessa relação são os esforços frustrados de economistas em mapear o mercado energético a partir das leis e princípios da economia neoclássica, ignorando que o setor energético é frequentemente impactado e influenciado por fatores políticos (Van de Graaf *et al*, 2016, p. 45; Wilson, 1987, p. 130). Mas as análises unidimensionais limitadas não são um privilégio apenas dos especialistas na área econômica. Elas são um reflexo da característica “especialista” dos pesquisadores da área energética. Conforme apontam Van de Graaf *et al* (2016), Strange (1988), Wilson (1987), diversos dos primeiros estudiosos na área energética eram na verdade especialistas em temas específicos como Segurança Internacional, Economia, ou *experts* em regiões ou países produtores de petróleo.

O perfil ultra especializado dos analistas se manteve ao longo do tempo com pequenas alterações. O resultado disso é o que Wilson (1987) e Strange (2015) interpretaram décadas antes como análises sem as perspectivas amplas e integrativas necessárias para a formação de interpretações teóricas eficientes do campo energético. Na percepção de Strange, o campo energético era uma área inexplorada e desocupada pelas epistemologias das Ciências Sociais. Para ela, era necessário a criação de uma estrutura teórico-analítica que conseguisse relacionar o impacto das ações dos Estados no mercado energético com o impacto das ações deste(s) mercado(s) nas várias ações, formações de políticas públicas, desenvolvimento econômico e

segurança nacional dos Estados (Strange, 2015, p. 281-282).

Décadas após os trabalhos de Strange e Wilson, a questão do perfil dos pesquisadores da área viria a ser compartilhada, com algumas especificidades, por Daniel Spreng (Spreng, 2014). Em seu artigo “*Transdisciplinary energy research – Reflecting the context*” publicado na revista *Energy Research & Social Science*, o autor aponta o caráter extremamente tecnológico do campo de pesquisas sobre a energia. Para ele, o resultado natural disso seriam os problemas no setor energético que teriam mais a ver com a falta de conhecimento institucional, político e sociais do que com questões técnicas. Mais especificamente, faltaria conhecimento e interesse em explorar o panorama geral das interações dos sistemas energéticos criados pelo ser humano com a natureza (Spreng, 2014, p.1). Interesse esse que seria limitado – também – pela pouca apreciação e incentivo do sistema acadêmico, em especial pelas revistas, por trabalhos com análises do setor energético que sejam amplas e utilizem arcabouço teórico do campo das humanidades (Spreng, 2014; Sovacool, 2014).

Importa também destacar os votos de longevidade realizados por Spreng (2014) para a (então recém criada) revista *Energy Research & Social Sciences*; eles podem ser interpretados como um próprio reforço da retórica sobre o pouco incentivo à produção acadêmica sobre energia nas ciências sociais. De fato, em uma análise sobre as publicações de três das mais relevantes revistas acadêmicas de energia entre 1999 e 2013, Benjamin Sovacool descobriu que menos de 20% dos autores relataram algum estudo no campo das ciências sociais. Mais do que isso, apenas 12,6% dos artigos utilizaram alguma epistemologia da referida área e menos de 5% das citações presentes nos artigos analisados referenciaram alguma revista do campo das humanidades e/ou ciências sociais (Sovacool, 2014).

Nesse conjunto sistemas de credenciamento, certificação, incentivo, financiamento e premiação acadêmicos reside a quarta razão para o subdesenvolvimento teórico do campo energético nas ciências sociais apontada por Van de Graaf *et al* (2016). De acordo com os autores, a transdisciplinaridade ou interdisciplinaridade exigida para uma pesquisa na área energética que de fato progrida na construção teórica do campo nem sempre é bem avaliada por esses sistemas ou pelos responsáveis por gerir os mesmos. A este problema, também se soma os sistemas de financiamento das pesquisas acadêmicas. Ainda no final do século XX, Lutzenhiser e Shove (1999) já haviam creditado a pouca interdisciplinaridade do campo energético a este problema quando apontaram que:

Current perceptions of ‘the energy problem’ (and of the roles that various sciences should play in addressing it) are strongly influenced by the political economy of research funding by the sorts of people involved in shaping research agendas, by the

sorts of research contracts at stake, and by the terms in which research programs are defined and evaluated. As a result, our capacity to reorient energy efficiency as an interdisciplinary project is shaped and constrained by past and present approaches to research funding. (Lutzenhiser, L.; Shove, E., 1999, p. 219)

Aos sistemas de financiamento que pouco privilegiam estudos transversais sobre energia com referências das ciências humanas e a todo o universo de publicações da área que destacam produções mais técnicas, se somam as questões dos sistemas de promoção e/ou estabilidade⁷ de carreira acadêmica. Estes se apoiam nas validações realizadas pelo universo de publicações acadêmicas e métricas/avaliações realizadas por departamentos que reconhecidamente – e como já citado – privilegiam publicações e produções técnicas e especializadas. Dessa forma, entende-se que é criado um ciclo vicioso que limita a expansão de produções transversais e das ciências sociais sobre o campo energético. Então, na visão de Wilson (1987, p.128) o subdesenvolvimento teórico do campo energético e seu caráter anárquico não eram surpreendentes.

Apesar desse cenário onde as ciências sociais ocupam uma posição difícil na pesquisa em energia, é inegável um fato: ainda que a energia seja um aspecto central para a vida biológica no planeta, ela também é central para o desenvolvimento da humanidade (Spreng, 2014). Indo além, a despeito da tecnologia e das ciências naturais serem ferramentas essenciais para a produção energética que possibilita as condições de vida em sociedade, relevante parte dos problemas do(s) sistema(s) energético(s) no mundo são fruto de questões não-tecnológicas (Spreng, 2014). E parte desses problemas são fruto da escassez de paradigmas teóricos bem desenvolvidos que produzam propostas de políticas públicas, programas governamentais e/ou público-privados para o setor que tem “pontos cegos”, são frágeis, limitados e/ou imperfeitos (Wilson, 1987, p. 128; Stern, 1986; Sorrell, 2015; Lutzenhiser; Shove, 1999).

Não obstante as vicissitudes supracitadas, a presente pesquisa aponta que pesquisadores anteriores e posteriores a Van de Graaf *et al* (2016) empregaram esforços para a construção de um campo teórico sobre o tema da energia que dialogasse transversalmente com ciências humanas. Essa interação emergiu principalmente após o Primeiro Choque do Petróleo, onde cientistas estiveram interessados em compreender mais sobre o teor político do campo

⁷ No caso de mandato e estabilidade acadêmica, ou *tenure* em inglês, é de bom tom esclarecer que está é uma experiência que é vivida nos sistemas acadêmicos inspirados nos modelos norte-americano e europeu. O caso brasileiro difere um pouco desta experiência já que a produção científica brasileira com alcance internacional é quase em sua totalidade (mais de 84%) realizada em instituições públicas onde, via de regra, as contratações de profissionais são realizadas por meio de concurso público com regras de estabilidade profissional específicas (Cross; Thomson; Simclair, 2018).

energético (Van de Graaf *et al*, 2016, p. 41). Essa primeira atenção acadêmica ao campo produziu – juntamente de algumas produções mais especializadas e técnicas – o que Wilson indicou, ainda na década de 1980, como os principais três paradigmas epistemológicos⁸ dos estudos de energia até então: o econômico neoclássico, o paradigma de regime e o paradigma de políticas públicas (Wilson, 1987).

O paradigma econômico neoclássico⁹ é fortemente baseado no princípio fundamental da economia neoclássica de que ela opera sempre tendendo ao equilíbrio entre a oferta e a demanda. Neste paradigma o Estado tem pouca ou quase nenhuma ingerência sobre o campo – especialmente o mercado – energético. Ele apenas atua para mitigar e resolver imperfeições de um mercado que está sempre à procura da maximização do lucro. Deste campo, destaca-se a contribuição de M. A. Adelman “The World Petroleum Market” (Adelman, 1971) cuja análise, embora pertinente e relevante para a sua época¹⁰, apresentava limitações e fraquezas que influenciaram uma gama de pesquisadores na área. Uma das principais limitações da obra de Adelman (1971) era sua crença de que países exportadores de recursos energéticos, em especial o petróleo, jamais reduziriam sua produção por razões políticas. A maior delas, no entanto, era em relação a uma suposta autorregulação independente do mercado energético, ou seja, sem a influência da política internacional. Adelman (1971), assim como outros economistas neoclássicos que pesquisavam no campo energético, não antecipou os sinais de turbulência que viriam a eclodir nos dois Choques do Petróleo da década de 1970.

De toda a forma, Wilson habilmente detecta alguns pontos positivos desse esforço teórico. Os primeiros deles, que também são reconhecidos aqui nesta pesquisa, versam sobre a lente escolhida para a análise. Em primeiro lugar, a demanda energética é um conceito fundamentalmente econômico e no Sistema Capitalista, diversas empresas privadas operam com destaque no mercado energético (Sorrell, 2015. p. 78). Nesse sentido, a lente que bebe dos estudos econômicos e embasa suas pesquisas na premissa da busca do constante pela

⁸ Importa citar que outros pesquisadores também tem reconhecido esses e outros esforços de construção teórica. No entanto, para fins de sintetização dos mesmos em categorias, a pesquisa optou por utilizar a esquematização dos principais modelos realizada por Wilson (1987).

⁹ Embora não definido nos mesmos termos de “paradigma” e com algumas distinções entre suas reflexões, Stern (1986), Sorrell (2015) e Shove e Lutzenhiser (1999) reconhecem a existência de um conjunto de produções acadêmicas que se utilizam do mesmo arcabouço teórico econômico. No entanto, Susan Strange (1988) discorda desse apontamento. Segundo a autora em *States and Markets* (2015, p.279), as análises da política econômica do fornecimento de energia mundial não haviam sido “obscurecidas por teorias econômicas obsoletas”. Na sua visão, os economistas entendiam que o mercado energético era largamente afetado por forças políticas e, portanto, não tinham interesse em tentar reproduzir leis econômicas para a interpretação do campo.

¹⁰ Adelman (1971) é um dos primeiros autores a questionar a retórica sobre o fim iminente do petróleo que vigorava na década de 1970. Ainda que o petróleo seja um recurso finito, o tempo provou que o autor estava correto em questionar o pensamento vigente à época.

maximização do lucro nas trocas é capaz de construir contribuições sólidas para a Economia Política Internacional da Energia. Outros destaques positivos percebidos por Wilson (1987) são a lógica da complementaridade racional entre vendedores e compradores, a tendência ao equilíbrio do mercado energético e a disposição para a acomodação e acordo econômico entre atores, mesmo a despeito de conflitos e tensões políticas.

Nas fraquezas apresentadas pelo paradigma, destaca-se a incapacidade de capturar efetivamente as relações político-econômicas do campo energético e a influência das forças políticas nesse setor. Na visão de Wilson (1987), compartilhada por esta pesquisa, o paradigma tem uma visão extremamente dicotômica da economia e da política. Além de Wilson, Sorrell (2015), outro autor que se debruçou sobre as análises ortodoxas do campo energético, também enxergava limitações nessa lente de análise. Para ele, a ideia da racionalidade econômica (esta elogiada por Wilson) como promotora das decisões “ótimas” era uma falácia de limitada utilidade. Embora a lógica do custo-benefício influencie as decisões sobre a compra e uso de energia, ela explica apenas uma parte do comportamento dos atores observados no campo energético (Sorrell, 2015, p. 78).

A noção de atores econômicos racionais e bem informados como tomadores de decisões ótimas também é alvo de críticas de Sorrell (2015, p.78). Para o autor, a maioria das decisões sobre consumo energético são realizadas em situações de assimetria ou limitação informacional em relação aos seus custos. Essas decisões, aliás, são tomadas por atores que também tem sua capacidade de responder a esses custos bastante constrangida. Finalmente, outra fragilidade do paradigma apontada por Sorrell se refere a autonomia decisória agentes. A decisão autônoma ignora ou negligencia como preferências, comportamentos, atitudes e expectativas são influenciadas por todo um sistema social e físico que molda (permitindo ou coibindo) a escolha individual (Sorrell, 2015).

Além do paradigma neoclássico, a abordagem dos regimes também é considerada por Wilson (1987) como um esforço teórico que bebe da ciência econômica. Essa percepção também é reforçada pelo reconhecimento de Susan Strange (2015), autora da área da Economia Política Internacional. Porém, ao contrário do primeiro, mais preocupado com a produção e troca dos recursos energéticos, o paradigma dos regimes toca mais diretamente as questões políticas dentro do cenário energético. O modelo tem como enfoque o contexto político amplo nos quais as transações do campo energético são realizadas e também nas “regras do jogo” que

as modelam. Muito baseado na Teoria dos Regimes Internacionais¹¹, o paradigma foi construído a partir de reflexões de pesquisadores como Stephen Krasner (1982), Joseph Nye (1981) e Robert Keohane (1985), com os dois últimos utilizando a abordagem para analisar a área energética.

Em retrospectiva, a proposta de trabalhar as questões políticas era uma boa iniciativa para minimizar os erros cometidos pelos autores que seguiram/seguem o modelo neoclássico. Além de supostamente mais amplo, o paradigma é propositivo quanto às causas e consequências das transformações sistêmicas. Por isso, foi percebido por Wilson (1987, p.133) como positivo para a análise do que o autor chamou de “*World System of Oil*”. Há de se ressaltar também que o modelo busca analisar descontinuidades sistêmicas no campo energético, em especial o de petróleo, e destaca – acertadamente – que essa arena não existe no vácuo, mas é regulamentada de forma a permitir que o mercado opere eficientemente. Strange (1988, p. 291), por sua vez, tem uma visão mais negativa quanto à abordagem, mas admite que utilizada de forma ampla e inteligente, ela pode gerar boas análises que combinam atenção para as forças econômicas mercadológicas com as forças políticas governamentais e de outros atores.

Quanto às limitações e fraquezas, apesar da busca por reflexões que conjugassem o econômico e o político, o método acaba caindo no erro oposto do paradigma anterior, com uma abordagem estreita voltada para o âmbito político (Wilson, 1987, p. 133; Strange, 2015, p. 291). Susan Strange, por exemplo, critica a atenção dada por pesquisadores com as dinâmicas internas das organizações ou nas negociações entre governos que versavam sobre a natureza dos regimes internacionais (Strange, 2015, p.291). Para a autora, assim como para a presente pesquisa, o método de análise “de mudança de regime” – como a mesma define – tende a negligenciar ou subestimar: (1) o poder de impacto das forças econômicas nas políticas nacionais (domésticas e externas), o que naturalmente também afeta a análise das consequências dessas políticas e (2) a força das revoluções tecnológicas que são capazes de afetar políticas governamentais e as condições do mercado. Por sua vez, Wilson (1987) entende que o modelo foi aplicado para o campo energético com muito menor rigor analítico do que deveria e a estrutura conceitual da abordagem foi pouco utilizada para criar e testar hipóteses sobre o comportamento do sistema energético e seus componentes. Mas, acima de tudo, o paradigma falha em explicar as características dinâmicas do campo energético.

Por fim, o último paradigma analisado por Wilson (1987) foi o das políticas.

¹¹ Regimes são definidos por Stephen Krasner em seu livro “*International Regimes*” como os “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma determinada área temática” (KRASNER, 1982).

Representado pelos trabalhos de Hildebrand e Yergin (1982), Quandt (1981) e Kohl (1982), o modelo se preocupava (e se preocupa) explicitamente com a interseção da política com o mercado. Então, seus trabalhos buscavam adicionar aspectos e concepções tanto do regime neoclássico, como nas análises de curto e médio prazo dos preços no mercado energético, quanto do modelo de regimes, enfatizando o papel das forças políticas, lideranças e interesse. Portanto, a abordagem representava – e representa – uma perspectiva com mais nuances do que as outras (Wilson, 1987). Ela foca nas decisões e importância das elites nacionais e não apenas nos governos e empresas, além de considerar o impacto do mercado e dos interesses políticos nas políticas nacionais para a economia. No setor de petróleo ainda é destacado, de forma correta, como mesmo pequenas manipulações da oferta podem afetar gravemente os preços do recurso no mercado internacional e consequentemente impactam a política internacional. Contudo, apesar da tentativa de construção de uma perspectiva que combinasse os conhecimentos econômicos e do âmbito político, tal abordagem também foi alvo de contestação no campo metodológico.

No aspecto conceitual, Wilson entendeu que ela poderia ser considerada mais frágil, perdendo a elegância teórica em razão de uma estruturação que buscava caminhar entre as concepções neoclássica e dos regimes. Na concepção do autor, ela dedicava mais atenção do que o necessário para as decisões das elites, assim como também negligenciava as mudanças estruturais e de regras dentro do mercado energético, o seu caráter flutuante e os impactos de decisões políticas neste (Wilson, 1987, p.139).

Os três modelos paradigmáticos supracitados são relevantes porque provam a existência, ainda na década de 1970, de um esforço de construção teórica na área energética que toque o conteúdo das Humanidades. No entanto, e como foi possível observar, todas as abordagens apresentavam limitações e imperfeições teóricas ou de construção de perguntas/hipóteses que enfraqueceram suas análises, mantendo durante um período o campo teórico energético relativamente pouco desenvolvido. Porém, como nada existe no vácuo, a área energética continuou existindo e influenciando na vida do ser humano em sociedade, reforçando a necessidade de elaboração de modelos analíticos que garantissem a compreensão do sistema energético e arquitetassem respostas eficientes para os seus problemas.

Desde os anos 1980, e mais especificamente a partir do século XXI, o campo energético voltou a ser alvo de pesquisadores comprometidos com as ciências humanas e, desde então, relevantes pesquisas sobre energia e suas interseções com política, economia e sociedade ganharam destaque. Entre elas, destacam-se trabalhos como os de Daniel Yergin (1991; 2006; 2014; 2023) que explora a geopolítica da energia e sua influência nos conflitos globais; de

Michael Klare (2008; 2012), que investiga a segurança energética e a militarização das fontes energéticas, são fundamentais para compreender a complexidade do sistema energético contemporâneo; e de Benjamin Sovacool (2014; *et al*, 2015) que além de analisar as transições energéticas e os desafios para a sustentabilidade, também se dedica a sistematizar o campo de estudos energéticos, oferecendo estruturas teóricas abrangentes e metodologias inovadoras para a compreensão do setor. Essas contribuições tem, ao longo do tempo, ampliado o escopo teórico e metodológico do campo, oferecendo novas perspectivas para interpretar os impactos da energia nas relações internacionais, nas políticas domésticas e nos desafios ambientais globais.

Sobre a energia, ela é, sem dúvidas, um conceito transversal. Ao passo em que se relaciona diretamente com aspectos físicos do planeta, sendo central para a vida biológica do mesmo, ela também é central para a sobrevivência do ser humano, como dito anteriormente. É exatamente a característica dialética da sua relação com a humanidade – impactando as sociedades que modificam o meio ambiente em prol do seu próprio desenvolvimento – que a torna um conceito diverso e complexo. Até hoje as ciências naturais tem sido o foco das pesquisas relacionadas ao campo e com efeito tem provocado o desenvolvimento das tecnologias que promovem a expansão da produção energética no mundo. Apesar disso, e como Sorrell (2015) bem afirma, o(s) sistema(s) energético(s) tem enfrentado questões e desafios que são evidentemente não-tecnológicos, tocando desde o modelo de avanço tecnológico até a(s) forma(s) de utilização e produção energética mundiais. Então é natural que a resposta a esses problemas passe por investigações que consigam efetivamente tocar o cerne dessas disfunções. Mas qual lente de pesquisa utilizar se os esforços anteriores não conseguiram produzir respostas capazes de solucionar essas falhas?

Para responder esta pergunta, primeiro é preciso observar as características da energia. Mais do que um conceito transversal, a energia está inevitavelmente conectada à economia (Sorrell, 2015, p. 78). Ela abrange fluxos, estoques e instituições (Wilson, 1987, p. 128) e é formada por uma base que abrange três atores principais: Estados, empresas e instituições. Fenômenos que alterem o suprimento e/ou promovam escassez e energética podem causar revolta social nos países assim como gerar impactos de grande escala no mercado e política internacional. Assim, é possível definir que a energia é objeto da política doméstica e internacional, estando intrinsecamente conectada com os assuntos de segurança nacional, desenvolvimento econômico e bem estar social (Yergin, 1991).

Sobre o assunto, ainda hoje os hidrocarbonetos podem ser considerados as mais importantes matrizes energéticas mundiais, representando mais de 80% da energia produzida no mundo (EIA, 2023a). O acesso a esses recursos permite há séculos a manutenção dos

sistemas político-econômicos, sociais e militares nos Estados. Exemplos disso são: (1) o uso do carvão nas Revoluções Industriais que permitiu (e foi produzido por) um avanço tecnológico sem precedentes além de um desenvolvimento econômico notável a nível mundial e (2) o processo de transição energética do carvão para o petróleo durante a Primeira Guerra Mundial que transformou de vez a organização do fenômeno da Guerra (Garcez, 2020) e assim definiu, em última instância, a reorganização hierárquica do sistema internacional. A estes pode também ser somado o processo de massificação da produção e infraestrutura de transporte de gás natural a partir da segunda metade do século XX. A partir disso o recurso foi inserido de vez na vida social global, representando parte relevante da demanda de energia em diversas regiões do globo, com destaque para a Europa que uma das regiões com maior consumo energético a nível global.

Ademais disso, adiciona-se a eles a condição de recursos não renováveis, portanto finitos e escassos. Essa condição torna comum para cientistas políticos chamar essas matrizes de *bens estratégicos* (Van de Graaf *et al*, 2016). Isto porque, como bens finitos e intensamente demandados, passa-se a haver interesses de diversos atores, em especial Estados, pela obtenção desses recursos e naturalmente há o surgimento de disputas pelo acesso aos mesmos. No entanto, atualmente garantir apenas isso não é mais suficiente para manter a estabilidade de um Estado. É preciso garantir a acessibilidade qualificada a esses bens, ou seja: a aquisição sem interrupções, a preços acessíveis, desses recursos (IEA, 2023e; Van de Graaf *et al*, 2016). Portanto, a segurança energética¹², como é definida essa busca pela garantia da obtenção qualificada de recursos energéticos pela *International Energy Agency* (IEA), normalmente representa um dos pontos centrais das políticas governamentais.

Ao passo que as fontes fósseis são fundamentais para setores econômicos, civis e militares e o garantir o acesso qualificado esses recursos escassos é essencial para a manutenção saudável destes, é natural que as regiões ricas nessas fontes passem a ser alvos dos interesses de Estados e Mercados¹³. Historicamente esses interesses terminam por evoluir para disputas que, alinhadas em contextos político-sociais e econômicos específicos, tem grandes impactos

¹² De acordo com a IEA (IEA, 2023e), a segurança energética é definida como “o acesso ininterrupto, por preços acessíveis, a todos os recursos energéticos. De maneira semelhante, para Van de Graaf, Sovacool e Ghosh (2016), o desenvolvimento econômico e a prosperidade na sociedade moderna são impensáveis sem a previsão confiável de suprimentos energéticos em quantidades razoáveis, a preços acessíveis. Apesar das menções genéricas, os hidrocarbonetos representam a maior parte da produção e consumo energético mundial, então é natural que estes tenham relevância destacada no tema da segurança energética.

¹³ Entende-se que mercados são compostos por empresas privadas, estatais – representando Estados – e eventualmente outras instituições que sejam capazes de realizar em larga escala operações de compra e venda de bens no mercado internacional de energia.

nesses espaços, como é o exemplo das Guerras no Golfo (Yergin, 2014) e mais recentemente a corrida para o Ártico (Klare, 2012; Silva, 2019).

Posta a relevância inegável dos hidrocarbonetos, é imprescindível também mencionar que existe hoje em curso um processo de transição energética em direção a matrizes energéticas menos poluentes do que as fontes fósseis. Essa transição é pressionada pelos efeitos das mudanças climáticas ocasionadas pela grande emissão de gases de efeito estufa na atmosfera do planeta. No entanto, esse processo é de alta complexidade. De um lado governos e grandes empresas (inclusive das petrolíferas) tem realizado vultosos investimentos em projetos para o aumento da produção de recursos renováveis menos poluentes. De outro, parece distante o momento em que essas fontes ultrapassarão a produção das fontes fósseis. E isso ocorre por diversos motivos que podem ser divididos entre causas relacionadas aos fósseis e às energias renováveis.

O primeiro deles se deve a um conjunto de particularidades envolvendo os hidrocarbonetos como o sólido grau de investimentos recebidos para a produção desses combustíveis fósseis. Outro aspecto sobre a resiliência dos fósseis como matriz energética mundial tem a previsão de contínuo aumento ou manutenção relativamente estável da sua demanda nos próximos anos (IEA, 2023a; IEA, 2023b; IEA, 2023c). Além disso, a configuração da infraestrutura e logística energética hoje, desde a produção até o consumidor é baseada nos combustíveis fósseis. Essa característica consolida toda uma cadeia produtiva importante para diversos países e sociedades. Portanto, o caminho para a diminuição dessa produção passa por construir estruturas que possibilitem a troca desses recursos por outros minimizando todos os impactos socioeconômicos de uma transição de tal porte, algo que demanda tempo, volumosos investimentos e políticas públicas eficientes e inclusivas.

Quanto às energias renováveis, a falta de estrutura mencionada acima é uma barreira ao avanço dessas energias. Não apenas como barreira física, como também uma barreira financeira e sociológica já que a falta de infraestrutura torna, em geral, a produção mais cara, mais desafiadora e por ocasiões uma novidade para diversas comunidades. No caso comunitário, nem sempre elas foram agentes participativas nos processos de elaboração do setor de renováveis, o que pode resultar em falhas de projeto que impactam diretamente na vida das populações. Além disso, ainda há questões quanto à viabilidade da produção em larga escala, ainda mais se tratando de diferentes tipos de energias renováveis, com distintas características. Questões sobre a eficiência energética de cada fonte, viabilidade econômica, previsibilidade de produção, entre outras, acabam por limitar a velocidade do avanço da capacidade produtiva no setor de renováveis que hoje é responsável por menos de 15% da produção total de energia mundial

(IEA, 2023d). Ainda assim, as energias renováveis estão entre as fontes que mais tem recebido investimentos e se desenvolvido nos últimos anos, o que novamente confirma a existência de um processo de transição energética em curso.

De toda forma, o sistema energético mundial tem adquirido essa característica transitória que tem exacerbado as já existentes disputas por recursos. Esse cenário foi exposto em 2014 pelo então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, nos seguintes moldes: *‘The “Great Game” of geopolitics has made an unwelcome return and this is being particularly felt in the area of energy’* (Barroso, 2014). Essas disputas abrangem Estados, empresas e instituições envolvidos no sistema energético e tem provocado impactos relevantes na ordem internacional. Assim, não foi de se espantar que o tema da energia tenha voltado a figurar entre os interesses de cientistas e pesquisadores das ciências humanas. E aí pode-se voltar pra pergunta que tem estado presente durante toda esta explanação: qual lente utilizar para promover análises que identifiquem e promovam soluções eficientes para estas e outras questões que tem afligido o sistema energético? A bem da verdade é que em alguma medida a resposta já vinha sendo dada por um certo grupo de pesquisadores: a Economia Política Internacional.

A Economia Política Internacional (EPI) definitivamente não é um campo de estudos unânime ou uniforme (Van de Graaf *et al*, 2016). Como um campo de estudos, a EPI emergiu também na década de 1970 (Klare *et al*, 2016; Ravenhill, 2008; Frieden; Lake, 2000) como um esforço teórico com objetivo de explicar uma série de transformações no Sistema Interestatal Capitalista¹⁴. Naquele momento as pesquisas do campo de Relações Internacionais que abordavam a política das relações econômicas internacionais (Strange, 2015) falhavam em explicar os fenômenos da época (Ravenhill, 2008. p. 540). Diversos pesquisadores, como por exemplo os seguidores da Teoria Realista das Relações Internacionais, não estavam preparados para explicar como questões econômicas e outros atores que não governos afetavam o sistema internacional (Van de Graaf *et al*, 2016; Strange, 2015). No entanto, havia uma urgência geral de se compreender eventos como o fim do padrão dólar-ouro ou o Primeiro Choque do Petróleo. Assim, uma corrente de cientistas intelectualmente interessados em vencer tal desafio e oferecer respostas para as questões levantadas por tais fenômenos voltaram a se debruçar nos ricos estudos da economia política.

O resultado foi o surgimento de um campo epistemológico que, colocando de maneira

¹⁴ Esta pesquisa entende que o Sistema Internacional é um sistema composto por Estados que estão inseridos dentro de uma configuração econômica específica: o capitalismo. Portanto, é uma escolha de pesquisa utilizar o termo Sistema Interestatal Capitalista para se referir ao Sistema Internacional.

simples, busca entender as relações entre a economia e a política na arena mundial (Frieden; Lake, 2000, p.1). A Economia Política Internacional é o resultado de pesquisas de cientistas que, em geral, reconheciam o que Susan Strange (2015) apontava em *States and Markets*: que a política e a economia tinham uma relação dialética e era necessário criar uma estrutura analítica que diagnosticasse os impactos dessa relação na condição humana. Outra definição particularmente bem aceita entre pesquisadores é a de que a EPI é o estudo de como o governo, ou o “Estado”, interage com o setor privado, ou “o mercado”, no nível internacional (Gilpin, 1987). E o consenso dentro da epistemologia acaba aí. Há muitas divergências no campo, pouca congruência entre os pesquisadores, ou como bem colocam Van de Graaf *et al* (2016) e Ravenhill (2008, p. 542), há muita tolerância com o ecleticismo.

Para esta pesquisa, chama a atenção o fato de que desde a emergência da disciplina como um campo de pesquisa em vias de estruturação, o tema da energia foi tocado pelos pesquisadores da Economia Política Internacional em diversas ocasiões. Prova disso um dos postulados de Susan Strange (1988), uma das mais importantes pesquisadoras da EPI, em seu livro seminal *States and Markets*. Para a autora, a energia é a condição *sine qua non* para o exercício do poder na economia política internacional (Strange, 2015). Ademais, é possível notar a existência de debates no campo que tocam a área energética, como: (1) a teoria da dependência, companhias petrolíferas e cartéis de mercadorias; (2) o efeito da “maldição dos recursos” e o impacto das rendas do petróleo nas estruturas estatais entre os estados ricos em petróleo; (3) segurança energética e geopolítica; (4) cooperação internacional e instituições energéticas; (5) variantes ou variedades do capitalismo; e (6) privatização e liberalização do mercado.

Esses debates configuram a criação de agendas de pesquisa que podem ser interpretadas como bases da criação de um campo do conhecimento que tem sido denominado por Economia Política Internacional da Energia (Van de Graaf *et al*, 2016). Esse campo, ou subcampo da EPI, é o que mais consistentemente debate as questões energéticas de forma transdisciplinar nos últimos anos. É nele onde há o esforço de construção teórica sobre o setor energético mundial, buscando respostas para questões quanto garantia de suprimentos, flutuações de preços no mercado internacional. Também nele há a expansão do campo energético para além do campo econômico, com a busca pela mensuração dos impactos das ações nesse campo para a sociedade, com os debates sobre o processo de transição energética, justiça climática e energética. Portanto, ele pode ser utilizado para a elaboração de paradigmas teóricos que ajudem a explicar o funcionamento do campo energético a nível internacional.

Dos debates supracitados, alguns servirão como arcabouço para esta tese porque parte

de premissas e tocam agendas alinhadas com o tema desta pesquisa. A energia deve servir aos seres humanos, todos eles, e uma agenda de pesquisa unidimensional não é capaz de criar políticas eficientes que consigam prover serviços energéticos de forma igualitária para todos. Nesse sentido, a EPI – com sua característica transdisciplinar – pode realizar importantes contribuições analíticas ao campo energético. Como aponta Van de Graaf *et al* (2016), a EPI pode demonstrar como as estruturas políticas e suas interações afetam os mercados energéticos, reforçando seu poder. Também pode revelar os interesses escusos e/ou dinâmicas de poder/dinheiro que muitas vezes estão por trás de certas políticas energéticas. Ou também pode demonstrar quais são as disputas e quem são os beneficiados e perdedores com determinadas escolhas de políticas energéticas.

2.2. Energia e Território

Como um campo de estudo transversal, a Economia Política Internacional dialoga diretamente com uma variedade de conceitos e abordagens derivadas outras epistemologias, utilizando-os como importantes ferramentas de análise das dinâmicas políticas e econômicas se entrelaçam dentro do sistema internacional. No contexto das questões energéticas, essa perspectiva permite compreender como a produção e distribuição de energia transcendem aspectos puramente técnicos, envolvendo disputas políticas, interesses econômicos e estratégias geopolíticas que, em última instância, se materializam em concretizam em áreas moldadas pela ação humana e pelas dinâmicas de poder. A energia, portanto, não é apenas um recurso, mas um vetor de poder que molda e é moldado por relações sociais, impactando espaços, redes de influência e configurando desigualdades regionais.

A presente seção busca analisar os conceitos de energia e de território com a pretensão de estabelecer uma base teórica sólida para a presente pesquisa. Ao articular tais conceitos, pretende-se não apenas esclarecer seus significados e inter-relações, mas também situá-los como elementos centrais para a análise central da tese, contribuindo para a construção do arcabouço analítico desta pesquisa.

2.2.1 Notas teóricas sobre espaço, território e territorialidade ¹⁵

Dois importantes componentes do que entendemos por recursos energéticos são seus componentes espacial e territorial. Sobre eles, não se enganem: não são equivalentes (Sposito,

¹⁵ Esta seção é uma versão atualizada de uma pesquisa anteriormente apresentada no Encontro Nacional de Economia Política Internacional (ENEPI, em 2019. Sua primeira versão foi publicada nos anais de tal evento).

2004) e o espaço é anterior ao território (Raffestin, 1993, p. 143). O espaço é definitivamente um conceito muito elaborado pela filosofia, tendo sido uma fonte de preocupação e observação constante (Santos, 1988). Em uma busca por definir conceitualmente o espaço, Ernst Cassirer (1957) chega na concepção de que há mais de uma dimensão para o mesmo. Para o autor, o espaço não é um objeto independente que é representado para a sociedade, que se apresenta e deve ser reconhecido por certos sinais. Ele é, antes, um modo particular, uma espécie de esquematismo peculiar da sua própria representação. E é através deste esquematismo que a consciência ganha a possibilidade de uma nova orientação (Cassirer, 1957, p. 149). Também para o filósofo alemão,

não há uma só criação do espírito humano que não esteja, de alguma forma, relacionada com o mundo do espaço e que não busque, de alguma maneira, sentir-se à vontade dentro dele. Tentar conhecer este mundo e dar o primeiro passo no sentido da objetivação, através da apreensão e da determinação do ser (Santos, 1988 *apud* Cassirer, 1957; Cassirer, 1957, p.150)¹⁶.

No que tange a presente pesquisa, é a dimensão física ou geográfica do espaço que é objeto de interesse. Ela, o espaço físico, é por muitos considerada como a matéria-prima do território; é preexistente a qualquer ação, quaisquer conhecimentos e qualquer prática da qual poderá (deverá) ser objeto a partir do interesse de algum ator dele se apoderar (Raffestin, 1993). O espaço no planeta Terra é a natureza física limitada apenas pelas três dimensões determinadas mais conhecidas: da distância, área ou volume. Ele vai desde os oceanos até os maiores picos terrestres, passando pelos ares.

Por sua vez, é possível determinar que o território consiste de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza (Gottmann, 2012). Mas como o geógrafo cosmopolita Jean Gottmann afirmava, seria impossível definir o território como um fenômeno puramente físico. Pelo contrário: é de certo consenso no campo da Geografia que o território é construído a partir da ação de apropriação territorializadora em um determinado espaço que pode ser definida como um processo de territorialidade (Raffestin, 1993; Gottmann, 2012; Castro, 2005). Por territorializadora pode-se entender muitos processos,

¹⁶ Tradução realizada por Milton Santos (1988) sobre a seguinte passagem do livro “The philosophy of symbolic forms, volum III” de Erns Cassirer (1957): “There is no achievement or creation of the spirit which is not in some way related to the world of space and which does not in a sense seek to make itself at home in it.”. Cabe destacar que foi feita uma escolha racional por manter a tradução realizada por Milton Santos em razão da qualidade e capacidade de síntese da mesma.

inclusive de dimensão abstrata¹⁷, que podem ser simétricos – equilibrados e harmônicos – ou dissimétricos (Raffestin, 1993). Por exemplo: o espaço pode e tem sido ocupado ao longo do tempo por seres humanos ou groupações/pequenas comunidades de indivíduos. Essa ocupação tem ocorrido de forma aleatória, regular ou concentrada a depender da necessidade ou conveniência que são determinadas a partir de fatores como distância e acessibilidade. Nesse sentido, a distância é também representação de diversas interações como a espacial entre dois locais, mas também econômica, política, social e cultural. As interações resultam em sistemas de malhas, nós e redes que são inseridas no(s) espaço(s) e constituem o território (Raffestin, 1993).

Tais sistemas redes, nós e malhas permitem ou são base essencial para a criação de ordenamentos, assim como permitem assegurar controle sobre tudo aquilo que pode ser alocado, distribuído ou possuído. Isso significa que esses sistemas são parte constituinte do “exercer” poder em um determinado espaço. É a partir disso que se pode entender como é definitivamente constituída a lógica de território. Assim, entende-se que o território é a base material e simbólica da sociedade e a representação material das arenas de interesses e das disputas de atores sociais no mundo em que vivemos (Castro, 2005). No entanto, e até por ser produto do construto social, o conceito de território tem outras dimensões¹⁸ (Haesbaert, 2004, p.43), além de um caráter transitório, multiterritorial, sempre afetado pelas relações humanas.

Rogério Haesbaert da Costa (2004; 2007), geógrafo brasileiro, é um desses pesquisadores que buscam ampliar o conceito de território. Ele propõe que a territorialidade não se limita à uma dimensão, abrangendo relações políticas, culturais e econômicas. Ele reflete sobre como as pessoas organizam, utilizam e atribuem significado à terra e argumenta que o Sistema Internacional atualmente experimenta uma "multiterritorialidade", com diversos processos de desterritorialização e reterritorialização ocorrendo simultaneamente, em constante dialética uns com os outros. Nessa perspectiva, o território é concebido com uma dupla conotação, tanto material quanto simbólica, relacionando-se tanto com a terra fisicamente quanto com o poder simbólico (Haesbaert, 2004, 2007).

Ainda no debate dimensional, Haesbaert (2004) entende que o território está intrinsecamente ligado ao poder simbólico de dominação e apropriação, podendo assumir

¹⁷ Raffestin (1993, p.143) explica esta dimensão abstrata de territorialização como a ocupação do espaço por meio da representação.

¹⁸ Segundo Haesbaert (2004), há várias dimensões para o que se compreende por território, como a simbólica, a dimensão locacional produtiva, temporal, a subjetiva ou da identidade pessoal, a que inclui a relação indivíduo-natureza, entre outras. Elas são analisadas por diferentes epistemologias, como a Ciência Política, Economia, Antropologia, Ciências Sociais, Psicologia e, claro, a Geografia.

diversas formas políticas, econômicas ou culturais. Sua teoria dialoga com a Teoria do Poder Global de José Luís Fiori (2004), que concebe o poder como um fluxo que requer exercício para existir. Assim como outros autores mencionados, Haesbaert (2007) reconhece a importância da base material e física do território enquanto enfatiza sua dimensão simbólica e multidimensional, especialmente no contexto econômico.

Para facilitação da compreensão sobre as diferentes noções do território assim como o direcionamento prévio das definições que utilizaremos nessa pesquisa, utilizar-se-á duas contribuições do campo geográfico para o conceito de território. A primeira é a condição histórica da noção sobre território. Segundo o geógrafo Eliseu Savério Sposito (2004), não há formas de pensar o conceito que não sejam históricas porque quando se estuda território é inevitável a utilização da categoria temporal de análise para a contextualização dos fatos. Essa pesquisa está de acordo com essa reflexão e o leitor perceberá que não haverá discussão realizada aqui que não esteja exposta as condicionantes do tempo em que os fatos ocorreram. A segunda contribuição que impacta diretamente a pesquisa é a síntese realizada pelo geógrafo Rogério Haesbaert da Costa (2004; 2007). A síntese será em parte utilizada aqui por facilitar a compreensão do conceito e por apontar para caminhos que essa pesquisa pretende explorar.

Sobre o esforço sintetizador realizado por Haesbaert (2004), o autor agrupa as noções de território em três vertentes básicas: cultural ou simbólico-cultural, política ou jurídico-política, e econômica. Começando pela dimensão cultural, nesta vertente de análise do território, ele é visto “como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a um espaço vivido” (Haesbaert, 2004, p.40). Dado que tal categoria tem caráter mais subjetivo e simbólico, ainda que seja de fundamental importância para compreender determinados fenômenos sociais, ela não deve ser fruto de análise nesta pesquisa. Em compensação, se a vertente supracitada não deve ser prontamente utilizada nesta pesquisa, as outras duas vertentes influenciam diretamente o presente trabalho.

A dimensão do território político ou jurídico-política é, talvez, a mais difundida a nível mundial (Haesbaert, 2004, p. 40). Objeto de análise da Ciência Política, ela relaciona o território com as relações de poder. Nela, ele é percebido enquanto um espaço delimitado, controlado e através do qual se exerce poder geralmente, mas não unicamente, interligado com o poder político do Estado (Haesbaert, 2004, p.40). Dessa forma, para compreender essa dimensão, é preciso também compreender os Estados.

O fenômeno do surgimento dos Estados nacionais resultou de uma série de transformações sistêmicas que ocorreram durante o período que abrange o declínio do feudalismo, as grandes navegações e o início da era capitalista pré-Revolução Industrial. No

entanto, a formação dos Estados nacionais também marcou uma mudança profunda na organização espacial global, provocando um interesse renovado na compreensão do novo mundo em desenvolvimento. Esse interesse levou à formulação formal de vários conceitos destinados a explicar as mudanças que estavam ocorrendo, especialmente em relação à nova divisão espacial emergente. Um desses foi a noção política de território.

Durante um longo período foi comum a realização de uma ampla associação do conceito de território com à ideia de espaço físico sob a administração de uma autoridade com poderes suficientes para organizá-lo¹⁹. Essa associação tornou-se particularmente evidente durante a consolidação dos Estados nacionais, quando questões de defesa e afirmação de soberania nacional passaram a ter importância destacada. Neste contexto desenvolveu-se a ideia de território político, centrada principalmente nas questões de segurança nacional. As abordagens tradicionais da Geografia Política e Geopolítica, por exemplo, perpetuaram essa associação, ao considerarem o sistema internacional sob a perspectiva da segurança e do conflito armado.

A ideia de território nacional vem impregnada da naturalização da relação entre espaço e Estado. Ela é proposta por diversos autores da Geografia Política, Geopolítica e da escola realista das Relações Internacionais como a consequência direta de processos políticos. Um exemplo disso é o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (2011; 2019), autor considerado um dos pensadores clássicos da Geografia Política, e o criador do conceito de espaço vital que influenciaria diversos geógrafos alemães até a Segunda Guerra Mundial²⁰. Ratzel (2011; 2019) considerava o Estado um organismo vivo composto por uma humanidade que tem como corpo físico o espaço territorial. Para ele, o Estado nacional passava por todas as fases de um organismo vivo comum como o nascimento, crescimento, decadência e morte. Dessa forma, para o autor era inevitável que houvesse disputas para a manutenção da vida do organismo que o Estado representava. O território é considerado tão essencial ao Estado na visão ratzeliana que o autor acreditava que a sobrevivência de uma nação estava ligada com sua capacidade de defesa e expansão territorial. Assim, Friedrich Ratzel criou o conceito de espaço vital ao definir um espaço geográfico específico o qual a Alemanha deveria ocupar para ter todos os bens naturais necessários para manter-se seguro (Ratzel, 2011, 2019).

No entanto, a concepção mais tradicional de território nacional, que valoriza excessivamente o Estado-Nação e sua relação com o espaço físico, tem se revelado cada vez mais limitada na explicação de diferentes formas de territorialização observadas no cenário

¹⁹ Entende-se por organização a capacidade de imposição de todo um sistema de gerenciamento do espaço por meio de leis que são respeitadas e/ou efetivamente impostas pelo uso da força militar sob a regência governamental.

²⁰ Este tópico será abordado de forma mais aprofundada na próxima seção.

internacional contemporâneo. Essa concepção estreita dificulta a compreensão da produção do espaço e dos processos de territorialização, refletindo-se na dificuldade em explicar fenômenos antigos e outros que têm surgido nos séculos XX e XXI. Além disso, os avanços tecnológicos têm desafiado os antigos limites físicos que fundamentaram o conceito de território nacional por tanto tempo. Como o geógrafo francês Jean Gottmann (1975) observa, o território permanece uma preocupação central na política contemporânea, mas o próprio conceito está passando por mudanças significativas, refletindo novos princípios que orientam a organização do espaço. O autor argumenta que o território sempre desempenhou duas funções básicas: a segurança e o acesso a oportunidades. Embora a segurança tenha predominado durante a maior parte da história entre os séculos XV e XX, especialmente em contextos de guerra, a organização do território em termos econômicos também tem sido relevante, como demonstram os períodos após as Revoluções Francesa e Americana (Gottmann, 1975).

Um ponto crucial na evolução do conceito de território e em sua relação com novas oportunidades é o impacto da inovação tecnológica na formação, consolidação e redefinição das nações. Essas inovações não apenas transformaram a forma como os territórios são administrados e controlados, mas também ampliaram as oportunidades econômicas e políticas, alterando as fronteiras tradicionais e introduzindo novas arenas de disputa e cooperação.

Ao longo do tempo, a evolução tecnológica transformou conceitos fundamentais para o sistema internacional, como território e soberania nacional, ampliando a capacidade de intervenção humana em espaços anteriormente inacessíveis e expandindo o próprio conceito de soberania. Um exemplo desse processo são os avanços na exploração de bens naturais em regiões antes inóspitas como no Ártico ou em águas profundas em oceanos e outras formações marítimas como é o caso do Mar Cáspio a partir do século XXI²¹. No entanto, ao mesmo tempo que permitiram essa expansão, as novas tecnologias também facilitaram a globalização e a interdependência econômica entre os Estados, desafiando a concepção tradicional de soberania.

Ao analisar esses processos, Gottmann (1975) sugere que houve uma mudança na organização territorial, com uma crescente priorização das questões econômicas em detrimento das preocupações com segurança nacional. Essa reflexão vai de acordo com a ideia de território econômico, uma das vertentes básicas da noção de território explicitadas por Haesbaert (2004). Na visão de Haesbaert, a noção de território econômico, pouco difundida, enfatizaria a dimensão espacial das relações econômicas, colocando o território como fonte de recursos e

²¹ Os avanços tecnológicos que tem rompido fronteiras exploratórias no Mar Cáspio será abordado de forma mais aprofundada em capítulos futuros.

incorporado na luta entre classes. Essa dimensão também estaria nas relações capital-trabalho como produto da divisão territorial do trabalho.

Sobre a noção de território em termos econômicos, Gottmann (1975) destaca as Revoluções Francesa e Americana como exemplos de união territorial não baseada principalmente em segurança, mas sim na economia, através da integração dos mercados e da livre circulação de pessoas. Essa ideia de integração por meio dos mercados também é evidente no pensamento do economista alemão Friedrich List. Inspirado nos Estados Unidos, List (1997; Padula, 2007) via na formação da união aduaneira alemã (*Zollverein*) um impulso para a unificação política da nação alemã. O autor também defendia o protecionismo governamental como uma estratégia para o desenvolvimento econômico alemão, em contraposição ao livre-comércio preconizado por Adam Smith, que List considerava favorecer apenas países como a Inglaterra, já industrializados e em busca de novos mercados (1997, Padula, 2007).

List (1997; Padula, 2007) argumentava que a Alemanha, em seu estágio inicial de desenvolvimento industrial, precisava proteger sua indústria emergente dos competidores estrangeiros, especialmente da indústria inglesa estabelecida. Nessa perspectiva, o território era visto como um recurso estratégico para a segurança econômica e industrial alemã, onde se poderia aproveitar as riquezas internas e realizar cooperação entre as diferentes economias regionais. No entanto, para List (1997; Padula, 2007), o objetivo não era apenas acumular riqueza, mas também aumentar o poder nacional. Ele enfatizava que o aumento da riqueza nacional estava intrinsecamente ligado ao aumento do poder nacional e vice-versa. Assim, suas considerações sobre a organização territorial tinham um caráter tanto econômico quanto político, visando a construção de uma Alemanha poderosa e economicamente competitiva.

Ao pensar na organização do território em termos de desenvolvimento industrial, o autor ainda buscava criar condições para que a indústria alemã pudesse competir com as potências industriais estabelecidas, como a Inglaterra (1997; Padula, 2007). Embora sua análise não tenha refletido sobre uma nova concepção de território, suas ideias geopolíticas visavam ao fortalecimento econômico e político das nações que ele estudava, em busca de poder e riqueza, concebidos como elementos inseparáveis de sua visão. Essa abordagem posteriormente ecoou em teorias da economia política, especialmente no contexto das disputas capitalistas no sistema internacional, ampliando o debate sobre o papel do território na busca pelo poder e riqueza.

Outro autor que amplia o debate em torno do papel do território é Rudolph Hilferding (Hilferding, 1985). Em sua obra "O Capital Financeiro", o autor aborda uma discussão marxista sobre a essência do capital financeiro e seu papel central na estruturação dos espaços econômicos (Hilferding, 1985). Ele também examina o fenômeno do neoimperialismo ao

analisar a formação dos cartéis na Alemanha e dos trustes nos Estados Unidos. Embora sua análise remonte ao início do século XX, antes das Guerras Mundiais, continua relevante, pois investiga os mecanismos que conectam a geopolítica à acumulação de poder e à geração de riqueza. Nesse sentido, Hilferding (1985) vai além de abordagens mais binaristas do conceito de território (Estado versus Mercado), e emprega uma visão dialética. O autor encara o território não apenas como uma entidade física, mas também como um conceito simbólico, cuja manifestação tangível é crucial para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (Hilferding, 1985).

No início de seu livro, ao discorrer sobre a exportação de capital e a disputa pelo território econômico, Hilferding (1985) explica que enquanto o protecionismo fragmenta os territórios econômicos nacionais, a internacionalização do capital valoriza esses espaços. Quanto maior o território econômico, mais viável se torna a divisão internacional do trabalho e outras estratégias que reduzem os custos de produção e maximizam os lucros. Ele reflete sobre o livre-comércio como um ideal liberal, uma extensão do pensamento de List²² sobre Adam Smith (List, 1997, Padula, 2007). Para Hilferding, essa abertura comercial beneficia principalmente as economias capitalistas já consolidadas (Hilferding, 1985).

Hilferding (1985) argumenta que a relação entre Estado e empresas surge da necessidade de proteger o capital nacional frente aos investimentos estrangeiros, gerando um território econômico seguro para o desenvolvimento local. Essa proteção é viabilizada pelo Estado, utilizando sua força e meios para criar um ambiente favorável ao capitalismo. Essa interação resulta na formação de cartéis e grandes corporações. Além disso, o Estado atua na expansão internacional dessas empresas, visando novos mercados e recursos, numa disputa intercapitalista que não se limita ao mercado doméstico, mas se estende globalmente.

Nesse contexto, o território econômico é instrumentalizado para garantir a acumulação de capital e a competitividade das empresas no mercado internacional. Hilferding (1985) destaca que esse processo difere da visão de Ratzel (2011) ou de List (1997), pois não visa apenas o fortalecimento nacional, mas sim a expansão do capital em si. Ele argumenta que o capital financeiro surge da necessidade de proteção do capital nacional, desencadeando um ciclo de desenvolvimento que culmina na exportação de capital e na internacionalização do capitalismo.

²² Para o autor, List não refuta o livre-comércio. Segundo Hilferding (1985, p. 286): “o sistema de List é uma política econômica que torna possível o sistema do livre-comércio ao propiciar o desenvolvimento de uma indústria nacional para a qual o sistema do livre-comércio é o mais apropriado”. Ainda para o autor, as tarifas educativas temporárias de List tinham como finalidade equilibrar a diferença econômica entre a Inglaterra e a Alemanha.

Embora o pensamento de Hilferding (1985) esteja enraizado no contexto imperialista do século XX, sua análise se estende a situações contemporâneas, como as maquiladoras no México, que exemplificam a expansão do território econômico além das fronteiras nacionais. Ele ressalta a importância do crédito e das sociedades anônimas nesse processo, que facilitam a exportação de capital e dificultam a nacionalização dos lucros. Portanto, mesmo em meio à financeirização atual, o conceito de território econômico permanece relevante, embora sua compreensão tenha evoluído para uma perspectiva mais econômica do que meramente territorial.

De um modo geral, a maioria das discussões na Economia Política clássica sobre o território tem sido tradicionalista, enfatizando questões de segurança, guerra e nação. No entanto, algumas abordagens mais recentes têm ampliado esse debate, tornando-se fundamentais para compreender o funcionamento contemporâneo do mundo. Esses diálogos exploram o território e suas práticas de territorialização, observando suas interconexões com a política e a economia dentro do contexto do sistema capitalista. O conceito de território não se restringe mais apenas à segurança e à guerra, mas expande-se para abranger uma gama mais ampla de influências na Economia Política, Relações Internacionais e outros campos do conhecimento.

Os processos de territorialidade emergem conforme as sociedades utilizam e constroem espaços de maneiras diversas. Esses usos do território físico frequentemente afetam o ordenamento internacional, exercendo pressões sobre Estados e regiões. Por exemplo, a exploração de recursos energéticos tem implicações significativas tanto local quanto globalmente. Uma ilustração disso é o controle exercido pela Rússia sobre os fluxos de gás natural em regiões como o Cáucaso e o Mar Cáspio que será abordado nos próximos capítulos. Nesse caso, o domínio sobre infraestruturas energéticas e rotas de transporte se torna uma ferramenta de influência geopolítica que impacta os países diretamente envolvidos, mas também repercute nas relações internacionais mais amplas, afetando a segurança energética da Europa e reconfigurando alianças regionais. Da mesma forma, no âmbito do território econômico proposto por Hilferding, pressões políticas, como no caso da venda da Unocal em 2005²³, destacam a importância do uso do território para manter o poder econômico e político. Esses exemplos ilustram como novas formas de territorialidade estão em constante evolução, moldando e sendo moldadas pelas dinâmicas sociais, políticas e econômicas em curso.

²³ Este caso será abordado de forma mais aprofundada na próxima seção.

2.2.2 Notas teóricas sobre a matéria, recursos e tecnicidade

Na seção anterior utilizou-se a ferramenta de revisão bibliográfica para contextualizar os leitores sobre o debate entorno do conceito de território, além de alinhá-lo em direção à reflexão proposta por esta pesquisa. Nesta será realizada uma essencial abordagem conceitual sobre o que são os conhecidos “recursos naturais”, termo sabiamente contestado por Raffestin em abordagem que será aqui apresentada (1993). Aliás, a discussão a ser realizada nas próximas páginas embasa-se nas contribuições realizadas pelo geógrafo francês em seu conhecido livro “Por uma Geografia do Poder” (Raffestin, 1993).

Conforme explica Raffestin (1993, p. 223) de forma assertiva, existe uma lógica de equivalência na estrutura relacional entre os conceitos “espaço, território e territorialidade” e “matéria, recursos e tecnicidade”. Para o autor, a matéria – também denominada como substância – pode ser encontrada na superfície do planeta Terra ou é acessível a partir da mesma. A sua existência, assim como o espaço, antecede – e não condicionada – a existência do ser humano, o que a torna próxima a um “dado” (Raffestin, 1993). Como um dado, ela pode ser catalogada como pura, resultando de forças da natureza que agiram ao longo do tempo, mas que não tiveram qualquer relação com a Humanidade e suas práticas. No entanto, não ter sido fruto do intervencionismo do ser humano não impede que a matéria possa vir a entrar em contato com ele. E é aí que se abre um caminho de possibilidades envolvendo a mesma e as sociedades (Raffestin, 1993). Um exemplo dessas possibilidades é a produção de matérias que não existem na natureza e que podem ou não ter utilidade imediata.

Ainda que nem sempre as possibilidades – na dimensão simbólica – se realizem, as que efetivamente se realizam produzem características de propriedade nas matérias. Essas propriedades são resultado de processos instáveis, relacionais, temporais, analíticos e empíricos de ações humanas (trabalho) sobre a matéria (Raffestin, 1993; Becht; Belzung, 1975; Connelly; Perlman, 1975). Outra característica relevante desses processos é o seu caráter infinito/ilimitado. Todo processo de ação é inesgotável em si mesmo, portanto as possibilidades de criação de características materiais são infinitas; ainda que uma característica não seja útil à humanidade, ela pode vir a evoluir por meio do trabalho humano e se tornar uma propriedade adquirida essencial para a sociedade (Raffestin, 1993; Becht; Belzung, 1975; Connelly; Perlman, 1975). Raffestin (1993, p.224) e Connelly e Perlman (1975) dão como exemplos dessa característica os casos do carvão e alumínio. No caso do carvão, este foi, durante séculos, considerado uma matéria sem utilidade até que por meio de ações (intencionais e não intencionais) descobriu-se suas propriedades como combustível, fonte aquecedora, entre outras.

De outro lado, o alumínio, um metal abundante no espaço terrestre, só passou a ser comercializado no século XX quando foram desenvolvidas tecnologias e técnicas para facilitar sua esmaltação.

Nesse sentido, cabe perceber o poder refletido nas ações do ser humano sobre a matéria. Esse poder ou capacidade sobre ingerência na matéria, é ainda mais exacerbado com o “crescimento correlativo das classes de propriedades e das classes de utilidades” (Raffestin, 1993. P. 225). Isto porque o ser humano não se interessa pela matéria bruta, mas sim pelas suas propriedades úteis para as sociedades (Raffestin, 1993; Connelly; Perlman, 1975). É neste momento, quando a matéria é convertida em um conjunto de propriedades a partir de uma ação/trabalho, que ocorre a transformação do conceito de matéria em recurso.

Como expõem Becht e Belzung em seu livro *World resource managment: key to civilization and social achievement* (1975, p.22): “(...) the term “resources” is neither easy to define nor easy to delimit in scope. (...) the word refers to a function, rather than to a thing or a substance”²⁴. O recurso é um conceito dinâmico que opera dentro de um sistema fechado e limitado que é o planeta Terra ou, mais especificamente, a natureza²⁵ (Becht; Belzung, 1975, p.23). Ele é produto direto de uma relação de poder, portanto politizada, do ser humano com o meio que habita. Por ser um produto da ação de um ator capaz de mobilizar uma técnica para modificar um ou mais elementos, Raffestin (1993), Becht e Belzung (1975, p.24-25) se colocam contrários a definir o conceito como recursos naturais. Para os autores, suas características fluidas, transitórias tornam os recursos não naturais e apenas as matérias podem responder por tal título, justamente por serem inertes e representarem elementos sem a ação humana.

Enquanto os conceitos de matéria e recurso já foram apresentados, ainda carece a explanação sobre a noção de tecnicidade. Para Raffestin (1993), a tecnicidade é mais do que semelhante à territorialidade, ela é um apêndice ou um subconjunto da territorialidade e pode ser definida como um conjunto de relações e ações. Neste caso, são as relações e/ou ações do indivíduo e/ou de grupos de indivíduos com as matérias que eles têm acesso. A tecnicidade, assim como a territorialidade, exprime relações de poder com a matéria, mas também com outras dimensões como a do espaço-tempo. Se o ser humano atua sob uma matéria, ele atua em um determinado *espaço* durante um *período temporal*. Aqui podemos citar o caso de recursos

²⁴ Em tradução livre: “O termo “recursos” não é fácil de definir nem de delimitar em escopo. (...) a palavra se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância.”.

²⁵ Como bem apontado pelos autores, ainda que o ser humano não tenha noção da quantidade exata, a Terra tem apenas uma quantidade limitada de água, terra e outros elementos básicos (Becht; Belzung, 1975, p. 23).

energéticos como o carvão, o petróleo e o gás natural como exemplos da ação humana em espaços com reservas desses materiais ao longo do tempo.

Por fim, tão importante quanto as características supracitadas é o caráter simétrico (harmônico e não destrutivo) ou dissimétrico (destrutivo) da tecnicidade com o meio ambiente. Raffestin (1993, p.227) entende que nossa tecnicidade é dissimétrica e, portanto, coloca uma decisão a ser realizada pela Humanidade: ou se modificam as práticas e ações no meio alcançável ao ser humano ou faltarão matérias no futuro mais ou menos próximo. Para o autor que escreve em 1993, naquela época já existia o risco de o mundo sair de um período de substituição desejada, onde produz-se os novos bens a partir de práticas mais modernas, para entrar em uma era de substituição por obrigação ou imposta, com materiais em extinção obrigando a humanidade a buscar outras alternativas em meio a sua escassez.

Atualmente parecem ser cada vez mais factível os impactos da tecnicidade dissimétrica na nossa sociedade. Primeiro, cada vez mais somos confrontados com a limitação espacial terrestre. Se até a Primeira Revolução Industrial o trabalho era prioritariamente realizado pelo indivíduo e alguns poucos animais sob sua gerencia, após ela o ser humano passa a ter um papel mais regulador e seu trabalho é ampliado por máquinas que produzem em escalas muito maiores do que outrora. Esse aumento da produção necessariamente significa uma maior pressão e demanda sobre os recursos existentes.

Sobre os recursos, estes podem ser renováveis, dependentes da realização total do ciclo da fotossíntese, ou não renováveis, como é o caso das maiores matrizes energéticas mundiais. No caso dos renováveis, a sua quantidade pode variar ao longo do tempo a humanidade se empenhou para fazer essa produção aumentar (Raffestin, 1993). Dos renováveis, o solo cultivável e a água são os recursos mais importantes de serem preservados. Ambos podem apresentar produções de forma simétrica ou dissimétrica que variam de acordo com as práticas e técnicas de produção e preservação²⁶.

No caso dos recursos não-renováveis, primeiro importa apontar o caráter não renovável de grande parte desses recursos se refere à sua capacidade reciclagem na escala temporal da vida humana. Isso significa que a matéria pode até se renovar, mas na escala de tempo da longa duração (Braudel, 2011). Em segundo lugar, eles são fruto da tecnicidade em matérias que estão armazenadas durante milhões de anos no solo, subsolo do planeta. Carvão, petróleo e gás natural são alguns dos exemplos de recursos energéticos que passaram por esse processo de maturação

²⁶ Para o autor, a tecnicidade dissimétrica que afeta os recursos renováveis é causada pelas relações de propriedade (Raffestin, 1993).

até que o ser humano descobrisse suas propriedades. Esses recursos conectados ao setor energético representam hoje as mais importantes matrizes energéticas do planeta. Sua utilização possibilita o desenvolvimento econômico, a produção de ferramentas e manutenção de serviços que garantem um bem estar social que é comparativamente maior do que séculos anteriores, além da evolução do aparato militar dos Estados. No entanto, esses avanços ocorrem também a partir do aumento da demanda por recursos, em especial os energéticos.

O ritmo acelerado de extração dos recursos energéticos coloca o mundo sob o risco da escassez no futuro. Essa possibilidade intensifica a necessidade de mobilização dos países para garantir para si recursos suficientes para manter suas economias. Essa mobilização pressupõe o domínio de uma quantidade determinada de energia e informação para a formação de um plano/programa de exploração, inventário e avaliação dos recursos (Raffestin, 1993). No entanto, a busca pelo que chamamos de “Segurança Energética” envolve mais do que um programa setorial. Ela envolve políticas públicas, movimentações econômicas, mas, principalmente, envolve a escolha do padrão de comportamento de mobilização de recursos. Até o século passado, quando o sistema colonial ainda vigorava, as nações mais ricas e industrializadas escolhiam frequentemente o exploracionismo exacerbado, sem preocupações como prática produtiva.

Por sua vez, o preservacionismo é a escolha oposta ao exploracionismo, prevendo a economia extrema ou não desenvolvimento extrativo momentâneo de determinados recursos. Apesar de parecer ecológico, tal comportamento não o é necessariamente, representando muitas vezes uma estratégia de potencialização de ganhos futuros. Por fim, ainda há o padrão de conservadorismo. Intermediário entre os dois padrões prévios, o conservadorismo busca atingir objetivos econômicos, sociais enquanto produz controladamente esses recursos, o que pode indicar uma tecnicidade simétrica (Raffestin, 1993). No entanto, engana-se quem pensa que está também é uma opção motivada por ideias nobres. Estados buscam atingir seus interesses como seres políticos que o são e no sistema capitalista, os recursos geralmente são apropriados por entes privados. Assim, esse padrão é uma otimização de recursos, por meios políticos e econômicos, com o objetivo de sobrevivência da nação em um determinado território.

2.3 O papel dos recursos energéticos no Sistema Internacional

Antes de (e talvez para permitir) qualquer avanço na presente pesquisa, é de nosso interesse contar duas histórias que envolvem os recursos energéticos, a economia e as disputas de poder. A primeira delas remonta mais de 100 anos, tendo ocorrido ainda no curso das primeiras duas décadas do século XX. Ainda no início do século passado, o mundo se

encontrava sob um momento de incerteza. De um lado havia a bem estabelecida ordem dos impérios, com o Império Britânico em destaque como o grande organizador desse sistema de governança. De outro, havia a Alemanha, um país com unificação tardia, portanto sem grandes colônias, mas em pleno desenvolvimento econômico, industrial e militar (Garcez, 2020).

A Alemanha entre o fim do século XIX e o início do século XX se encontrava em uma posição complexa. No âmbito político, a nação passava por um período de autoafirmação que era, em parte, resultado da influência da produção teórica realizada por pensadores alemães²⁷. Essa autoafirmação, que passava por questionar a posição alemã dentro da ordem hierárquica de poder no Sistema Interestatal Capitalista, alinhava-se com a rápida aceleração econômica e revolução industrial ocorrendo em seu território. Em conjunto, esses movimentos provocaram no governo alemão a ambição pela expansão de sua esfera de influência e, consequentemente, seu poder no sistema internacional.

De forma concomitante e até certo ponto dialética a esse processo, a Alemanha também era confrontada com a questão da escassez (ou limite de oferta) dos recursos energéticos e de mercados consumidores que até então mantinham a economia efervescente. Essa percepção levou a criação de uma série de políticas, com destaque para a *Weltpolitik*²⁸, que promoviam uma nova inserção da Alemanha no cenário internacional por meio de uma série de transformações político-econômicas, sociais e militares. Dentre elas, a reestruturação da marinha alemã foi uma das prioridades em razão do interesse em obter novas colônias ultramarinas e pela necessidade estratégica de garantir a segurança da única via de acesso do país ao oceano. Foi a partir disso que houve um salto nos incentivos financeiros do governo alemão (Hobsbawm, 1988, p. 268) a sua marinha. Parte desse investimento foi alocado em pesquisas que apontaram os benefícios do petróleo e seus derivados quando combinados com motores à combustão.

A “descoberta”, realizada em um período onde já havia um movimento de expansão do uso dos derivados do petróleo em motores à combustão em carros, é um dos pontos centrais para a história do século XX e da humanidade. Ainda que a Alemanha não tenha optado pela adaptação de grande parte da sua marinha – movida à carvão – dada a sua dependência energética para com os Estados Unidos e a *Standard Oil Company*²⁹ (Garcez, 2020), os seus

²⁷ Um exemplo dessa produção teórica é o conceito de espaço vital, ou *Lebensraum*, criado por Friedrich Ratzel (Ratzel, 2019).

²⁸ Política externa alemã que pressupunha a ideia de um impulso da Alemanha em direção a posição de poder global e marcou o fim da Realpolitik bismarquiana. (Garcez, 2020).

²⁹ Em 1911, a *Standard Oil Company* seria dividida pelo governo americano, dando origem a diversas companhias. As principais delas são: ExxonMobil, Chevron, Marathon Petroleum e Phillips 66.

movimentos para implementação do óleo em navios menores chamaram a atenção da Grã-Bretanha.

Entre 1898 e 1901, o governo britânico e seu almirantado passaram a avaliar a viabilidade do uso do petróleo como combustível e entre 1902 e 1911 o Império Britânico realizou os primeiros testes de navios movidos à petróleo. No entanto, ainda pairava uma dúvida no parlamento sobre a viabilidade dessa transição. Fazer a conversão para o petróleo significava se afastar da segurança do fornecimento energético provida pelo carvão galês. Essa dúvida só seria findada em 1911 com a Crise de Agadir que transformou a opinião de diversos parlamentares e, principalmente, do então Primeiro Lorde do Almirantado britânico, Winston Churchill (Garcez, 2020; Yergin, 1993). Os anos seguintes foram os de maior investimento da história no programa naval britânico com todos os novos navios projetados a petróleo.

A conversão pretendida pelo governo britânico trouxe a tona a garantia do fornecimento seguro e acessível de petróleo como uma questão deveras relevante. Para responder eficientemente a ela seria necessário investimentos ainda maiores, ao que Churchill refletiu que “(...) *mastery itself was the prize of the venture*”³⁰ (Churchill, 2013, p.135). Assim, em 1914 o governo britânico adquiriu 51% das ações da Anglo-Persian Oil Company, uma empresa de extração e produção de petróleo que passava por dificuldades financeiras. No entanto, ainda faltava a garantia de refino e distribuição desse recurso. Esse entrave para a formação de uma empresa petrolífera que operasse de ponta a ponta na cadeia produtiva do petróleo foi solucionado com o estopim da Primeira Guerra Mundial.

O governo britânico expropriou uma das maiores empresas de distribuição do Reino Unido, a British Petroleum. Ela, que apesar do nome havia sido de propriedade do *Deutsche Bank* antes da sua nacionalização, seria vendida em 1917 para a Anglo-Persian Oil Company. Assim, o governo britânico alcançara o seu objetivo. A Grã-Bretanha tinha então uma empresa de petróleo (privada) com reservas na Pérsia e infraestrutura estabelecida em território nacional. Se antes da Grande Guerra, o mundo via a passos lentos o avanço do uso do petróleo, ao fim da mesma a fonte já era uma realidade no âmbito militar. O caminho havia sido traçado e não haveria retorno: a transição energética para o petróleo começara!

Se a primeira história contada ocorreu no início do século passado, a segunda acontece após um salto temporal de quase cem anos. O século XXI apenas começara e uma série de eventos históricos envolvendo o campo energético, alguns de caráter militar, já haviam ocorrido

³⁰ A tradução brasileira do livro “*The Prize: the epic quest for oil, money and power*” apresenta a passagem traduzida como: “a própria hegemonia seria o prêmio do risco” (Yergin, 2023, p.175).

no Sistema Internacional. No entanto, curiosamente o que será aqui citado não envolveu armas. Ou pelo menos não armas físicas.

A batalha pela Unocal Corporation começou a ser travada oficialmente no dia 22 de junho de 2005. Até então, a Unocal Corporation era uma empresa de energia privada americana de 115 anos de história que já vivera seus dias de glória. Seu maior *asset*, a cadeia de postos de combustíveis *Union 76*, havia sido vendido para a ConocoPhillips anos antes e a empresa não figurava mais entre as mais importantes do setor energético americano (Klare, 2009). No entanto, a companhia ainda detinha relevantes reservas provadas de gás natural e petróleo no Cáspio, no sul asiático, África e nas Américas, com destaque para o Golfo do México. Essas reservas tornavam a empresa alvo do interesse de outros atores do setor que buscavam se proteger contra os perigos da escassez de recursos energéticos.

Essa preocupação era explicada em 2005 por inúmeros cientistas e pesquisadores que apontavam a incapacidade mundial de crescimento da oferta de energia na mesma proporção e rapidez que ocorria o aumento da demanda. Portanto, e entendendo a dimensão vital da energia para a manutenção de diferentes esferas da vida humana, reservas significativas não exploradas no mundo como as da Unocal eram ambicionadas e envolvidas em acordos bilionários. No caso citado, a Unocal recebera meses antes uma oferta vultosa de mais de 16 bilhões de dólares para ser adquirida pela Chevron, uma soma que muitos especialistas diziam ser acima do valor de mercado real da empresa (Klare, 2009). A aprovação do governo americano para a oferta da Chevron pela aquisição da Unocal ocorreu rapidamente e tudo parecia encaminhado até o dia 22 de junho. Nesse mesmo dia a estatal chinesa de petróleo, a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), superou todas as expectativas, realizando uma oferta de 18,5 bilhões de dólares pela companhia americana.

A oferta chocou todo o público especializado americano. Revistas como a *The Times* e o jornal *The New York Times* (Sorkin; Barboza, 2005) noticiaram a oferta com espanto e certa preocupação. Até aquele momento, mesmo os especialistas a favor do estreitamento de laços sino-americanos entendiam que era fora de cogitação uma empresa chinesa buscar a aquisição de uma companhia de um setor estratégico estadunidense (Klare, 2009). Por parte da Chevron, ocorreu o curioso. Ao invés de buscar elevar sua oferta, aproximando-a ou igualando-a à da gigante chinesa, a petrolífera americana escolheu dar uma resposta política. Um pedido oficial foi realizado ao governo federal pedindo análise cuidadosa das implicações políticas de uma venda para a empresa chinesa ao mesmo tempo em que os executivos da Unocal foram avisados do pedido realizado e dos riscos embutidos na oferta chinesa. Caso ela fosse desqualificada pelo governo federal, grandes seriam as chances de uma desvalorização das ações da Unocal.

Enquanto isso ocorria, a Chevron ainda contratou equipes de lobistas e relações públicas para atuarem em Washington ao mesmo tempo em que apostava na proximidade de longa data que congressistas tinham com a própria empresa (Klare, 2009).

Menos de uma semana após a oferta da CNOOC, a questão da segurança nacional foi levantada na Câmara. O congressista republicano e presidente do Comitê de Energia e Comércio, Joe Barton, enviou uma carta ao presidente Bush pedindo-lhe que a venda fosse bloqueada. “*We urge you to protect American national security by ensuring that vital U.S. energy assets are never sold to the Chinese government.*” (Mullins; Berman, 2005). Poucos dias depois, republicanos e democratas se uniram para aprovar a *House Resolution 344* que exigia uma revisão das implicações da oferta realizada pela CNOOC pelo executivo americano. Além dessas, outras medidas foram realizadas pelo congresso para levantar questionamentos quanto ao impacto na segurança e economia americana que a venda poderia ocasionar (D’Amato, 2005).

Em meados de julho, havia uma série de leis no congresso destinadas a tornar o processo de venda da Unocal para a CNOOC o mais turbulento possível. As vozes favoráveis ao livre comércio se calaram ao passo em que os jornais noticiavam as questões geopolíticas do negócio, ao invés da magnitude histórica da oferta. Por sua vez, a CNOOC ainda buscou negociar a compra e acalmar os congressistas por meio de lobistas. Mas ainda que reforçasse a lógica puramente comercial do negócio, seus esforços foram naturalmente mal sucedidos. Assim, tornava-se impossível que a oferta fosse aprovada antes da votação de venda para a Chevron ser realizada pelos acionistas da Unocal. No dia 2 de agosto a empresa chinesa assumiu a derrota, retirando sua oferta da mesa de negociações. A partir dali o caminho estava aberto para a Chevron que teve sua oferta aprovada pelos acionistas da Unocal pouco tempo depois, assegurando assim o controle americano sobre reservas significativas de petróleo e gás natural.

Tanto a primeira quanto a segunda história tem algumas características fundamentais que as une. As duas retratam situações, em espaços de tempo diferentes e envolvendo atores diferentes, onde a economia e a política – os Estados e os Mercados – se encontraram, unidos por eventos no setor energético. Nos dois casos também é perceptível e comprovável a relação dialética entre essas forças que se dá de maneiras distintas nos dois casos. No primeiro, necessidades do campo das disputas de poder tornaram imperativa a necessidade de transformações no setor militar mundial. Para alcançar esses objetivos, Estados passaram a operar no mercado – em especial o energético – para promover e acelerar o processo de transição energética do carvão para o petróleo. É ali, naquele momento, e a partir da mão do governo britânico que nasce uma das maiores e mais importantes empresas de energia do

planeta. A segunda história representa o oposto. Dado um contexto de disputa no mercado de energia há um esforço de uma companhia multinacional de energia para transpor a celeuma para o campo político. E é no campo político que a disputa por mercados é resolvida (lembrando claro as implicações no campo de poder que envolviam a disputa).

A outra característica marcante exposta nos dois casos é a questão de segurança energética que tem seus imperativos formados a partir de fatores múltiplos. A escolha de duas passagens históricas que abordem o petróleo exemplifica um desses fatores: a natureza da matriz energética mundial. Como dito ainda no início deste capítulo, segundo dados da *International Energy Agency* (IEA, 2023a), em 2022 os combustíveis fósseis representaram mais de 80% do fornecimento total de energia no mundo. Essa informação reforça uma característica secular do setor energético mundial: desde a Revolução Industrial os combustíveis fósseis (um ou mais de um deles) são as principais matrizes energéticas do planeta.

A relação dessas fontes com a questão da segurança energética parte de premissas relativamente simples. Primeiro, é preciso reafirmar, por mais que soe óbvio: ainda que exista a expansão produtiva de outras matrizes, os hidrocarbonetos continuam a ser os alvos mais importantes das políticas voltadas para obtenção de segurança energética. Além disso, e talvez até mais relevante do que a primeira, é a premissa de que é a *escassez* permeia a pauta da segurança energética no mundo (Klare, 2009; Van de Graaf *et al*, 2016). Tal lógica também é bem expressa por Becht e Belzung em:

Fortunate have been those nations with territory rich in easily developed basic resources in sufficient volume to provide comfort and security for their citizens – although security has never lasted indefinitely for nations – and to sustain, temporarily at least, the luxury of individual freedoms (Becht, E. J.; Belzung, L. D, 1975, p.3).

Durante um longo tempo houve certo consenso entre aqueles que transitavam no campo energético (governos, empresas, instituições não governamentais e supragovernamentais) de que não haveriam reservas suficientes de combustíveis fósseis para suprir as demandas de todos os países. Tal limitação de oferta implicava (e de certa maneira ainda implica) na percepção de que os Estados, especialmente os com poucas reservas energéticas, deveriam construir estratégias – econômicas, políticas e até militares – que garantissem a aquisição adequada de suprimentos energéticos financeiramente acessíveis para a manutenção de suas economias (Klare, 2016b). Sobre essa busca incessante pela segurança energética ainda recaíram importantes características do sistema energético que afetam diretamente a estrutura desses esforços. Uma delas é a percepção de que é dever do Estado construir meios para garantir a

segurança energética do país. A outra é o caráter das distribuições geográficas desses recursos energéticos.

Os hidrocarbonetos estão distribuídos geograficamente pelo mundo de forma extremamente desigual. No entanto, tais fontes são consumidas por todos os países do mundo, com destaque para países desenvolvidos – com intenso consumo energético – e nações em desenvolvimento que caminham para tornarem-se intensas consumidoras de energia (Van de Graaf *et al*, 2016). Ainda que alguns países sejam mais dependentes do que outros, de uma maneira geral todos lidam com a necessidade dos fósseis em suas matrizes energéticas³¹. Esta situação fragiliza países sem reservas relevantes de petróleo e gás natural e instigam potências a formularem políticas energéticas que são muitas vezes mais incisivas e interventoras em nações produtoras de petróleo, reforçando assim um caráter de desigualdade sistêmica histórico.

Conforme aponta José Luís Fiori em seu livro “O Poder Global e a nova geopolítica das nações”, o início do processo de formação do Sistema Interestatal Capitalista³² remonta ao século XII com suas “guerras de conquista” e “revolução comercial” (Fiori, 2007). Embasado no conceito de Longa Duração de Fernand Braudel (Braudel, 2011), o autor explica como eventos de outro milênio giram a roda da história da humanidade, gerando outros fenômenos e eventos que são as bases para a formação do Sistema Internacional tal qual é conhecido hoje. Dentro desses processos, cabe destacar aqui as relações indissociáveis e dialéticas entre disputas dos povos europeus em um espaço continental limitado, a formação das economias nacionais europeias, a expansão ultramarina e criação do sistema colonial; o desenvolvimento econômico-tecnológico, as Revoluções Industriais, as transições energéticas e a formação da estrutura hierárquica e desigual do atual sistema internacional (Oliveira, 2012; Fiori, 2007; Fiori, 2014; Braudel, 2011; Hobsbawm, 1988).

De modo específico, cabe destacar como os impérios coloniais subjugaram outros povos, recolheram desses espaços suas riquezas e largaram na frente no processo de evolução tecnológica e progresso econômico, geralmente associado ao alto consumo energético. Com base em uma ordem competitiva, com dominadores e dominados, os impérios (e depois Estados) mais ricos construíram sistemas produtivos e tecnologias mais avançadas que os

³¹ Basicamente todas as cadeiras produtivas, do menor ao maior valor agregado, e todos os setores de serviços oferecidos nas cidades – nas sociedades pós Revolução Industrial – são impactados em algum grau pelos combustíveis fósseis.

³² Nesta tese escolheu-se equiparar o termo Sistema Interestatal Capitalista ao conceito de Sistema Internacional por entender que o primeiro é um detalhamento organizacional do conceito-chave das Relações Internacionais. Nesse caso, Sistema Interestatal Capitalista pode ser entendido como um sistema de relações entre poderes que tem nos Estados sua representação política e estão regidos economicamente pela ordem capitalista.

permitiram acumular poder e capital, consolidando-os como potências de um Sistema Internacional que se estruturava e estabilizava a partir da relação dialética com tais fenômenos (Oliveira, 2012).

Essa lógica sofreria poucas alterações mesmo após os processos de descolonização. A natureza competitiva do Sistema Interestatal Capitalista, com suas disputas constantes entre poderes em situação de desigualdade (Fiori, 2007), cimentou sua própria estrutura hierárquica que inevitavelmente privilegia os poderes nacionais a frente do processo de desenvolvimento econômico e tecnológico. Assim, aqueles com o controle das estruturas produtivas mais avançadas, das forças militares tecnologicamente mais avançadas as utilizaram ao longo do tempo para se manter como potências do sistema. Por sua vez, a maioria dos outros Estados que não dominam essas estruturas ainda enfrentam (1) prolongados e desafiadores processos de consolidação nacional e estabilização política após suas independências e (2) obstáculos diversos³³ aos seus processos de desenvolvimento. Assim, a tendência é a da manutenção da posição de dominação e subordinação no sistema internacional (Oliveira, 2012).

Esse cenário desigual se reflete de forma singular no que tange à energia. A disposição irregular e dispersa das fontes fósseis permitiu que diversos das nações menos poderosas tivessem sob seus territórios reservas importantes desses recursos. A disputa sobre a abundância desses recursos muitas vezes suscitou o que ficou conhecido como “maldição dos recursos”³⁴ (Van de Graaf *et al*, 2016; Pamplona; Cacciamali, 2018). Resumidamente, a teoria afirmava que a especialização no processo extrativista alinhada a problemas macroeconômicos e/ou ausência de instituições sólidas seriam obstáculos à superação do subdesenvolvimento dessas nações (Pamplona; Cacciamali, 2018). Assim, os países exportadores de riquezas naturais teriam uma maior probabilidade de apresentar efeitos sociais negativos como autoritarismo, corrupção, rentismo e baixo desempenho econômico.

Entre acertos e limitações³⁵ (Pamplona; Cacciamali, 2018), a teoria da maldição dos recursos apontava em uma direção consistente: o questionamento da relação paradoxal entre a abundância de recursos em diversos países fora do círculo das potências industrializadas e as constantes tensões político-econômicas, sociais e militares que estes sofriam. Inúmeros são os

³³ Os obstáculos são variados, mas geralmente estão relacionados às barreiras estruturais e simbólicas erguidas pelas potências aos processos de desenvolvimento de outros Estados.

³⁴ A teoria tem suas origens em contribuições intelectuais de estruturalistas cepalinos como as de Raúl Prebisch (1949) e Paul Singer (1950) e da literatura de desenvolvimento entre as décadas 1950 e 1970. Tal literatura se opunha à economia tradicional que enxergava, a partir da lógica das vantagens comparativas, a abundância de recursos como facilitadora do processo de desenvolvimento econômico.

³⁵ A teoria da maldição dos recursos seria desafiada e/ou questionada por correntes teóricas como os neoinstitucionalistas e neoschupeterianos. Ver mais em Pamplona e Cacciamali, 2018.

países de regiões como o Oriente Médio, o Norte da África, a Bacia do Mar Cáspio e a América do Sul que detém áreas com enormes recursos energéticos e enfrentam instabilidades político-econômicas internas e regionais, muitas delas envolvendo o setor energético, com frequência.

Perturbações político-econômicas, sociais e militares são frutos de contextos e resultados de processos que normalmente envolvem fatores internos e externos. Porém, não se deve minimizar o potencial disruptivo das potências em busca de seus interesses, principalmente quando estes compõem assuntos de segurança nacional, como é o caso da energia. Há hoje evidências o suficiente ligando políticas das potências às perturbações e processos de violência política ocorridos em países com reservas de recursos. Alguns dos casos mais significativos – mas não os únicos – são as ações militares dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (Klare, 2016b; Fuser, 2005), na Invasão do Iraque (2003) e a cooptação das reservas iraquianas por companhias da Europa e Estados Unidos (Jamail, 2012).

Como citado, por vezes as instabilidades, tensões e violências internas em Estados e/ou regiões com grandes reservas ou são reflexos de políticas e estratégias³⁶ governamentais criadas a partir do fenômeno de securitização (e militarização) do tema da energia por potências internacionais. Essas estratégias, que podem ser executadas nos planos diplomáticos, econômicos e/ou políticos (Van de Graaf *et al*, 2016), conforme exemplificado no caso da Unocal. Porém em diversas situações elas têm adquirido caráter militarizado, como é o caso do estabelecimento da Central de Comando dos Estados Unidos (CENTCOM), instituição militar americana que é responsável por gerir os interesses do país em regiões como o Oriente Médio, Ásia Central e Chifre da África. Outros exemplos da securitização e militarização do campo energético são os projetos de China e Índia sobre a modernização de seus poderes navais e a relação desses movimentos com a proteção de suas importações energéticas (Klare, 2015b).

A securitização e militarização da questão energética pelos Estados fundamenta-se na interdependência entre as fontes fósseis e a manutenção da estabilidade político-social e econômica. Para manter essa estabilidade, é necessário garantir o acesso seguro e financeiramente viável às fontes fósseis. Portanto, garantir a segurança energética de um Estado. De modo sintético, isso significa que, para alcançar a segurança energética, Estados têm analisado as opções de oferta energética e empregado múltiplos esforços e políticas estratégicas para garantir seu acesso a elas. Tais ações reforçam o caráter estratégico de regiões com reservas significativas de fontes energéticas, que acabam impactadas por políticas externas

³⁶ Entende-se estratégias pelo conjunto de comportamentos dos Estados em situações de competição internacional (Oliveira, 2012).

de outros Estados. Um exemplo notável é a região do Mar Cáspio.

3 A ENERGIA E O MAR CÁSPIO: DA CRIAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA ATÉ A CRIAÇÃO DAS NOVAS REPÚBLICAS DO CÁSPIO

3.1. A Primeira Guerra Mundial e as disputas energéticas na Bacia do Mar Cáspio

O Cáspio é a maior porção de água interna do mundo (Yergin, 2014, p.39; Raczka, 2000). Com uma área entre 350 mil e 425 mil quilômetros quadrados, o Mar Cáspio se estende por 1.200 quilômetros de norte a sul e detém uma largura média de 250 quilômetros (Raczka, 2000). Situado no núcleo da zona eurásiana, o Cáspio tem uma longa história enquanto zona de contato – econômico e militar – entre diversas culturas, civilizações e impérios (Raczka, 2000). A sua perspectiva geográfica – ou a sua existência enquanto percebida e mapeada pelo ser humano – remonta séculos antes da Era Comum e sempre despertou o interesse de diversos povos pelo seu controle e influencia. No caso da Primeira Guerra Mundial não seria diferente.

A Primeira Guerra Mundial tem como marco inicial o ano de 1914. No entanto, conforme afirma o pesquisador José Luís Fiori, organizador do livro “O Poder Americano” (Fiori, 2004, p.90-91): “A hegemonia mundial não interrompe o expansionismo, nem apazigua o hegemom, pelo contrário, é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder (...)”. Nesse caso, a luta constante por poder – especialmente quando esta envolver disputas hegemônicas/sistêmicas – pode ser traduzida como uma preparação bélica contínua. As guerras – especialmente as sistêmicas – são sempre precedidas por esse processo. Assim, é possível apontar que a Primeira Guerra Mundial é desencadeada a partir de dois fenômenos principais. Um destes, naturalmente mais famoso e mais facilmente detectável na história, está materializado no assassinato do herdeiro ao trono do Império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, por um estudante sérvio-bósnio em Sarajevo em julho de 1914. O outro, porém, é um momento menos tangível, talvez sendo mais a amálgama de diversas ações no esquema do sistema internacional. Ele está situado décadas antes de estopim factual do conflito, com uma série de fenômenos ocorridos na metade do século XIX. Dentre eles, destacam-se o processo de fortalecimento do recém unificado Estado Alemão, o nascimento da indústria petrolífera mundial e, principalmente, o descobrimento da utilidade naval do petróleo (Garcez, 2020).

Durante o século XIX, lentamente a Europa se dividiu em dois blocos de nações-impérios (Hobsbawn, 1988, p.272). Tais blocos foram formados a partir de diferenças e disputas razoavelmente regionalizadas, mas que colocaram em pontos opostos a Grã-Bretanha, *hegemon* do sistema, e o Império Alemão – nova grande potência europeia. A busca alemã por mais poder político-econômico, evidenciada por um projeto geopolítico que visava a obtenção de colônias

e a garantia de acesso seguro para o oceano, colocou o recém-formado império sobre o escrutínio de outras nações europeias e do próprio *hegemon* do sistema. Uma empreitada bem-sucedida alemã naturalmente representaria uma diminuição do poder britânico, o que dentro das regras de disputa do poder global, é inadmissível (Fiori, 2004). Assim, iniciou-se um processo de preparação para uma guerra que só teria início na segunda década do século seguinte.

A preparação para a guerra hegemônica por meio de altos investimentos para inovação e melhoria das forças armadas imperiais da Grã-Bretanha e da Alemanha produziu um salto tecnológico singular que alteraria o curso da história humana. Ainda que o petróleo fosse um recurso relativamente bem conhecido entre diversas sociedades, as suas utilidades até então eram voltadas para atividades culturais, religiosas ou para atividades socioeconômicas não tão complexas (Yergin, 1991). Até a metade do século XIX, por exemplo, o recurso era utilizado quase inteiramente para a produção de luz e calor e sua produção era quase inexistente. Uma exceção notável a essa regra foi exatamente a região oeste do Cáspio, no então Império Russo.

Cidades como Grozny, situada a quase 170 quilômetros da costa cáspia, Baku e Cheleken, uma península na costa do Mar Cáspio onde fica o atual Turcomenistão, já possuíam poços de petróleo e realizavam refino rudimentar do mesmo havia séculos (Papavinasam, 2014, p.13; Dorogochinskii, 1993, p.602; De Cordier, 2019). No entanto, a escala ainda era diminuta devido ao formato monopolista de exploração escolhido para a região. É somente a partir das décadas de 1870 que a produção na região do Cáspio começa a se desenvolver mais rapidamente, incluindo em outras áreas além das supracitadas. Dentre elas, cabe destacar Cheleken, onde diversas empresas estrangeiras realizaram prospecções, compraram os poços de petróleo dos chefes locais e integraram essa produção com a de Baku por meio do transporte do óleo pelo Mar Cáspio³⁷. (De Cordier, 2019). Assim, e respeitando as diferenças no volume de produção entre os espaços mencionados anteriormente, a Rússia chegou a deter uma fatia de 29% do comércio mundial de petróleo (Mir-Babayev, 2008, p.60), tornando-se assim o segundo maior exportador mundial de petróleo.

Nesse período, principalmente a partir da última década do século XIX, a produção no Cáspio se expandiu e novos poços de petróleo foram perfurados na região costeira do mar. As novas perfurações ocorreram em três áreas. A primeira, no Daguestão, ocorreu em cidades como Berikei e Izberbash (Daukaev *et al*, 2019, p.691). No entanto, a falta de informação

³⁷ Dois pontos importantes devem ser destacados em relação a Cheleken: o volume de produção era consideravelmente menor em comparação com as operações em Grozny e Baku, e sua integração com esta última, localizada a oeste do Mar Cáspio, ocorria porque Cheleken não dispunha de refinarias na época.

técnica fez com que apenas parte das perfurações fossem bem sucedidas. Ali, a necessidade de pesquisas geológicas faria com que a exploração fosse postergada em alguns anos. Além dela, também foram abertos novos poços e refinarias na Bacia de Emba (atual Cazaquistão), mais especificamente em Dossor e Makat, e na área de Cheleken (Ayzenshatadt, 1964; De Cordier, 2019). Ainda que com produções não tão amplas, os barris de petróleo ali produzidos se somaram aos das regiões de Baku e Grozny e o Cáspio se tornou responsável por mais de 90% da produção russa. Esse aumento da produção se deve a diversos importantes fatores, entre eles: a reformulação do modelo de exploração do petróleo, o aumento da demanda por iluminação a nível mundial, o investimento em infraestrutura realizado por grandes empresários e a revolução tecnológica causada pela criação do motor à combustão.

Embora a iluminação por meio de querosene e gás extraído do petróleo tivesse sido determinante para o crescimento da produção no Cáspio, sua tecnologia estava prestes a se tornar obsoleta na última década do século XIX. A criação da lâmpada incandescente e a bem-sucedida fundação da *Edison General Electric Company of Schenectady* (Yergin, 1991, p.79) colocaram a indústria petrolífera da região em estado de alerta. Naquela altura, devido às condições sociais no Império Russo, o setor petrolífero russo era extremamente dependente da exportação do óleo ali extraído para o mercado mundial de iluminação. No entanto, é também nesse período que o motor à combustão foi melhor desenvolvido, tendo sua produção expandida³⁸ e sua utilidade para a marinha de guerra descoberta (Yergin, 1991, p.67).

Enquanto isso ocorria na virada do século XX dentro do Império Russo, na Pérsia o conhecimento e exploração de petróleo também foram realizados durante o século XIX. Pelo menos duas grandes concessões para exploração do óleo foram concedidas pelo Xá Naser al-Din Shah Qajar para empreendimentos ingleses entre 1872 e 1889. Ainda que mal sucedidas, as empreitadas faziam parte de um conjunto maior de interesses políticos ingleses. Assim, a Grã-Bretanha ativamente incentivou outros empreendedores a investirem no petróleo persa. Em 1901, o empresário William Knox D'arcy obteria uma concessão de sessenta anos para extração de óleo que envolveria três-quartos do território persa e, em última instância, implicaria diretamente na criação da Anglo-Persian Oil Company, atual BP. No entanto, importa citar para esta pesquisa que apesar do desenvolvimento do petróleo em solo persa ter se intensificado a partir da primeira década do século XX, suas primeiras e mais importantes áreas de exploração

³⁸ Os primeiros motores à combustão foram desenvolvidos a partir de 1860 e Brown (2003, p.41) cita que os primeiros navios movidos à óleo foram construídos no Mar Cáspio. No entanto, sua utilização foi limitada até que os motores à combustão fossem melhor desenvolvidos, o que viria ocorrer apenas na última década do século XIX (Garcez, 2020).

estavam situadas a sul e sudoeste da Pérsia, muito mais próximas do Golfo Pérsico do que do Mar Cáspio.

Voltando à Rússia, a produção petrolífera ainda se encontrava bastante regionalizada nas proximidades do Mar Cáspio e suas perspectivas futuras encontraram um alívio na revolução tecnológica proporcionada pelo motor à combustão. A partir de 1898, o governo britânico investiu importantes somas em pesquisas que comprovaram os benefícios logísticos e estratégicos do uso do petróleo em navios de guerra. Assim, e com o aumento das tensões entre impérios na Europa³⁹, a Grã-Bretanha decidiu investir ainda mais intensamente em suas forças armadas, com destaque para a construção de navios de guerra movidos a óleo. Isso significaria que o Império Britânico precisaria urgentemente garantir o acesso à fonte fóssil e um dos caminhos para isso foi via investimentos na indústria petrolífera russa. Entre 1898 e 1903, os investimentos britânicos chegaram a somar 85% do total alocado no setor petrolífero russo; em 1913 o petróleo russo, apesar da sua queda de produção com a Revolução Russa de 1905, ainda representava uma das maiores fatias importadas pela Grã-Bretanha (Garcez, 2020).

Em relação à produção de petróleo no Cáspio russo, esta viria a ser severamente afetada pela Revolução Russa de 1905. Conforme dito anteriormente, o setor petrolífero russo, destacadamente situado nas proximidades da costa oeste do Mar Cáspio, era alvo da influência dos investimentos estrangeiros – em especial das empresas britânicas. Essas empresas se beneficiavam dos lucros da produção na Península de Absheron, região onde se encontra Baku, enquanto os trabalhadores viviam sob condições de vida degradantes e sob intensa exploração. O petróleo da península e os investimentos estrangeiros e de capitalistas russos haviam atraído milhares de trabalhadores em busca de oportunidades e a região se industrializou rápida e desorganizadamente. Tal desorganização levou a uma situação de intensa desigualdade social, econômica e de grande tensão étnica que foi agravada pela política czarista de russificação da região (Mammadova, 2016; King, 2008, p.175).

O cenário regional foi um plano de fundo perfeito para dois fenômenos que coexistiram no mesmo espaço durante o processo da Revolução Russa de 1905: (1) o surgimento e disseminação das organizações políticas, da atividade sindical e grevista bolchevique e menchevique, e (2) a violência étnica envolvendo tártaros e armênios. A região foi alvo de

³⁹ As tensões entre os impérios chegaram a um ponto decisivo na Crise de Agadir em 1911. O incidente teve início quando a França enviou tropas suas ao Marrocos para controlar uma revolta popular. Diante da possibilidade da anexação do Marrocos à França e insatisfeita com a sua situação em relação às disputas por novas colônias, a Alemanha enviou uma canhoneira ao porto estratégico de Agadir. Tal tensionamento entre França e Alemanha demonstrou definitivamente para a Grã-Bretanha que o Império Alemão alcançara alcançar uma capacidade militar o suficiente para questionar o status quo e a balança de poder europeia.

intensas greves gerais e revolta popular que destruiu diversas instalações de petróleo. Em agosto de 1905, empresas petrolíferas foram fechadas, administradores fugiram da cidade e a lei marcial foi imposta, mas a violência já se espalhara. Conforme Garcez (2020) cita: “o ideal socialista contra os petroleiros disputou lugar com as questões étnico-religiosas comunitárias”.

Até o fim de outubro de 1905, os protestos seriam controlados e a revolução seria finalizada com vitórias importantes para o movimento revolucionário. No entanto, seus efeitos seriam de longa duração. Além dos impactos sociais, como a materialização da violência armeno-tártara(azeri), a Revolução Russa de 1905 danificou cerca de dois terços dos poços de petróleo a oeste do Cáspio, causando uma queda brusca da produção e exportação do petróleo russo. Apesar disso, a necessidade por petróleo para a guerra vindoura assegurou que novos poços, como o de Surakhani, fossem abertos na região. Isso garantiu que a manutenção de uma produção fosse mantida ali, ainda que em uma escala muito menor (Kano; Kelly, 1977; Garcez, 2020). Por outro lado, o movimento revolucionário se consolidou na região, organizando politicamente os trabalhadores nos anos vindouros. Essa organização seria, em parte, responsável pelo destino do Império Russo durante a Primeira Guerra Mundial.

Sob a ótica analítica concernente à energia no Cáspio, a Primeira Guerra Mundial – mais especificamente seus dois anos finais⁴⁰ – inaugura um período de interesse de Estados sobre o controle das reservas petrolíferas locais. Esses interesses, que posteriormente evoluíram para disputas, foram gerados a partir de alguns importantes fatores, como: (1) a massificação do uso do petróleo nas forças militares das potências beligerantes; (2) a destruição dos poços de petróleo na Romênia e na Galícia; (3) o estabelecimento de um bloqueio naval britânico eficiente que produziu uma escassez de suprimentos no Império Alemão. No entanto, o elemento central e definidor para as incursões na região petrolífera cáspia foi o vácuo de poder na região, causado pela Revolução Russa (1917), pelo Tratado de Brest-Litoviski (1918) e a Guerra Civil Russa (1917-1923). Os dois primeiros fenômenos supracitados foram os responsáveis por uma desmobilização das tropas imperiais russas que abriu caminho para diversos processos de independência na Transcaucásia⁴¹, além de uma série de incursões⁴² no

⁴⁰ O processo de transição da matriz energética do carvão para o petróleo no contexto militar continuou a ocorrer durante a Primeira Guerra Mundial, consolidando-se apenas anos após o fim do conflito. Portanto, a utilização dos motores à combustão na guerra é massificada apenas em seus anos finais.

⁴¹ Na região foi estabelecida durante o período a República da Transcaucásia e posteriormente as Repúblicas da Armênia, Azerbaijão e Geórgia.

⁴² Há importantes referências às incursões alemã e otomana na região e suas relações com o petróleo da região (Yergin, 1991; Mcmeekin, 2010, p.334). No entanto, ambas não foram sustentadas por tempo o suficiente para se estabelecerem de fato no Cáspio.

espaço da Bacia do Mar Cáspio, dentre as quais destaca-se a ocupação britânica no Cáucaso (1918-1919).

No entanto, o interesse sobre as reservas petrolíferas a oeste do Cáspio reflete dois movimentos geopolíticos importantes: a exploração desses recursos para diferentes objetivos estratégicos⁴³ e a obstrução da sua exploração por potências terceiras. Tais estratégias para as reservas por potências rivais ficam evidentes na seguinte passagem do livro de memórias do então primeiro-ministro britânico Lloyd George:

Russia had deserted the Entente and signed a separate peace with Germany...We could not acquiesce in the vast accession of strength which Prussian Imperialism stood to gain from its treaty spoils, especially from its dominance over the Ukraine and...the vast oil deposits of the Caspian. If Germany succeeded in provisioning itself from these sources, the whole effect of our blockade would be lost. (Winegard, 2016 apud Lloyd George, 1933)

Além disso, cartas trocadas pelo Comissário Geral de Produtos de Petróleo na França, senador Henry Bérenger, e o Primeiro Ministro francês em 1919 também reforçam esse contexto de disputa:

This policy of stopping our purchases in the United States is possible only insofar as it can be immediately replaced with a policy of purchasing in Eastern Europe. The English have perfectly understood this, and it is for this reason that their agents want to get their hands on all the oil of the Caucasus, which is, for them, one of the principal keys to the oil of Persia and Mesopotamia. (Ghazarian, 2016, p.8)

A ocupação britânica no Cáucaso iniciou-se de forma informal em 1918, com a defesa de Baku contra a ofensiva otomana, e foi fundamental para dividir e exaurir os exércitos otomanos e alemães (Sykes, 1923). Após seis semanas de batalhas, a conquista otomana sobre Baku ocorreu em um momento onde a Primeira Guerra Mundial já estava decidida em outras frentes. Ainda em 1918 foi assinado o Armistício de Mudros, acordo que pavimentaria o caminho para a ocupação oficial britânica na região. A partir desse momento, as regiões petrolíferas, especialmente Baku, passaram por um processo de militarização das águas do Cáspio e privatização das empresas do setor. Paralelamente, a produção de petróleo foi restabelecida e absorvida pelas forças britânicas, sem qualquer compensação financeira aos

⁴³ Além da exploração dos recursos para as forças militares britânicas, outro movimento refletido foi o de utilizar o petróleo cáspio-caucasiano para pressionar politicamente a França e a Royal Dutch Shell a abrirem mão de seus interesses de exploração na região e na Mesopotâmia. (Garcez, 2020).

governos locais, como o da República do Azerbaijão (Arslanian, 1980, p. 6). Ademais, a ocupação britânica foi responsável por proibir a exportação desse petróleo para a Rússia soviética e por garantir apoio logístico, envolvendo a permissão para exploração dos poços de petróleo no Cáucaso do Norte aos exércitos contrarrevolucionários russos.

A ocupação britânica na região chegou ao fim em 1919, influenciada pela deterioração da aliança com o movimento contrarrevolucionário russo, bem como por divergências internas no governo britânico sobre a definição de prioridades estratégicas para a Grã-Bretanha. Ainda que o petróleo da Transcaucásia fosse relevante, ele não era considerado uma prioridade estratégica para o pós-guerra. Portanto, após a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, setembro foi definido como o mês para retirada das tropas britânicas da região. Esse processo inevitavelmente reabriu o vácuo de poder regional que, dessa vez, seria ocupado pelo Exército Vermelho.

O processo de sovietação da região petrolífera do Cáspio naquele momento foi rápido. Àquela altura, as regiões do Cáucaso do Norte já haviam sido controladas pelas forças soviéticas, e o Azerbaijão foi o primeiro Estado da Transcaucásia a passar pelo processo de sovietação (Zhebit; Lima, 2019, p.39). Com uma população em constante conflito devido a tensões étnicas e um governo fragilizado pela devastação causadas pelos conflitos na região, não houve resistência significativa. Em 27 de abril de 1920, o parlamento do Azerbaijão abdicou do poder e, no dia seguinte, o Exército Vermelho ocupou o espaço azerbaijano. Em seguida a isso se daria o processo de renacionalização da cadeia produtiva do petróleo, fruto do interesse direto de Lênin:

(...) we received yesterday news from Baku which indicates that our industry has taken a turn for the better. We all know that our industry has come to a standstill for the lack of fuel, but now the news comes that the Baku proletariat has taken the power in its hands and overthrew the Azerbaijani government. This means that we now have such an economic base that can put life back into our industry. (Swietochowski, 2004, p. 184)

A partir de então, a indústria petrolífera da região passou a ter um papel de destaque para a República Socialista Federativa Soviética da Rússia e, posteriormente, para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁴⁴. A contribuição da mesma para os planos quinquenais soviéticos foi deveras relevante, com a cidade de Grozny chegando a produzir mais

⁴⁴ A República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFS) foi proclamada em 7 de novembro de 1917, durante a Revolução de Outubro, e a sua primeira constituição foi adotada em 1918. Em 1922, a RSFS da Rússia assinou o tratado de criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

de 30% de todo o petróleo nacional durante o período do primeiro plano. Além disso, tanto Grozny quanto Baku ainda se manteriam nos anos seguintes como dois dos maiores centros de produção e refino do país.

3.2 A Segunda Guerra Mundial e as consequências para o setor energético na região do Cáspio

Mapa 1: Superando a resistência nacional



Fonte: Chanon; Hudson, 1995, p.107

O período subsequente à sovietação de grande parte do Cáspio inaugurou a era de divisão territorial da região entre a União Soviética e a Pérsia/Irã⁴⁵. Esse processo trouxe

⁴⁵ A partir de 1935 o xá Reza Pahlavi oficialmente substituiu o nome “Pérsia” por “Irã”. Ele ainda fez um pedido formal, a partir de suas delegações diplomáticas, para o abandono da denominação antiga pela comunidade

mudanças sensíveis para ambos os Estados, inclusive no regime legal do Mar Cáspio. Até 1917, a exploração econômica e militar no Mar Cáspio era regulada com base em dois tratados assinados entre o Império Russo e o então Império Qajar ou Irã Qajar: o Tratado de Golestan e o Tratado de Turkmenchai, de 1813 e 1828, respectivamente (Mehdiyoun, 2000, p. 180). O primeiro, assinado logo após a derrota persa na Primeira Guerra Russo-Persa (1804-1813), proibiu a Pérsia de estabelecer, posicionar ou mobilizar forças navais nas águas do Mar Cáspio. O segundo, associado à Segunda Guerra Russo-Persa, reiterou essas limitações para as forças navais persas. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e o processo de sovietação, no entanto, esses tratados foram substituídos pelo Tratado de Amizade de 1921, pelo Tratado de Estabelecimento, Comércio e Navegação⁴⁶ de 1935 e o Tratado de Comércio e Navegação Iraniano-Soviético de 1940.

O Tratado de Amizade de 1921 estabeleceu as novas bases legais para o Cáspio. No acordo, foi abolida a proibição sobre a mobilização de forças militares navais nas águas cáspias. Os entendimentos entre ambas as nações evoluíram e, em 1935, o Tratado de Estabelecimento, Comércio e Navegação, estabeleceu que cada país teria o direito de pesca em suas águas costeiras, com embarcações sob suas respectivas bandeiras, até um limite de dez milhas náuticas. Além desse limite, a pesca passou a ser permitida apenas para nacionais soviéticos e iranianos. Esse acordo foi posteriormente reforçado pelo Tratado de Comércio e Navegação, assinado em 25 de março de 1940. No entanto, consta em Katouzian (2018) que antes mesmo de 1935, concessões para exploração dentro desse limite iraniano já haviam sido concedidas a cidadãos soviéticos e à própria URSS. Aqui destaca-se que a presente pesquisa pôde notar que não houve delimitação em relação a fronteiras marítimas para além da exploração pesqueira. Convergentemente, a definição do status legal do Mar Cáspio também não foi realizada e o pesquisador Kamyar Mehdiyoun (2000, p.180-181) aponta que os tratados não tocaram a questão da mineração/exploração do fundo do mar.

Sobre as transformações no setor energético, o período entre guerras foi intenso no lado soviético. Durante a década de 1920, houve um profundo processo de nacionalização e estatização das empresas estrangeiras de petróleo, das quais grande parte estavam situadas na Bacia do Mar Cáspio, em regiões como Baku, Cáucaso do Norte, Bacia de Emba e Cheleken (Ayzenshatadt, 1964; Yergin, 1991). Tais medidas causaram consternação nas petrolíferas ocidentais, que organizaram uma espécie de boicote internacional ao petróleo soviético. No

internacional. A partir de então o novo nome oficial do país, historicamente utilizado pelos cidadãos iranianos, se consolidaria no âmbito internacional ('Ala, 1934).

⁴⁶ Treaty of Establishment, Commerce and Navigation em inglês.

entanto, o mecanismo criado para impedir as exportações soviéticas obteve limitado sucesso devido a dois fatores: (1) uma bem sucedida “diplomacia mercantil” soviética que se utilizou de seu maior atrativo – petróleo barato – para assegurar acordos mutualmente benéficos com uma parcela dessas empresas, e (2) a inabilidade das empresas ocidentais em resistir a tal atrativo (Shishkin, 1989; Gillette, 2007, p.485; Yergin, 1991, p.240-241).

Ademais, o governo soviético empregou relevante parte da sua capacidade de investimentos em indústria⁴⁷⁴⁸ para transformar o seu setor petrolífero. Nesse sentido, mais uma vez a “diplomacia mercantil” soviética foi uma ferramenta importante para – utilizando o capital financeiro conquistado nas negociações com empresas ocidentais – garantir acordos comerciais internacionais que transferiram novas tecnologias para a indústria petrolífera (Perović, 2016, p.5-6). Assim, o período entre guerras foi marcado pela implementação de tecnologias que garantiram uma maior eficiência ao processo de extração do petróleo⁴⁹ e permitiram o crescimento da indústria petrolífera (Shishkin, 1989, p.74-75). Na Bacia de Emba, novos campos foram abertos e a produção aumentou, ainda que o progresso naquela região fosse lento devido às suas especificidades geológicas (Ayzenshatadt, 1964).

Ao passo em que as novas tecnologias foram implementadas, os processos ineficientes foram substituídos e os resultados do setor melhoraram consideravelmente (Yergin, 1991, p.240). Em 1926, a produção já representava 90% dos níveis anteriores à Grande Guerra e, em 1927, já haviam ultrapassado tal marca em 10% (Shishkin, 1989, p.75). Ao passar dos anos, outras inovações foram ocorrendo: a eletrificação dos campos de petróleo foi se desenvolvendo e foram criados novos institutos de pesquisas para o setor. O processo de refino também foi aprimorado e expandido em território soviético, o que resultou em um considerável crescimento da produção de gasolina durante a década de 1920. Além disso, foi no período entre guerras que dois notáveis oleodutos, em regiões próximas ao Mar Cáspio e ao Mar Negro, foram construídos para conectar centros de produção, refino e exportação de óleo: o de Baku-Batumi e o de Grozny-Tuapse (Zonn *et al*, 2010, p. 493). Ao fim dos anos 1920, o processo de reconstrução da economia soviética estava em estágio relativamente avançado, o que permitiu ao país se manter estável em meio à crescente tensão internacional.

⁴⁷ A capacidade de investimentos soviética foi, em parte, conquistada a partir dos acordos envolvendo empresas estrangeiras de petróleo. Tais acordos permitiram o acúmulo de capital estrangeiro o suficiente para permitir investimentos em diversos setores da economia soviética.

⁴⁸ Entre 1924 e 1925 os investimentos soviéticos no setor petrolífero representaram 27,7% do total de investimentos industriais no Estado. (Shishkin, 1989, p.75)

⁴⁹ Dentre essas tecnologias implementadas, se destacam os novos métodos de perfuração ou *drilling* que foram empregados no setor durante o período entreguerras.

A Crise de 1929 foi o primeiro fenômeno de impacto mundial que ocorreu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, e foi um dos fatores que provocou uma mudança significativa no funcionamento do setor petrolífero. A diminuição da demanda internacional por petróleo, causada pelo abalo no setor financeiro mundial, foi uma das responsáveis pelo pequeno encolhimento e posterior estagnação da produção de petróleo soviético entre 1930 e 1933. Outro fator importante para essa redução da produção soviética foi o declínio de produção na região de Grozny; entre 1931 e 1940, o total extraído na região recuou de 8 milhões de toneladas de petróleo para apenas 3 milhões (Shishkin, 1989). Apenas em 1934 a produção soviética voltaria a crescer, porém agora impulsionada pelo desenvolvimento de novos campos de exploração em outras regiões do país. Esta mudança se consolidou ao longo da década e implicou em um leve reequilíbrio da balança geográfica da produção de petróleo soviético. Nesse período, a produção nas novas regiões produtoras já representava mais da metade do petróleo soviético extraído em território nacional.

Ao fim da década de 1930, a União Soviética se consolidara novamente como a segunda maior produtora de petróleo no mundo, responsável por mais de 10% da produção mundial do setor. No entanto, importa notar que parte da bibliografia que explora o desenvolvimento da indústria do petróleo soviética no período entre guerras apresenta esse crescimento como limitado (Rehsehuh, 2016; Perović, 2017). Para o pesquisador Felix Rehsehuh (2016), o petróleo era percebido pelo governo bolchevique como um artigo caro e muito raro para competir com outras fontes fósseis. Assim, a política energética soviética para o petróleo era a de aumentar a sua produção para exportação, garantindo assim a entrada de capital estrangeiro para promover a transformação da economia nacional. Isso sem, no entanto, tornar a indústria de petróleo novamente uma indústria de combustível (Chubarov *apud* Rehsehuh, 2016, p. 51). Contudo, o processo de transição energética e a expansão da demanda interna, resultante do desenvolvimento econômico soviético, impuseram a necessidade de maiores investimentos para ampliar a produção petrolífera

A indústria do petróleo foi brevemente abordada no segundo plano quinquenal soviético, segundo Rehsehuh (2017). Ainda assim, houve um aumento de investimentos que garantiram uma expansão limitada da produção no país, principalmente se comparada com a capacidade extrativa ali presente. Essa expansão seria, por vezes, desafiada por aspectos político-econômicos e perseguições que também impactaram o pleno desenvolvimento do setor. Para o autor (Rehsehuh, 2017), o cálculo não estratégico de desenvolvimento do setor causou uma situação singular à beira da Segunda Guerra Mundial: a União Soviética passara a ter

tecnologia para a produção de petroquímicos, porém sofria com uma produção que crescia em ritmo menor do que a demanda.

Enquanto o desenvolvimento da indústria petrolífera soviética estava severamente atrelado – ou limitado, segundo o autor Jeromin Perović (Perović, 2017) – à região a oeste do Cáspio, a situação na Pérsia-Irã era diferente. Primeiramente, importa esclarecer que, durante o período entre guerras, a produção de petróleo persa-iraniana estava geograficamente localizada próxima ao Golfo Pérsico. Apesar da região mais próxima ao Cáspio ter áreas consideradas por especialistas como promissoras para a produção de petróleo, ocorreram nos anos 1920 uma série de fatores que afastaram os investidores de petroleiras americanas, como a Standard Oil e a Sinclair Oil (Marashi, 2022, p.67). Dentre eles destacam-se (1) a pressão política exercida britânicos e soviéticos, que entendiam na Pérsia – e seu petróleo – uma área de influência a ser defendida, (2) imbróglios políticos, e (3) o assassinato de um oficial consular americano em Teerã. Portanto, até o fim da Segunda Guerra Mundial não haveriam investimentos relevantes para exploração de petróleo nas regiões litorâneas da Pérsia/Irã no Mar Cáspio. Dito isso, é importante explorar – ainda que brevemente – a situação do setor petrolífero no país durante o período entre guerras para contextualizar a situação experimentada pelo Irã após o fim do conflito.

Entre 1921 e 1925, Reza Sha Pahlavi, havia chegado ao poder a partir de um bem-sucedido golpe de Estado e tornara-se oficialmente chefe de Estado e primeiro monarca da dinastia Pahlavi (Brew, 2022, p.29-30). Sua consolidação no poder se deu a partir de diversas reformas modernizadoras na Pérsia, incluindo o setor industrial. No entanto, foi o setor de petróleo que recebeu maior atenção por parte do xá, em grande parte devido à importância estratégica da indústria petrolífera para a economia persa.

Naquela altura, a concessão administrada pela britânica *Anglo-Persian Oil Company* (APOC) era a principal beneficiária da extração e refino de petróleo do sudoeste do país, o que limitava o controle iraniano sobre seus próprios recursos. Mesmo assim, a indústria petrolífera ainda era responsável por cerca de 10% do orçamento nacional persa, o que a mantinha como essencial para o bem-estar financeiro e econômico do Estado persa e era um alerta para membros do governo: a Pérsia lucrava menos do que deveria com seus próprios recursos.

A oportunidade de mudar essa situação viria em meio a uma turbulência mundial. A queda dos preços do petróleo causada pela Crise de 1929 impactaria severamente o montante de royalties recebidos pelo governo persa. Assim, entre 1932 e 1933, Reza Sha Pahlavi cancelaria a concessão da APOC em busca de novas negociações com melhores condições para o Estado persa (Brew, 2022, p.31; Yergin, 1991, p.269-270). As renegociações findaram no

mesmo ano, e ambos os lados se satisfizeram naquele momento. O governo persa garantiu um aumento imediato do montante de royalties devidos, o estabelecimento de dividendos da ordem de 20% dos lucros mundiais da companhia, além da diminuição em 80% da área da concessão. Enquanto isso, a APOC assegurara uma concessão extremamente lucrativa por mais 60 anos por um pequeno aumento dos royalties anuais e uma parte dos seus lucros prometidos ao governo persa, (Yergin, 1991, p.269-270; Yergin, 1991, p.453). Além de tudo, a empresa também incluiu uma cláusula proibindo a desistência unilateral do novo contrato de concessão (Painter; Brew, 2022, p.40).

Com o tempo, críticas em relação aos termos da concessão surgiram dentro da Pérsia/Irã. No entanto, ali já era tarde demais. Entre 1932 e 1941, a APOC (que se tornara *Anglo-Iranian Oil Company*) pagara vinte e cinco milhões de libras para o governo do xá, mas seus lucros superaram em muito tal soma. Em 1941, uma nova – e drástica – mudança. A Segunda Guerra Mundial alterara as necessidades britânicas e soviéticas por petróleo, assim como a percepção de ambas as potências sobre o governo do xá Reza Pahlavi. Com uma política de neutralidade durante os primeiros anos de guerra, o xá cometera um erro fatal para sua história política: se mostraria simpatizante do regime nazista (YERGIN, 1991, p.450). Naquela altura, Reza Pahlavi era responsável por um território com importantes reservas e rotas de transporte de petróleo e não inspirava confiança. Assim, proteger a refinaria em Abadan e a rota de distribuição energética entre o Golfo Pérsico e a União Soviética tornou-se imperativo às forças aliadas. Visando conter uma aproximação e influência alemã nazista no Irã ainda maior, as forças anglo-soviéticas invadiram e ocuparam o país.

A ocupação forçou a abdicação do trono do então xá Reza Pahlavi em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi. O país foi dividido em zonas de ocupação, com os soviéticos controlando a região norte do país – mais próxima ao Cáspio. Ademais, tal fenômeno inaugurou um período onde forças externas influenciariam severamente as decisões político-econômicas e sociais iranianas.

Ao passo em que esse era o contexto geopolítico, geoeconômico e geoestratégico do petróleo cáspio-iraniano durante a Segunda Guerra Mundial, as regiões petrolíferas da União Soviética próximas ao Mar Cáspio viviam uma situação bem mais “dinâmica”. Como é de conhecimento público, a questão energética era fundamental para toda a estratégia nazista, mesmo antes do estopim oficial do conflito (Yergin, 1991). Sem se ater demais às questões do

conflito, em 1941, a Alemanha nazista decidiria romper o pacto Nazi-Soviético⁵⁰ e invadir a União Soviética. Dentre as diversas razões para esse rompimento⁵¹, se destaca a questão do petróleo caucasiano.

Conforme citado em “O Petróleo: uma história de conquistas, poder e dinheiro” (Yergin, 1991), a conquista e controle de Baku e de outros campos de petróleo no Cáucaso eram centrais para o líder nazista Adolf Hitler. Para ele, o petróleo era essencial para o desenvolvimento industrial e o poder econômico nacional. Ademais, Hitler compreendia a relevância do petróleo para a manutenção do esforço de guerra nazista e traçava suas estratégias a partir da sua percepção sobre as condições alemãs em relação à energia⁵². Ainda que os investimentos em companhias de produção sintética de combustíveis estivessem se provando eficientes, parte relevante da energia das forças armadas nazistas utilizava petróleo e derivados importados. Nesse sentido, entre 1939 e 1940, 58% das importações alemãs de petróleo eram fornecidas pela aliada Romênia, a partir da região de Ploesti. Além disso, o petróleo soviético situado no Cáucaso – a maior parte no litoral ou a menos de 200km do Mar Cáspio – e na região do Volga, representava um terço das importações alemãs, tornando-as também fundamentais para a economia de guerra nazista (Yergin, 1991).

Em junho de 1940, ocorreria um fato decisivo para a decisão pela invasão à URSS. A anexação soviética de áreas no nordeste romeno, baseada no Pacto Nazi-Soviético, ligou o alerta alemão. A Alemanha ainda se recordava da influência da destruição dos poços romenos para o destino germânico na Primeira Guerra Mundial. Era preciso agir para impedir qualquer ação soviética na região de Ploesti, e Hitler decidiu que um ataque à União Soviética solucionaria a questão da segurança energética nazista por essa e outra razão fundamental: a conquista dos poços no Cáucaso.

⁵⁰ O Pacto Nazi-Soviético, ou Pacto Molotov-Ribbentrop, foi assinado entre a Alemanha nazista e a União Soviética em 23 de agosto de 1939. Além de garantir a não-agressão entre os dois Estados e a divisão de territórios na Europa ocidental, o pacto permitiu a manutenção e a assinatura de outros acordos sobre questões energéticas entre os Estados (Sontag, 1948, p.131-134; Perović, 2017, p.55). A União Soviética continuou a fornecer matérias-primas, como petróleo, para a Alemanha, o que foi vital para o esforço de guerra alemão nos primeiros anos do conflito (Yergin, 1991). Em contrapartida, o pacto deu à URSS tempo para reorganizar e fortalecer minimamente suas forças armadas, preparando-se para um eventual confronto com a Alemanha, que ocorreria em 1941 com a Operação Barbarossa.

⁵¹ Daniel Yergin (1991) cita como algumas das razões para a decisão da Alemanha nazista entrar na guerra: o ódio de Hitler ao bolchevismo, sua inimizade pessoal com Stálin, seu desprezo pelo povo eslavo, seu desejo de dominar o espaço eurasiático, sua ambição por glória e, por fim, questões energéticas.

⁵² Parte da lógica por trás da estratégia da Blitzkrieg, a guerra relâmpago nazista, estava ancorada nas necessidades e condições energéticas alemãs. O objetivo era lançar ataques rápidos e massivos em regiões específicas, conquistando seus recursos (materiais e energéticos) e minimizando os impactos que uma guerra prolongada teria para suas reservas energéticas (Yergin, 1991).

Em dezembro de 1940, a operação Barbarossa foi expedida e os preparativos para a invasão da União Soviética se iniciaram. Após mais de seis meses, no dia 22 de junho de 1941, a Alemanha nazista invadiu a URSS enquanto toneladas de petróleo soviético ainda eram enviadas até o espaço alemão (Perović, 2017, p. 55). A operação envolveu mais de três milhões de soldados, seiscentos mil veículos motorizados e um número semelhante de cavalos. Em meio à desorganização de uma União Soviética que fora pega razoavelmente desprevenida⁵³, a campanha teve diversas vitórias nas suas primeiras semanas e os primeiros avanços foram rápidos.

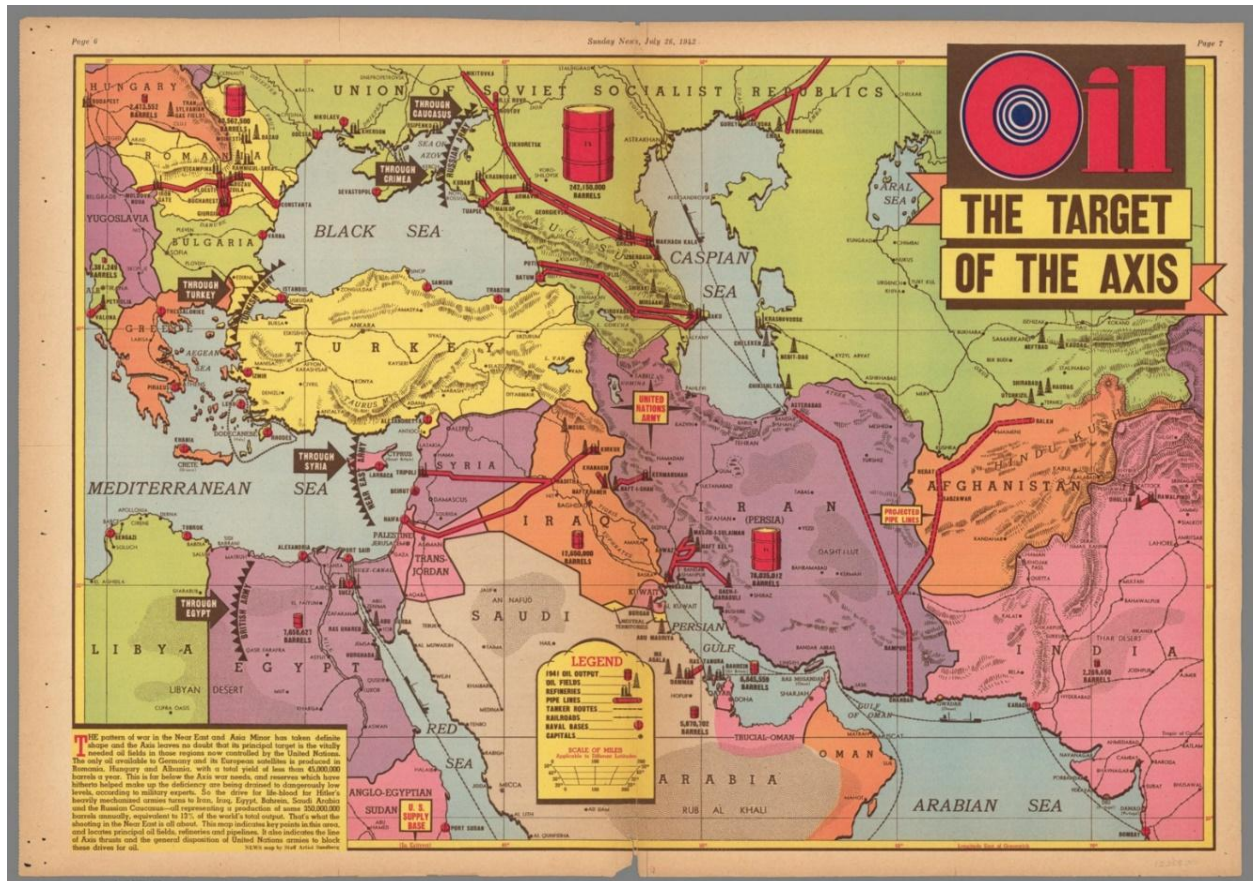
Do lado soviético, curiosamente, o ano de 1941 viu um aumento da produção de petróleo em Baku. No entanto, com o envio de milhares de trabalhadores do setor petrolífero para as frentes de batalha, a interrupção da produção de novos equipamentos para o setor e a apreensão de maquinários para utilização do exército, ficou claro que a região não seria capaz de manter-se plenamente produtiva. Durante o processo de recuo das tropas soviéticas, muitos poços de menor importância foram destruídos e em locais de maior relevância os trabalhadores e maquinário foram deslocados para locais mais seguros, o que impactaria a produção regional no período pós-guerra (Perović, 2017, p. 56). O resultado desses processos foi a redução da produção no Cáucaso para meros 18 milhões de toneladas de petróleo em 1943, o menor volume desde o fim da década de 1920 e 50% a menos do que a produção de 1941. Ainda assim, em 1941 e 1942, a produção a oeste do Cáspio, no Cáucaso, ainda era mais do que o suficiente para atrair a atenção nazista.

Aqui, cabe destacar que segundo Yergin (1991, p.339-341), ao mesmo tempo em que a operação Barbarossa era empregada dentro da União Soviética, no norte da África outra frente da guerra se desenvolvia, sob influência do interesse no petróleo próximo ao Cáspio. Apesar do autor apontar o apoio às tropas italianas contra o exército britânico a causa inicial para que o exército alemão, comandado pelo general Erwin Rommel, iniciasse seus combates no continente africano, ele reforça a ideia de que seus objetivos não se restringiam a isso. De acordo com o jornalista, o general Rommel também tinha como objetivo central avançar em direção aos poços de petróleo do Oriente Médio, do Irã e – principalmente – de Baku. A percepção sobre a relevância do petróleo para os objetivos e estratégias alemãs também foi, em

⁵³ Diversas fontes apontam para uma descrença do governo soviético em relação a relatos sobre a construção e planejamento da Operação Barbarossa. No entanto, o pesquisador Jeronim Perović aponta que apesar de ter sido pega de surpresa, a URSS havia tomado algumas importantes medidas de precaução para se preparar para o confronto, como aumentar seus estoques de petróleo e derivados (Perović, 2017, p.55)

parte, expressada⁵⁴ por parte da mídia estadunidense ainda em 1942, como é possível ver abaixo no mapa 2, extraído da edição dominical do jornal *Daily News* no dia 26 de julho de 1942:

Mapa 2 – Petróleo, o alvo do Eixo (1942)



Fonte: Sundberg, 1946

Embora em 1941 os avanços iniciais das tropas alemãs em ambas as frentes de combate fossem surpreendentes e animadores para o governo alemão, a *Wehrmacht* enfrentaria desafios que transformariam o destino da Segunda Guerra Mundial. Aliás, tais obstáculos não foram completamente imprevisíveis. Apesar das vitórias e avanços rápidos dentro da União Soviética, houve sinais de um mau planejamento alemão para a invasão. Provisões mal calculadas e desafios não previstos quanto aos tipos de terrenos e estradas que enfrentariam em solo soviético foram, aos poucos, pressionando o exército nazista. O uso de petróleo e seus derivados superou e muito o planejamento inicial. Os avanços tornaram-se mais lentos e dispendiosos, e

⁵⁴ Decerto, a presente matéria do jornal e o mapa não apontam necessariamente para uma ambição de conquista do Cáucaso pelo exército nazista via norte da África. No entanto, fica claro que já existia em 1942 a percepção de que a Operação Barbarossa e a frente do Norte da África haviam sido planejadas estrategicamente para assegurar o controle de importantes poços de petróleo e das rotas de distribuição energética no Oriente Médio, Irã, Cáucaso e Cáspio.

o prazo original para a conquista de Baku não foi cumprido. Além disso, parte do alto escalão nazista tinha divergências sobre qual deveria ser o alvo principal da Operação Barbarossa. Alguns buscaram, inclusive, a autorização hitleriana para priorizar a conquista de Moscou, o que foi primeiramente negado pelo líder nazista. Para ele, os interesses econômico-estratégicos representados pelo petróleo e pelas redes de distribuição energética soviéticas eram a prioridade.

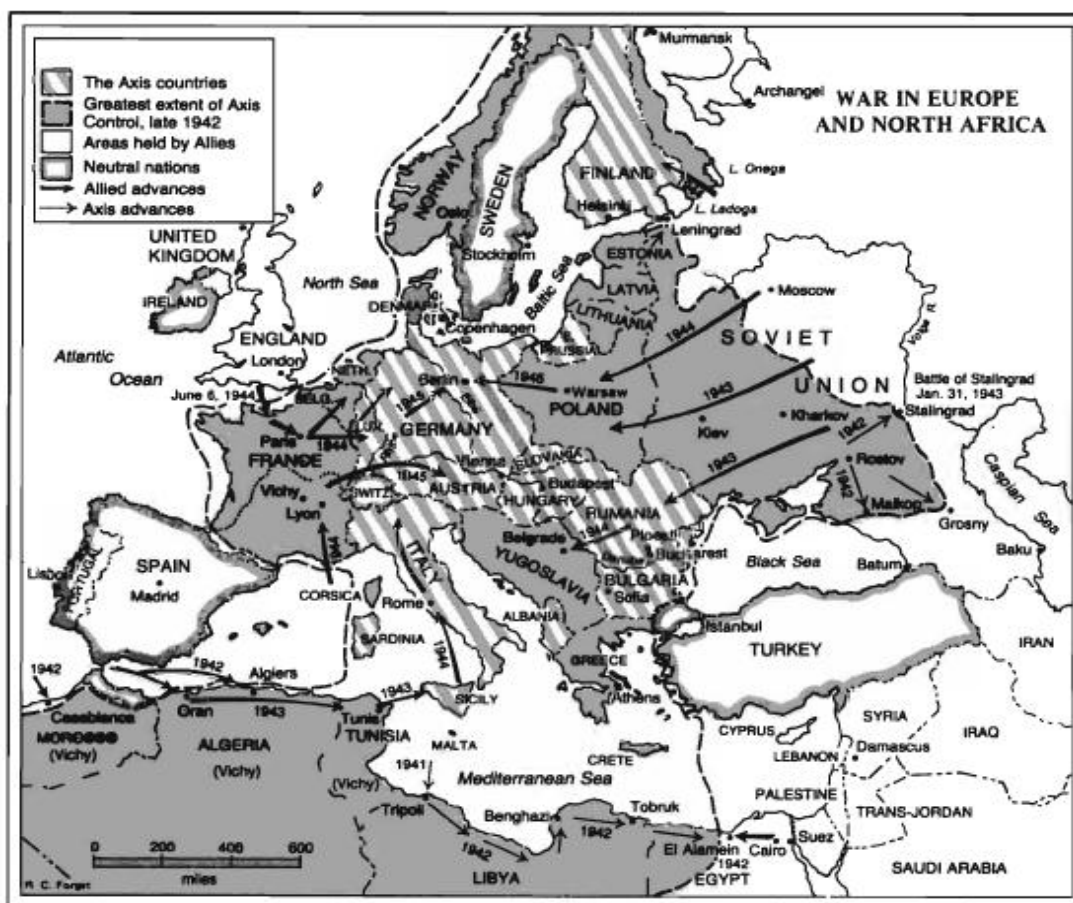
Com o passar do tempo e a inviolabilidade do espaço caucasiano, onde as tropas soviéticas conseguiram proteger as cidades de Grozny e Baku, Adolf Hitler ainda mudaria de ideia quanto ao alvo a ser priorizado. No entanto, protelar tal decisão acarretou – conjuntamente ao esforço das tropas e dos cidadãos soviéticos – no atraso ainda maior dos avanços germânicos em direção a Moscou. Com isso, o inverno chegou e as falhas do planejamento nazistas ficaram ainda mais evidentes. A lógica da *blitzkrieg* fora em muito ultrapassada, exaurindo as tropas nazistas e tornando os seus recursos materiais ainda mais escassos, sem, no entanto, lhes conferir seus maiores objetivos. O exército alemão teria de esperar o inverno passar se quisesse agir, e foi o que ocorreu.

Em 1942, o governo alemão ainda buscou uma nova saída: a Operação Blau. Com o objetivo de conquistar Baku e seguir em direção ao Irã e à Índia, ela foi um último esforço realizado para conquistar os campos de petróleo soviéticos. Dessa vez, durante o verão, as tropas alemãs conseguiram avançar e, entre julho e agosto de 1942, conquistaram a cidade de Rostov, próxima ao Mar de Azov, e Maikop, uma cidade petrolífera da Transcaucásia próxima ao Mar Negro. Porém, o que poderia ter sido uma importante vitória tornou-se um pesadelo quando a *Wehrmacht* encontrou a cidade – e seus poços e refinarias – completamente destruídos (Perović, 2017, p.8). A destruição causada pelos soviéticos antes da retirada da cidade foi fundamental para negar os espólios de tal vitória aos alemães. Eles haviam vencido, mas não conquistado. Além disso, o que pôde ser reconstruído ou minimamente salvo da destruição também não forneceria apoio aos alemães, pois os tanques soviéticos utilizavam diesel enquanto os germânicos eram movidos a gasolina. Assim, as tropas alemãs foram obrigadas a prosseguir Cáucaso adentro sem novos recursos. Naturalmente exauridas, elas foram definitivamente contidas próximas a Grozny, impedidas de continuar pela falta de combustível e forças ao fim de 1942 (Yergin, 1991).

Após mais de um ano e meio, as tropas nazistas recuaram. Parte da decisão também foi tomada para reforçar o esforço pela tomada de Stalingrado, que também se mostraria infrutífero. Com isso, o Exército Vermelho avançaria inexoravelmente sob seu território, retraindo a *Wehrmacht* até expulsá-los da URSS e chegar a Berlim. Enquanto isso, no norte da África, as

tropas alemãs também foram travadas em seus objetivos, desta vez por tropas britânicas, nas proximidades de El Alamein. A partir da segunda metade de 1942, tornou-se evidente que, sem petróleo, avançar era impossível. Dessa forma, o recuo foi natural e intransponível. A Alemanha nazista falhara em seu objetivo de conquistar Baku, não uma, mas duas vezes, e pagaria o custo máximo por isso.

Mapa 3 – A guerra na Europa e no norte da África (1942-1943)



Fonte: Yergin, 1991, p. 338

3.3 O Pós-Guerra: a reestruturação do setor petrolífero soviético e a Crise Iraniana de 1951

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, ocorreram muitas transformações no setor energético Cáspio. Primeiramente, na década de 1940, foram descobertas as primeiras reservas de gás natural na Rússia – e na região do Cáspio (Angius, 2008, p.55; Högselius, 2012, p.13). No entanto, apesar da indústria ter se desenvolvido nas décadas vindouras, as reservas mais significativas do hidrocarboneto só seriam descobertas a partir da década de 1970, o que manteve o caráter secundário da produção regional de gás natural nesse primeiro (Angius, 2008, p.55).

Em relação ao petróleo, no lado soviético, a guerra mostrara que este se tornara, definitivamente, o recurso energético mais importante do mundo, responsável pela manutenção da vida econômica e militar dos Estados. Portanto, a indústria petrolífera merecia atenção, com planejamento e investimentos especiais (Perović, 2017). Assim, o quinto Plano Quinquenal (1946-1950) delineou como uma das suas metas principais reconstruir e reabilitar os centros de produção de petróleo soviéticos. O resultado do plano foi bem-sucedido e, em 1950, a produção da União Soviética ultrapassou em 7% a meta definida no plano, representando um aumento de 22% na produção do período pré-guerra (Soviet Union, 1951).

Conquanto o aumento da produção a nível nacional, essa reabilitação não foi uniforme e a historiografia diverge sobre o impacto e a produção de energia na região do Cáucaso durante a Guerra Fria. Em 1951, foi publicada a Declaração do Comitê Estatal de Planejamento da URSS e da Diretoria Central de Estatísticas da URSS sobre os resultados da execução do Quarto (Primeiro Pós-Guerra) Plano Quinquenal da URSS para 1946-1950. Embora não haja menção à região de Baku, nela consta a informação de que as áreas de Maykop (distante do Cáspio) e Grozny (mais próxima ao Cáspio) haviam sido completamente reabilitadas para a produção de petróleo (Soviet Union, 1951). Diante de tais avanços, nesse período foram descobertas novas áreas de produção que estavam sendo preparadas para extração de petróleo. Essas descobertas também estariam sendo viabilizadas, em grande parte, pela aplicação de novas tecnologias de perfuração, extração e processamento do petróleo em território soviético.

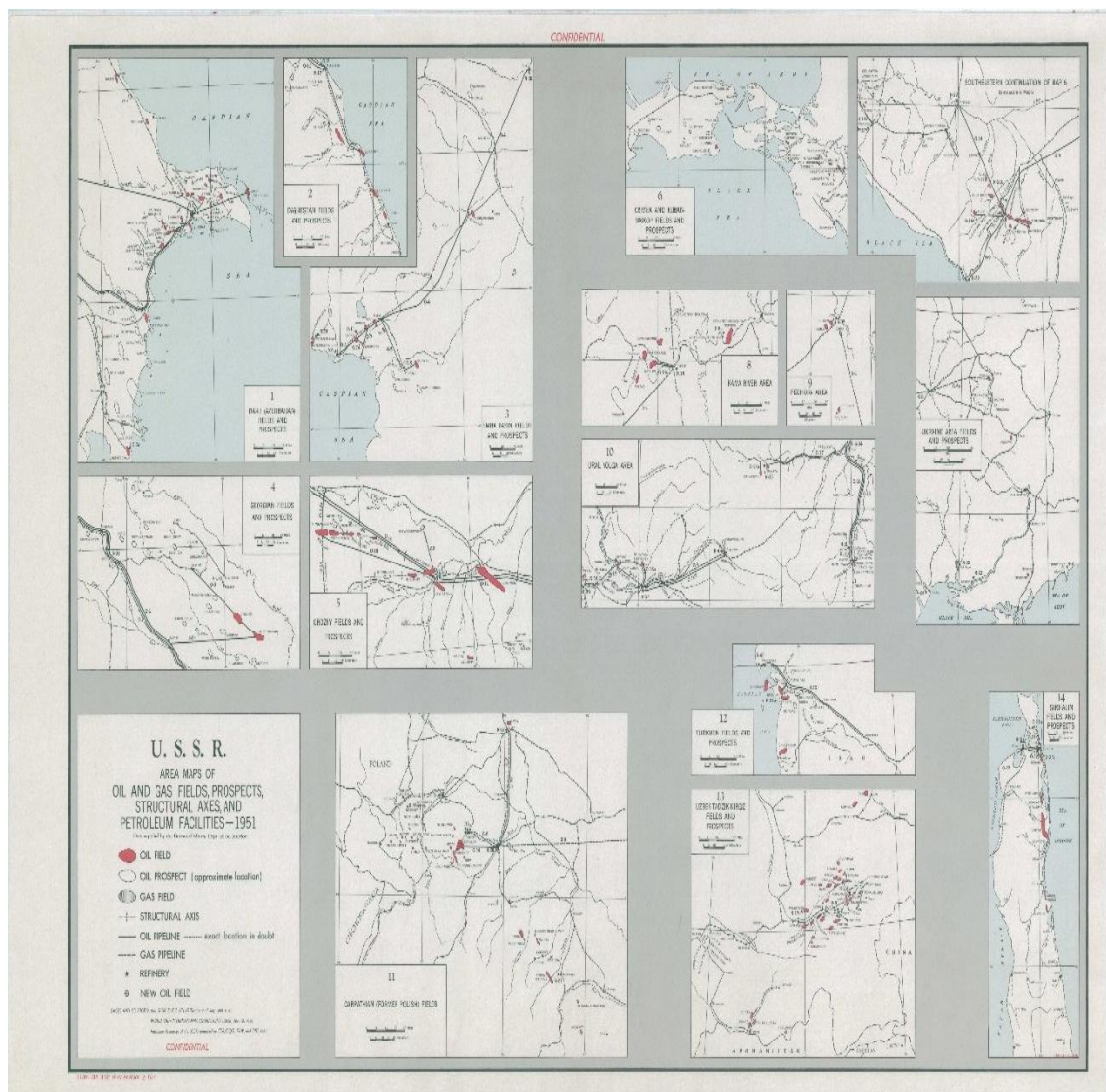
O relatório também ressaltou a importância e aumento da produção dos novos distritos petrolíferos no Leste soviético. Significativos novos campos petrolíferos e plantas de processamento de petróleo foram estabelecidos em diversas regiões como nos Urais-Volga e em áreas próximas ao Mar Cáspio. A produção e o processamento de petróleo estariam se desenvolvendo rapidamente nas Repúblicas do Turcomenistão e Cazaquistão. Dessa forma, a participação dos distritos no leste soviético na produção total de petróleo da URSS havia aumentado para 44%, em comparação com 12% em 1940 (Soviet Union, 1951).

A informação sobre os Urais-Volga parece convergir com o resto da historiografia sobre o tema. De fato, a partir do Quarto Plano Quinquenal a região viveu um crescimento sólido e rápido de sua produção de petróleo, facilitado por questões específicas. Dentre elas, cabe destacar que a região recebeu milhares de equipamentos da indústria de petróleo, que foram evacuados de Baku e Grozny durante o período do conflito mundial. Esse aumento da produção foi tão relevante que lhe rendeu a alcunha de “Segunda Baku” (Perović, 2017).

Outro dado que é confirmado por mapas oficiais da *Central Intelligence Agency* (CIA) estadunidense é o da expansão da produção em torno do Cáspio. Regiões como Emba, no

Cazaquistão, de Cheleken, no Turcomenistão, e parte da área litorânea do Daguestão viram suas produções serem expandidas no fim da década de 1940. De fato, no caso específico da região de Emba, a sua importância já havia aumentado consideravelmente em decorrência da perda temporária das regiões petrolíferas do Norte do Cáucaso entre 1941-45. A alta qualidade do petróleo na região também foi significativa para a obtenção de investimentos. Apesar das dificuldades do período de guerra, durante esses anos, os campos Narmundanak, Zholdybay, Yuzhnyy Koshkar e Tentyaksor foram descobertos e colocados em produção (Ayzenshatadt, 1964). Quanto às outras áreas de produção, não foram encontrados dados mais detalhados além dos já supracitados, que podem ser melhor visualizados com os mapas abaixo:

Mapa 4 – Campos de Petróleo e Gás, Áreas Prospectivas, Eixos Estruturais e Instalações Petrolíferas da União Soviética em 1951



DECLASSIFIED Authority E.O. 13526
NND 76630

Fonte: CIA, 1953

A reabilitação de Grozny, no entanto, é contestada por pesquisadores como Jeronim Perović que apontam para impactos duradouros na região a oeste do Cáspio. O autor indica que as áreas de Baku e Grozny, centros de produção energética da União Soviética, haviam sido parcialmente destruídas por ordens de Josef Stálin durante a guerra. Esse desmantelamento das instalações nessas regiões teria envolvido, em alguns casos, o concretamento de alguns poços, causando danos irreparáveis para a produção naqueles locais, (Perović, 2017, p.9). Contudo, o autor destaca que, na década de 1950, houve uma importante campanha de indivíduos e partidos influentes no Cáucaso pela volta dos investimentos no setor petrolífero de Baku e arredores. Tal movimento teria garantido, segundo o autor, que um terço dos investimentos do setor (excluindo-se os voltados para construção e reabilitação) fossem direcionados para Baku.

Para o pesquisador Felix Rehschuh (2017), embora a recuperação da produção fosse o objetivo mais urgente após a guerra, houve várias contradições no processo de reabilitação das regiões. De acordo com Rehschuh (2017), vários poços de petróleo conhecidos nas regiões de Baku e Grozny foram deixados de lado para explorar novas áreas mais promissoras. Em outros casos, poços antigos se mostravam muito esgotados e danificados para restaurar sua produção. Sobre isso, é apontado que, devido a uma defasagem de tecnologia e equipamentos, perfurar profundas ou offshore, recomendadas por muitos geólogos, não era uma solução totalmente viável. Consequentemente, a produção de petróleo, especialmente na Península de Absheron, se recuperou lentamente. Mesmo apesar de sucessos significativos⁵⁵, a indústria petrolífera de Baku não retomou suas taxas de produção de 1941 até após a era soviética. Em vez disso, os custos de produção no Cáucaso teriam aumentado continuamente em comparação com outras regiões petrolíferas, especialmente a dos Urais-Volga (Rehschuh, 2017).

Por essa e outras razões econômico-sociais, cresceu durante esse período o interesse de Stálin no petróleo iraniano (Yergin, 1991, p.421). A pesquisadora Nataliia Egorova (2017, p.84) aponta que, ainda em 1944, o Comissário do Povo para a Indústria Petrolífera, Ivan Sedin, realizou comunicações oficiais com o Vice-Comissário para Assuntos Exteriores, Vladimir Dekanozov, sobre o assunto. Ainda durante a ocupação soviética, em 1943, geólogos da URSS, a serviço da *Narkomneft* (Indústria Petrolífera Soviética), haviam conduzido explorações geológicas no norte do Irã para avaliar as perspectivas de seu potencial petrolífero. Os dados preliminares indicaram um potencial promissor de petróleo nas regiões de Gilan, Mazandaran e Gorgan (ver mapas abaixo).

⁵⁵ O autor Felix Rehschuh (2017) cita Neft Daşlar como a primeira cidade com produção de petróleo offshore do mundo. Construída em 1947 e localizada a 55 km da costa do Azerbaijão no Mar Cáspio, ela chegou a ter 300 quilômetros de extensão.

Mapa 7 – Espaço territorial do Irã



Fonte: Guiageo, 2024

Mapa 8 – Reservas de petróleo no Irã (1950)⁵⁶



DECLASSIFIED Authority E.O. 13526
NND 76630

Fonte: CIA, 1981

O espaço assinalado no mapa como as regiões de Elburz Mountains (código C4 na escala de perspectiva de reservas) e Gurgan Plains (código B4) era ainda mais relevante, porque se conectaria às regiões produtoras de petróleo do Azerbaijão Soviético e da República Socialista Soviética do Turcomenistão. Esse levantamento geológico intensificou ainda mais a ambição soviética em garantir sua influência sobre essa região estratégica.

⁵⁶ Ainda que o mapa das reservas de petróleo no Irã seja do período de 1950, ele serve à pesquisa por destacar as regiões citadas em pesquisas soviéticas datadas do ano de 1943. Somado a isso, destaca-se que o mapa, construído pela CIA, confirma que as reservas de petróleo no norte do Irã já eram percebidas como existentes por outras potências poucos anos após as pesquisas soviéticas.

Dessa forma, a URSS realizou dois importantes movimentos da URSS na década de 1940. O primeiro culminou na Crise Iraniana de 1946⁵⁷, quando a União Soviética sofreu pressão da comunidade internacional – especialmente dos Estados Unidos e Grã-Bretanha – para que suas tropas abandonassem as regiões ocupadas ao noroeste do Irã. Essa ocupação havia sido realizada ainda em 1941, a partir do período da abdicação do xá Reza Pahlavi e da intervenção soviético-britânica, mas perdurou até 1946, ultrapassando o prazo definido para desmobilização das tropas soviéticas nas regiões do Azerbaijão iraniano e do Curdistão (Yergin, 1991; Egorova, 2017).

Aqui, sublinha-se que Daniel Yergin (1991, p.421) afirma que a tentativa de manutenção da ocupação ao norte do Irã coincidia com um movimento estratégico soviético. A intenção principal? Aumentar a esfera de influência soviética no espaço ao sul de seu território, com o benefício natural de proteger não apenas os campos de petróleo na região de Baku, situados relativamente próximos à fronteira iraniana, mas também o próprio espaço soviético (Yergin, 1991, p.421; Egorova, 2017, p.84). Além disso, os governos britânicos e estadunidenses da época ainda aventaram a possibilidade de ambição expansionista soviética; no entanto não há evidências concretas sobre tal interesse (Yergin, 1991; Egorova, 2017).

Quando ficou claro que a retirada das tropas soviéticas do Irã era inevitável caso a URSS quisesse evitar uma escalada da primeira crise internacional entre grandes potências no pós-guerra (Yergin, 1991), a mesma ainda buscou outras formas de criar uma esfera de influência e atuação sobre o petróleo iraniano. Em outro movimento, oficializado em cartas trocadas entre o embaixador soviético, Andrei Gromyko, e o secretário de Estado americano, Edward Stettinius Jr., em 1944, a URSS focou seus esforços na obtenção de uma concessão de petróleo no norte iraniano (United States, 1944). Após negativas do governo do xá Mohammad Reza Pahlavi (Egorova, 2017, p.91), a proposta foi modificada para a criação de uma *joint-venture* entre ambos os governos (Message..., 1946a).

Após uma série de complexas negociações que envolviam um acordo sobre a criação de uma companhia mista de petróleo e a retirada das tropas soviéticas do norte iraniano, os dois Estados chegaram a um acordo (Saltaneh⁵⁸; Stalin, 1946). As tropas soviéticas se retiraram do

⁵⁷ Para ver mais detalhadamente sobre a Crise Iraniana de 1946, consultar Hasanli (2006).

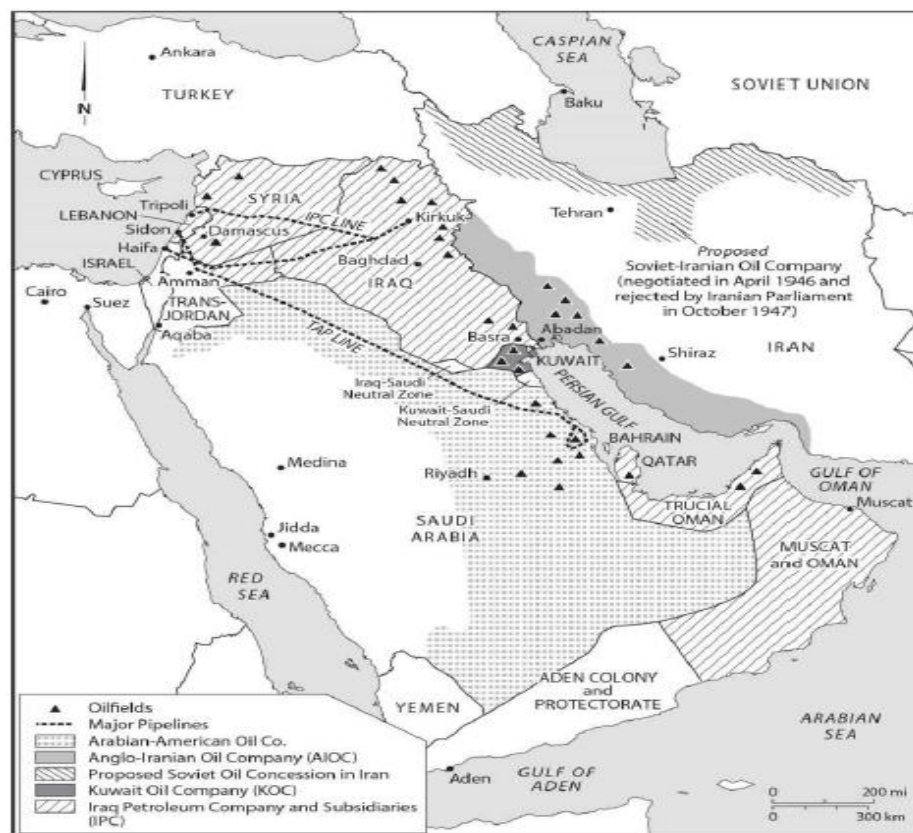
⁵⁸ A presente citação buscou preservar as informações presentes no arquivo original, onde o primeiro-ministro do Irã assinou a carta enviada a Josef Stálin como Qavam Saltaneh. A presente pesquisa tentou, sempre que possível, manter as citações e referências de acordo com os documentos originais. Portanto, pode haver documentos assinados pelo primeiro-ministro do Irã, Ahmad Qavam, que estejam citados como Saltaneh e outros como Qavam, a depender da assinatura contida no documento original.

espaço iraniano e ambos os países se comprometeram a fundar uma empresa que (Message..., 1946b):

1. Operaria por um período inicial de 50 anos, que poderia ser estendido pelo governo iraniano, caso o país tivesse interesse na manutenção da operação, mas não na aquisição da participação soviética da empresa;
2. Nos primeiros 25 anos de operação, teria 49% de suas ações pertencentes ao lado iraniano e 51% ao lado soviético; nos 25 anos a posteriori, a divisão mudaria, com 50% das ações pertencendo ao lado iraniano e 50% ao lado soviético.
3. Compartilharia seus lucros de acordo com a proporção das ações de cada Parte do acordo.

Além disso, a zona de exploração acordada corresponde à área destacada no mapa abaixo, elaborado pelos pesquisadores David. S. Painter e Gregory Brew (Painter; Brew, 2022):

Mapa 9 – Maiores concessões de petróleo no Oriente Médio em 1951



Fonte: Painter; Brew, 2022, p.17

De acordo com as correspondências oficiais, ambos os lados se satisfizeram com as condições alcançadas (Memo..., 1946). No entanto, tal acordo nunca entrou o vigor pois o governo iraniano, nas suas diferentes esferas decisórias, se recusou a adotá-lo nos anos seguintes. Naquela altura, o Irã preconizou uma aproximação com os EUA, o que significou uma derrota política soviética na primeira disputa pela influência no petróleo iraniano próximo ao Cáspio após a Segunda Guerra Mundial (Egorova, 2017, p. 97).

3.4 O Irã, o Cáspio iraniano e a Guerra Fria

Passada a Crise Iraniana de 1946, até a década de 1960 ambos os Estados ainda lidaram com tensões multinível (internas, regionais e mundiais) próprias do período da Guerra Fria, mas que não necessariamente envolveram questões energéticas próximas ao Mar Cáspio. Do lado iraniano, o país viveu grandes crises. No início da década de 1950, o Irã enfrentou a Crise de 1951, também conhecida como Crise de Abadã, desencadeada pela decisão unilateral de nacionalizar a sua indústria petrolífera, até então controlada por empresas estrangeiras. Este fenômeno seria decisivo para a história do Irã. Ele influenciaria uma série de acontecimentos que interseccionam questões internas e externas ao país.

Todo o processo de chegada ao poder de Mohammad Mossadegh até posterior nacionalização da indústria de óleo e gás iraniana ocorreu em meio a assassinatos políticos (incluindo a tentativa de assassinato do Xá Mohammad Reza Pahlavi) e caos social. Esse último fenômeno afetou diretamente a empresa britânica Anglo-Iranian Oil Company (AIOC), mas combinado com os fatores precedentes gerou consternação também entre estadunidenses (Yergin, 1991). De um lado, britânicos, temendo perder controle uma de suas maiores produções de petróleo, alegavam que a medida era ilegal. De outro, americano temiam que o Irã estivesse entrando em um período de decadência político-econômica e crise estatal que poderia resultar em uma aproximação com a União Soviética ou mesmo sua anexação pela mesma (Yergin, 1991, p.452).

Ambos os corpos diplomáticos ficaram encarregados pelos seus governos de buscar reverter essa situação. Com menos a perder do que os britânicos e extremamente interessados em conter os avanços da URSS, americanos pressionaram a Grã-Bretanha a buscar uma negociação mais favorável ao Irã. Contudo, porém, os dois corpos diplomáticos não contavam com a persistência do governo iraniano, representado principalmente pelo Primeiro-Ministro Mohammad Mossadegh. Aqui há uma certa divergência historiográfica em relação às motivações do primeiro ministro para as diversas recusas em renegociar as condições para o reestabelecimento da companhia britânica no Irã. Enquanto David Painter e Gregory Brew

(Painter; Brew, 2022, p.77) creditam essa resistência a um interesse de obter uma verdadeira independência iraniana, outros autores como Daniel Yergin (Yergin, 1991) trazem questões políticas e o aspecto individual como um importante fator para as decisões de Mossadegh. Para além desse debate, fato é que o governo Iraniano se manteve resistente, o que motivou o governo britânico a realizar uma série de ações contra o Irã, como um bloqueio econômico, imposição de sanções comerciais, além de levar o caso para as Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1952.

As ações britânicas afetaram diretamente a economia e a política iranianas. Enquanto o bloqueio internacional e as sanções comerciais se mantiveram em vigor, o Irã ficou praticamente impossibilitado de vender seus recursos. Assim, o país perdeu grande parte de suas reservas internacionais e viu suas condições econômicas se deteriore rapidamente (Yergin, 1991; Painter; Brew, 2022). Apesar disso e do apoio popular em queda, o governo iraniano seguiu rejeitando um novo acordo. Após meses de tentativas, os governos britânico e estadunidense concluíram que a única solução possível para o impasse seria a deposição de Mossadegh. Assim, em 1953, a Operação Ajax foi realizada, desencadeando um processo político que resultou diretamente na queda do Primeiro-Ministro Mossadegh⁵⁹.

O Golpe de Estado em 1953 reabriu o setor energético do Irã para o investimento internacional. Porém as condições eram diferentes do período antes da nacionalização. Apesar da aproximação do governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi com os EUA e de suas reformas modernistas, não havia ambiente para uma privatização total do setor devido a fatores internos e externos⁶⁰. Assim, foi estabelecido um consórcio internacional operando as reservas energéticas no país que dessa vez eram, por princípio, reconhecidas como iranianas (Yergin, 1991). Entre as companhias associadas ao consórcio estava a AIOC (que se tornaria *British Petroleum Company Limited* no ano seguinte), com 40% das ações. Depois dela, o consórcio ainda tinha a participação da Shell, cinco empresas americanas e a francesa *Compagnie Française des Pétroles*⁶¹ com 14%, 8% e 6% das ações, respectivamente. No entanto, apesar do acordo, Yergin (1991, p. 477) aponta que o governo americano já se preparava para uma organização dos países do Oriente Médio por políticas unificadas no mercado mundial de petróleo, o que poderia prejudicar as operações das grandes empresas de petróleo.

⁵⁹ Para mais detalhes sobre a Crise de Abadã e a Operação Ajax, ver Yergin (1991) e Painter e Brew (2022).

⁶⁰ Nesse momento diversos países do Oriente Médio já se colocavam contra a hiperexploração de seu petróleo por meio de concessões que não consideravam benéficas ou lucrativas para seus Estados. (Yergin, 1991).

⁶¹ Mais tarde a empresa se tornaria a TotalEnergies.

De fato, em menos de 7 anos esse evento se materializaria na criação de uma das mais importantes organizações multilaterais do sistema internacional. Durante a década de 1950, observou-se um crescimento rápido da produção de petróleo internacional. Tal crescimento, capitaneado pela produção no Oriente Médio e pelo reestabelecimento da União Soviética como uma importante exportadora de petróleo, não foi acompanhado por aumento similar da demanda. Dessa forma houve uma queda singular dos preços reais de petróleo praticados no mercado internacional. Além disso, disputas entre “novas” companhias de petróleo e as companhias tradicionais deram novas ferramentas para os Estados produtores de petróleo buscarem contratos melhores. O caso que chama atenção para a pesquisa foi o da *Ente Nazionale Idrocarburi* (ENI) e o seu contrato com o Irã em 1957, onde Teerã concedeu duas áreas para exploração à nova empresa europeia e em torno obteve uma porcentagem de 75% dos lucros a serem obtidos com a operação (Yergin, 1991). Apesar das áreas não terem se confirmado como detentoras de grandes reservas energéticas, o acordo garantiu ao governo iraniano um precedente para buscar uma renegociação de seu consórcio internacional.

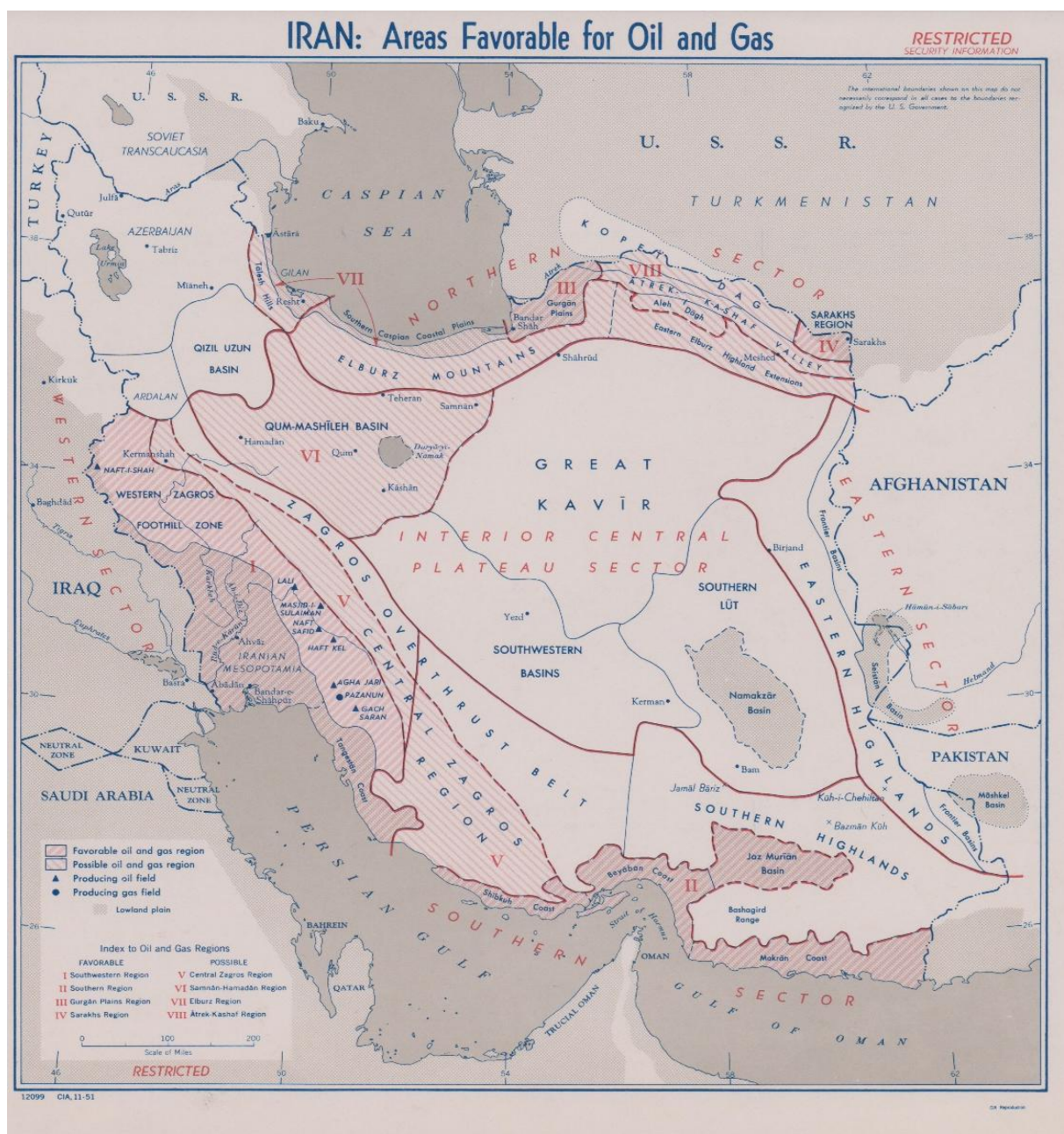
Somado ao precedente do caso ENI que influenciou em uma série de negociações posteriores envolvendo o petróleo do Oriente Médio, o sistema de precificação dos preços internacionais de petróleo também pressionava as companhias de petróleo⁶². Entre 1959 e 1960 pelo menos duas grandes companhias de petróleo realizara cortes nos preços oficiais de petróleo buscando dividir suas perdas com os países detentores dos royalties da produção do seu petróleo. Essa ação causou consternação geral entre parte dos países exportadores da época. Em 14 de setembro de 1960 formava-se em Bagdá uma nova entidade internacional. Responsável por representar os interesses de seus fundadores (Irã entre eles) e enfrentar as grandes empresas internacionais de petróleo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) nascia para alterar de vez a balança de poder do setor energético mundial.

Se os 15 anos entre a Crise Iraniana de 1946 e a criação da OPEP foram de intensas transformações para o Irã e sua indústria de petróleo, o mesmo não pode se afirmar em relação ao Cáspio iraniano. Por questões de coerência temporal, a ideia era apresentar as transformações que ocorreram no Cáspio iraniano logo após a contextualização das mudanças ocorridas na Economia Política Internacional da Energia que afetaram o Irã durante o recorte temporal analisado. Porém, infelizmente, no que concerne às questões energéticas próximas ao Mar Cáspio, a presente pesquisa teve significativa dificuldade de encontrar dados obre o período

⁶² Para uma melhor compreensão do sistema de preços fixados e preços reais no mercado internacional de petróleo durante a década de 1950, ver Yergin (1991).

entre 1946 até 1960. O que a investigação encontrou em relação a esse período, por meio de mapas de autoria da CIA, foi a presença de alguma produção de gás natural nas cidades de Resht e Bandar Shah, localizadas nas regiões do Azerbaijão iraniano e em Gurgan, respectivamente, conforme é possível ver abaixo:

Mapa 10 – Irã: áreas favoráveis a produção de petróleo e gás natural (1951)



DECLASSIFIED Authority E.O. 13526
NND 76630

Fonte: CIA, 1951

sociedade iraniana. Elas incluíram a redistribuição de terras, a nacionalização de florestas e pastagens, e a promoção dos direitos das mulheres. No entanto, muitas dessas reformas foram vistas como imposições ocidentais e geraram resistência dentro de setores iranianos (Hambly, 2008, p.280).

Do ponto de vista econômico, a situação iraniana era de um crescimento vulnerável, marcados por desafio internos e externos. A condição de grande player do mercado de petróleo do mundo era contraposta pela sua pouca diversificação econômica, o que tornava o país refém dos preços internacionais do mercado energético. Entre 1954 e 1960, após o fim do bloqueio econômico ao petróleo iraniano, houve uma recuperação econômica nacional com as receitas do novo consórcio internacional operando no país. Nesse caso, o volume de petróleo – e em menor escala o gás natural – era o fator chave para superar os preços cada vez menores no mercado internacional.

Até a década de 1970 o setor industrial recebeu importantes investimentos e se desenvolveu ao redor do país. Serviços bancários e comerciais se expandiram ao redor de cidades e o Irã viveu um período de crescimento do produto interno bruto e da taxa de renda per capita consistente. Apesar disso, contradições existiram. O setor de agricultura sofreu com a falta de uma estratégia de desenvolvimento definida, o que gerou significativos problemas na sua produção e uma necessidade de importação de produtos alimentícios (Maclachlan, 2007). Outra questão observada pelo autor Keith Maclachlan (2007, p.619) foi a dificuldade de ampliar o setor industrial de forma equiparada a dos setores de petróleo e serviços.

Dito isso, do ponto de vista das relações energéticas entre Irã e União Soviética, a década de 1960 apresentou importantes novidades. A partir de um cenário onde ambos os países buscavam parcerias sólidas para realizar projetos econômicos (Ferrier, 2008), as duas nações sentaram-se à mesa de negociações. Em 13 de janeiro de 1966 foi assinado um acordo em Moscou para investimentos soviéticos em vários setores industriais e de infraestrutura do Irã. Esses investimentos incluíam a construção de uma siderúrgica na cidade de Isfahan e o *Iranian Gas Trunkline* (IGAT), um gasoduto que ligaria o sul do Irã à URSS (Agreement..., 1966). O acordo também incluiu o fornecimento de gás natural iraniano à União Soviética, como parte de um intercâmbio comercial que ajudou a financiar os investimentos industriais supracitados. Esse tratado sinalizou um breve período de cooperação pragmática entre Teerã e Moscou, apesar das diferenças ideológicas entre o governo monárquico pró-Occidente do Irã e o regime soviético.

A partir disso até 1979, o Irã ainda descobriria significativas reservas de gás natural, particularmente na região sul, que forneceriam uma nova perspectiva sobre o potencial

energético do país. Essas reservas reforçariam o papel do Irã enquanto uma das maiores potências energéticas globais, especialmente considerando o crescente consumo de energia na União Soviética e na Europa Ocidental.

A década de 1970, no entanto, afetou profundamente a economia global e o equilíbrio de poder no setor energético. Eventos como a Guerra do Yom Kipur, o bloqueio econômico da OPEP aos países que apoiaram Israel durante a guerra e as constantes previsões científicas apontando o caráter finito do petróleo levaram à Primeira Crise do Petróleo. Em um espaço de poucos meses o preço do óleo no mercado internacional triplicou, o que impactou severamente a economia global (Yergin, 1991).

O gás natural, por sua vez, se tornou um elemento-chave do mercado global energético. Isso ocorreu devido a condições específicas. Primeiro, os preços exorbitantes do petróleo a partir de 1973 instigaram países a buscar outras fontes energéticas seguras. Segundo, na Europa solidificaram-se movimentos ambientais e climáticos que apontavam os perigos da utilização de larga escala de petróleo e carvão. Tais movimentos não eram novos. Daniel Yergin (2011, p.250) aponta que, em 1952, o Reino Unido sofreu com os efeitos nocivos da produção de carvão mineral que criou uma névoa tóxica que causou milhares de mortes. O episódio conhecido como “*Great Smog*”⁶³ foi decisivo para a estruturação do movimento ambientalista no Reino Unido e para a diversificação de sua matriz energética. A pressão pela diversificação foi, na opinião do autor, fundamental para que o governo britânico comesasse a investir no gás natural, considerado uma fonte energética segura e menos poluente do que o carvão (Yergin, 2011, p.250)

Um fenômeno parecido ocorreria na Alemanha durante a década de 1960, na região industrial do Ruhr. Nela, a poluição do ar fruto da intensa mineração e da indústria de aço resultou em diversas demandas de moradores e de sindicatos da região por reformas ambientais. Essas demandas encontraram reconhecimento e eco no futuro primeiro-ministro alemão, Willy Brandt, que passou a cobrar – com eficácia – o parlamento por políticas públicas que garantissem a volta dos “*Blue Skies*”⁶⁴ na região (Hoerber, 2012, p.217). No entanto, apesar de não serem novos, foi apenas à luz das Crises do Petróleo que esses movimentos se fortaleceram e passaram a ter maior incidência política.

A crescente incidência política dos movimentos ecologistas, ambientalistas, climáticos ou verdes resultou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

⁶³ Grande névoa em tradução livre.

⁶⁴ Céus azuis em tradução livre.

Humano de 1972, em Estocolmo. Ela foi a primeira conferência mundial a tornar o meio ambiente uma questão central e influenciou fortemente o desenvolvimento de uma consciência ambiental a nível global. Transversal, seu plano de ação previu a coleta, medição e análise dos dados relacionados aos efeitos ambientais do uso e produção de energia. Nesse sentido, a produção massiva de petróleo quanto o carvão eram alvo de preocupações devido às possíveis relações entre ela e a produção de gases que se especulava estarem ligados com a degradação do clima e meio ambiente (United Nations, 1973). Tal preocupação está expressada em:

Resolução 57

É recomendado que o Secretário-Geral tome medidas para garantir a coleta, medição e análise adequadas de dados relacionados aos efeitos ambientais do uso e produção de energia dentro de sistemas de monitoramento apropriados.

(a) O projeto e a operação de tais redes devem incluir, em particular, o monitoramento dos níveis ambientais resultantes da emissão de dióxido de carbono, dióxido de enxofre, oxidantes, óxidos de nitrogênio (NOx), calor e partículas, bem como aqueles provenientes de liberações de petróleo e radioatividade;

(b) Em cada caso, o objetivo é aprender mais sobre as relações entre esses níveis e os efeitos sobre o clima, a saúde humana, a vida vegetal e animal e os valores de amenidade.⁶⁵ (United Nations, 1973).

Ademais, no mesmo período a Europa vivia um forte movimento antinuclear que buscava bloquear o avanço da fonte energética no espaço europeu (Van der Heijden, 2014). Esse movimento, as tensões geopolíticas envolvendo o mercado petrolífero e a repercussão em torno das questões sobre o futuro do petróleo levantadas no livro-relatório “*The Limits to Growth*” do Conselho de Roma, também de 1972, criaram um ambiente propício a diversificação energética na Europa. Assim, as novas reservas mundiais de gás natural, com a produção em larga escala permitida a partir do desenvolvimento de tecnologia para sua mercantilização, passaram a ser alvo de grandes investimentos (Högselius, 2012).

Para o Irã, o gás natural se fixaria como ferramenta em negociações diplomáticas, com o país buscando explorar suas reservas para fortalecer suas relações comerciais e políticas. Por outro lado, o aumento drástico dos preços do petróleo trouxe lucros extraordinários para países produtores, incluindo o Irã, que se viu em uma posição de destaque como um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Entretanto, essa nova riqueza também trouxe tensões

⁶⁵ Tradução livre.

internas, uma vez que a população iraniana começou a questionar a distribuição de riqueza e a falta de desenvolvimento social e político.

Durante esse período, o país buscou expandir sua capacidade de produção energética, não apenas através do petróleo, mas também investindo na exploração e no desenvolvimento de suas reservas de gás natural. A proximidade geográfica e as relações históricas entre o Irã e a União Soviética facilitaram essa cooperação, com a URSS se tornando um parceiro estratégico no desenvolvimento da infraestrutura necessária. No entanto, a Revolução Iraniana de 1979 trouxe uma mudança drástica nesse cenário.

Classificado por Keith MacLachlan (2007) como um período de expansão econômica sem paralelo na história contemporânea iraniana, o período entre 1964 e 1973 acabaria gerando uma pressão inflacionária grande no país que diminuiria o poder de compra da população e aumentaria as desigualdades sociais no país. A resposta aos questionamentos populacionais foi severa e violenta. O autoritarismo do xá, a repressão à oposição política iraniana e o descontentamento com a corrupção e o uso excessivo da polícia secreta (SAVAK) geraram uma crescente insatisfação entre a população iraniana. Além disso, as disparidades entre as classes mais ricas e a maioria da população, especialmente nas áreas rurais, exacerbaram o sentimento de injustiça social. A rápida ocidentalização do país, parte da Revolução Branca promovida pelo xá, também foi mal vista por setores tradicionais e religiosos da sociedade (Yergin, 1991). A percepção era de que o Irã estava se tornando uma marionete dos interesses ocidentais no Oriente Médio.

A ascensão do aiatolá Khomeini, que liderou a oposição religiosa ao xá, foi alimentada por esse descontentamento. Do seu exílio no Iraque e na França, Khomeini capitalizou o sentimento antiocidental, argumentando que o petróleo iraniano estava sendo explorado em benefício das potências estrangeiras, enquanto o povo iraniano permanecia empobrecido (Yergin, 1991). A revolução, que começou como um movimento diversificado contra o regime do xá, rapidamente se unificou sob a liderança religiosa de Khomeini e culminou na derrubada do regime monárquico em fevereiro de 1979.

A Revolução Iraniana teve um impacto profundo nas questões globais de petróleo. Ainda em 1979 o novo governo iraniano promulgou uma nova constituição que abordava o tema da exploração de recursos iranianos a partir da seguinte perspectiva: “não é permitido concluir qualquer contrato que envolva a dominação estrangeira dos recursos naturais e econômicos, a cultura, o exército e outros domínios da nação” (Iran, 1979).”. A partir de então, houve uma subsequente nacionalização das indústrias de petróleo, um processo que foi seguido por um êxodo de profissionais do setor (Karbassian, 2000). Os novos responsáveis pela

administração das empresas estatizadas não tinham, segundo o autor Akbar Karbassian (2000, p.631-632), a experiência ou habilidades necessárias para gerir uma produção iraniana que enfrentava uma crise antes mesmo da revolução (Ferrier, 2008, p.678). Assim, a queda na produção iraniana de petróleo se intensificou nos anos seguintes. A interrupção da produção e exportação de petróleo do Irã agravou as tensões globais, causando um aumento significativo dos preços do óleo. Esses fatores, somados à incerteza política resultante da revolução, contribuíram para a Segunda Crise do Petróleo (Razoux, 2015) que, segundo Yergin (1991), teve vários estágios e gerou uma nova onda de instabilidade na economia global⁶⁶.

No campo das relações externas, o novo governo, sob a liderança do aiatolá Ruhollah Khomeini, adotou uma postura de independência das grandes potências (Iran, 1979). Para o aiatolá, o Irã deveria liderar os esforços para salvar o Islã da intervenção e ataque de forças estrangeiras. Em geral, o novo discurso iraniano se voltou para o embate com os Estados Unidos; as relações com o país se deterioraram em meio a posturas de confronto do governo iraniano e fatores externos como a crise dos reféns na embaixada dos EUA em Teerã, de 1979 a 1981. No entanto, as relações com a URSS não eram melhores devido a diversos fatores como a lembrança da invasão soviética ao norte do Irã e o antagonismo ideológico que opunha o Islã e o comunismo soviético (Rodríguez Zahar, 1991, p. 202). Dessa forma, e conseqüentemente a isso, as parcerias com a URSS foram reavaliadas à luz desse novo direcionamento iraniano e muitos dos projetos em andamento, especialmente no setor de óleo e gás, foram interrompidos.

Em meio a essas mudanças, o Irã ainda foi abalado pela Guerra Irã-Iraque, que começou em setembro de 1980, quando o Iraque, liderado por Saddam Hussein, invadiu o Irã com sua força aérea (Razoux, 2015, p. 22-23). O conflito foi motivado por disputas territoriais, como o controle da região fronteira de Shatt al-Arab, e por rivalidades políticas, com Saddam buscando se aproveitar da instabilidade pós-revolucionária iraniana (Razoux, 2015). A guerra durou oito anos e foi marcada por batalhas devastadoras, incluindo o uso de armas químicas pelo Iraque e ataques a civis (United Nations, 1986; Razoux, 2015). No final, o conflito terminou sem grandes mudanças territoriais, mas com um enorme custo humano e econômico

⁶⁶ A queda na oferta mundial com a Revolução Iraniana de 1979 foi amenizada pelo aumento na produção de outros países produtores de petróleo. Assim, ela representou entre 4% e 5% do fornecimento mundial. No entanto, segundo Yergin (1991), haviam cinco fatores que explicam o aumento de 150% nos preços do petróleo: (1) o crescimento rápido da demanda global por petróleo, (2) o rompimento de diversos contratos a partir da revolução e aumento da informalidade no mercado internacional; (3) as estratégias conflitantes dos governos consumidores; (4) os movimentos de países produtores que buscaram aumentar seus lucros em meio à Revolução e, por fim, (5) a sensação de incerteza em relação ao futuro que envolveu o período.

para ambos os países. Para o Irã, a guerra consolidou a desconfiança em relação ao Iraque e a outras potências regionais, ao mesmo tempo em que fortaleceu o sentimento nacionalista e revolucionário de cunho religioso (Rodríguez Zahar, 1991, p. 16).

Durante essa década, o Irã também enfrentou crescente isolamento internacional (Razoux, 2015; Rodríguez Zahar, 1991). As relações com os países ocidentais, já tensas devido à crise dos reféns, foram agravadas pelo apoio do Irã a movimentos islâmicos militantes considerados pelas potências europeias e os Estados Unidos como organizações terroristas. Isso, somado ao repúdio ocidental ao uso de armas químicas no conflito, resultou em várias rodadas de sanções econômicas impostas pelos EUA e outros países ocidentais, afetando a economia iraniana (Karbassian, 2000, p. 632). Nesse período, o Irã buscou fortalecer alianças regionais e apoiar grupos ou países que compartilhassem sua ideologia islâmica, usando esses vínculos como forma de projetar poder na região. No entanto, o país teve relações turbulentas com diversos países de população islâmica. Por fim, e como já citado, divergências ideológicas impediram uma aproximação maior entre o Irã e a URSS.

No cenário interno, o governo iraniano consolidou seu controle, reprimindo duramente a oposição política e religiosa. O Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica emergiu como uma força poderosa dentro do país, desempenhando um papel crucial tanto na defesa durante a guerra quanto na manutenção da ordem interna. Essa organização não só garantiu a proteção do regime, mas também passou a controlar vastas áreas da economia iraniana, exercendo influência política e econômica (Razoux, 2015).

A década de 1980 no Irã foi, portanto, um período de consolidação da República Islâmica, de resistência a pressões internas e externas, e de uma complicada recuperação após uma guerra devastadora (Karbassian, 2000). O isolamento internacional e as sanções impuseram severas restrições econômicas, mas o governo conseguiu manter o controle político-social internamente, promovendo uma cultura revolucionária e ideológica que continua a influenciar o país até os dias de hoje. No campo energético, a Revolução também teve implicações significativas para o desenvolvimento energético na região do Mar Cáspio. A instabilidade iraniana nos momentos logo após a revolução afetou diretamente os projetos de desenvolvimento energético no Cáspio, tornando a colaboração com a URSS um desafio, mas também uma oportunidade para reconfigurar as alianças energéticas.

3.5 A União Soviética, o Cáspio soviético e a Guerra Fria

Do lado soviético permaneceu interessada na política global do petróleo, apesar do fracasso na Crise do Irã em 1946. Esse interesse, segundo a autora Nataliia Egorova (2017,

p.99), não foi causado apenas pela necessidade urgente de restaurar sua economia devastada pela guerra. A entrada da URSS na arena internacional como uma superpotência após a vitória na Segunda Guerra Mundial exigiu soluções para os novos desafios que surgiram para o país⁶⁷. Assim, durante a Guerra Fria, a União Soviética definiu o desenvolvimento de sua indústria energética (esta largamente vinculada ao petróleo) como uma de suas prioridades estratégicas. Seus investimentos resultariam na descoberta de novas reservas no país que se tornaram os centros de produção do Estado soviético até a década de 1970.

Dessa forma, os Quarto e Quinto Planos Quinquenais buscaram transformar o setor de petróleo que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, não produzia o suficiente nem mesmo para as necessidades domésticas soviéticas (Jensen-Eriksen, 2017, p.107). A expansão do setor para a região de Volga-Urais foi fundamental para que certos objetivos no tocante à indústria energética fossem cumpridos. Além disso, ela também solucionou uma questão securitária soviética: ao expandir a produção na região, localizada no interior do país, houve o afastamento do centro produtivo nacional da vulnerabilidade das fronteiras.

Impulsionada pela rápida expansão da produção nos Urais, a quantidade de petróleo soviético deu um salto entre 1945 e 1960. Aliás, ao final da década de 1950, a União Soviética passara a Venezuela, se tornando o segundo maior Estado produtor do mundo com uma produção que totalizava três quintos da produção no Oriente Médio (Yergin, 1991, p.515). Na primeira década dessa transformação, a maior parte do montante produzido foi absorvido pela demanda interna soviética. Contudo, a partir de 1955, o Estado se tornou um exportador líquido de petróleo e, em 1959, o hidrocarboneto do país já era exportado para pelo menos vinte e oito nações não comunistas; dessas exportações, três quartos eram direcionadas à Europa Ocidental (CIA, 1960, p. 12; Jensen-Eriksen, 2017, p. 108)

Aqui, cabe mencionar também a evolução da produção de gás natural na URSS. Confirme dito anteriormente, os primeiros campos mais significativos da fonte foram descobertos durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, nesse primeiro momento, o governo soviético compreendeu o gás natural das regiões de Saratov, próximo ao rio Volga, e da Galícia soviética como as alternativas em um momento de conflito onde as reservas de carvão e petróleo russas estavam em risco (Högselius, 2012, p.13-14). Assim, foram desenhados os primeiros gasodutos no país que, devido a atrasos e problemas técnicos, só foram ter suas construções finalizadas após o final do conflito. Ao finalizar da guerra, a posição do

⁶⁷ A necessidade de expandir a economia, promover o desenvolvimento industrial e a força militar de uma potência global passava invariavelmente pelo acesso e controle seguro de fontes energéticas, especialmente o petróleo.

líder da URSS sobre a nova fonte foi titubeante; as outras fontes fósseis pareciam investimentos mais seguros (Högselius, 2012, p.14). Dessa forma, até meados da década de 1950, a produção de gás natural na URSS ainda era insipiente.

O gás natural só teria um suporte direcionado do Kremlin a partir de 1956, quando o governo estabeleceu uma meta de quadruplicar a sua produção. No mesmo ano seria criada a Direção-Geral da Indústria de Gás Soviética (Glavgaz), uma agência para fomentar a produção e distribuição do recurso na URSS. A partir disso, houve um crescimento rápido da indústria que foi acompanhado por uma expansão coordenada das rotas de distribuição de gás natural. Uma dessas rotas que se conectava a várias outras formando o sistema de gasodutos soviético foi construída às margens do Mar Cáspio. Ela foi planejada para conectar o importante campo de produção de Qaradagh (no Azerbaijão soviético) à Yerevan e Tblisi, nas Repúblicas Socialistas Soviéticas da Armênia e da Geórgia (Högselius, 2012, p.21). Tal planejamento é passível de observação no mapa abaixo:

Mapa 12 – Mapa do sistema de gasodutos soviético no início dos anos 1960. Nesse período, um sistema interconectado soviético estava prestes a tomar forma⁶⁸

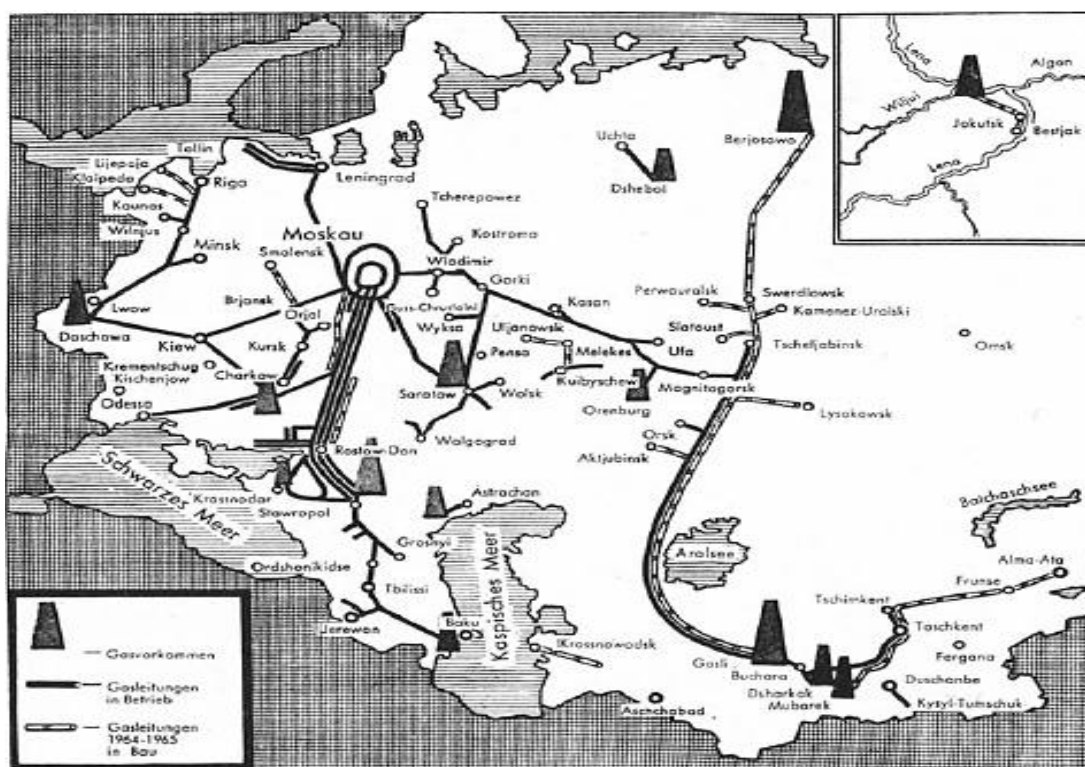


Figure 2.4 Map of the Soviet pipeline system as of the early 1960s. An interconnected Soviet grid was at this time just about to take shape.

Fonte: Högselius, 2012, p.22

⁶⁸ Título do mapa foi traduzido para manter inalterada a percepção de Högselius (2022, p.22) em relação ao mesmo.

Segundo Högselius (2012, p.22), o gasoduto foi batizado de “Amizade dos Povos” e foi construído rapidamente, passando por regiões montanhosas que alcançavam dois mil metros acima do mar, demandando um trabalho de engenharia altamente complexo. Os primeiros carregamentos de gás natural chegaram em Tblisi ainda em 1959 e um ano depois foi a vez de Yerevan. De acordo com o autor, o gasoduto foi um pavimentador de uma reorientação radical do sistema energético cáspio que a partir daquele momento passou a ter um caráter transrepublicano integrado (Högselius, 2012, p.22).

Apesar da barreira linguística em relação a possíveis registros oficiais e da falta de registros em outras línguas que confirmem a periodização das obras a serem citadas, o mapa 12 ainda mostra que até o início dos anos 1960, o Gasoduto “Amizade dos Povos” foi expandido até Grozny e passou a ter a companhia de dois outros projetos próximos às águas Cáspias: uma produção e pequeno gasoduto em Astracã (Astrachan no mapa) e um gasoduto em construção na região da baía de krasnovodsk, próximo a Cheleken. Ainda no mesmo período, é assinalado que foram descobertas e colocadas em operação em 1959 reservas de petróleo e gás em Koturdepe. Por essa descoberta, os geólogos e perfuradores foram agraciados com condecorações do governo (Zonn *et al*, 2010, p. 499; U.S..., 1961).

Esses investimentos permitiram que, nesse período, a URSS desempenhasse um papel central como exportadora de commodities, especialmente no setor de óleo e gás; um papel que moldou significativamente sua política externa e interna. Em geral, a União Soviética utilizou a exportação de petróleo de duas formas: primeiro, boa parte do capital obtido para financiar a compra de importantes equipamentos e maquinários estrangeiros a serem utilizados em suas indústrias e na construção de seus gasodutos e oleodutos⁶⁹ (Yergin, 1991, p.519; Högselius, 2012, p.23). Segundo, quando relacionando-se com nações aliadas como Cuba, a URSS aceitava pagamentos das exportações de petróleo em commodities ou em moedas mais fracas, buscando fortalecer alianças (CIA, 1960, p.12-13).

Com uma produção em expansão rápida, razoavelmente barata e com um cenário de expansão tecnológica mundial que permitia cada vez mais o transporte rápido e eficiente de petróleo e gás natural por meio de oleodutos, navios-tanque e gasodutos (CIA, 1960), a União Soviética passou a representar um desafio para as empresas tradicionais do setor. Em um dos casos mais radicais de resistência, a Grã-Bretanha formalizou um embargo quase total ao

⁶⁹ O legado de atraso tecnológico resultante da devastação soviética durante a Segunda Guerra Mundial, juntamente com a natureza planificada de sua economia (Högselius, 2012, p.23) e os constantes riscos de embargos, são fatores que podem ter contribuído para a dependência externa da URSS na implementação plena de seu projeto de criação de redes de dutos e gasodutos. o

petróleo soviético que durou de 1959 até a década de 1970 (Jensen-Eriksen, 2017, p. 106). Em outro, em 1962, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) emitiu uma resolução exortando seus membros a exercerem cautela ao comprarem o óleo soviético (Jensen-Eriksen, 2017, p. 106).

O aviso veio como uma resposta a movimentos como os da italiana *Ente Nazionale Idrocarburi* (ENI)⁷⁰ que dois anos antes, em 1960, havia assinado um acordo para compra de óleo soviético em troca do envio de borracha sintética e materiais para construção de oleodutos e gasodutos (BINI, 2017, p.201). De acordo com a autora Elisabetta Bini, o acordo ainda chamou a atenção da mídia internacional devido ao que o *The New York Times* considerou como a intenção soviética de “*establish[ing] itself as a large-scale supplier of oil to Europe through a pipeline system paid for in oil.*”⁷¹ (Bini, 2017, p.201). Com razão, é verdade que a partir dos acordos entre a ENI e a União Soviética, esta última pôde desenvolver parte de uma frente de navios-tanque para transportes energéticos que possibilitou o envio de petróleo para seus vizinhos. Outro ponto importante foi o papel dessa parceria para o alcance das metas do Sétimo Plano Quinquenal (Bini, 2017, p.213). No entanto, no caso dos oleodutos, em 1962 a pressão do governo americano na OTAN teve como efeito a implementação de uma espécie de embargo para o envio de tubos de grande diâmetro para a URSS. Ainda que não tenha sido completamente eficiente, essa estratégia atrasou em alguns anos o projeto de construção de rotas de oleodutos e gasodutos entre a União Soviética e a Europa (Bini, 2017, p.213).

Curiosamente, a partir do ano seguinte, a conjuntura internacional mudou. A partir de uma série de movimentos como a assinatura do Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares e o anúncio da Estratégia de Paz de Kennedy em 1963, criaram-se as bases para um período de distensão global. Esse momento de aproximação entre o bloco soviético e o bloco capitalista se intensificaria ao final da década de 1960 e ficaria popularmente conhecido como Détente. Durante ele, o embargo da OTAN seria suspenso e mesmo as relações entre a URSS e os EUA se intensificariam, ainda que os EUA se mantivessem cautelosos em relação aos acordos energéticos celebrados entre soviéticos e países de fora do bloco soviético (CIA, 1964).

A Détente permitiria, apesar da vigilância cautelosa americana, que uma série de acordos entre a URSS e outros países no campo energético fossem celebrados, inclusive

⁷⁰ Para a pesquisadora Elisabetta Bini (Bini, 2017), a ENI, conduzida por seu presidente Enrico Mattei, buscava celebrar diversos novos contratos de energia com países produtores. A motivação vinha da percepção do governo italiano de que a Crise de Suez e o embargo do petróleo árabe colocaram em risco a segurança energética de uma Itália que era até então extremamente dependente do petróleo americano transportado pelo Golfo Pérsico.

⁷¹ “(...) estabelecer[-se] como um fornecedor em larga escala de petróleo para a Europa através de um sistema de oleodutos pago com petróleo.” em tradução livre.

envolvendo algumas empresas de petróleo americanas. Aqui, dois pontos podem ser destacados. Dois pontos merecem destaque: o primeiro é o acordo firmado em 1966 entre a URSS e o Irã, já mencionado anteriormente, para a exploração de petróleo e gás natural no norte do Irã (Ferrier, 2008). Mas também cabe mencionar que a partir desse momento uma série de acordos para a exportação de gás natural e construção de gasodutos ligando a URSS e a Europa foram assinados (Bini, 2017, p. 217-218). A presente pesquisa inclusive compreende que é a partir desse momento que começa a se formar, ainda de forma rudimentar, uma estrutura distribuição no campo de energia que vincularia a URSS, posteriormente a Rússia, à Europa de uma forma a tornar esta última dependente dos recursos da primeira.

Entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970 a URSS se estabeleceu como uma das maiores produtoras e exportadoras de recursos energéticos do mundo (Painter, 2017, p.284-285). Também foi hábil em aproveitar um momento de distensão para estabelecer diversos contratos que foram fundamentais para garantir acesso à bens industriais e tecnologia para manter o seu desenvolvimento nacional, assim como para construir as bases do sistema de distribuição energética que vincularia por décadas o país ao resto da Europa.

De acordo com o pesquisador David Painter (2017, p.286), a União Soviética se beneficiou do aumento dos preços de petróleo causados pelas duas Crises do Petróleo da década de 1970. Com a descoberta de grandes campos de petróleo e gás natural na Sibéria (CIA, 1977a) e com uma eficiente política externa, o Estado soviético conseguiu aumentar a produção e suas exportações energéticas em meio ao aumento intensivo dos preços de petróleo no mercado mundial. Entre 1970 e 1980, os valores do barril de petróleo (brent) aumentaram de um dólar e oitenta centavos para trinta e seis dólares e oitenta e três centavos (BP, 2016, p.14). Nesse período, as exportações soviéticas cresceram de um milhão e novecentos mil barris de petróleo por dia (bdp) para três milhões e duzentos mil bpd. Mais do que isso, a URSS aumentou suas exportações para países com moedas fortes (Yergin, 1991, p.718), o que permitiu que o país mantivesse sua política de importações de grãos e maquinário durante os anos 1970.

Essas receitas do petróleo permitiram que a economia soviética mantivesse uma relativa estabilidade ao longo da década que em alguma medida mascararam sérios problemas estruturais que se desenharam ao longo de décadas. O regime soviético usou o dinheiro do petróleo para financiar projetos militares, sustentar subsídios a países aliados e alimentar o aparato burocrático estatal. A capacidade da URSS de vender petróleo para o Ocidente e seus aliados no bloco comunista deu uma falsa sensação de segurança econômica, mascarando problemas internos que estavam se acumulando. Destes se destacam a baixa produtividade industrial, o subdesenvolvimento do setor agrícola, a pressão financeira da amenização dos

impactos dos choques do petróleo nos países vizinhos sob sua influência (Kotkin, 2001, p. 16), além da estagnação tecnológica, mesmo no setor energético, que forçava o país a depender de importações custosas de países não aliados.

Sobre a estagnação soviética, cabe destacar que em 1977 o cientista político Samuel Huntington, então coordenador de planejamento de segurança no Conselho de Segurança Nacional (NSC), apontou que a dominância dos EUA em equipamentos e tecnologia de petróleo e gás necessários pelos soviéticos dava aos estadunidenses uma brecha de atuação contra a URSS sem precedentes. Nos anos seguintes, sua influência na nova política diplomática americana seria sentida na disputa política pela aprovação de medidas para reestabelecer o controle de exportações americanas para a URSS (Painter, 2017, p.289). No entanto, a posição americana sobre o assunto só se solidificou a partir da invasão soviética ao Afeganistão em 1979. A partir de então, o governo Carter instituiria uma série de sanções à URSS, incluindo restrições de comércio de empresas americanas no setor de óleo de gás (Painter, 2017, p.289).

Ademais, a URSS passaria por custosos problemas no setor energético durante os anos 1980 (Painter, 2017, p.290). Embora a União Soviética estivesse gerando receita significativa com as exportações de petróleo e gás natural, sua economia era pouco diversificada e extremamente dependente de setores extrativistas. Havia gargalos de transporte e materiais que, juntamente com a diminuição dos ganhos de produtividade, também comprometeram fortemente o crescimento industrial (Painter, 2017). A economia soviética carecia de inovação, e o país começou a sofrer com a falta de investimentos em infraestrutura e tecnologias de ponta. Esse fenômeno ficou evidente com a utilização de tecnologias de exploração e produção desatualizadas nos campos da Sibéria que, em última instância, afetavam a saúde de longo prazo dessas áreas produtivas. Além disso, os enormes desafios técnicos e logísticos de explorar regiões remotas também aumentaram os custos de extração e produção energética soviética.

Com tecnologias defasadas que colocavam em risco de esgotamento campos antigos e não promoviam a extração eficiente de novos campos, a produção de petróleo soviética atingiu seu pico e começou a declinar na década de 1980. Esse cenário, inclusive, já havia sido previsto em uma série de relatórios da CIA que apontavam, ainda na década de 1970, a possibilidade de uma crise no setor energético soviético (CIA, 1977a; CIA, 1977b). Ao mesmo tempo, os preços globais do petróleo começaram a cair nos anos 1980, em parte devido a políticas da OPEP para aumentar a produção e estabilizar o mercado (Yergin, 1991). Com a queda dos preços, a URSS viu suas receitas em moeda forte despencarem, o que prejudicou gravemente sua capacidade de importar bens de consumo e tecnologias do Ocidente, além de financiar seu extenso sistema de subsídios internos e seu aparato militar.

No contexto geopolítico, a União Soviética também enfrentava crescente pressão internacional. A retaliação da OPEP à postura americana e de outros países Europeus na Guerra do Yom Kippur e à Revolução Iraniana de 1979 não foram apenas responsáveis diretas pelas duas Crises do Petróleo. Os dois eventos, juntos de outros de ordem geopolítica mundial, operaram de forma a transformar a percepção política estadunidense sobre suas prioridades. A eleição de Ronald Reagan em 1980 nos Estados Unidos trouxe uma política externa mais agressiva, com um aumento na corrida armamentista e a chamada Doutrina Reagan, que buscava confrontar o expansionismo soviético em várias frentes, exacerbando as tensões da Guerra Fria.

No campo energético, esse confronto tomou grandes proporções. Ainda em 1981 o presidente Reagan, aproveitando-se de um cenário de instabilidade política na Polônia, acusou o governo soviético de interferência e unilateralmente estabeleceu sanções ao Estado eurasiático (Painter, 2017, p.294). As sanções incluíram a suspensão licenças nacionais para vários tipos de exportações de alto grau tecnológico no setor de óleo e gás e durante um breve período se expandiriam para subsidiárias americanas. Elas só seriam revistas em 1982, após causarem tensões entre americanos e europeus devido ao interesse europeu de manter o comércio energético com a URSS.

Além disso, outro alvo de disputa foi o projeto do gasoduto da Amizade dos Povos, atualmente conhecido como Urengoy–Pomary–Uzhhorod, que conectaria a Sibéria Ocidental à França (Painter, 2017, p.293-294), complementando o sistema de distribuição energética que conectava a URSS à Europa Ocidental. Entre os movimentos geoestratégico realizados, cabe destacar (1) a pressão americana sobre os governos europeus para abandonar o projeto do gasoduto e (2) uma alegação nunca confirmada oficialmente de sabotagem americana na construção do mesmo (Painter, 2017, p.293-294). No entanto, apesar do interesse americano em embargar o projeto, os atrasos não impediram a finalização das obras do gasoduto que entrou em operação em 1985, materializando ainda mais a dependência energética europeia, mas não a tempo de salvar a economia soviética.

Em meio ao cenário instável na União Soviética (e no Irã) entre o final da década de 1970 e o final da Guerra Fria, o setor energético Cáspio também refletia o período. Assim, a região passou por transformações significativas como a exploração intensiva de petróleo e gás, aliada a desafios ambientais e tensões políticas. Apesar de descobertas relevantes como a de grandes reservas de gás natural condensado em Astracã (Zonn *et al*, 2010, p. 502) em 1974, o Cazaquistão soviético aceitou a criação de uma zona de reserva natural na parte norte do Mar Cáspio (Zonn, 2001, p.71). Essa área, que não coincidia com a de Astracã, foi preservada por

ser considerada uma área crucial para a preservação de ecossistemas sensíveis, como a flocado-mar-cáspio e outras espécies endêmicas. Nesse acordo, o desenvolvimento de recursos minerais foi proibido na zona costeira que fica ao norte do Mar Cáspio, em uma medida importante para mitigar os impactos da crescente exploração de petróleo e gás. Esta política foi impulsionada, em parte, pela pressão criada por forças sociais diversas pela necessidade soviética de assegurar um certo equilíbrio entre desenvolvimento industrial e conservação ecológica, algo especialmente sensível devido a episódios no Mar Cáspio que visibilizaram a crítica situação ambiental exacerbada pela intensificação da industrialização e poluição na região (Zonn *et al*, 2010; Akiner, 2004, p.537).

Ainda assim, o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foram marcados por certos avanços tecnológicos na exploração de recursos energéticos no Cáspio, possibilitados largamente pela importação de tecnologia estrangeira para a URSS. Em 1977, a União Soviética instalou pela primeira vez uma plataforma marítima de águas profundas para perfuração de petróleo (Zonn *et al*, 2010, p.502), um marco significativo que permitiu aumentar as capacidades de extração de petróleo em áreas anteriormente inacessíveis. No entanto, o período também foi caracterizado por acidentes ambientais graves, como o ocorrido no campo petrolífero de Bakhar, no Azerbaijão, ressaltando os riscos ambientais da exploração offshore (Zonn *et al*, 2010, p.502-503).

Mesmo assim, a União Soviética continuou sua busca por expandir sua produção energética. Assim o período supracitado também foi de descobertas na região do Mar Cáspio. Dentre elas, cabe destacar a descoberta de grandes campos de petróleo como o campo de Tengiz, em 1979, na República Socialista Soviética do Cazaquistão. As reservas previstas de 10 bilhões de barris de petróleo tornaram rapidamente Tengiz como um dos maiores campos do mundo (Yergin, 2011, p.56). Naturalmente, então, dois movimentos ocorreram. Primeiro, seu campo seria projetado para desempenhar um papel central nos planos da URSS para a autossuficiência energética e para fortalecer sua posição como exportador chave para o Ocidente. Em segundo lugar, o campo seria alvo de um crescente interesse estrangeiro, a nomear do Estado americano e da estadunidense Chevron (Levine, 2008; CIA, 1987).

Tengiz simbolizava, ao mesmo tempo, a promessa de futuro e os desafios crescentes enfrentados pela União Soviética, especialmente os relacionados com a falta de investimentos e tecnologia (Yergin, 2011, p.56). Em 1985, um dos poços que estava sendo perfurado no novo campo de petróleo explodiu, enviando para o ar um enormes quantidades de petróleo misturado com gás natural. O petróleo e o gás se incendiaram, criando uma coluna de chamas gigante que carregava em si o mortal sulfeto de hidrogênio, fato que inibiu os esforços de combate ao fogo.

Aqui, Yergin (2011, p.55) e o político cazaque Nursultan Nazarbayev⁷² (2008) mencionam que não dispo de recursos ou equipamentos necessários para controlar o incêndio, o Ministério do Petróleo da União Soviética chegou a cogitar recorrer a uma “explosão atômica” para controlar o poço. Por sorte, essa opção não precisou ser implementada. Com a ajuda de especialistas americanos e canadenses, o incêndio foi controlado em dois meses e foram necessários outros quatrocentos dias para conseguir deixar o poço totalmente sob controle. Apesar de resolvido, o desastre custou milhões ao governo soviético e evidenciou os desafios técnicos que a indústria petrolífera soviética enfrentados pela URSS.

Com uma economia pressionada pelo cenário internacional dos anos 1980 – marcado por um boom de oferta de petróleo e queda dos preços da commodity – e pelos sinais de esgotamento da produção energética na Sibéria e Volga (Levine, 2008), a União Soviética buscava alívio financeiro. Assim, na tentativa de encontrar soluções para controlar a crise econômica que se desenhava para o país e facilitar a transferência de tecnologia, o governo central passou a buscar atrair investidores estrangeiros (Yergin, 2011). Tal movimento possibilitaria, em junho 1990, a assinatura de um acordo com a Chevron para a exploração do campo de Tengiz (Yergin, 2011, p. 56).

Simultaneamente ao desastre em Tengiz, no Cazaquistão, os campos de petróleo Chirag e Gyuneshli foram descobertos na parte profunda do Cáspio azerbaijano. Ainda que com os problemas técnicos e logísticos enfrentados, a descoberta simbolizou a continuidade da exploração intensa no Azerbaijão, um dos principais centros de produção de petróleo da União Soviética. O desenvolvimento desses campos e o comissionamento de novas infraestruturas, como a planta de gás-condensado em Astracã, concluída em 1987 (Zonn *et al*, 2010, p. 504), restaurou parte da relevância estratégica do Cáspio como uma região essencial para a economia energética soviética. Como se sabe, no entanto, tanto o acordo com a Chevron para a exploração em Tengiz quanto as descobertas dos novos campos não ocorreriam em tempo hábil de evitar a desintegração da URSS. Ainda assim, ao mínimo, o movimento em Tengiz é representativo da entrada dos Estados Unidos na região do Mar Cáspio que será abordada em seções futuras desse capítulo.

De modo geral, a combinação da queda na produção de petróleo, a baixa dos preços globais, os problemas estruturais da economia soviética e o aumento das tensões hegemônicas entre os blocos culminaram em uma grave crise econômica que, em última instância, se tornou

⁷² Nursultan Nazarbayev viria a ser o primeiro presidente da República do Cazaquistão. Parte de sua história é abordada em seções futuras dessa tese.

um peso insustentável para a União Soviética. Eclodiriam durante os anos 1980 uma série de revoltas nacionalistas, exacerbadas pelas pressões econômicas e pela insatisfação com o regime centralizador. Esses fatores enfraqueceram o controle soviético sobre regiões estratégicas, como o Cáspio, que na época era crucial passava por um momento de reafirmação como peça importante para o setor energético soviético e global. O colapso iminente da URSS, ocorrido em dezembro de 1991 e que será abordado na próxima seção, traria profundas mudanças geopolíticas e econômicas para a região, especialmente no que diz respeito à exploração de petróleo e gás natural, redefinindo as dinâmicas energéticas do Mar Cáspio nas décadas seguintes.

3.6 A Dissolução da União das Republicas Socialistas Soviéticas

A dissolução da União Soviética inaugurou uma nova era, cheia de indefinições e disputas, para a região do Mar Cáspio. No entanto, indícios dessa transformação já eram observados anos antes do colapso da URSS. Se a maior parte dos anos 1970 foram relativamente estáveis para a economia soviética devido à alta dos preços energéticos, os anos 1980 apresentaram desafios a altura do tamanho do Estado. Após anos de preços de petróleo inflacionados, a nova década apresentou uma queda desses preços, causada especialmente devido a um aumento da oferta. Essa nova condição causou uma diminuição importante do montante de reservas de moedas fortes a serem obtidas via mercado energético – uma mudança que afetaria severamente a URSS.

Embora a situação econômica soviética durante parte dos anos 1970 estivesse relativamente controlada, impulsionada pelos altos preços de energia e pela détente que facilitou o comércio e a aquisição de ativos, o país ainda enfrentava questões socioeconômicas que permaneceram sem solução (Hanson, 2006). Assuntos como o alto grau de investimentos em defesa e agricultura, baixa produtividade da agricultura e do trabalho no Estado e o restrito montante de investimento em criação de novas tecnologias não foram solucionados pelo governo do Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética Leonid Brejnev. Outro ponto de destaque foi o envelhecimento e pouca oxigenação dos políticos mais influentes do governo soviético, uma característica que, de acordo com Hanson (2006), engessaria as respostas do governo aos problemas supracitados. Assim, mesmo com a alta dos preços das commodities energéticas o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) soviético ficou restringido a quase zero já no final da década de 1970 (Hanson, 2006, p.310). Segundo Hanson (2006, p.310), a economia soviética passou a ser ainda mais dependente dos ativos conquistados a partir do comércio de óleo e gás.

Por outro lado, as questões sociais internas na URSS também chamavam atenção ao fim da década de 1970. De acordo com Hanson (2016), a população estava insatisfeita com as condições de trabalho do período, assim como com a crescente falta de bens de consumo básico nas lojas do Estado. O mercado ilegal criado por especuladores que hiper lucravam com a venda de tais itens também operou de modo a intensificar a insatisfação da população que se sentia cada vez mais explorada. De modo geral, mazelas sociais como corrupção, aumento da mortalidade infantil (Brown, 2006, p.319) além do alcoolismo e absenteísmo entre trabalhadores se mostraram questões persistentes ao longo dos anos 1970. Todos esses fatores, alinhados com questões as político-econômicas do período, foram uma força propulsora para o aparecimento de movimentos nacionalistas e/com expressões de identidade étnica dentro do território soviético. Nesses casos, em geral, a resposta do governo central soviético foi a repressão política e social, mesmo em casos de movimentos de trabalhadores como o do Movimento Solidariedade polonês. Tal escolha exacerbava ainda mais os sentimentos de insatisfação dentro da URSS.

Se no âmbito interno a URSS enfrentava problemas, a seara internacional também apresentaria desafios entre o fim dos anos 1970 e durante os anos 1980. Desses, Hanson (2006, p.311) destaca a mal fadada intervenção soviética na Guerra Civil do Afeganistão e as eleições de políticos anticomunistas em outras potências globais, como Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA. A primeira ocorreu pela decisão da administração soviética em apoiar um governo comunista afegão enfraquecido pelas disputas internas e insatisfação popular. No entanto, a intervenção militar de 10 anos da União Soviética não apenas não foi capaz de garantir a paz e harmonia no Afeganistão, como também causou exaustão nas suas tropas e uma crescente pressão nas finanças do Estado. Além dos recursos utilizados nos combates, a intervenção foi o ponto central da mudança de postura do então presidente americano Jimmy Carter. Anteriormente adepto de uma postura menos combativa, Carter impôs sanções aos grãos soviéticos, além do boicote às Olimpíadas de Moscou e aumentou os gastos militares estadunidenses a partir da intervenção soviética (Hanson, 2006, p.311-315).

No mesmo período da Guerra do Afeganistão e da nova postura de Carter, viriam às eleições de Margareth Thatcher Ronald Reagan, dois políticos notoriamente anticomunistas. Com posturas radicalmente combativas, especialmente com os altos investimentos militares de Ronald Reagan, a pressão pela manutenção das capacidades competitivas da União Soviética de intensificou. No entanto, o governo soviético então já enfrentava uma crise sucessória visto a depreciação do estado de saúde de Brejnev e sucessivas acusações de corrupção envolvendo a família do governante.

O chefe de Estado soviético viria a falecer em 1982 e seria sucedido por Iurii Andropov em novembro de 1982. Porém não haveria tempo para o estabelecimento de um período de estabilidade no país. Eleito com a bandeira de anticorrupção e disposto a implementar amplas reformas na URSS, Iurii Andropov não implementaria nenhuma reforma estrutural. Em 1984, o político – assim como Brejnev – faleceria durante seu governo. Seu sucessor como líder soviético, Konstantin Chernenko, também sofreria de tal destino. Em 1985, menos de um ano após se tornar secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, faleceria também devido a questões de saúde. À essa altura, a crise política na URSS já era evidente. A ela ainda se somaria a queda nos preços no mercado mundial de energia e então, somado aos fatores prévios supracitados, se formaram as bases para uma iminente crise político-econômica na URSS.

Mikhail Gorbachev assumiria o controle da União Soviética em 1985 a partir de um longo período galgando degraus na estrutura de poder soviético (Brown, 2006, p.316). Segundo Archie Brown (2006), apesar da insatisfação popular e dos crescentes problemas político-econômicos, sociais e militares, não havia, em 1985, um movimento popular organizado que clamasse por reformas. Aliás, o autor é taxativo ao afirmar que, ao contrário do que se pode pensar, a crise terminal da URSS não foi o fenômeno criador das reformas dos anos 1980; mas sim foi gerada pelas reformas instituídas por Gorbachev (Brown, 2006, p. 320). Tal posição é inspirada na posição do historiador Stephen Kotkin, autor do livro “*Armageddon Averted: The Soviet Collapse, 1970-2000*” (Kotkin, 2001) que analisa o processo de colapso da União Soviética e nascimento das novas repúblicas no território pós-soviético.

Para Kotkin (2001, p.1-5), apesar dos sinais de estagnação, perda de competitividade soviética e de outras questões econômicas estruturais no fim dos anos 1970, o socialismo ali presente estava letárgico, mas era estável. O ponto chave para o fatídico destino do Estado seria a escolha governamental por embarcar em reformas liberalizantes e democratizantes que, ao invés de “demonstrar a face humana do socialismo”, evidenciaram as contradições internas e problemas político-econômicos e sociais soviéticos (Kotkin, 2001).

Embora os questionamentos e debates envolvendo a *Glasnost* e a *Perestroika* não sejam o foco da pesquisa, seus impactos para a União Soviética sim. A primeira, segundo Brown (2006), ficaria conhecida internacionalmente como “liberdade de expressão”, apesar de ter sido desenhada como uma abertura política com maior democratização, transparência e menos censura. Ela se mostraria relevante para diminuir a censura estatal e aumentar a tolerância religiosa no Estado e para a ampliação da autonomia dos países satélites. No entanto, mesmo em sua ausência ela teria sua importância enquanto marcadora de novas tendências, como no

caso da pouca transparência estatal no evento do acidente de Chernobyl. Ali, parte da mídia – cada vez mais diversa – passou a criticar mais abertamente o governo e a partir de então, quaisquer catástrofes seriam alvo de grandes coberturas, ampliando uma sensação de infortúnio na população (Brown, 2006). Além da mídia, a *Glasnost* também serviria para abrir uma caixa de Pandora de críticas, cobranças e reivindicações populares dentro da URSS. Com o tempo, solidificou-se um sentimento de descontentamento geral no espaço soviético que suplantou a percepção dos benefícios *Glasnost*.

Enquanto isso, a *Perestroika* também evidenciava uma contradição mortal para a URSS. Construída para descentralizar a parte operacional de uma colossal economia planificada e introduzir elementos de economias de mercado no espaço soviético, ela – caso fosse efetiva e expansivamente efetuada – representaria uma própria negação da identidade histórica do Estado soviético (Brown, 2006; Kotkin, 2001). Assim, as propostas implementadas foram de limitado alcance, muitas vezes constrangidas por uma burocracia soviética receosa de uma perda de poder e do controle econômico de uma economia instável. Além disso, um elemento imaterial também representou um desafio no campo internacional para a reforma econômica: o azar. A queda de 69% dos preços de petróleo no ano de 1986 representou um baque para a economia soviética que também teve de lidar com a desvalorização do dólar e a queda da produtividade dos campos de petróleo na Sibéria (Kotkin, 2001, p. 16). Assim, a pressão nas finanças de um Estado que lidava com sanções e uma intervenção militar no Afeganistão aumentava ainda mais (Kotkin, 2001).

A partir de 1988, uma série de evento de nível nacional e internacional decretaram o destino soviético. A crise econômica e os impactos das reformas foram combinados com a pressão por independência dos países satélites do leste europeu resultaram na queda dos governos comunistas e a independência de tais países da influência soviética. No período também houve, em decorrência de múltiplos fatores⁷³, a retirada das tropas do Afeganistão mesmo sem a garantia da estabilidade do país. A antítese que o fim da intervenção representou ocorreria concomitantemente da brutal – ainda que pacífica – queda do Muro de Berlim e reunificação da Alemanha que marcou de vez a União Soviética.

A partir daí, diversos foram os movimentos nacionalistas que se organizaram dentro do espaço soviético e ainda que estes não tenham culminado em conflitos armados contra o

⁷³ Além da pressão financeira da manutenção da intervenção, houve uma reaproximação entre URSS e EUA, com direito a assinatura de diversos tratados de desarmamento entre os países. Essa reaproximação resultou na malfadada negociação pelo apoio americano para a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. No entanto, a negociação permitiu que Gorbachev realizasse seu desejo e iniciasse o processo que terminaria em 1989 (Brown, 2001).

exército, sua organização representou a fratura final para a URSS. Entre 1990 e 1991 o governo soviético ainda tentaria reorganizar uma nova União Soviética a ser feita de forma voluntária entre as repúblicas. No entanto o ensejo de uma nova (ainda que menor) URSS não evoluiria devido a uma tentativa de golpe vinda de dentro do governo (Brown, 2006). Ainda que mal sucedida, ela destruiu o resto de prestígio soviético e da autoridade de Gorbachev. Diversas repúblicas soviéticas iniciaram então seus processos de independência que foram reconhecidos por um Gorbachev cada vez mais enfraquecido pela figura do presidente da Rússia soviética, Boris Yeltsin. Em dezembro de 1991, após reiterados discursos e acordos envolvendo autoridades soviéticas apontando a finitude do Estado, Gorbachev fez uma declaração em rede nacional anunciando sua renúncia ao cargo de secretário-geral do Partido Comunista e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Estava então dissolvida uma das maiores e mais potentes organizações político-territoriais do século XX. Mas o que isso representou para o Mar Cáspio?

3.7 A Reconfiguração Geopolítica da região do Cáspio

Buscando responder o que a dissolução da União Soviética representou para o Mar Cáspio, é preciso apontar que primeiro esse processo ocorreu de formas distintas para os quatro países do Mar Cáspio que emergiram da URSS. Dessa forma, primeiro veremos de forma sintética os processos de independência de Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão para posteriormente discutir os impactos da dissolução da URSS na reconfiguração geopolítica e energética da região e para o Mar Cáspio.

Como é apontado pela seção anterior, o renascimento do Estado russo ocorreu diretamente conectado com o processo de enfraquecimento e fim do Estado soviético. Assim como ele também ocorreu entre 1988 e 1991 a organização de forças políticas das repúblicas com litoral no mar Cáspio em prol da sua independência da URSS. No entanto esse processo foi distinto em cada uma delas.

Conforme apontado anteriormente, a partir das reformas de Mikhail Gorbachev movimentos nacionalistas cresceram nas repúblicas soviéticas. No caso da República Socialista Soviética do Azerbaijão, durante os anos 1980 a sua população conviveu e foi sujeita de disputas e conflitos étnicos entre azeris e armênios. Tais tensões culminaram na Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh⁷⁴ e na violenta repressão do governo soviético em Baku que resultou na

⁷⁴ Para mais informações, leia Loureiro e Porto (2021), De Waal (2013) e Cornell (1999).

morte de centenas de civis e ficou conhecida como Janeiro Negro⁷⁵. Ambos os eventos – que estão diretamente relacionados – foram fundamentais para solidificar os sentimentos nacionalistas azeris e para a unificação de forças políticas e populares da república em torno da defesa das suas fronteiras (Abilov; Isayev, 2017, p.87).

Sobre o fenômeno do Janeiro Negro, segundo Abilov e Isayev (2017, p.88) este foi a principal motivação para a busca por sua independência da União Soviética. No entanto, para Kotkin (2003, p.84), além do ressentimento criado, houve um erro de cálculo fundamentais por parte de Gorbachev. Na visão do autor, a intervenção soviética, que ocorreu seis dias após o fim dos pogroms armênios, foi direcionada para prender líderes dos conflitos e restaurar o governo da república de forma a torná-lo novamente mais próximo de Moscou. E isso teria ocorrido, não fosse o comprometimento de Gorbachev com a conciliação. O método de conciliação de Gorbachev garantiu que parte dos líderes nacionalistas azeris fossem incluídos no novo governo da República, o que negou todo o processo repressivo ocorrido no Janeiro Negro e deu força ao movimento nacionalista. Ainda que Kotkin seja radical em relação aos métodos que seriam supostamente eficazes para a manutenção da integridade nacional da URSS, o autor tem razão que a conciliação do líder soviético deu ao movimento nacionalista as ferramentas legais para iniciar legalmente o processo de independência do Azerbaijão.

Entre janeiro de 1990 e agosto de 1991, o novo governo da República do Azerbaijão se manteve relativamente fiel a Moscou e chegou a participar das negociações para a criação de uma nova União (De Waal, 2013). O governo soviético, por sua vez, se comprometeu a apoiar militarmente o Azerbaijão soviético em sua luta contra as forças paramilitares de Nagorno-Karabakh, nesse momento já organizadas enquanto tal. Em 1991 a região fronteira de Nagorno-Karabakh se tornaria um palco de uma verdadeira guerra civil enquanto políticos da Rússia soviética, especialmente Boris Yeltsin, passaram se contrapor com o governo central e a apoiar a cidadãos armênios que tiveram seus vilarejos destruídos (De Waal, 2013, p.117). Mesmo com as crescentes divergências dentro da URSS, o Azerbaijão soviético ainda cooperava com o governo central. Porém isso mudaria de vez com a tentativa de golpe de Estado de agosto.

A tentativa de golpe em agosto de 1991 impulsionou de vez o Azerbaijão para sua independência. Ainda que tenha sido frustrada, ela abriu durante um breve período um vácuo de poder na URSS e especificamente em Nagorno-Karabakh. Percebendo o perigo à manutenção das suas fronteiras, as forças políticas da república se movimentaram. Entre agosto e dezembro de 1991 o Azerbaijão foi declarado independente por forças políticas azeris, o

⁷⁵ Para mais informações, leia De Waal (2013) e Cornell (1999).

Partido Comunista do Azerbaijão se autodissolveu e o seu Soviete Supremo adotou a declaração de independência da República do Azerbaijão que seria ratificada por um referendo ainda em dezembro.

A ratificação do referendo, ocorrida em meio ao processo de dissolução da União Soviética finalmente consolidou a independência do Azerbaijão junto a outras repúblicas após o colapso oficial da URSS. Mesmo assim, as questões do novo país com suas fronteiras ainda se alongariam por décadas, tanto pelas questões envolvendo Nagorno-Karabakh quanto por uma nova disputa de fronteiras que eclodiria com a dissolução da URSS: a do Mar Cáspio.

Se o processo do Azerbaijão foi conturbado, envolvendo inclusive uma guerra transfronteiriça, Turcomenistão e Cazaquistão passaram por processos de organização em prol da separação desses territórios da URSS que foram largamente pacíficos. A exceção para essa “regra” foi o episódio envolvendo o protesto antigovernamental de 1986 em Almaty, então capital do Cazaquistão soviético. Em 16 de dezembro de 1986 a juventude cazaque, em especial a universitária, organizou protestos nas ruas da capital da república contra a indicação de Gennadii Kolbin, um russo étnico, para líder do Partido Comunista do Cazaquistão e do aparato do Estado, cargo que sempre fora ocupado por cazaques (Plokhy, 2015, p. 343). As elites do Cazaquistão por sua vez também se mostraram insatisfeitas com, como define o autor Serhii Plokhy (Plokhy, 2015, p. 344), a quebra de acordo não oficial entre o governo soviético e as repúblicas soviéticas que existia desde o falecimento de Stálin: um líder de uma república sempre deveria pertencer à ao grupo étnico majoritário da mesma. Mexer nesse contrato significou ignorar as elites locais e mudar a balança de poder na região, o que desagradou a elite cazaque.

Os protestos ocorreram durante dois dias e Plokhy comenta que especulou-se à época que os manifestantes foram incentivados por essas elites que temiam perder controle sob seus instrumentos de poder e dinheiro (Plokhy, 2015, p.344). Entre eles destaca-se Nursultan Narzabayev, político cazaque que era Primeiro-Ministro da república e um dos candidatos ao posto de Primeiro-Secretário do Partido Comunista do Cazaquistão. Apesar dos rumores, Narzabayev, foi peça importante nos esforços de distensão dos protestos e para a decisão pelo uso de força repressiva aos mesmos; seu apoio formal ao governo soviético seria determinante para seu crescimento político nos anos seguintes quando se tornaria líder do partido da república. Os protestos, denominados posteriormente de *Jeltoqsan*, foram suprimidos rapidamente com mais de uma centena de mortos, milhares de feridos e presos.

O *Jeltoqsan* foi inicialmente apontado como um movimento nacionalista por membros do governo soviético, algo que foi negado pelos manifestantes e ativistas (Human Rights

Watch, 1990). Dessa forma, nota-se que no Cazaquistão não havia indícios de um forte movimento separatista organizado naquele período e isso se deve à composição étnica da república. Com uma composição de 6,5 milhões de cazaques e mais ou menos 7 milhões de eslavos (russos étnicos e ucranianos), havia sempre no Cazaquistão a necessidade política de conciliação que, em geral, foi bem empregada ao longo do tempo. Contudo, Plokhy (2015) argumenta que já em 1990 existia um prenúncio de nacionalismo se formando entre os cazaques de um lado e ideias separatistas circulando entre os eslavos ao norte. Esse cenário era gerenciado ali por Narzabayev, agora já líder da república, em 1991 quando o Acordo de Belaveja foi assinado em 8 de dezembro de 1991, evocando o fim da URSS e criando a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). A partir desse fator ocorreu rapidamente um processo geral de independências na URSS onde diversos novos Estados centro-asiáticos decidiram se integrar ao CEI.

Para o Cazaquistão sobrava poucas dúvidas: se os outros estados centro-asiáticos se recusavam a integrar a URSS, integrá-la seria determinar aos cazaques uma condição de extrema minoria em uma entidade política majoritariamente eslava (Plokhy, 2015). Por outro lado, tornar-se independente e formar alianças com os novos países centro-asiáticos dentro do CEI aumentaria o poder de barganha do Cazaquistão. Assim, em dezembro de 1991 o Supremo Soviete do Cazaquistão outorgou a lei de independência da República Cazaquistão, tornando-o assim a última república soviética a se tornar autônoma.

Enquanto isso, o Turcomenistão era uma República muito mais fechada, conservadora e de ampla maioria de turcomenos. Com um histórico de lealdade ao governo soviético (Plokhy, 2015), houve pouco burburinho local em resposta às reformas empregadas por Gorbachev nos anos 1980 e não houve pressão popular por mais independência na república. A população aliás não parecia ansiosa por movimentos separatistas. Em março de 1991, o Turcomenistão soviético votou massivamente em um referendo – que ocorreu em toda a União Soviética (Plokhy, 2015, p.383) – a favor da preservação da união (CSCE, 1991). Ainda assim, os processos de obtenção de autonomia nas outras repúblicas instaram o conservador Saparmurat Niyazov, então Primeiro-Secretário do Partido Comunista do Turcomenistão, a também buscar mais autonomia para a república. De forma unânime o governo da república declararia sua soberania em agosto de 1990, ainda mantendo-se oficialmente como parte da URSS. Nesse período também parte dos políticos passaram a criticar de forma limitada as políticas do governo central soviético.

Ainda assim, o Turcomenistão não viveu nenhum apogeu separatista durante o início da década de 1990. Niyazov permaneceu como político simpático à união durante o desenrolar da

crise soviética até a tentativa de golpe de agosto de 1991. Foi apenas o nítido enfraquecimento de Gorbachev que mudaria sua postura. A partir de então, Niyazov, antevendo um possível enfraquecimento do Turcomenistão com a manutenção de sua ligação com a URSS, buscou politicamente conquistar uma maior autonomia da república. Ele chamaria um referendo ao povo cazaque sobre a independência do Turcomenistão (CSCE, 2025). O resultado oficial do referendo foi de 94 por cento a favor da independência e, em 27 de outubro de 1991, o Partido Comunista da república declarou então a independência do Turcomenistão da União Soviética e o estabelecimento da República do Turcomenistão (CSCE, 2025).

Ao final de 1991, a União Soviética havia sido dissolvida e quatro novos Estados haviam surgido no Mar Cáspio. Dessa forma, a partir daquele momento cinco países eram banhados por suas águas que então se encontravam sob um vácuo de poder. O fim da URSS tornara obsoletos os acordos entre a entidade e o Irã, o que significava que novas negociações e acordos internacionais deveriam ser realizados para a definição das novas fronteiras, legados energéticos e regras de exploração na área do Mar Cáspio. Com a maior parte das suas fronteiras em suspenso, o Mar Cáspio, com suas reservas de petróleo e gás natural, passava ali a representar um alvo de conquista para os novos Estados surgidos – todos com aspirações político-econômicas centradas na exploração de materiais naturais – assim como para potências regionais e mundiais. O período a seguir seria de novas disputas envolvendo os atores regionais e globais, mas também de entrada de capital (e influência) externo na região a partir da expectativa de abertura dos novos países para investimentos na exploração das reservas energéticas ali existentes.

4 O PERÍODO PÓS-SOVIÉTICO: O EMERGIR DE NOVAS FORÇAS REGIONAIS E A CORRIDA PELO CÁSPIO

A dissolução da União Soviética em 1991 foi determinante para a reconfiguração do mapa geopolítico da região do Mar Cáspio. De tal evento histórico surgiram quatro novos Estados com fronteiras no Mar Cáspio: Azerbaijão, Cazaquistão, Rússia e Turcomenistão. Com o surgimento desses novos estados, antigos acordos internacionais celebrados entre a União Soviética e o Irã tornaram-se anacrônicos e obsoletos. Nesse contexto, os recursos energéticos do Mar Cáspio tornaram-se um alvo do interesse dos Estados ali situados, mas também de grandes potências externas. O presente capítulo pretende abordar essa história de interesses conflitantes, negociações diplomáticas e tensões crescentes explorando as disputas pela delimitação das fronteiras e os direitos de exploração dos recursos energéticos na região. Disso, destacam-se os movimentos geopolíticos e geoeconômicos de Rússia, Estados Unidos e China e avalia-se quais os impactos dessas disputas desde o colapso do Estado soviético até o fim do século XX.

4.1 Aspectos históricos e jurídicos sobre status legal do Mar Cáspio

Conforme dito acima, o colapso da União Soviética em 1991 foi um ponto de inflexão para a configuração geopolítica da região do Mar Cáspio. Com a anacronia e obsolescência dos acordos bilaterais entre a URSS e o Irã causada pelo surgimento de novos estados independentes na região, a delimitação das fronteiras marítimas e terrestres tornou-se uma prioridade política e econômica entre as forças políticas regionais. Do ponto de vista político-econômico, os novos países nascidos a partir do colapso da URSS conviviam com instabilidades herdadas das últimas gestões soviéticas. Nesse sentido, Steve Levine (Levine, 2007, p.9) chega a caracterizá-los como fracassos econômicos devido suas situações financeiro-produtivas. Esse cenário, por sua vez, intensificou a necessidade dos novos governos pela garantia de fontes seguras e lucrativas de arrecadação e produção econômica. Dentro desse contexto, o potencial energético da região – elencado à época como o terceiro maior do mundo para os campos de óleo e gás (Levine, 2007, p.9), somado à sua posição estratégica e ao contexto geopolítico (Monié, 2012, p.4), criou um ambiente de disputas entre as nações costeiras. No cerne dessas disputas se encontrava a definição jurídica do Mar Cáspio.

Conforme apontam os autores Sergei Vinogradov e Patrícia Wouters (1995, p.605), o Mar Cáspio pode ser considerado como único em diversos aspectos: geológicos, ambientais, econômicos e geopolíticos. Ele é uma bacia marinha relictica (Raczka, 2000) e o maior corpo

d'água salgado completamente fechado do mundo, cobrindo uma área de 386.400km (Bunder, 2018; CIA, 2012). Em relação à sua geografia física, é relevante destacar que ela foi diretamente influenciada por sua conexão, até um período geológico relativamente recente, com o oceano mundial, por meio do Mar de Azov, do Mar Negro e do Mediterrâneo (Vinogradov; Wouters, 1995).

Seu ecossistema é diverso, mas particularmente frágil, tendo sofrido danos consideráveis devido a extensas atividades de produção de petróleo e poluição oriunda de fontes terrestres na década de 1990 (Vinogradov; Wouters, 1995, p.605). Um desses impactos foi o aumento constante e significativo no nível do mar, o que representava então um problema ambiental adicional para o equilíbrio da fauna e da flora regional. Dentre uma fauna e flora extremamente diversa, destaca-se a existência no Mar Cáspio de algas e plantas aquáticas, biodiversidade endêmica e peixes comercializáveis como o esturjão, extremamente valorizado pela produção de caviar. Além da rica biodiversidade, o Mar Cáspio detinha (e ainda detém) as já mencionadas grandes reservas de petróleo e gás natural, assim como importantes recursos vivos.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial até a dissolução da URSS, as águas do Cáspio (e em limitada medida seus componentes vivos) foram legalmente divididas e organizadas entre a República Socialista Federativa Soviética da Rússia⁷⁶, a própria URSS e o Irã. Em 1921 a gestão do Mar Cáspio foi inicialmente regulamentada por um tratado assinado pelos governos do Irã e da República Socialista Federativa Soviética da Rússia. Posteriormente a esse compromisso foram celebrados novos acordos para o Mar Cáspio entre o Irã e a União Soviética. Estes foram formalmente assinados em 1935 e 1940 e inauguraram uma era onde o Mar Cáspio passou a ser formalmente controlado por ambos os governos. Chama a atenção, porém, que apesar de estabelecer de forma limitada a gestão do Mar, nos tratados não havia definição do seu status legal ou a delimitação de suas fronteiras marítimas entre os dois Estados, nem entre as repúblicas da União Soviética (Vinogradov; Wouters, 1995; Englefield, 1995, p.30).

Decerto, notas trocadas entre ambos os governos durante o processo de negociação confirmam menções a uma futura definição do Cáspio como "um mar soviético e iraniano" (Treaty..., 1940, p.431). No entanto, há uma divergência acadêmica sobre o caráter legal de tais menções (Vinogradov; Wouters, 1995, p. 609). Embora alguns autores considerem tal descrição uma base suficiente para sustentar um status jurídico particular do mar, entende-se aqui – assim

⁷⁶ A entidade legal existente antes da unificação da URSS.

como em Vinogradov e Wouters (1995, p. 609-610) – que ela deve ser considerada meramente uma declaração política que refletia os interesses especiais dos Estados costeiros à época, sem, contudo, representar uma definição legal do status das águas cáspias. Além disso, nos acordos de 1935 e 1940 garantiram aos Estados signatários o direito exclusivo de pesca em suas águas costeiras até o limite de dez milhas náuticas, restringindo essa atividade apenas às embarcações que ostentassem suas respectivas bandeiras nacionais. (Treaty..., 1940). Para além das dez milhas náuticas, o tratado de 1940 assegurou que apenas embarcações iranianas e soviéticas teriam direito à exploração da pesca marítima (Englefield, 1995, p.30). No entanto, nenhum desses acordos, nem o tratado prévio de 1921, fazia referências específicas sobre a divisão de direitos de exploração de recursos na plataforma continental do Cáspio, como as reservas de petróleo ou gás (Englefield, 1995, p.30).

O mais próximo de uma definição de fronteiras entre os dois países foram algumas inserções unilaterais governamentais, como por exemplo a ordem nº 3 do Ministério do Interior Soviético, datada de 1935. Nela, a delimitação da fronteira no Mar Cáspio foi definida como uma extensão da fronteira terrestre entre Astara, à oeste, e Hoseinqoli, mais à leste cáspio. Porém, esta linha nunca foi oficialmente reconhecida pelo Irã como a fronteira marítima soviético-iraniana (Vinogradov; Wouters, 1995, p.609). Assim, a delimitação das dez milhas náuticas para exploração de pesca era o único limite geográfico definido no Mar Cáspio para controle do uso de recursos. Essa zona de dez milhas náuticas não era definida como uma zona de pesca ou mar territorial, ao contrário de zonas localizadas fora do Cáspio, onde os dois Estados reconheciam reciprocamente suas águas territoriais (Treaty..., 1940).

Tais tratados foram os norteadores das relações bilaterais entre o Irã e a União Soviética no que concerne à gestão do Mar Cáspio durante grande parte do século XX. No entanto, a ausência de definições claras sobre o status legal, a jurisdição, as fronteiras marítimas ou a exploração de materiais naturais gerou relevantes lacunas legais em relação ao Mar Cáspio. Essas lacunas construiriam obstáculos à efetividade de iniciativas jurídicas para a preservação de parte do arcabouço legal envolvendo as águas cáspias e viriam a ser exploradas pelos novos estados da região a partir do fim de 1991.

Ainda em dezembro de 1991, o Protocolo de Alma-Ata foi celebrado na então capital do Cazaquistão por onze antigas repúblicas soviéticas, incluindo este, o Azerbaijão, a Rússia e o Turcomenistão. Nele, os Estados participantes oficializaram a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e reafirmaram o cumprimento das obrigações internacionais derivadas dos tratados e acordos celebrados pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Aqui cabe destacar que, segundo Witt Raczka (2000, p. 206), o Protocolo foi alvo

de uma hesitação inicial do governo do Azerbaijão. Segundo o autor, após uma recusa inicial do parlamento azerbaijano, a ratificação do Protocolo seria assinada apenas em 1993, após o político Heydar Aliyev se tornar presidente do país.

O protocolo confirmou oficialmente a manutenção do arcabouço legal cáspio. Porém, conforme supracitado, as lacunas jurisdicionais existentes nos tratados prévios sobre o mar impediram a manutenção da estrutura legal pré-existente. Elas tornavam os antigos acordos insuficientes para lidar com a série de complexos problemas e interesses políticos, econômicos e ambientais que existiam na região (Vinogradov; Wouters, 1995; Raczka, 2000, p.206). Assim, tornou-se evidente a necessidade da criação de um novo acordo multilateral, envolvendo os cinco países litorâneos do Mar Cáspio, que definisse seu status legal e regulasse questões de fronteiras, o uso das águas, os direitos de exploração da biodiversidade e, especialmente, dos recursos energéticos ali presentes.

Nesse sentido, Vinogradov (1997, p.53) e Raczka (2000, p.205-206) afirmam que os primeiros anos de articulação para um novo acordo foram animadores. Parecia então que todos os estados costeiros estavam prestes a renegociar o regime existente de boa-fé e as primeiras reuniões multilaterais entre os países foram produtivas (2000, p.205-206). Entre 1991 e 1993 a Rússia enviou para os países cáspios um esboço para um acordo para a preservação e utilização da biodiversidade do Mar Cáspio (Russian Federation, 1994). Em outubro de 1992 uma conferência de especialistas de todos os países cáspios ocorreu em Teerã. Nele foi discutida a proposta iraniana de criação de uma organização regional que detivesse um amplo escopo de responsabilidades, incluindo a construção de um arcabouço regulatório para atividades como pescas, exploração de petróleo e gás, transporte e prevenção da poluição marinha.

A conferência iniciou o trabalho preparatório para o estabelecimento de um tratado de cooperação regional. Em prosseguimento disso, em outubro de 1993, na *Conference on the Problems of the Caspian Sea*, os chefes de governo do Azerbaijão, Cazaquistão, Rússia e Turcomenistão reforçaram que uma solução abrangente do problema da utilização racional do Mar Cáspio exigia a participação de todos os Estados do Cáspio (Vinogradov, 1997, p.53-54). Nela, várias áreas de "atividades conjuntas" foram identificadas, incluindo:

- Proteção das reservas naturais e dos materiais naturais do Mar Cáspio;
- Conservação e uso eficiente dos recursos biológicos;
- Desenvolvimento dos recursos minerais com devido respeito aos interesses econômicos das Partes;
- Determinação de rotas marítimas racionais, levando em consideração as preocupações ambientais e;

- Controle do nível do mar.

Enquanto isso, uma proposta para um tratado sobre o Mar Cáspio foi preparada pelo Irã em cooperação dos outros Estados costeiros. O texto previa a cooperação dos Estados do Cáspio na utilização do mar, que era visto como um sistema ambiental único de extrema relevância. O esboço previa a criação de uma organização regional dos Estados do Cáspio como uma estrutura institucional para as futuras atividades. Apesar de não abordar diretamente a questão do status legal do mar, o corpo do texto rejeitava sua divisão entre os Estados costeiros, assim como quaisquer reivindicações territoriais (Vinogradov, 1997, p.54).

O esboço iraniano é deveras importante porque ele aponta para um dos primeiros direcionamentos em relação ao regime legal do Mar Cáspio. Conforme supracitado, apesar de algumas citações oficiosas, o Mar Cáspio nunca teve uma definição em relação ao seu status. A explicação para isso está nas suas características geofísicas que constituem verdadeiros entraves para uma definição convencional no âmbito jurídico. Historicamente a definição do Mar Cáspio tem sido objeto de interpretações distintas e conflitantes.

Como uma bacia relictas 27 metros abaixo do nível do mar, sem conexão direta com algum oceano⁷⁷ e com níveis de salinidade atípicos para águas abertas, frequentemente especialistas desconsideram a hipótese do Mar Cáspio enquanto um mar (Vinogradov; Wouters; 1996, p.90). Segundo Vinogradov e Wouters (1996, P.90), ele também não pode ser considerado mar semi-fechado de acordo com o artigo 122 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)⁷⁸, a convenção internacional que estabelece um quadro jurídico para os direitos e deveres dos Estados em relação ao uso dos oceanos e seus recursos.

Com características incomuns a um oceano, poderia se pensar no Mar Cáspio como um lago internacional. No entanto, seu tamanho não condiz com o de um lago comum. Para medida de comparação, o Mar Cáspio é cinco vezes maior do que *Lake Superior*, o maior lago do mundo, e tem uma área superior ao do Golfo Pérsico e o Mar de Omã (ou Golfo de Omã) juntos (Vinogradov; Wouters, 1996, p. 90). Sua biodiversidade (flora, fauna) e a composição geofísica de suas águas também não se aproximam a de um lago, sendo muito mais próximas a de um mar.

⁷⁷ O Rio Volga, com seus canais e conexões com o Mar Báltico e o Mar Negro, representa a única conexão (indireta) entre o Mar Cáspio com outros mares e oceanos.

⁷⁸ O artigo 122 da Convenção diz: "Para efeitos da presente Convenção, 'mar fechado ou semi-fechado' significa um golfo, bacia ou mar rodeado por dois ou mais Estados e comunicando com outro mar ou com o oceano por uma saída estreita, ou formado inteira ou principalmente por mares territoriais e zonas econômicas exclusivas de dois ou mais Estados costeiros." (Brasil, 1990, p.46)

Tais características que tornam o cáspio único, também dificultam uma definição convencional e definitiva sobre o seu status jurídico. No entanto, naquele período, os possíveis impactos geopolíticos dessa escolha tornavam⁷⁹ o debate em torno da definição legal ainda mais desafiadora. Isso porque, a depender da classificação adotada, os Estados costeiros abordariam aspectos relacionados à exploração de recursos e seu transporte, questões ecológicas e navegação com argumentos e políticas diferentes — muitas vezes antagônicas —, resultando em mais conflitos interestatais ou em uma cooperação mais estreita (Raczka, 2000, p.190).

De fato, as normas aplicáveis a cada um desses regimes jurídicos internacionais são diferentes e, portanto, definem de formas distintas fronteiras, diretrizes de exploração de materiais naturais e biodiversidade. No caso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982 (BRASIL, 1990), suas principais disposições são:

1. Delimitação das Zonas Marítimas:

- Mar territorial: até 12 milhas náuticas a partir da linha de base definida na convenção⁸⁰, onde o Estado exerce soberania, mas deve permitir a navegação de outros Estados.
- Zona contígua: até 24 milhas náuticas da costa, onde o Estado pode exercer controle para prevenir violações de suas leis aduaneiras, fiscais, de imigração e sanitárias.
- Zona econômica exclusiva (ZEE): até 200 milhas náuticas da costa, onde o Estado costeiro tem direitos exclusivos para explorar e conservar os bens naturais (pesca, petróleo, gás, etc.), mas sem soberania plena.
- Plataforma continental: até 200 milhas náuticas (ou mais, dependendo da geologia do fundo marinho) da costa, onde o Estado tem direitos exclusivos para exploração dos recursos do fundo do mar.

2. Liberdade de Navegação:

- A convenção garante a liberdade de navegação para todos os Estados nos mares internacionais, com certas exceções, especialmente quando se trata de questões de segurança nacional ou proteção ambiental.

3. Direitos de Pesquisa Científica:

⁷⁹ A presente pesquisa compreende que as condições que tornavam a definição legal do Mar Cáspio desafiadora no fim dos anos 1990 ainda estão presentes nos dias atuais.

⁸⁰ Para mais informações em relação às linhas de base, ler Brasil, 1990.

- A convenção regula a pesquisa científica nos oceanos, estabelecendo que os Estados devem cooperar no estudo do mar e seu uso sustentável.

4. Proteção e Preservação do Meio Ambiente Marinho:

- A convenção estabelece a responsabilidade dos Estados para proteger e preservar o ambiente marinho e os recursos biológicos, incluindo o controle da poluição marinha e a proteção da biodiversidade marinha.

5. Resolução de Disputas:

- A convenção cria mecanismos para resolução de disputas relacionadas a questões marítimas, como o Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS em inglês), que resolve litígios entre Estados partes.

Por outro lado, e diferentemente do direito do mar, até 1997 não existiam regras jurídicas convencionais nem uma prática estatal uniforme que regulasse todos os aspectos das atividades relacionadas a lagos internacionais e seus recursos. Os regimes jurídicos dos lagos internacionais variavam significativamente e eram baseados, principalmente, em acordos internacionais específicos (Vinogradov; Wouters, 1995, p.614). No entanto, cabe destacar que apesar das práticas estatais variarem pela falta de uma regulação internacional, até 1995 a visão prevalecente sobre a delimitação e demarcação de fronteiras de lagos internacionais era de que todos os Estados litorâneos tinham direito sobre as águas (Vinogradov; Wouters, 1995, p.614).

Apenas entre 1996 e 1997 foram criados dispositivos legais que trouxeram maior definição ao tema da gestão de águas internacionais. Em 1996 entrou em vigor a "Convenção sobre a Proteção e Uso de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais" (United Nations, 1992). Adotada em 1992 pela ONU, a convenção estabeleceu princípios fundamentais para a cooperação entre Estados com litorais em águas transfronteiriças e lagos internacionais, incluindo a utilização equitativa e razoável dos recursos hídricos, a prevenção de danos transfronteiriços e a promoção da gestão sustentável da água (United Nations, 1992). No ano seguinte, a "Convenção sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Águas Internacionais para Fins Diversos dos de Navegação", adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, consolidou princípios semelhantes, reforçando diretrizes para o uso compartilhado de águas internacionais, incluindo lagos transfronteiriços (Portugal, 2005).

Esses instrumentos jurídicos tinham poder de estabelecer precedentes importantes. Caso adotada pelos países do Cáspio, a Convenção de 1997 poderia abrir caminho para que decisões estratégicas sobre águas internacionais – como a construção de um oleoduto no Cáspio –

passassem a depender da aprovação de todos os Estados ribeirinhos. Além disso, ambas as convenções reforçaram princípios como a obrigação de evitar danos transfronteiriços, a cooperação para gestão sustentável, a notificação prévia e consulta sobre projetos que pudessem afetar outros países e a proteção ambiental dos corpos d'água (Portugal, 2005).

No caso do Cáspio, essas diretrizes implicariam, por exemplo, a necessidade de coordenação entre os Estados costeiros para regular a exploração de recursos naturais, como petróleo e gás, ao mesmo tempo em que se garantisse a preservação da biodiversidade e a resolução pacífica de disputas. No entanto, cabe destacar que nenhuma das duas convenções abordava diretamente a questão da delimitação de fronteiras ou estabelecia regras específicas sobre navegação – um ponto que também gerava tensões entre os países ribeirinhos do Mar Cáspio.

De maneira mais simples, caso fosse considerado um mar, o regime da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) se aplicaria, permitindo a demarcação de zonas econômicas exclusivas para cada Estado ribeirinho, baseadas na extensão de suas costas. Isso beneficiaria especialmente os países com maiores áreas marítimas produzidos pelas fronteiras provisórias atribuídas por essa definição⁸¹, como Cazaquistão e Azerbaijão que teriam um acesso maior aos recursos do Cáspio do que outros países como o Irã.

De acordo com Brice M. Clagett (Clagett, 1995), o Cazaquistão controlaria assim 29,9% do espaço marítimo do Cáspio; Azerbaijão, 20,7%; Turcomenistão, 19,2%; e Rússia e Irã— apenas 15,6% e 14,6%, respectivamente. No entanto, a aplicação da CNUDM também permitiria que navios de outros países que não os do Mar Cáspio pudessem ali navegar, algo que não era considerado interessante pela maioria dos Estados cáspios. Por outro lado, e apesar da ausência de regimentos completos sobre lagos internacionais, a definição como lago internacional poderia atrelar o Mar Cáspio a convenções que estabelecem princípios de uso compartilhado e equitativo dos recursos hídricos. Portanto, poder-se-ia supor que potências regionais com áreas menores no Cáspio, como Rússia e Irã, poderiam exigir uma divisão equitativa dos recursos entre todos os Estados circundantes.

Em resumo, no início da década de 1990 não havia uma proposta de delimitação de fronteiras e regulamentação do uso dos recursos do Mar Cáspio que fosse perfeitamente

⁸¹ Segundo Clagett (1995), as medições da linha costeira e da equidistância usadas para determinar a zona econômica exclusiva de cada país acabam por produzir espaços marítimos nacionais que se distinguem do tamanho simples da costa de cada país do Mar Cáspio. Por exemplo, em relação ao tamanho simples da costa, o Azerbaijão detém 15,2% do total da costa cáspia, enquanto o Turcomenistão tem 16,8%; a Rússia 18,5%; o Irã 18,7% e o Cazaquistão 30,8%.

aplicável. Qualquer opção de delimitação levaria a uma situação de insatisfação por parte de algum (ou vários) país litorâneo. Nesse sentido, o que perceberia nos anos seguintes é que, ao longo do tempo, a indefinição jurídica em torno do status do Mar Cáspio criaria um cenário de incerteza que abriu espaço para a sobreposição de interesses divergentes, intensificando disputas pela definição de suas fronteiras e recursos.

4.2 Os primeiros anos pós-soviéticos: dos interesses conflitantes, impasses jurídicos e rivalidades regionais até o primeiro acordo para o Cáspio (1992-1999)

Após a exposição sobre debate jurídico que havia entorno da definição do regime legal do Mar Cáspio, nota-se que a proposta preliminar do Irã para um acordo sobre o tema se aproximava da ideia de uma gestão conjunta do Mar Cáspio. Essa escolha, conforme já mencionado, favorecia iranianos e russos e evitava a expansão dos direitos de exploração de países como Azerbaijão e Cazaquistão. Nesse ponto há uma divergência acadêmica sobre as percepções dos países em relação à proposta. Segundo Gulieva (2014, p.317), o Azerbaijão sempre se opôs ao uso comunitário e equitativo do Cáspio. Porém, para Vinogradov e Wouters (1995, p.622), em um primeiro momento o movimento iraniano não foi antagonizado por outros países. Os autores apontam que, após uma rodada de consultas bilaterais conduzida pelo Irã, o acordo parecia estar próximo de uma conclusão, restando apenas questões secundárias a serem debatidas em uma reunião final, agendada para outubro de 1994. No entanto, ambos os autores destacam que, quando a reunião entre os países do Cáspio finalmente ocorreu em Moscou, já estava evidente que o cenário regional havia se transformado significativamente e não havia mais espaço para um acordo.

Ainda em 1993, ao promulgar sua Lei sobre a Fronteira Estatal, o Turcomenistão foi o primeiro Estado a estabelecer, de acordo com as regras do direito do mar, um mar territorial e uma zona econômica exclusiva, estendendo assim sua jurisdição costeira sobre vastas áreas do Mar Cáspio (Vinogradov; Wouters, 1995). Além dele, o Cazaquistão e o Azerbaijão haviam reconsiderado suas posições em relação ao acordo, (Raczka, 2000, p.206-207). Em Moscou, a delegação do Azerbaijão então argumentou que a conclusão do Tratado e a criação de uma organização regional eram prematuras. Também eram inaceitáveis para o Azerbaijão as disposições do esboço que tratavam o Mar Cáspio como uma área de utilização conjunta e que exigiam a coordenação das abordagens para as várias atividades relacionadas ao mar (Vinogradov, 1997, p.54).

Como é possível perceber, a oposição do Azerbaijão ocorreu em um momento similar às primeiras objeções do Cazaquistão e Turcomenistão sobre a necessidade de cumprir as

obrigações legais dos acordos entre a URSS e o Irã para o Mar Cáspio (Raczka, 2000, p.207). Isso se devia ao avanço das negociações entre empresas ocidentais e o governo azerbaijano pelo licenciamento para a exploração de reservas de óleo e gás natural próximas ao litoral do país, especialmente nos campos Azeri, Chirag e Gunashli.

Em setembro de 1994, um mês antes da reunião de líderes cáspio em Moscou e após quase quatro anos de negociações⁸², o Azerbaijão e o consórcio de empresas ocidentais haviam chegado a um consenso. Os custos iniciais acordados em contrato alcançaram o valor de oito bilhões de dólares e o Azerbaijão concordou em conceder por trinta anos os direitos de exploração de campos de óleo e gás dentro do Mar Cáspio para a *Azerbaijan International Operating Company* (AIOC). Liderada pela então *British Petroleum* (BP), que ficou com 17,1267% da participação na companhia, a AOIC era um consórcio onde também estavam envolvidas outras nove empresas de óleo e gás representando seis países diferentes (Yergin, 2014, p.48). Dentre elas⁸³: a Companhia Estatal de Petróleo do Azerbaijão (SOCAR) (10%); as americanas *Amoco* (17,01%), *Pennzoil* (4,8175%), *Unocal* (9,52%) e *Exxon* (5%); a estatal turca *TPAO* (6,75%); a saudita *Delta* (1,68%); a britânica *Ramco* (2,0825%); a norueguesa *Statoil* (atualmente *Equinor*) (8,5633%) e, curiosamente, a empresa recém-privatizada russa de petróleo *Lukoil* (10%) (Englefield, 1995, p.30; Yergin, 2014, p.48).

Sobre a participação da Lukoil, o autor Tuncay Babali (2005) aponta que nas negociações iniciais para o acordo de exploração não estava prevista a participação de Rússia e Irã. De acordo com Robert Barylski (Barylski, 1995), a Rússia passara por um breve período em 1992 onde abandonara a estratégia de expansão de influência da era soviética, a qual o autor define como neoimperialismo. Isso significou a redução da presença militar russa e a divisão de parte relevante de ativos econômicos e militares soviéticos com Armênia, Azerbaijão,

⁸² As negociações para exploração em áreas no Azerbaijão começaram ainda durante o período soviético, em 1990.

Ao decorrer do processo de liberalização, investimentos ocidentais na URSS foram permitidos e empresas ocidentais chegaram ao Azerbaijão, atraídas pelas ricas reservas minerais nos campos offshore de Azeri, Chirag e Gunashli. O governo do Azerbaijão soviético, sem os recursos financeiros necessários para desenvolver as reservas, decidiu buscar financiamento ocidental para auxiliar no desenvolvimento urgente de diversos projetos. Assim, a partir de 1991, o governo abriu licitações para os projetos e diversas grandes companhias de petróleo participaram. Ao longo de 1991 e posteriormente à independência do Azerbaijão, diversas empresas adquiriram permissão para estabelecer pesquisas científicas para exploração de petróleo nos campos da região. Em 1992 o governo do Azerbaijão decidiu unificar as infraestruturas dos três campos em uma só, mas a concessão precisou ser renegociada em razão de uma crise política que resultou em um golpe de Estado no país, o que atrasou o negócio em alguns meses (Bagirov, 1996).

⁸³ As porcentagens de participação das empresas foram retiradas de Bagirov (1996).

⁸⁴ Tempos depois a japonesa Itochu se juntaria à AIOC, detendo 7,45% do consórcio e aumentando para sete o número de países envolvidos no megaprojeto.

Geórgia, Cazaquistão e Turcomenistão. No entanto, aos poucos essa política passou a ameaçar os interesses nacionais da Rússia e a integridade do Estado (Barylski, 1995).

A percepção do enfraquecimento russo impulsionou o crescimento do nacionalismo anti-russo e criou uma janela de oportunidade tanto para os movimentos separatistas entre povos de herança islâmica dentro da Federação Russa⁸⁵ quanto para diversos países pós-soviéticos, como o Azerbaijão. Nesse contexto, os recursos energéticos se tornaram ativos estratégicos não apenas do ponto de vista econômico, mas também político, tornando-se alvos de disputas e reivindicações (Barylski, 1995). Diante do cenário cada vez mais instável, a Rússia passou a reconsiderar sua postura. A partir de 1993, adotou uma estratégia mais assertiva para retomar o controle e/ou influência em regiões como a suas fronteiras ao sul e a Bacia do Mar Cáspio.

Durante o período supracitado, o Azerbaijão era governado por Abulfaz Elchibey, conhecido por suas posições anti-Rússia e pró-Turquia. No entanto, em junho de 1993, um golpe de Estado depôs Elchibey e as negociações foram suspensas. O perpetrador do golpe foi o então chefe das forças armadas azerbaijanas Suret Huseinov, um indivíduo com posições mais próximas à Rússia. Sobre os acontecimentos, Babali (2005, p. 31) aponta que parte da opinião pública no Azerbaijão creditou o golpe aos posicionamentos do ex-presidente em relação ao seu vizinho nortista. No entanto, também há de se considerar o contexto econômico de grave crise e o ambiente político extremamente instável onde Elchibey era considerado o responsável por seguidas derrotas militares no conflito de Nagorno-Karabakh.

Para além do golpe e das especulações quanto ao papel russo no fenômeno, o governo de Huseinov não foi duradouro, tendo sido lobo substituído por Heydar Aliyev, um ex-líder do Partido Comunista Soviético cuja trajetória política havia sofrido um declínio significativo a partir do final da década de 1980. No entanto, esse revés foi revertido no contexto da crise estatal azerbaijana, que ofereceu ao político a oportunidade de ascender na hierarquia de poder nacional após a criação da nova república, culminando em sua chegada à presidência do país após o golpe de 1993. Apesar da história de altos e baixos com a URSS, Aliyev buscou utilizar sua experiência política soviética em favor do Azerbaijão. Já nos primeiros momentos de seu mandato, o líder azerbaijano adotou uma abordagem que combinava mediação regional com a busca por maior autonomia para o país.

Quando as negociações envolvendo os campos foram reiniciadas, já sob o governo de Aliyev, estas passaram a incluir a Lukoil – uma decisão que foi precipitada com o objetivo de garantir o apoio de Moscou à autonomia azerbaijana nos processos de exploração e comércio

⁸⁵ Para mais informações, ver Barylski (1995).

de seus bens naturais. Dessa forma, ao final das negociações a SOCAR transferiu para a Lukoil 10% do total de 20% a que tinha direito na AIOC. A transferência foi recebida com reações mistas em Moscou. Por um lado, aproximava os países e assegurava a participação russa no desenvolvimento dos recursos energéticos na parte oeste do Cáspio a partir de uma parceria que promovia a cooperação econômica e segurança regional. Ao mesmo tempo, o movimento azerbaijano também refletia uma maior autonomia dos países cáspios, além de uma abertura para a entrada de capital (e influência) de potências ocidentais na região. O risco com esse cenário era o de que a Rússia fosse lentamente isolada e sua esfera de influência na região extinguida (Barylski, 1995).

Mais uma vez a possibilidade de perda de influência foi determinante. Em abril de 1994, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia enviou uma nota ao governo britânico afirmando o direito da Rússia de coordenar todo o desenvolvimento energético na bacia do Mar Cáspio (UPI Archives, 1994; Barylski, 1995). Na nota, o governo russo fazia referência ao debate sobre o regime legal do Mar Cáspio:

*The Caspian Sea is an enclosed water reservoir with a single ecosystem and represents an object of joint use within whose boundaries all issues or activities including resource development have to be resolved with the participation of all Caspian countries (...)*⁸⁶ (UPI Archives, 1994)

A Grã-Bretanha foi o alvo desse movimento porque a BP havia liderado o esforço internacional para desenvolver o petróleo *offshore* do Azerbaijão. Embora a Amoco e outras corporações americanas estivessem com a BP no projeto, Moscou se mostrou relutante, por vários motivos, em confrontar diretamente a administração do presidente dos EUA, Bill Clinton. Isso porque, apesar do Azerbaijão buscar o apoio americano na sua busca por solidificar sua soberania, os Estados Unidos evitaram embates com Moscou evitando ações mais incisivas na região (Barylski, 1995). No período, aliás, o governo americano relutou em se envolver nos assuntos do Cáspio. O papel da Rússia como protetora do Cáspio era compreendido como mais compatível com os interesses de Washington do que a intensificação da competição entre Irã, Rússia e Turquia na região. Além disso, algumas petrolíferas americanas também buscavam ativamente um papel importante em projetos de desenvolvimento energético dentro da Federação Russa, estes com potencial maior do que os acordos azerbaijanos e cazaquistaneses (Barylski, 1995).

⁸⁶ Em tradução livre: “O Mar Cáspio é um reservatório de água fechado com um ecossistema único e representa um objeto de uso conjunto, dentro de cujas fronteiras todas as questões ou atividades, incluindo o desenvolvimento de recursos, devem ser resolvidas com a participação de todos os países do Cáspio...”

Havia ainda o interesse de um setor político do Kremlin pela desistência da entrada na Lukoil no projeto dos campos azerbaijanos. Contudo, apesar da pressão, a Lukoil, que estava em processo de abertura de capital, não retirou seu acordo de participação de 10% no projeto do Azerbaijão. Para ela, e para parte do governo russo, o projeto era economicamente interessante e manter-se no Cáspio era politicamente relevante. Ao permanecer no consórcio, a Lukoil conferiu à Rússia o status oficial de parceira do projeto. Assim, em 20 de setembro de 1994, o presidente Aliyev pôde organizar uma grande cerimônia em Baku, onde foi assinado o "Acordo do Século" (Yergin, 2014, p.48).

Conforme já mencionado, os campos alvos das negociações foram os de Azeri e Chirag, e a seção em águas profundas de um terceiro, o campo Gunashli. Separados, os campos já haviam sido alvos de intensas disputas entre petrolíferas que chegaram ao ponto de ameaçar o próprio desenvolvimento dos projetos (Levine, 2007). Portanto, o governo azerbaijano tomara uma decisão estratégica: juntar os campos em um projeto só, forçando a aproximação e o trabalho conjunto das empresas. A solução foi eficaz. Juntos esses campos se transformaram em um megacampo conhecido como Azeri-Chirag-Gunashli (ACG).

Com mais de 120 quilômetros de extensão (70 milhas) ao largo da costa do Azerbaijão, a leste de Baku (Englefield, 1995, p. 30), o megacampo ultrapassava os limites estabelecidos pelos antigos acordos soviético-iranianos. Apesar da situação de subdesenvolvimento do campo⁸⁷, existia a esperança de que investimentos na sua parte mais rasa possibilitariam o início de uma produção rapidamente. O fluxo inicial de receitas dessa produção, denominada como *Early Oil*, estava estimado em 80 mil barris por dia já no ano de 1997 (Babali, 2005, p.30-31). O volume – e mais ainda a sua renda – era o exatamente o que o Azerbaijão, vindo de crises político-econômicas⁸⁸, precisava.

No momento da assinatura do contrato entre o governo do Azerbaijão e as empresas envolvidas no consórcio, o Azerbaijão unilateralmente reivindicou parte do Cáspio para si, um evento central para a primeira grande controvérsia entre os países cáspio após a dissolução da URSS. O país, por sua vez, parecia que havia se preparado para isso. Em dezembro de 1993, meses antes do encontro entre os países cáspios em Moscou para finalizar as negociações para a Convenção sobre o Mar Cáspio, o Azerbaijão elaborou seu próprio projeto de convenção para a divisão de fronteiras nas águas cáspias. Na proposta azerbaijana a definição do Mar Cáspio

⁸⁷ Descobertos ainda durante o período de existência da URSS, a situação dos campos (ou do megacampo) era de subdesenvolvimento, onde as estruturas dos mesmos estavam muito aquém tecnologicamente do que deveriam estar. Isso, somado às condições geofísicas dos campos, tornavam o projeto desafiador (Yergin, 2014, p.48).

⁸⁸ Para informações mais detalhadas sobre a crise político-econômica no Azerbaijão entre 1990 e 1994, ler Yergin (2014) e Levine (2007).

chama a atenção. A ideia presente no texto era a de oficializá-lo enquanto um "lago fronteiriço" e dividi-lo em setores nacionais, como no caso de vários lagos fronteiriços africanos ou norte-americanos (Raczka, 2000, p.207). Aqui também há outra divergência acadêmica: enquanto Raczka (2000) aponta que havia regimes jurídicos que possibilitavam a definição e divisão proposta pelo Azerbaijão, Vinogradov e Wouters (1995, p.621) entendem que, na prática, isso significava a partilha completa do mar entre os Estados costeiros.

Ao passo em que ocorria esse movimento, Vinogradov e Wouters (1995) apontam que o Cazaquistão também buscou ativamente assinar um contrato para exploração de óleo e gás com um consórcio internacional, o que aprofundou as diferenças entre os Estados do Cáspio. Assim como no caso do Azerbaijão, ainda antes da dissolução da URSS, já haviam sido firmados protocolos de intenção e propostas para a exploração de alguns dos mais importantes campos de petróleo e gás daquele território (Yergin, 2011; Narzabayev, 2010). De acordo com os protocolos assinados por Gorbachev ainda em 1990 (Levine, 2007, p. 17), campos como Korolev e Tengiz passariam por estudos de viabilidade produtivo-econômica. Foram eles que possibilitaram, no início de 1991, a criação dos termos para um acordo de criação de uma *joint-venture* entre a *Chevron*, condutora dos estudos, e a estatal soviética responsável pela exploração de ambos os campos, a *Tengizneftgaz*⁸⁹ (Narzabayev, 2010, p.128). Em 18 de maio de 1992, durante uma cerimônia formal na *Blair House*⁹⁰, o presidente Nursultan Nazarbayev, do Cazaquistão, e o representante da *Chevron*, assinaram o que foi chamado de acordo fundante ou base para o projeto que seria celebrado oficialmente em seis de abril de 1993 (Levine, 2007, p.160).

Com uma área de mais de 3.500 metros quadrados (Chevron..., 1992), a concessão de Tengiz-Korolev (ou resumidamente Tengiz) era uma das mais complexas, porém com maior capacidade produtora do Mar Cáspio. Essa área seria explorada durante um período de 40 anos pela companhia *Tengizchevroil*, uma *joint-venture* criada por ocasião do acordo (Tengizchevroil, 2024). A *Tengizchevroil* era dividida em ações iguais (50%) pela *Chevron* e pelo governo do Cazaquistão. No entanto cabe destacar que, por força contratual, ao longo do estabelecimento da produção o Cazaquistão passaria a receber quase 80% da renda gerada em Tengiz e a *Chevron* ficaria apenas com 20% do montante (Chevron..., 1992).

Visto o envolvimento prévio de Moscou nas negociações para exploração na região (quando ainda sob o governo soviético), o Cazaquistão rapidamente agiu para garantir

⁸⁹ A *Tengizneftgaz* foi incorporada à *KazakhOil* a partir da independência do Cazaquistão.

⁹⁰ A *Blair House* é uma residência oficial em Washington que é usada principalmente como uma pousada estatal para receber os dignatários visitantes e outros convidados do presidente americano.

legalmente seus direitos na região. Ainda em dezembro de 1992, o governo da República do Cazaquistão declarou oficialmente sua decisão de desenvolver as reservas no setor do Cazaquistão no Mar Cáspio (NCOC, 2024). A esse movimento, seguiram-se outros dois extremamente importantes. Em 1993, foi estabelecida por decreto oficial a empresa geofísica estatal *Kazakhstancaspishelf OJSC* (World Bank, 2003, p.7). Seu objetivo seria o de implementar um programa de pesquisa e exploração geológica e geofísica para o desenvolvimento de campos de óleo e gás no norte do mar Cáspio (NCOC, 2024). Ainda no mesmo ano, a *Kazakhstancaspishelf* formaria um consórcio com diversas companhias americanas e europeias para “implementar um levantamento sísmico abrangendo todo o setor cazaque do Mar Cáspio”⁹¹ (World Bank, 2003, p.7). Oficialmente o governo cazaquistão se movimentava para garantir sua capacidade exploratória na região.

O segundo movimento, naturalmente, foi no campo do Direito Internacional. De forma semelhante ao *draft* azerbaijano para uma convenção para o Cáspio, uma outra proposta de Convenção sobre o Estatuto Jurídico do Mar Cáspio também foi apresentada pelo Cazaquistão em agosto de 1994 (Vinogradov; Wouters, 1995 p.621-622). Nele, o status legal do Cáspio seria declarado como um “mar fechado”, onde as regras da CNUDM deveriam ser aplicadas. Assim, conceitos como águas territoriais, Zonas Econômicas Exclusivas e outras seriam estabelecidos oficialmente ali.

Para ambas as propostas, as reações russas foram extremamente negativas, rejeitando tanto a definição do Cáspio como um lago fronteiriço quanto sua classificação como um mar fechado. Para Moscou, o Mar Cáspio era uma “bacia de água fechada única” (Raczka, 2000, p.207). Próximo do período de encontro entre os países essa mensagem foi reforçada por meio de uma carta enviada pelo representante permanente da Rússia nas Nações Unidas para o Secretário-Geral da instituição. Na carta “Position of the Russian Federation regarding the legal regime of the Caspian Sea”, a Rússia deixa bem clara sua posição ao afirmar que:

The Caspian Sea lacks a natural link to the world's oceans and seas and is thus a land-locked body of water. The norms of international maritime law, particularly those pertaining to the territorial sea, the exclusive economic zone and the continental shelf, are not applicable to it. There is thus no basis for unilateral claims relating to the establishment of zones of this type in the

⁹¹ Tradução livre.

*Caspian or for the introduction of elements of their regimes.*⁹² (United Nations, 1994)

Por certo, foi natural que o encontro de 1994 entre os cinco países do Mar Cáspio não tenha avançado nas negociações. No entanto, por força da necessidade de definição jurídica do mar, elas não acabariam ali e novos encontros para tratar do mesmo tema seriam realizados nos anos seguintes. Esse período foi o suficiente para uma verdade insólita ser percebida pela Rússia. Ainda que fizesse objeções, os novos acordos celebrados por Azerbaijão e Cazaquistão garantiam uma efetiva atuação desses países sobre espaços do Cáspio que lentamente eram territorializados (Raczka, 2000). Além disso, as efetivas ações diplomáticas do Azerbaijão durante o acordo para o estabelecimento do consórcio internacional acabaram por garantir um certo apoio ao país dentro da Rússia e também do Irã, o outro maior opositor à setorização do Cáspio. Ao garantir 10% do consórcio para a russa *Lukoil*, prometer uma participação iraniana⁹³ e negociar rotas de distribuição passando pela Rússia (estas serão abordadas em uma seção futura), o governo azerbaijano foi eficiente em aproximar brevemente partes dos governos vizinhos.

Durante 1995 e 1996 a Rússia esteve inclinada a negociar. Além de ter comparecido oficialmente em reuniões entre vice-ministros das relações exteriores dos países, encontros de especialistas e reuniões bilaterais/trilaterais, o país também participou ativamente das discussões sobre o status do Mar Cáspio. Nesse contexto, a Rússia contribuiu para o estabelecimento de um grupo de estudos *ad hoc* sobre o status do Mar Cáspio durante a Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Ribeirinhos, realizada na cidade de Ashgabat em novembro de 1996 (Bayramov, 2022, p.85-86). Além disso, ela —apoiada pelo Irã e Turcomenistão— também apresentou um novo projeto de convenção. Nele, havia a sugestão de estabelecimento de uma faixa de 45 milhas de setores nacionais (divididos em águas territoriais e zona econômica exclusiva), além da qual se estenderia uma parte central do mar sob propriedade comum e gestão conjunta, conforme é possível ver abaixo:

⁹² “O Mar Cáspio não possui uma ligação natural com os oceanos e mares do mundo e, portanto, é um corpo d’água fechado. As normas do direito marítimo internacional, particularmente aquelas relativas ao mar territorial, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental, não são aplicáveis a ele. Assim, não há base para reivindicações unilaterais relacionadas ao estabelecimento de zonas desse tipo no Cáspio ou para a introdução de elementos de seus regimes”. Tradução livre.

⁹³ A promessa seria honrada em 12 de novembro de 1994, quando 5% das ações da SOCAR na AIOC foram transferidas para o Irã. No entanto, devido a objeções do governo dos EUA, essa transferência acabou sendo revogada (Gökay, 1998).

Mapa 12 – Divisão do Mar Cáspio de acordo com a proposta russa⁹⁴



Map 9. *The Caspian Sea in the Russian compromise: (i) 20-mile territorial waters; (ii) 25-mile exclusive economic zone; (iii) a condominium beyond 45 miles from shoreline.*

Fonte: Raczka, 2000

No setor nacional, cada país teria direitos econômicos exclusivos, incluindo a exploração de recursos minerais e biológicos. Além disso, foi sugerida para as partes a criação de uma jurisdição especial para os campos de petróleo situados além das 45 milhas, que já haviam começado a ser desenvolvidos. De acordo com os ministros dos três países que apoiavam o novo compromisso, o esboço havia sido inspirado para atender, de forma intermediária, as posições do Cazaquistão e do Azerbaijão. Os três também assinaram um memorando de intenção para fundar uma empresa petrolífera russo-iraniana-turcomena (Raczka, 2000, p. 209). Frustrando as ambições dos proponentes, Raczka (2000, p.209) diz que o novo documento não seduziu o Azerbaijão e o Cazaquistão. No entanto, suas posições foram diferentes sobre o assunto. Enquanto o Azerbaijão se manteve firme em suas proposições em relação à definição do Mar Cáspio ser definido como um lago fronteiriço que deveria ser

⁹⁴ Tradução livre da legenda do Mapa: (1) 20 milhas territoriais; (2) 25 milhas de uma Zona Econômica Exclusiva; (3) uma zona condômina estabelecida para além de 45 milhas da costa.

dividido em setores nacionais, o Cazaquistão negou a proposta, mas realizou alguns acenos de flexibilidade.

Em 1997, uma disputa eclodiu entre Azerbaijão e Turcomenistão sobre os campos de petróleo *offshore* que estavam sendo desenvolvidos pelo consórcio AIOC. De acordo com o Turcomenistão, o campo Azeri (Khazar para os turcomenos) ficava inteiramente dentro do "setor turcomeno" e Chirag (Kaverochkin), estava parcialmente dentro desse setor. A resposta do Azerbaijão foi estratégica: embora tenha rejeitado as reivindicações do Turcomenistão, Baku afirmou que ao citar que alguns campos de petróleo pertenciam ao seu setor nacional, Ashgabat havia dado um apoio indireto à abordagem azerbaijana. A Rússia, por sua vez, minimizou as reivindicações turcomenas sobre os campos de petróleo offshore do Azerbaijão, mas com sua própria perspectiva, que via a parte central do mar como uma propriedade conjunta. Aqui a Rússia também atuou estrategicamente pois, levando em consideração os interesses de outros Estados costeiros, também protegia a participação acionária da Lukoil na AIOC (Raczka, 2000, p.210).

A partir disso, Raczka (2000) aponta que outras disputas sobre as fronteiras transcaspianas também começaram a surgir, com um lado acusando o outro de desenvolver recursos em espaços que não lhes pertenciam. Ainda em 1997, quando a Rússia anunciou uma licitação para o desenvolvimento de campos de petróleo na parte norte do Mar Cáspio, o Ministro das Relações Exteriores do Cazaquistão criticou veementemente o que considerou como uma ação unilateral realizada em um território cazaquistão. Além disso, no mesmo ano a SOCAR também assinou um acordo com a *Lukoil* e outra empresa petrolífera russa, a *Rosneft*, para o desenvolvimento do campo de petróleo offshore Kyapaz. Tal acordo gerou protestos do Ministério das Relações Exteriores do Turcomenistão sob a alegação de que o campo estava na zona a ser desenvolvida conjuntamente (Raczka, 2000). Foi apenas após uma viagem do então presidente do país, Nivazov, à Moscou que se encontrou uma solução para o assunto. A Rússia optou pela anulação do acordo em favor da manutenção das boas relações com o Turcomenistão.

Em dezembro de 1998, o Azerbaijão, por sua vez, protestou junto aos governos britânico e iraniano contra um acordo assinado entre o Irã e duas empresas petrolíferas estrangeiras para realizar estudos geofísicos na seção sul do Cáspio, que, segundo Baku, se sobrepunha ao setor azerbaijano (Raczka, 2000, p.210). O Azerbaijão acusou Teerã de violar sua fronteira nacional e ameaçou excluí-lo de futuros contratos de petróleo. Em resposta, o Irã reiterou que os acordos soviético-iranianos de 1921 e 1940 ainda se encontravam em vigor. Como neles não havia menção sobre qualquer demarcação de fronteiras ou sobre setores nacionais, as exigências

azerbaijanas não tinham amparo legal. Por fim, ainda se soma a essas disputas a visita de Nazarbayev a Washington em novembro de 1997, durante a qual ele assinou contratos com empresas ocidentais para o desenvolvimento da produção de petróleo no Cazaquistão (incluindo na região onde anos depois se desenvolveria o campo *offshore* de Kashagan).

Com a intensificação das disputas fronteiriças que poderiam agravar as tensões em andamento na região do Cáspio, o governo russo decidiu agir rapidamente para evitar uma ameaça à segurança regional (e aos seus interesses). Negociações com o Cazaquistão foram iniciadas rapidamente e quando Nazarbayev visitou Moscou em janeiro de 1998, um comunicado emitido após a reunião com Yeltsin anunciou o compromisso alcançado entre os dois países. A Rússia abandonou sua postura anterior, que previa o setor nacional de 45 milhas e o condomínio da parte central do mar. Em vez disso, os dois lados decidiram dividir o leito marinho do Cáspio e tudo o que estava abaixo dele em setores nacionais, nos quais teriam direitos econômicos exclusivos, incluindo a exploração de bens naturais (Raczka, 2000, p.210-211). Por outro lado, decidiram que a bacia hídrica, sua superfície inclusa, constituiria propriedade comum sobre a qual ambos os países exerceriam direitos conjuntos. Além disso, também manteriam a navegação livre no mar, preservariam um regime de pesca único e ajudariam a estabelecer normas ambientais comuns para proteger o ecossistema do mar. O acordo, o primeiro acordo bilateral sobre o Mar Cáspio após a dissolução da URSS, foi formalmente assinado em Moscou em julho de 1998, juntamente com uma declaração de amizade entre os dois países (Raczka, 2000, p.210-211).

As reações dos outros três Estados costeiros ao acordo russo-cazaquistânês foram mistas, sendo a mais negativa a do Irã que acusou Moscou de inconsistência. Segundo Raczka (2000, p.211) um conselheiro do Ministro de Petróleo iraniano, Khazempura-Ardebili, reconheceu que embora a divisão do leito marinho fosse certamente positiva do ponto de vista jurídico-econômico, as fronteiras nacionais pouco claras na parte da superfície do mar gerida conjuntamente possibilitariam a presença da marinha russa em todo o Mar Cáspio. Tal preocupação foi o cerne de uma proposta iraniana-turcomena para a proibição de toda a presença militar na bacia. Além dela, o então Ministro das Relações Exteriores iraniano, Kamal Kharazi, ainda expressou que o Irã se mantinha favorável à proposta para propriedade comum do Cáspio (ou de sua parte central) por todos os países costeiros. No entanto, o governo iraniano também expressou sua disposição para negociar novos acordos, incluindo considerar a divisão do mar em setores nacionais, com a condição de que isso se baseasse em cotas iguais ou, de outra forma, em direitos de exploração justos (Raczka, 2000, p.211-212).

Ainda sobre a postura iraniana, em 20 maio de 1998, o Conselho de Segurança da ONU recebeu uma declaração emitida pelo ministério das relações exteriores do país protestando contra o acordo assinado entre a Rússia e o Cazaquistão sobre a divisão do leito marinho do Mar Cáspio em setores nacionais (Iran, 1998). Paradoxalmente, o documento expressava ideias similares às expressadas por Moscou na ONU anos antes, conforme é possível ver abaixo:

*The present legal regime governing the Caspian Sea has been provided for in the Treaty of Amity concluded between Iran and Russia on 26 February 1921, as well as the Iran-USSR Commerce and Navigation Agreement of 25 March 1940 and the letters annexed thereto. Those instruments contain no provisions whatsoever relating to the delimitation of the Caspian Sea. Therefore, as long as the legal regime of the Caspian Sea is not complemented with the agreement of all coastal States, the existing legal regime established by the above-mentioned instruments remains binding and any attempt to divide the Caspian Sea is unacceptable.*⁹⁵ (Iran, 1998)

Em relação ao Azerbaijão, sua posição sobre o tema não havia mudado. Em março de 1998, após o anúncio do compromisso russo-cazaquistânês, houve uma tentativa de aproximação russa com o governo azerbaijano por meio negociações com Baku que resultaram em um protocolo bilateral destacando uma suposta reaproximação entre Moscou e Baku em questões relacionadas ao status jurídico do Cáspio. De fato, a posição azerbaijana sobre o estabelecimento de seções nacionais no leito marinho e abaixo dele era agora compartilhada por russos e cazaquistaneses. No entanto, ainda havia um importante desacordo que impedia a assinatura de uma convenção. A questão sobre a superfície e o volume de água. Aqui, como antes, as posições continuavam radicalmente opostas — Moscou insistindo em uma forma de condomínio e Baku mantendo sua posição anterior de também dividir a superfície das águas cáspias.

Por fim, a atitude do Turcomenistão permaneceu ambígua, segundo Raczka (2000). Por um lado, pareceu se assemelhar à posição azerbaijana sobre a divisão do Mar Cáspio em seções nacionais, especialmente após a disputa de fronteira entre os dois países. Por outro lado, porém, diante da inconsistência russa e das próprias disputas persistentes e rivalidade com o

⁹⁵ Em tradução livre: "O atual regime legal que governa o Mar Cáspio foi estabelecido no Tratado de Amizade celebrado entre o Irã e a Rússia em 26 de fevereiro de 1921, bem como no Acordo de Comércio e Navegação Irã-URSS de 25 de março de 1940 e nas cartas a ele anexadas. Esses instrumentos não contêm quaisquer disposições relativas à delimitação do Mar Cáspio. Portanto, enquanto o regime legal do Mar Cáspio não for complementado com o acordo de todos os Estados costeiros, o regime legal existente estabelecido pelos instrumentos acima mencionados permanece vinculativo e qualquer tentativa de dividir o Mar Cáspio é inaceitável."

Azerbaijão, o Turcomenistão também se aproximou do Irã, onde o governo turcomeno encontrou um aliado contra Baku. Assim, o que se percebe é que os anos 1990 se aproximavam então de seu fim com fenômenos múltiplos ocorrendo ao mesmo tempo: ao passo em que o primeiro acordo bilateral sobre as fronteiras do Mar Cáspio fora realizado, novas disputas e relações também iam se estabelecendo na região.

4.3 A diplomacia dos tubos ou a corrida pelo Cáspio

Sobre as novas relações na região do Mar Cáspio, é preciso apontar que os anos 1990 foram um período onde diversos holofotes se viraram em direção à região – e pelos mais diferentes motivos. Como visto anteriormente, durante o período supracitado, a região emergia como um epicentro de disputas devido às suas vastas reservas de petróleo e gás natural. Nesta seção, buscou-se explorar os dois níveis de disputas: o regional e o na escala global, analisando as iniciativas regionais e externas para desenvolver projetos de exportação e especialmente rotas alternativas de escoamento dessa nova produção, como os projetos de dutos que desafiaram o domínio russo dessas rotas na região. Assim, naturalmente a seção analisa as negociações e os primeiros desenvolvimentos de infraestrutura de transporte de energia até a virada para o século XXI, abordando a competição entre rotas controladas por Moscou e as alternativas promovidas pelo Ocidente. Esse panorama ilustra como o Cáspio se tornou um campo de disputas estratégicas que moldaram as políticas energéticas globais nas décadas seguintes.

Nos anos 1990, houve uma grande movimentação diplomática e entrada do capital estrangeiro ali, especialmente no setor energético que era alvo de relevantes expectativas por parte de seus importantes atores. Do ponto de vista político, havia a questão da consolidação dos novos Estados na região e do poder de influência sobre estes. Na visão de Yergin (2014), para a Inglaterra e, especialmente, os Estados Unidos, a consolidação das novas nações independentes era necessária para o pleno e seguro estabelecimento de uma nova ordem mundial mais pacífica. Também era “a oportunidade que esses países tinham de concretizar o sonho wilsoniano de autodeterminação” (Yergin, 2011, p. 43).

O autor também aponta que, para americanos e britânicos, uma esfera de influência exclusivamente russa em seu entorno seria perigosa e desestabilizaria a nova ordem mundial (Yergin, 2011). Além disso, havia também o risco de o Irã conquistar mais poder e influência na região, o que era considerado um cenário tão ruim quanto o da esfera de influência russa. Portanto, existiam fatores políticos que levavam americanos – e mesmo britânicos – a buscarem inserção no Cáspio, um interesse que foi refletido em 1997 pelo porta-voz da Casa Branca,

Michael McCurry: "Our view is that our enhanced ties and our closer working relationship with governments in that region generally will contribute to stability."⁹⁶ (Baker, 1997).

A dimensão energética – que envolvia aspectos políticos e econômicos – também tinha peso em Washington. A Primeira Guerra do Golfo havia sido um lembrete amargo dos riscos que a dependência energética gerava para uma nação (Yergin, 2014, p. 43). Dessa forma, o Cáspio surgia como uma alternativa interessante para a diversificação da oferta mundial de petróleo e gás natural. De acordo com um relatório entregue pelo Departamento de Estado ao Congresso dos Estados Unidos em 1997, as "reservas provadas" de petróleo na região do Cáspio giravam em torno de 15-16 bilhões de barris enquanto haveriam aproximadamente 145-162 bilhões de barris para as reservas adicionais possíveis (Yaman, 2000, p.9; Müller, 1999). Por sua vez, as reservas de gás natural provadas totalizavam 6,2 trilhões de metros cúbicos e haviam estimativas de existirem mais 8,3 Tm³⁹⁷.

Tabela 1 – Reservas exploráveis de petróleo e gás natural no Mar Cáspio

	Reservas provadas de petróleo (BBBL ⁹⁸)	Reservas estimadas (bb/d)	Total	Reservas provadas de gás natural (Tm ³)	Reservas estimadas (tmc)	Total
Azerbaijão	3,6	27	31	0,3	1	1,3
Cazaquistão	10	85	95	1,5	2,5	4
Turcomenistão	1,5	32	33,5	4,4	4,5	8,9
Rússia ⁹⁹	0,2	5	5	-	-	
Irã ¹⁰⁰	0	12	12	0	0,3	0,3
TOTAL	15,3	161	176,5	6,2	8,3	14,5

Fonte: Müller, 1999¹⁰¹

Com relação aos dados, havia divergência entre os números apontados pelos órgãos americanos e pesquisas industriais-científicas (BP, 2002). Além disso, pesquisadores

⁹⁶ Em tradução livre: "Nossa visão é que nossos laços fortalecidos e nosso relacionamento mais próximo com os governos dessa região, de modo geral, contribuirão para a estabilidade."

⁹⁷ Sigla para trilhões de metros cúbicos.

⁹⁸ Sigla em inglês para bilhões de barris de petróleo.

⁹⁹ Foram contabilizadas na estimativa apenas as reservas próximas ao Mar Cáspio.

¹⁰⁰ Foram contabilizadas na estimativa apenas as reservas próximas ao Mar Cáspio.

¹⁰¹ Tabela criada a partir de dados disponibilizados em Müller (1999).

apontavam para um superdimensionamento das estimativas do Cáspio (Horsnell, 1999; Bahgat, 2002, p. 312; United States, 1998). No entanto, no período, o Cáspio passava por um processo de renovação de investimentos no setor e de novas reservas eram descobertas na região com uma alguma regularidade (Bahgat, 2002). Esse cenário, somado com as questões de dependência energética e os interesses geopolíticos supracitados, tornavam o Cáspio uma importante oportunidade político-econômica para atores nacionais e empresas de petróleo e os Estados Unidos.

Claro, também, que não escapava à percepção estadunidense que havia um imperativo estratégico para uma aproximação para com o setor energético cáspio. Assim como havia o perigo da influência russa ou iraniana se fortalecer no campo político regional caso não houvesse um estreitamento das relações com os novos estados cáspios, também havia a possibilidade de todas as reservas daquelas águas ficarem sob seus domínios (Yergin, 2014, p.43). No entanto, cabe destacar aqui que, se havia a preocupação em torno da Rússia, havia também um interesse em construir uma nova relação com o país e fortalecer as suas forças capitalistas neoliberais internas russas. Dessa forma, o governo Clinton buscava, a partir de 1993, mediar sua inserção no Cáspio de forma a evitar tensionamentos com uma Rússia que passava por intensas transformações e também tinha interesses e ambições naquele espaço.

Além dos Estados Unidos, outros atores buscaram aproveitar o período de reconfiguração de poder e fronteiras na região para expandir sua influência. A Turquia, um ator regional relevante, tinha extremo interesse em se reaproximar dos povos de origem turca na Ásia Central. Países europeus tinham interesse em diversificar sua oferta energética e fortalecer suas empresas do setor. E, por fim, a China começaria – aos poucos – a desenvolver interesses ali. Nos anos 1990, o país asiático vivia um crescimento da demanda energética puxado pelos altos índices de crescimento econômico nacionais. Assim, fez-se necessário elaborar planos para suprir essa demanda, de preferência diversificando os parceiros comerciais nessa operação. Nesse sentido, a proximidade com o Cazaquistão, país com quem dividia fronteiras, trouxe o Cáspio para o radar chinês. Embora esses interesses tenham sido desenvolvidos de forma gradual ao longo da década, seus efeitos começaram a se tornar perceptíveis. Especialmente no campo dos investimentos (Yergin, 2014, p.43-44).

Do ponto de vista regional, enquanto os novos Estados do Cáspio se estabeleciam, estes também enfrentavam questões próprias que muitas vezes envolviam instabilidades políticas, conflitos étnicos e movimentos separatistas, além da esperada instabilidade econômica dado o contexto da dissolução da URSS. Para todos ainda haviam as novas questões geográficas criadas a partir dos processos de independência. Enquanto Azerbaijão se encontrava entre duas

potências regionais (Rússia e Irã), o Cazaquistão lidava com a Rússia de um lado e o crescimento chinês de outro. Além disso, tanto Cazaquistão quanto o Turcomenistão haviam perdido sua conexão com o oceano. Por fim, havia também o Irã que, com seu regime fechado e sua posição de opositor dos EUA, precisava lidar constantemente com tensões geopolíticas e até mesmo sanções econômicas. Portanto, o cenário na região era de um grupo de países que tinham interesse em maximizar seus ganhos nos palcos onde, estrategicamente, estivessem mais bem posicionados. Dentre eles, destacava-se o setor energético.

Conforme foi possível observar anteriormente, nos primeiros anos da década de 1990 criou-se uma teia de disputas e de cooperação que resultou em pelo menos dois grandes acordos para exploração energética na região. De um lado ganhavam Azerbaijão e Cazaquistão que obtiveram acordos lucrativos e, de outro, empresas do setor (muitas vezes estatais) davam-se por satisfeitas com perspectivas de atravessar novas fronteiras produtivas¹⁰². Contudo, ainda haviam muitos desafios por ultrapassar para tornar a produção na região autossustentável.

Era necessário lidar com os investimentos para a infraestrutura no setor. E não apenas para a revitalização de campos com estruturas e maquinários defasados que foram responsáveis, até 1995 por um declínio na produção regional (Kubieck, 2004). Havia múltiplas questões de infraestrutura na região e a geografia implicava diretamente em diversas delas. Tengiz, por exemplo, tinha como principal característica ser um campo de águas profundas, o que requeria: “processos de engenharia extraordinariamente complexos para produzir petróleo a partir de altas profundidades, utilizando altíssima pressão, além de tratar o gás ácido e separar o venenoso sulfeto de hidrogênio do petróleo.” (Yergin, 2014, p. 57). No entanto, a questão geográfica que mais chamava a atenção na década de 1990 talvez fosse outra: as montanhas da região.

A característica montanhosa regional, aliada com as grandes distâncias que envolviam tudo que se referia ao Cáspio, sempre foram um desafio para o setor energético. Em uma região sem conexões diretas com os oceanos, as montanhas representavam uma dificuldade a mais para o escoamento da produção. Se a rota marítima não era viável, haviam duas opções: as ferrovias ou a construção de gasodutos e oleodutos. No caso das ferrovias, entendeu-se rapidamente que a opção era limitada e não seria satisfatória para o nível da produção proposta. Porém, os dutos também representavam questões importantes – e nem todas do campo da geografia física.

¹⁰² A Chevron, após o acordo com o Cazaquistão, recuperou seu espaço como uma grande multinacional de petróleo aumentando em 50% suas reservas internacionais (Levine, 2007, p.183).

Decerto, dutos tem por característica o alto custo, tecnológico e financeiro. Assim, poucas foram as rotas construídas na região durante o século XX¹⁰³. Mas a questão central estava nos campos geopolítico e geoeconômico. Após a dissolução da URSS, a Rússia tornou-se herdeira da maior parte da malha de transportes energéticos soviética. Portanto, o panorama regional era, naquele momento, de investimentos em uma produção que tinha poucas, envelhecidas e defasadas rotas de transporte. Mais do que isso, estas quase sempre passavam por solo russo, o que significava que necessariamente a Rússia estaria envolvida nos negócios do Cáspio, a não ser que novos dutos fossem construídos.

Para todas as partes parecia bem claro: quem controlasse os dutos, controlaria os fluxos de petróleo e gás natural e naturalmente expandiria seu poder político e econômico na região. Assim, as rotas de transporte da produção futura do Mar Cáspio se tornaram um dos maiores alvos de disputas (e também de cooperação multilateral) das décadas vindouras. Evidentemente, nesse contexto, os primeiros casos dessa corrida pelas rotas cáspias envolveram os contratos sobre os campos de ACG e Tengiz.

Sobre o início da corrida pelo Cáspio, Yergin (2014, p.48) destaca dois pontos. Primeiro que ela teria começado no Azerbaijão e, segundo que o “acordo do século” envolvendo o megacampo ACG foi a peça fundamental para acirrar essa disputa. Isto porque apesar do acordo realizado, pairava a questão sobre o escoamento do *Early Oil* a ser produzido. A solução mais óbvia seria utilizar parte dos dutos russos já existentes rumo ao norte, o que representaria certamente um interesse e uma vitória política do Kremlin. Esse movimento daria à Rússia o controle econômico – e naturalmente o político – sobre o Azerbaijão e não foi surpresa quando os Estados Unidos se opuseram à ideia e buscaram alternativas para a construção de um oleoduto.

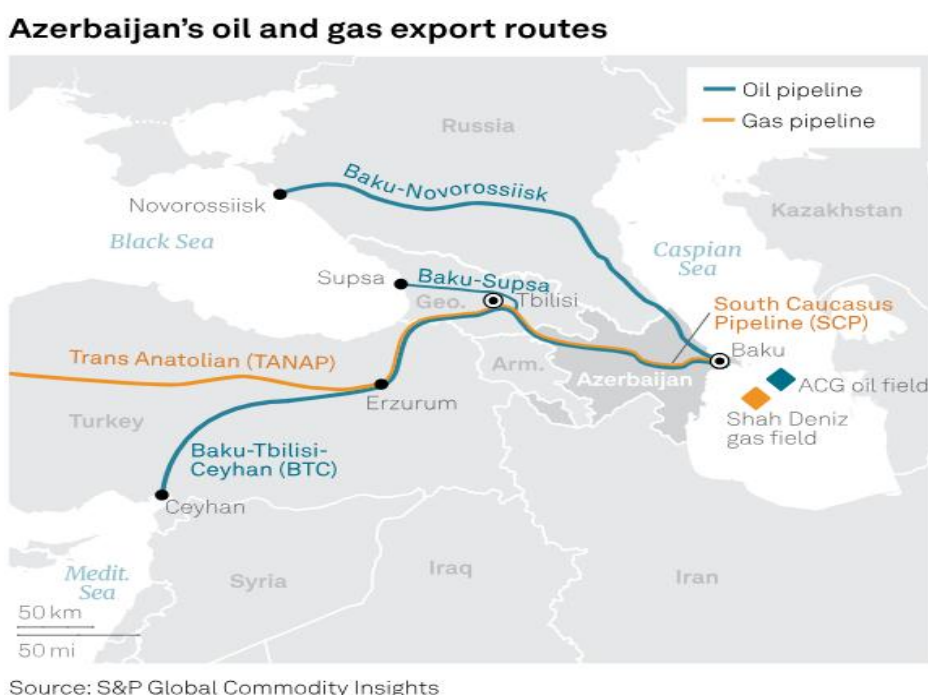
A outra alternativa possível envolvia direcionar o oleoduto para oeste, transportando o petróleo desde Baku até o Mar Negro onde navios seriam carregados e transportariam a carga energética até o Mediterrâneo. Apesar do percurso ser tradicional¹⁰⁴, havendo a defasada linha soviética Baku-Supsa (ver mapa 13), haviam questões problemáticas em seu entorno. Isto porque o oleoduto deveria necessariamente passar por um dos outros países da Transcaucásia: a Armênia ou a Geórgia. No caso da Armênia, que estava envolvida na Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh, sua exclusão como rota para o oleoduto foi uma decisão natural para os membros da AIOC. Em 1994, o enclave, localizado dentro do território azerbaijano, estava sob

¹⁰³ No capítulo dois são citados alguns exemplos dessas rotas, como os oleodutos de Baku-Batumi e Grozny-Tuapse que conectavam o Mar Cáspio ao Mar Negro.

¹⁰⁴ Ela foi o principal caminho de escoamento do petróleo de Baku no século XIX.

controle de forças separatistas etnicamente armênias, tornando inviável sua consideração como opção de passagem. No entanto, a segunda opção, a Geórgia, também apresentava desafios. Além de já existir uma rota que conectava Baku ao mar Negro georgiano, politicamente o país também lidava com conflitos separatistas e tinha uma relação complicada com a Rússia. Dentro da perspectiva geoeconômica, a região georgiana possuía um terreno complexo que exigiria altos investimentos para a construção de um duto.

Mapa 14 – Rotas dos oleodutos e gasodutos azerbaijanos



Fonte: COLEMAN, 2024

As pressões existiam de todos os lados. De um lado o Azerbaijão pressionava por uma solução rápida para assegurar suas receitas, mas tinha receios sobre a rota russa, preferindo assim um projeto de expansão e revitalização da rota Baku-Supsa (Babali, 2005). De outro, as empresas buscavam uma solução clara (Yergin, 2014, p.49). Por fim, ainda haviam Rússia e EUA que buscavam estratégias para assegurar que o caminho do escoamento do *Early Oil* fosse o que lhes mais beneficiasse. Aqui cabe destacar que para os Estados Unidos não havia – conforme citado anteriormente – o interesse de tensionar suas relações com Moscou. Portanto, o governo Clinton se movimentou diplomaticamente, inclusive dialogando diretamente com o Azerbaijão, para garantir uma solução que fosse apreciada por todos (Boudreaux, 1995).

Após importantes negociações, a solução foi encontrada: utilizar inicialmente a rota russa, aproveitando-se da infraestrutura ali existente enquanto um novo duto rumo a oeste seria

construído. Apesar da reação negativa na Rússia (Boudreaux, 1995), a decisão significa que o país asseguraria momentaneamente sua esfera de influência na região. Enquanto isso, o Azerbaijão e as empresas da AIOC conseguiriam mais rapidamente ter acesso ao dinheiro do comércio de petróleo e os Estados Unidos e Azerbaijão conseguiriam diversificar esse escoamento, garantindo maior segurança energética. Em fevereiro de 1996 a rota russa receberia a aprovação final e em pouco tempo a rota para oeste também, o que significou que em 1999 as duas linhas já estavam operantes. Uma reflexão significativa aqui aponta para o fato de que a rota russa transpassava pela Chechênia, região que viveria um conflito separatista que, por vezes, colocaria em risco esse transporte. Tal fato acabou confirmando – de forma prática – a acertada decisão pela diversificação dos dutos (Yergin, 1994).

A partir disso, os esforços voltaram-se para a produção nas áreas *offshore* da AIOC. Apesar dos desafios técnicos, as perspectivas sobre as reservas eram tão boas que se tornou necessário pensar na criação de uma rota principal para a exportação dessa produção vindoura; e aí novamente as disputas voltaram a ocorrer. Naquele momento, o cenário era de dois trajetos já existentes em direção ao Mar Negro e um escoamento da produção que era realizado por navios pelo congestionado Estreito de Bósforo. Além disso, o canal tinha características que tornavam a navegação complicada e um maior volume de cargas nele apenas elevaria o risco de um grave acidente com um navio-petroleiro. Com evidentes questões, a alternativa de revitalização do oleoduto Baku-Supsa era interessante, e eventualmente foi realizada¹⁰⁵, mas não a preferida de parte dos envolvidos (Boudreaux, 1995).

Outra alternativa para o maior fluxo das *offshores* da AIOC foi levar esse óleo ao sul, para o norte do Irã onde este abasteceria Teerã e, como troca, o governo iraniano disporia uma quantidade equivalente de petróleo dos campos mais ao sul. Dali, o petróleo poderia ser diretamente exportado pelo Golfo Pérsico. No entanto, a alternativa de iniciativa iraniana era considerada inaceitável pelos EUA e outros países ocidentais. Além da rivalidade com o Irã, a concentração de petróleo no Golfo Pérsico prejudicaria toda a estratégia de diversificação desses países, o que era o cerne dos investimentos no campo ACG. Por fim, ao lado das longas negociações surgiu uma última alternativa: enviar o petróleo de Baku por um duto que passasse por Tbilisi, capital da Geórgia, contornando a Armênia, e entrasse pelo sul da Turquia até chegar no porto de Ceyhan no Mar Mediterrâneo. A rota do duto denominado Baku-Tbilisi-Beyhan (BTC) também possuía complicações: tal duto, caso completo, se tornaria um dos mais longos

¹⁰⁵ A revitalização e expansão do oleoduto Baku-Supsa foi realizado entre 1996 e 1999. Em junho de 1999 a rota estava escoando 115 mil barris de petróleo por dia (Babali, 2005, p. 38).

do mundo e, novamente, a geografia física da região do Cáucaso tornariam o projeto mais complexo e custoso. Isso significava que o volume transportado deveria ser grande o suficiente para torna-lo viável economicamente e naquela altura a capacidade do campo era uma incógnita devido às condições técnicas do campo.

Em que pese as dúvidas sobre a viabilidade financeira da rota BTC e o contexto de relações mais cordiais entre Estados Unidos e Rússia, o governo americano não estava disposto a permitir que a principal via de escoamento do maior campo petrolífero a ser explorado em Baku ficasse sob influência de Moscou. Portanto o país teve um papel fundamental para a facilitação (1) das negociações para convencer os membros ocidentais da AIOC sobre a rota, e (2) de um acordo intergovernamental em temas como economia e proteção ambiental¹⁰⁶ que abrissem caminho para a construção do oleoduto BTC. Assim, ainda em 1995, criou-se um consenso entre as empresas ocidentais da AIOC sobre a rota. No entanto, as negociações governamentais ainda se alongariam por alguns anos e apenas em novembro de 1999 sairia o acordo definitivo para a criação do duto.

O projeto do oleoduto BTC, com seus mais de 1.700 quilômetros de comprimento, teria sua construção iniciada em 2002 e o primeiro envio de petróleo chegaria ao porto turco em 2006. A partir desse momento, Baku estava oficialmente conectada ao mercado global de energia por uma via que contornava a Rússia, garantindo uma maior independência político-econômica do Azerbaijão. Para os Estados Unidos, por sua vez, a rota representou um primeiro avanço estratégico ao reduzir a influência russa sobre o transporte de hidrocarbonetos na região, diversificando o fornecimento energético e fortalecendo alguns de seus parceiros ao redor do globo. Além disso, a BTC ainda abriria portas para outras rotas de oleodutos e gasodutos, de significados igualmente importantes. Um gasoduto, de nome South Caucasus Pipeline (SCP) ou Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), seria construído lado a lado ao oleoduto durante a primeira década do século XXI. Seu projeto, que será revisto nas próximas seções, visaria escoar a produção de um novo – e importante – campo de gás natural que fora descoberto em 1999: Shah Deniz (Yergin, 2014; Akiner, 2004).

¹⁰⁶ Diversas organizações não governamentais levantaram questões sobre os impactos do projeto no meio ambiente cáspio e caucasiano, em especial nas fontes de Borjomi, responsáveis pela mais tradicional água mineral da Geórgia. Por razão de negociações, o consórcio AIOC pagou vinte milhões de dólares para a empresa responsável pela água mineral para minimizar possíveis impactos negativos do projeto. (Yergin, 2014). No entanto, destaca-se a relevância da atuação desses atores. Em 2004, devido à pressão pública, o Ministro do Meio Ambiente Georgiano chegou a impor duas semanas de suspensão das obras do oleoduto em razão das questões ambientais e de segurança (Dufey, 2009).

limitado. Além disso, Moscou, de maneira extraoficial, considerava o petróleo de Tengiz como seu devido ao envolvimento direto soviético no descobrimento e primeiros movimentos exploratórios na região (Yergin, 2014). Assim, o interesse do país no período era o de garantir o maior controle e os maiores benefícios em relação à Tengiz.

Dentro da perspectiva do Cazaquistão, era urgente que a produção em Tengiz fosse escoada. A situação econômica do país sofrera uma degradação relevante na década de 1990 e o petróleo de Tengiz era visto como uma segurança financeira para o país. Contudo, o governo cazaquistãoês vinha enfrentando dificuldades para consolidar um projeto de oleoduto para uma produção que ainda estava em um estágio inicial. Ainda em 1992, o país enfrentava um momento desafiador de adaptação como república independente. Considerando deter pouco *know-how* no mercado energético, o governo do Cazaquistão buscou apoio de um empresário famoso no ramo, John Deuss (Yergin, 2014; Levine, 2007). O empresário, de reputação controversa, tinha laços com o governo de Omã e prometeu conseguir rapidamente um acordo para o oleoduto. Assim, tão logo o acordo fundante sobre Tengiz foi assinado, em 1992, também foi acordado entre o Cazaquistão e o Sultanato de Omã o estabelecimento do *Caspian Pipeline Consortium* (CPC).

A joint-venture foi estabelecida como a responsável pela construção do oleoduto para o escoamento da produção em Tengiz e um mês depois a Rússia se juntou ao consórcio – ainda que sem grandes movimentações nesse primeiro momento. Importa notar aqui que poucas informações foram encontradas acerca da participação da Rússia nesse primeiro momento. O que se encontrou, a partir de Levine (2007) foi que a Rússia foi incorporada a partir de negociações realizadas por Deuss que buscaram outros parceiros, incluindo o Azerbaijão e a Chevron. No entanto, o empresário e a Chevron divergiram em vários aspectos do projeto (United States, 2013b) e após seguidas frustrações o Cazaquistão optou por retirar de Deuss a permissão para negociação do oleoduto (Yergin, 2014, p.59).

Após essa série de decisões duvidosas sobre parcerias para a negociação dos direitos do oleoduto, os Estados Unidos passaram a se preocupar com a situação no Cazaquistão, então seu maior parceiro comercial na Ásia Central (Nanay, 2000). Uma produção de cerca de 100 mil barris por dia estava sendo escoada para Baku por meio de navios-petroleiros, o que sobrecarregou o sistema ferroviário do Azerbaijão e da Geórgia que estava sendo utilizado para levar o óleo para o mar Negro. Além disso, a Chevron também alugava 6 mil vagões tanques russos para levar outra parte da produção de trem até o porto ucraniano de Odessa, no mar Negro. Estava claro que um oleoduto precisava ser construído com urgência e os estadunidenses

se tornaram a favor de uma rota russa para o duto (Yergin, 2014, p. 59). Era melhor garantir alguma capacidade econômica para o Cazaquistão do que nenhuma.

Os EUA então se propuseram a dialogar com a Rússia sobre o assunto (Estados Unidos, 1994; United States, 2013b). Em uma série de encontros entre o vice-presidente, Al Gore, e o premier russo, Viktor Chernomyrdin, o tópico veio à tona. Nos primeiros encontros, foram destacadas a dificuldade na definição da rota e a relutância do governo cazaquistânês em aceitar a entrada russa no negócio. No caso do percurso a ser escolhido, existia uma preocupação legítima quanto à segurança de um duto que passasse pela Chechênia, berço de um forte movimento separatista dentro do território russo. No entanto, a outra opção aventada, através de Novorossiysk, tinha um orçamento doze bilhões de dólares mais custoso em relação à primeira alternativa. Mesmo assim, o segundo caminho tinha a preferência dos americanos e negociações foram realizadas para convencer os russos do investimento. A Rússia tinha interesse no projeto, mas a urgência de cazaquistâneses e americanos abria uma janela de oportunidade para os russos obterem maiores vantagens no negócio. Após negociações, o Cazaquistão concedeu ceder 5% das suas ações no consórcio *TengizChevroil* para uma parceria entre a *Lukoil* e a americana *ARCO*. A partir dali a Rússia estaria envolvida na exploração do campo e no transporte de sua produção (Yergin, 2014).

Além da negociação com a Rússia, outras parcerias também foram cogitadas. Após infrutíferas tentativas de participação no processo de capitalização da CPC, a americana Mobil também se interessou pelo campo de Tengiz. Após negociações, foi atingido um acordo e a Mobil pagou adiantado um bilhão de dólares por 25% das ações do consórcio de Tengiz. Tal porcentagem foi cedida pela KazakhOil que então passou a deter 20% das ações da empresa. Com tais acordos e a capitalização, em 1996 foi oficializada a reestruturação da CPC. A partir de então, as ações da CPC seriam redistribuídas de forma igualitária entre o Cazaquistão, Omã e Rússia. Todos os países arcariam com os custos da construção do novo oleoduto — ao valor de 2,6 bilhões de dólares — e a Rússia e o Cazaquistão facilitariam a passagem do oleoduto pelos seus territórios (Yergin, 2014, p.59).

Entre 1998 e 1999 as negociações nas localidades onde o oleoduto passaria foram finalizadas. No mesmo período também o projeto do oleoduto Tengiz-Novorossiysk (CPC) obteve pareceres técnicos e econômicos positivos das comissões de especialistas russos (Caspian Pipeline..., 2024). Assim, em maio de 1999 começou a ser construído o sistema de dutos do CPC que foi inaugurado dois anos depois, em novembro de 2001. A partir de então, o Cazaquistão estava integrado ao mercado global de petróleo.

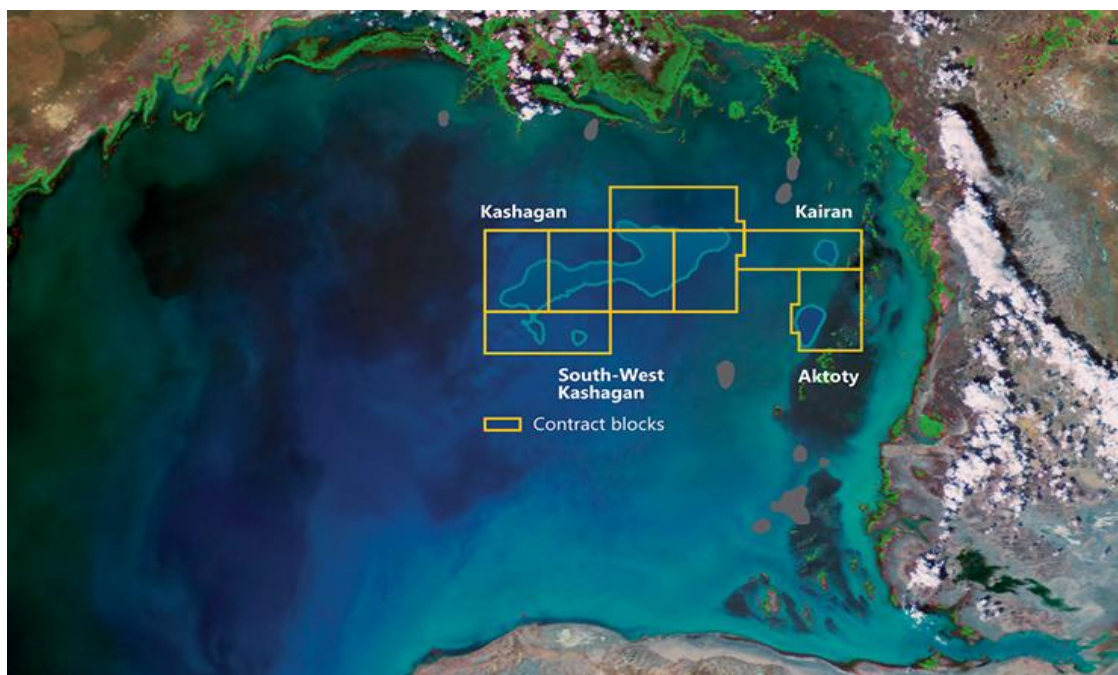
Durante a pesquisa sobre o CPC também foi notado que no fim da década de 1990 houve outros dois acordos relevantes envolvendo o Cazaquistão. Em 1997, o consórcio formado pela KazakhstanCaspiShelf e diversas companhias ocidentais havia terminado a pesquisa sísmica na região norte do mar Cáspio (NCOC, 2024). Os resultados foram positivos e no mesmo ano as empresas assinaram em Washington o North Caspian Sea Production Sharing Agreement (NCSPSA), com a presença do presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, e do vice-presidente americano, Al Gore (NCOC, 2024). O NCSPSA oficialmente concedia os direitos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo na região ao norte do Cáspio e no ano seguinte foi formado o consórcio internacional *OKIOC*¹⁰⁷¹⁰⁸ (*Offshore Kazakhstan International Operating Company N.V*) que seria o responsável por esse processo.

As operações começaram rapidamente e, em 2000, o megacampo de Kashagan voltou a ser os centros das atenções no Cazaquistão. A bacia englobava 4 campos menores e possuía reservas estimadas de até 13 bilhões de barris de petróleo (Yergin, 2014, p.60). Em comparação, o campo de Tengiz era muito menor. Contudo, o campo, descoberto ainda na década de 1960, não havia sido ainda explorado por conta de seus imensos desafios geográficos e geológicos. Os custos previstos envolviam a criação de uma tecnologia totalmente nova para a extração de petróleo enterrado a 4 quilômetros de profundidade e cercado por gases venenosos (Yergin, 2014). Portanto, não foi de se admirar que os valores estimados na fase inicial do projeto sobre o campo chegaram na casa dos 40 bilhões de dólares. Além desses contratempos, o projeto ainda foi alvo de questionamentos sobre possíveis violações ambientais no mar Cáspio. No entanto, nesse caso a mídia internacional especulou os questionamentos como uma pressão do governo cazaquistão para que as empresas envolvidas no consórcio fizessem concessões no projeto (Mouawad, 2007). Infelizmente, para os envolvidos no negócio, os desafios ainda não foram transpostos e o projeto enfrenta, nos dias atuais, atrasos e prejuízos operacionais que fizeram o governo do Cazaquistão buscar indenizações junto ao NCOC.

¹⁰⁷ O consórcio contou com a participação da italiana Agip (subsidiária da italiana ENI), das britânicas British Gas e British Petroleum; das americanas Mobil, Statoil; da anglo-holandesa Royal Dutch Shell (atualmente Shell); da francesa Total (hoje TotalEnergies) e da KazakhstanCaspiShelf (NCOC, 2024).

¹⁰⁸ Em 2009 outro consórcio seria formado para a manutenção do desenvolvimento do campo. A North Caspian Operating Company (NCOC) teria participação das americanas ExxonMobil e ConocoPhillips; a anglo-holandesa Royal Dutch Shell (atualmente Shell); a francesa TotalEnergies e japonesa Inpex.

Figura 1 – Megacampo de Kashagan



Fonte: NCOC, 2025

Por sua vez, o segundo acordo envolveu vetores novos no Cáspio. Em 1997, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), uma empresa estatal chinesa então pouco conhecida internacionalmente, adquiriu a maior parte da petrolífera cazaquistanesa Aktobe Munaigas. Além disso, a partir da oferta do Cazaquistão, a China se comprometeu com o país a construir o primeiro oleoduto para transportar petróleo da Ásia Central para a China¹⁰⁹ (Huasheng, 2016, p. 173). Essa rota desempenharia um papel fundamental no escoamento da produção dos campos prospectados no norte do Cáspio, conectando o porto de Atyrau à cidade chinesa de Alashankou, na província de Xinjiang (ver mapa 16). Até aquele momento a produção da empresa era de apenas 60 mil barris por dia, mas em 2014, ano de publicação da obra de Yergin (2014), a produção já havia sido duplicada, também possibilitada pela inauguração do oleoduto em 2005¹¹⁰. A inserção da China no Cáspio passou quase despercebida, mas inaugurava um sutil novo movimento da potência asiática no campo energético global.

¹⁰⁹ A possibilidade de aproximação com o Cazaquistão se deu a partir do encontro do chamado “Shanghai Five”, fórum multilateral entre Cazaquistão, China, Rússia, Tajiquistão e Quirguistão. O fórum – que em 2001 se tornaria a Organização de Cooperação de Shangai – foi iniciado em 1996 e garantiu para a China a oportunidade de um engajamento com os países da Ásia Central e a Rússia (Fingar, 2016, p.195).

¹¹⁰ O empreendimento sofreu com problemas para captação de recursos e questões relacionadas à garantia de conteúdo local na mão de obra empregada no projeto. Por isso, o oleoduto só entraria totalmente em funcionamento em 2005 (Kubicek, 2013, p.6).

Mapa 16 – A estratégia de exportação energética do Cazaquistão e seus dutos



Fonte: NCOC, 2016

Na fronteira ao sul do Cazaquistão, o Turcomenistão também se destacava como um potencial fornecedor de hidrocarbonetos após o colapso da URSS (Yergin, 2014). Apesar das reservas constritas de petróleo, havia gás natural o suficiente para atrair alguma atenção de empresas estrangeiras (Akiner, 2004, p.46). Em 1993, por exemplo, a empresa argentina Bidas obteve uma concessão para explorar gás no campo terrestre de Keimir, próximo da costa do Cáspio e da fronteira com o Irã (Akiner, 2004, p.46). Posteriormente, acordos foram firmados com outras empresas, onde também se destacam o *Cheleken Production Sharing Agreement* com o *Lamarg Energy Group* para o desenvolvimento de dois campos offshore no Cáspio. Por fim, em 1996, um acordo foi assinado com a Petronas, a empresa estatal de energia da Malásia, para o desenvolvimento de outros três grandes depósitos de petróleo e gás offshore (Barinov, Livonov e Shafag) (Akiner, 2004, p.46).

No entanto, o país enfrentava grandes desafios para exportar seu gás, já que era isolado geograficamente (Akiner, 2004, p.46; Yergin, 2014, p.61) e suas rotas de dutos, construídas para servir ao mercado soviético, direcionavam-se ao norte, para a Rússia. Até então, o maior sistema de gasodutos do país era o *Central Asia-Center Gas Pipeline* que, construído entre os anos 1960 e 1980, conectava o país ao Oblast de Moscou passando pelo Uzbequistão e pelo

Cazaquistão¹¹¹. Essa característica das rotas do Turcomenistão se tornou um problema quando as importações russas foram abruptamente interrompidas em 1993 (Yergin, 2014; Levine, 1997b). A manobra foi realizada em meio a discordâncias entre os dois países sobre os valores a serem pagos na taxa de trânsito que a Rússia recebia por fazer parte da rota que transportava o gás natural turcomeno até a Europa e afetou severamente o Turcomenistão (Lemos, 2023; Vasánczki, 2011). Descrita por Levine (1997b) como reafirmação de poder regional, a interrupção do trânsito energético realizada pela estatal russa Gazprom (Lemos; 2023) fez com que o Turcomenistão sofresse com escassez de capital e decidisse buscar alternativas. Foi nesse contexto que surgiu a ideia de construir um duto Transcáspio.

A ideia do gasoduto Transcáspio foi sugerida pela primeira vez em 1996 pelos Estados Unidos. Na época, o governo Clinton mantinha-se interessado em garantir uma maior independência dos Estados cáspios por meio de alternativas de rotas de óleo e gás que escoassem a produção de Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão sem, no entanto, passar por Rússia e Irã. Dessa forma, uma rota que conectasse o lado leste ao lado oeste do Mar Cáspio parecia uma solução ideal para os interesses americanos. Assim, por diversas vezes ao longo da década de 1990, os EUA incentivaram publicamente que projetos de dutos transcáspios fossem elaborados e construídos, como fica claro no pronunciamento do porta-voz adjunto do Departamento de Estado, James Foley, em 1997:

‘We have made clear our intention to promote the delivery of Caspian oil and gas to international markets by non-Iranian routes such as trans-Caspian pipelines,’ he said. ‘We encourage our friends and allies to join us in this effort.’ (Levine, 1997b)

Com o incentivo americano, diversos estudos preliminares foram realizados para avaliar a viabilidade de um gasoduto que conectasse o Turcomenistão ou Cazaquistão ao Azerbaijão. Em 1998, dois movimentos importantes tiveram início. Em maio, os ministros de relações exteriores do Turcomenistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia e Turquia se reuniram em Istambul (Ministry..., 1998). No encontro, foi abordada a necessidade de construção de dutos transcáspios que conectassem o Cáucaso, o Cáspio e Ásia Central. Para isso, foi acordado que seriam realizados estudos de viabilidade para a implementação desses projetos. Além disso, os

¹¹¹ O sistema Central Asia-Center consiste em duas ramificações. A ramificação oriental (CAC-1, CAC-2, CAC-4, CAC-5) parte de campos de gás no leste do Turcomenistão em direção à Rússia enquanto uma outra rota auxiliar, a CAC3, parte da cidade litorânea de Okarem e margeia o litoral Cáspio até o Cazaquistão. As duas ramificações se encontram no oeste do Cazaquistão e seguem para o norte, onde se conectam ao sistema russo de gasodutos de gás natural (Lee, 2017). O Turcomenistão utilizava principalmente a ramificação oriental para exportar seu gás anualmente para a Rússia já que a rota cáspia tinha uma capacidade mais limitada (Milov, 2011).

ministros destacaram a importância de garantir a segurança das rotas, minimizar impactos ambientais e criar um ambiente atrativo para investimentos (Ministry..., 1998). Aqui, destaca-se a relevância da menção a proteção ambiental no comunicado realizado pelos países. Isso se deve às posições russas e iranianas quanto ao impacto ambiental do desenvolvimento do Mar Cáspio que eram tradicionalmente usadas como ferramentas retóricas para a oposição dos países à construção de gasodutos transcáspios (Cordesman, 2000, p.15).

Em dezembro, por sua vez, as empresas Chevron, Royal Dutch Shell e Mobil iniciaram estudos de viabilidade para a construção de um oleoduto e de um gasoduto que conectassem Aktau a Baku (REID, 1998). No entanto, e conforme citado previamente, em 1999 os entraves em relação ao projeto CPC foram superados e sua implementação teve início, o que diminuiu consideravelmente o interesse do Cazaquistão em ambos os movimentos (Parkhomchik, 2017). Nos anos seguintes o Cazaquistão focaria seus esforços na construção do CPC.

Em 1999, ocorreria o passo que deveria ser decisivo. No mesmo encontro multilateral onde houve a assinatura do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan, os presidentes do Turcomenistão, Azerbaijão, Geórgia e Turquia assinaram uma Declaração Intergovernamental para a construção do gasoduto (Transcaspian..., 1999). Na carta ainda havia a precisão de que o duto que transportaria gás natural do Turcomenistão até a Turquia, via Azerbaijão e Geórgia, tinha um valor estimado em 3 bilhões e seria operado pela joint-venture americana PSG¹¹², com apoio da Royal Dutch Shell (United States, 1999a). Além da carta, os presidentes do Turcomenistão e Turquia ainda assinaram um acordo bilateral para a venda de 30 bcm/ano de gás natural que deveria ser transportado a partir de 2002 pelo novo gasoduto. Desse volume, 14bcm anuais estavam previstos para serem enviados para a Europa (Transcaspian..., 1999).

Parecia o culminar dos esforços americanos para inserção no mar Cáspio. Ainda que o acordo para transporte energético e para o gasoduto não suprissem as necessidades europeias, seria a partir dele a construção de toda uma rede de transporte energético na região que garantiria a diversificação da oferta de energia e diminuiria a influência russa no espaço cáspio. A relevância do projeto, assim como o Baku-Tbilisi-Ceyhan, era tamanha que a cerimônia de assinatura em Istambul contou com a presença do presidente Bill Clinton. Na cerimônia, o presidente americano ainda realizou um discurso onde ressaltou a importância multidimensional do Cáspio, enfatizando quatro razões principais para o apoio dos Estados Unidos aos projetos assinados (United States, 1999b):

¹¹² A PSG International Ltd. era uma joint venture das empresas americanas Bechtel Enterprises Inc. e GE Capital Structured Finance Group.

- Fortalecimento da independência dos estados recém-independentes e construção de uma conexão entre a Ásia Central e o Ocidente;
- Promoção dos laços econômicos e comerciais em detrimento de rivalidades políticas;
- Diversificação e garantia da segurança do suprimento global de energia e;
- Proteção do meio ambiente, particularmente o estreito de Bósforo.

Ele também reiterou o compromisso dos Estados Unidos em fomentar projetos na região, ressaltando o papel das agências governamentais americanas na viabilização do financiamento comercial, bem como o envolvimento direto de empresas do setor energético. (United States, 1999b). O discurso foi concluído com otimismo e revisitações históricas, com o presidente Clinton comentando sobre o potencial da região para iluminar o futuro global, assim como havia feito no passado.

O projeto, no entanto, nunca avançou além dessa fase de intenções e a bibliografia sobre o tema aponta diversas causas. Primeiro, Kubiack (2013) aponta como uma das causas a recusa do governo do Turcomenistão em proporcionar um clima de investimento aceitável para investidores estrangeiros. Segundo o autor (2013, p.6), o presidente Saparmurat Niyazov (mais conhecido como "Turkmenbashi") não conquistou a simpatia de Washington nem dos investidores americanos após colocar dúvidas sobre o projeto no início de 2000 – possivelmente buscando uma maximização dos lucros para o Turcomenistão (Prospects...,1999). Ainda assim, houve um esforço para convencer o país a aderir definitivamente ao gasoduto Transcáspio. No entanto, Kubiack (2013, p.6) e outras reportagens especializadas (Prospects...,1999) do período apontam outros fatores como inviabilizadores do projeto.

Dentre as questões citadas, as tensões geopolíticas envolvendo países do cáspio, as disputas legais sobre o leito do Mar Cáspio, questões ambientais e concorrência de outros gasodutos na região. Rússia e Irã se movimentaram para impedir a realização do projeto realizando diferentes movimentos. Enquanto Moscou propôs um novo acordo para envio de gás turcomeno para a Rússia, colocando-se como um concorrente ao gasoduto Transcáspio, o Irã publicamente se opôs ao projeto alegando (1) e a questão não resolvida sobre o status legal do mar Cáspio e (2) questões ambientais como ameaças a diversas espécies de peixes e aves regionais. Além disso, o ministro das Relações Exteriores, Mohammed Hossein Adeli ainda apontou as inconsistências econômicas do projeto. A questão econômica era, de fato, permeada por incertezas. Até 1999, a produção anual de gás do Turcomenistão alcançava a marca de 23bcm, enquanto os acordos para transporte de gás estavam na casa dos 30bcm. Por fim, fatores

como a falta de consenso entre os países envolvidos e a atuação do presidente turcomeno enfraqueceram o projeto e impediram a sua implementação (Prospects...,1999; Kubicek, 2013).

Além do projeto do duto Transcáspio, também surgiram os projetos do gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI) e do oleoduto da Ásia Central (*Central Asia Oil Pipeline* ou CAOP na sigla em inglês) que foram planejados para conectar os campos de gás e petróleo do país a mercados internacionais através do Afeganistão, Paquistão e, eventualmente, Índia (Yergin, 2014). Esses projetos foram apoiados pela Unocal, uma empresa americana que via grande potencial no fornecimento de energia para regiões em crescimento, principalmente para mercados asiáticos, como Japão e Coreia do Sul. Na visão da empresa, além da questão econômica que poderia leva-la a integrar o seleto grupo das maiores empresas do setor, o movimento em direção ao Oceano Índico (Yergin, 2014) diversificaria as rotas energéticas, diminuindo a dependência da Rússia.

Entretanto, tais projetos exigiriam um enorme esforço para saírem do papel. O TAPI e o CAOP poderiam parecer soluções atrativas financeiramente, mas na realidade haviam obstáculos significativos para ambos, incluindo desafios geopolíticos e a insegurança regional. Os projetos, que eram uma tentativa de criar rotas alternativas de exportação para o gás natural e petróleo turcomenos, não se concretizaram na ocasião. A visão da Unocal, que esperava que esses dutos viabilizassem importantes fontes de energia para os mercados asiáticos, refletia a percepção de que a Ásia Central tinha um enorme potencial de crescimento no século XXI. No entanto, o governo americano – um possível apoiador dos projetos – parecia mais interessado nos projetos no Azerbaijão e no Cazaquistão (Yergin, 2014; Kubicek, 2013, p.5-6). Além disso, eventos no período de negociações provariam que eram justificados os riscos associados a esses projetos, particularmente em relação à insegurança no Afeganistão¹¹³. Assim, em 1998 a Unocal desistiria dos projetos e o Turcomenistão teria de lidar com a relação de dependência com a Rússia nos anos seguintes.

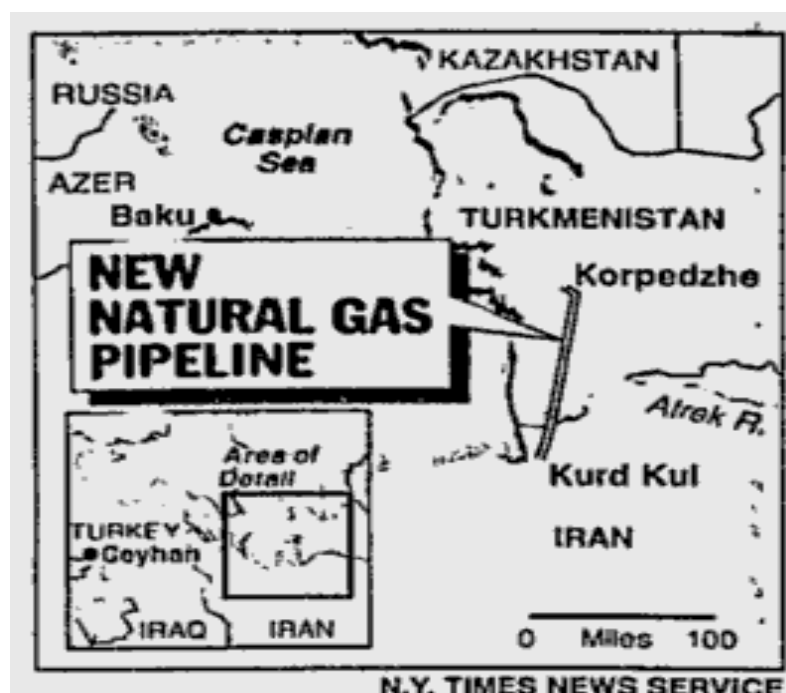
Por fim, o Irã teve dificuldades em transpor os obstáculos inseridos nas políticas do Cáspio nos anos 1990. Nas negociações em relação ao status legal do mar Cáspio, o país tinha interesse no estabelecimento de um condomínio para expandir suas chances de exploração. No entanto, sua proposta foi antagonizada por parte dos países e o acordo entre a Rússia e o Cazaquistão tornaria suas ambições ainda mais complicadas. Além disso, o país ainda teve de

¹¹³ Dois ataques terroristas no Quênia e na Tanzânia em 1998 haviam sido organizados diretamente do Afeganistão pelo grupo terrorista Al Qaeda. Assim, no mesmo ano os EUA responderam aos ataques com mísseis de cruzeiro a um suposto campo de treinamento da Al- Qaeda no Afeganistão. Ambos os movimentos confirmariam o temor sobre a insegurança no país até mesmo para a Unocal (Yergin, 2014).

lidar com as sanções e a diplomacia americana que afastaram possíveis parceiros estrangeiros (Kubicek, 2013, p. 7). Contudo, mesmo com uma área de exploração offshore limitada, o Irã buscou participar da diplomacia dos dutos. Por diversas ocasiões o país buscou atrair outros parceiros, entre eles os países do Cáspio, para desenvolver conjuntamente novas rotas de transporte regionais ao sul que seriam menos custosas e mais vantajosas financeiramente (Kubicek, 2013, p.7; Levine, 1997b). Ademais, também concentrou investimentos na ampliação da capacidade de seus portos e de refinarias em Neka, no Mar Cáspio (Kubicek, 2013, p.7).

A busca pela inserção na Corrida pelo Cáspio teve pelo menos uma considerável vitória. Em dezembro de 1997, o presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, e o presidente do Irã, Mohammad Khatami, celebraram a abertura do gasoduto Korpedzhe-KordKuy. O duto de 200 quilômetros conecta o campo de Korpedzhe, localizado ao norte da cidade de Orakem, nas proximidades do mar Cáspio, à KordKuy, no Golestão iraniano, uma região com boa prospecção para bens naturais (ver mapa 17) O projeto foi alvo de críticas dos Estados Unidos e, segundo Levine (1997b), a finalização do projeto representou uma pequena ferida na capacidade estadunidense de isolar o Irã por suas conexões com grupos terroristas e seu projeto nuclear.

Mapa 17 – O gasoduto Korpedzhe-KordKui



Fonte: Levine, 1997a¹¹⁴

¹¹⁴ Apesar da fonte original, a matéria do The New York Times, estar disponível online, a presente versão do mapa só pôde ser encontrada nos arquivos de outro jornal, o Sarasota Herald Tribune. Ainda cabe esclarecer que a

Ainda sobre o gasoduto Korpedzhe-KordKui, na época da inauguração, sua capacidade de transporte foi estimada entre 4 e 12 bilhões de metros cúbicos de gás por ano, mas já haviam planos para a duplicação da capacidade de distribuição, algo que ocorreu ainda na primeira década do século XXI (BBC News, 1997; Levine, 1997b). O projeto de 195 milhões de dólares representou uma parceria estratégica entre Irã e Turcomenistão, onde Teerã financiou todas as obras em troca de mais de um ano de gás natural turcomeno (Levine, 1997B). Além disso, o gasoduto foi planejado para ser a primeira seção de uma rota maior que conectaria o Irã à Turquia (BBC News, 1997). De fato, em 2001 foi comissionado um gasoduto com essas características, que ligaria a cidade de Tabriz, no noroeste iraniano, até a cidade de Ankara, capital turca.

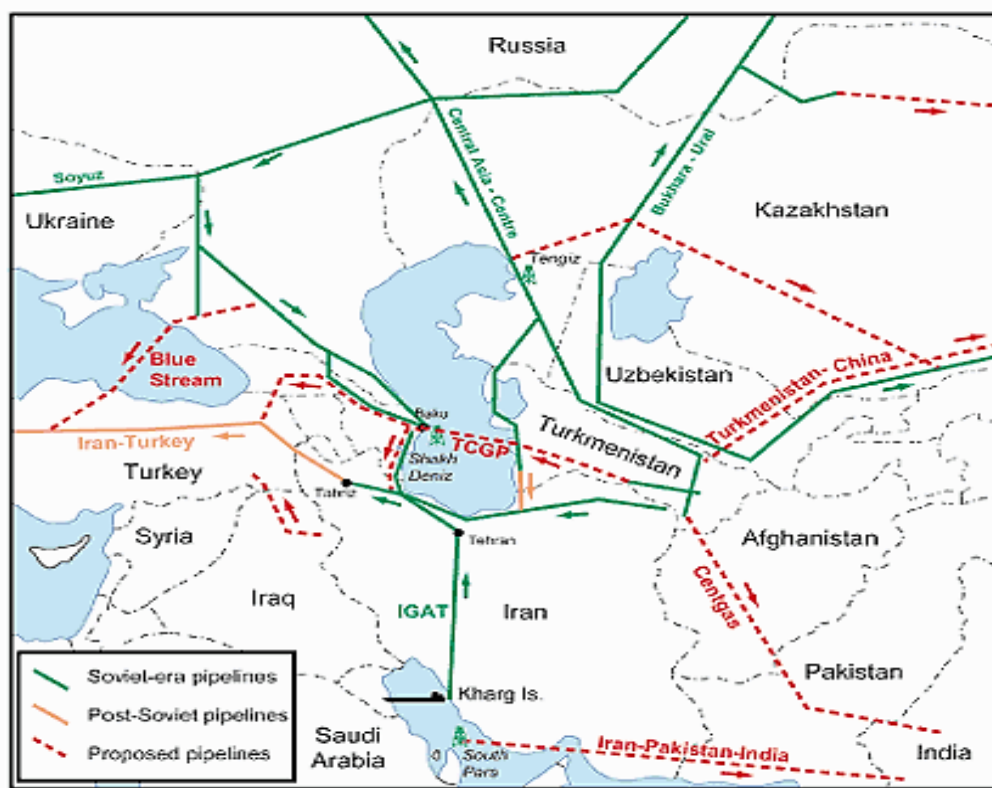
A construção do gasoduto começou em 1996 e ele chegou a ser inaugurado em julho de 2001. O gasoduto Tabriz-Ankara foi uma peça importante para tornar o Irã o segundo maior fornecedor de gás natural da Turquia (Update..., 2007). No entanto, a construção – e seus fluxos – também sofreriam com as inseguranças e instabilidades regionais. Em diversas ocasiões sua infraestrutura sofreu ataques por parte de combatentes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão¹¹⁵ (*Parti Karkerani Kurdistan* em curdo ou PKK) (Update..., 2007). Em outros – diversos – momentos, o fornecimento de gás foi interrompido devido ao corte no fornecimento vindo do Turcomenistão. Na maioria dos casos os cortes (ou suas ameaças) ocorreram em meio a negociações pelo preço do gás natural (Turkmenistan..., 2017; RFERL, 2018). Finalmente, também já foram registrados casos de interrupções de fornecimento causados por condições climáticas adversas, especialmente no inverno (Update..., 2008).

matéria publicada no Sarasota Herald Tribune, um jornal da Flórida, é exatamente a mesma publicada no The New York Times e ambas foram publicadas no mesmo dia. Assim, ambas as matérias foram referenciadas na bibliografia da pesquisa.

¹¹⁵ O Partido dos Trabalhadores do Curdistão, ou PKK, é um movimento político-social e militar transnacional organizado, de cunho nacionalista, que tem como alguns de seus objetivos principais a libertação e proteção do povo curdo na Eurásia, assim como o estabelecimento de um Estado curdo independente. Na percepção de Abdullah Öcalan, fundador do partido, o “PKK pode ser descrito como um movimento político prático. Ele define seus objetivos analisando as características do capitalismo (moldadas no século XX) assim como a atual situação do Curdistão e, em seguida, age de acordo com os parâmetros dessas análises. [...] O PKK é a mistura de uma estrutura socialista incompleta e uma identidade incompleta, clássica do Oriente Médio. (Öcalan, 2011)”. No entanto, devido suas ambições políticas e intervenções/ações militares, o PKK já foi considerado por diversos países e instituições como uma organização terrorista, como a Turquia, Estados Unidos e União Europeia (República da Turquia, 2024). Para a Turquia, por exemplo, a ideologia do PKK é baseada no marxismo-leninismo revolucionário, no nacionalismo étnico separatista e o partido tem envolvimento com tráfico de armas e de drogas (República da Turquia, 2024).

Mapa 18 – Gasodutos na Bacia do Mar Cáspio

Gas pipelines in the Caspian region



Courtesy of Center for Global Energy Studies

Fonte: Mathieu; Shiells¹¹⁶, 2002

A década de 1990 terminava, assim, em meio a um cenário de grandes transformações, mas também de muitas incertezas – tanto para o Cáspio quanto para o seu setor energético. A dissolução da URSS reconfigurou o mapa regional, reestruturando relações e modificando como o Cáspio era percebido, tanto por seus habitantes quanto por atores externos. Oportunidades surgiram, mas desafios também. Houve perspectiva de independência e consolidação nacional para os novos Estados, assim como de novas fronteiras econômicas a serem ultrapassadas com parcerias que outrora estiveram fora do alcance. Porém disputas regionais e hegemônicas nos mais diversos campos (inclusive o jurídico), além de conflitos étnicos e desafios de ordem política, econômica e social não previstos também existiram. Toda essa teia de acontecimentos tornou o Cáspio, e principalmente o seu setor energético, uma região de incertezas, onde esperança e frustração muitas vezes caminharam lado a lado. Por fim, o último ano do século ainda traria mais um grande evento transformador para a região.

¹¹⁶ O mapa é atribuído ao Center for Global Energy Studies, porém não foi possível encontrar a fonte original. Portanto, foi inserida a fonte secundária do mapa.

Em 2000 as eleições russas anunciaram a troca de poder presidencial e a partir dali, não apenas a Rússia, mas o cenário regional também seria impactado.

5 AS ESTRATÉGICAS DAS GRANDES POTÊNCIAS E OS IMPACTOS REGIONAIS NO SÉCULO XXI (2000-2022)

5.1 A reorganização russa e sua “reinserção” no Cáspio

Em que pese a relativa capacidade diplomática e estratégica nos assuntos cáspios, a Rússia vivia momentos difíceis ao fim da década de 1990. Ainda no início da década, a renúncia preemptiva de Gorbachev e o colapso da URSS criaram um panorama de indefinições regionais, culminando na criação de quinze novas repúblicas de diferentes tamanhos e capacidades de poder. Entre elas, a Rússia emergiu como a herdeira legítima de um complexo legado soviético, no qual ativos materiais – como território, infraestrutura econômica, capacidades militares etc. – permaneceram em grande parte sob o controle da Federação Russa. No entanto, junto desses recursos, o país também herdou os problemas e limitações do extinto Estado. Como consequência, ao longo da década de 1990, o país enfrentou uma profunda crise política, econômica e social, cujas raízes remontavam à década anterior. Nesse contexto, o setor energético, um dos mais – senão o mais – relevantes para a economia russa também sofreu com os impactos desse cenário.

Naquele momento, a Rússia era a representação máxima de uma reconfiguração da ordem internacional (Lemos, 2018) onde, após a dissolução da URSS, os Estados Unidos haviam afirmado sua hegemonia em escala global. Durante os anos 1990, o país – guiado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – havia passado por um intenso processo de transição, com reformas para construir práticas consideradas mais democráticas no campo político e estabelecer uma economia capitalista liberal (Chenoy; Kumar, 2017, p.154-155). No caso do setor econômico, em especial, esse movimento foi realizado de forma extremamente veloz, com rápidas privatizações, desregulamentação do mercado e a busca pela atração de capital e empresas estrangeiras para o país (Chenoy; Kumar, 2017; Fuser; Bunder, 2018, p.141). Contudo, as medidas não surtiram os efeitos desejados. No caso das privatizações, é possível observar que parte relevante do setor produtivo nacional foi deixado nas mãos de oligarcas¹¹⁷ que se utilizavam de lobby e outros mecanismos para diminuir (ou mesmo evadirem) a carga

¹¹⁷ O processo de privatizações, construído para acelerar o processo de transição para o capitalismo, passou por duas fases. Na primeira a população foi envolvida no processo pelo governo que buscava aprovação da proposta privatista. Na segunda, onde os negócios mais lucrativos dos setores estratégicos do país foram envolvidos, não. Nessa etapa, que foi subdividida em outras duas, houve um movimento de transferência de grandes empresas para seus direitos/burocratas e outro onde o governo entregou fatias acionárias de grandes companhias do país em troca de empréstimos. Assim como na sub-etapa anterior, nesse último processo também foram envolvidas empresas de óleo e gás do país que passaram para o controle de bancos por meio de leilões com valores abaixo do preço de mercado (Schutte, 2010, p.16; Fuser; Bunder, 2018, p.3)

tributária a eles imputada (Fuser; Bunder, 2018, p.143). Esse processo gerou um grande déficit na captação tributária pública e, consequentemente, nas contas governamentais.

Para agravar a situação, a maior parte dos novos proprietários das principais companhias responsáveis pela produção de riqueza russa – exatamente o setor de óleo e gás – não possuíam experiência prévia na área. Assim, a produção desses hidrocarbonetos decaiu mais de 60% durante os anos 1990, caindo de 11 milhões de barris por dia em 1987 para cerca de 6 milhões em 1996 (Schutte, 2010, p.17). Ao passo em que isso ocorria, o valor internacional de petróleo também se mantinha baixo, o que intensificou os problemas financeiros russos. O país passou a acumular déficit fiscal e, para obter capital, voltou-se para os empréstimos de curto prazo onde bancos compravam títulos públicos por meio da captação nos mercados internacionais (Schutte, 2010, p.19).

As questões supracitadas resultaram em uma relevante retração do PIB russo, acompanhada de uma depreciação de indicadores da vida socioeconômica da população. Entre 1991 e 1998, houve um significativo aumento da pobreza (Fuser; Bunder, 2018), queda no consumo interno, crescimento da desigualdade e diminuição da expectativa de vida no país (Schutte, 2010, p.17). O cenário era problemático, mas o evento que desencadeou uma profunda crise nacional ocorreu apenas em 1997.

Em 1997 a grave crise que assolou boa parte da Ásia impactou a Rússia por meio da queda dos preços das commodities e a fuga de capitais. Dadas essas condições e a situação fiscal e bancária no país, houve uma desvalorização importante do rublo, a moeda nacional russa. Em agosto de 1998, o governo declarou a moratória da dívida interna e externa, o que agravou ainda mais a situação. No mesmo ano a Rússia registraria quedas de 5% do PIB e de 39% da bolsa de valores e a crise financeira extrapolou para o campo político (Schutte, 2010, p.19). Entre 1998 e 1999, o presidente Yeltsin trocava três vezes de primeiro-ministro até, por fim, renunciar à presidência no dia 31 de dezembro. Por força constitucional, o então primeiro-ministro do país, Vladimir Putin, tornou-se presidente, mudando novamente o curso da história russa.

Entre o fim de 1991 e 1999, a vida de Vladimir Putin se transformaria e com ela os rumos da Federação Russa também. Uma série de eventos fortuitos no período levaram Putin, um ex-oficial do Comitê de Segurança do Estado soviético (Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti ou KGB), a se matricular no doutorado no Instituto de Mineração de São Petersburgo (Yergin, 2014, p.34-35). Foi nesse período, com a investidura nos estudos sobre bens naturais, que sua visão político-estratégica parece ter se solidificado. Segundo Yergin

(2014), as análises realizadas por Putin naquele período contribuíram para moldar sua perspectiva sobre o futuro da Rússia.

Em 1997, Putin defendeu sua dissertação em economia (*Kandidat Nauk*)¹¹⁸ que tinha como título: “*Mineral and Raw Materials Resources and the Development Strategy For The Russian Economy*” (traduzido para o inglês). Em 1999, ele publicou um artigo em um periódico do instituto abordando novamente o tema dos bens naturais minerais e expondo os resultados de sua pesquisa (Lemos, 2019, p. 39). Em tal artigo, o autor defendia que as reservas de petróleo e gás eram cruciais para a recuperação econômica do país. Além disso, Putin também destacou em seus estudos que esses recursos seriam fundamentais para integrar a Rússia à economia global, consolidando sua posição como uma "potência econômica de destaque" (Yergin, 2014). Para isso, e devido à sua relevância estratégica, esses recursos deveriam estar prioritariamente sob a supervisão do Estado, ou diretamente sob seu controle.

Quando o artigo foi publicado, o Vladimir Putin já havia se mudado de São Petesburgo para Moscou, onde rapidamente ascenderia na hierarquia pública russa até se tornar, de forma abrupta no último dia de 1999, o presidente interino da Rússia. Em maio de 2000, o presidente consolidou seu recém-conquistado poder ao vencer as eleições presidenciais, abrindo caminho para a implementação de sua visão para a Rússia. Em julho do mesmo ano, o novo presidente estabeleceu novas regras básicas para a oligarquia local durante uma reunião realizada no Kremlin (Yergin, 2014). A partir de então, eles poderiam manter seus ativos, mas não deveriam tentar exercer influência política ou, de algum outro modo, controlar as decisões políticas. Também foi a partir das eleições o novo presidente pôde implementar suas ideias sobre o setor energético, algo que transformou o setor energético russo nos anos seguintes.

Conforme citado anteriormente, o principal objetivo do presidente Putin ao vencer as eleições era o de restabelecer a Rússia como uma potência mundial moderna (Fuser; Bunder, 2018). Esse direcionamento do novo governo pode ser observado em diversas passagens espalhadas nas atualizações do “*Foreign Policy Concept of the Russian Federation*” (Russia Ministry of Foreign Affairs, 2000, 2008; 2013, 2016), o sistema guia da política externa russa. Dado o recorte temporal específico dessa etapa do texto, a pesquisa trouxe uma passagem do primeiro “*Foreign Policy Concept of the Russian Federation*” do governo Putin, conforme segue abaixo:

¹¹⁸ Segundo Lemos (2018, p. 39), a Kandidat Nauk é o primeiro de dois diplomas científicos em nível de doutorado em alguns países da antiga União Soviética.

Within the framework of this process, the main efforts should be directed towards attaining the following principal objectives: ensuring reliable security of the country and preserving and strengthening its sovereignty and territorial integrity and its strong and respected position in the world community that would best of all meet the interests of the Russian Federation as a great power and an influential center in the modern world and that are essential to the growth of its political, economic, intellectual and spiritual potential; (Russia Ministry of Foreign Affairs, 2000)

O interesse de Putin no reerguimento da Rússia não passava, no entanto, por reformas ocidentalizadas. Para o presidente, tanto a economia de mercado quanto a democracia russa deveriam ser construídas obedecendo às realidades e valores do país (Chenoy; Kumar, 2017, p.81). Dentre as visões do governo Putin sobre o país e como estabelecer sua administração¹¹⁹, a pesquisa destaca que, para alcançar o objetivo supracitado de recuperação do prestígio e poder internacional, o Kremlin buscou reerguer sua economia – e naturalmente o setor energético. Para isso, o governo russo utilizou-se de estratégias nacionalistas na economia, estatizando boa parte dos setores que foram outrora privatizados, especialmente o energético (Lemos, 2018; Fuser; Bunder, 2018). Esse processo também foi atrelado com embates contra oligarcas antagônicos ao governo, onde em ocasiões estes foram alvo de investigações e condenações por corrupção instauradas pelo judiciário russo.

A judicialização muitas vezes abriu o caminho para a estatização ou incorporação de empresas privatizadas ao aparato estatal, sendo o exemplo mais famoso o da condenação de Mikhail Khodorkovsky, proprietário da Yukos, uma das maiores empresas privadas de petróleo do país. Sua prisão em 2003 e posterior condenação por fraude fiscal, em 2005, foi o instrumento possibilitador da nacionalização da Yukos que foi absorvida pela estatal Rosneft (Yergin, 2014). Além disso, as investigações contra determinados oligarcas foram encapadas pelo governo como um combate à corrupção no país e apesar do caráter controverso das mesmas, elas foram bem recebidas pela população.

No campo tributário Putin também obteve vitórias significativas ao conseguir implementar reformas que possibilitaram ao governo russo fazer uma relevante captação de divisas. Essas reformas ainda ocorreram em um período de alta dos valores do petróleo no mercado mundial, o que produziu acúmulo de receitas e um consistente crescimento do Produto Interno Bruto russo entre 2003 e 2007. Com um cenário mais favorável, o governo russo foi

¹¹⁹ Para mais informações, ler Albuquerque (2019).

capaz de se organizar e pagar antecipadamente a dívida da década de 1990 que tinha com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como as dívidas do período soviético (Fuser; Bunder, 2018, p. 146).

Com a melhoria do cenário econômico e uma certa estabilidade política, o presidente Putin colocou em prática outras ideias e propostas, expostas em seu artigo de 1999 (Putin, 2006), para desenvolver o setor energético. Houve a criação de estímulos para novos investimentos no setor, além de um aumento do financiamento russo ao setor por meio de suas estatais (Fuser; Bunder, 2018, p.148); para Putin, o desenvolvimento tecnológico desse setor era essencial para o desenvolvimento russo (Putin, 2006). Os investimentos se provariam corretos no curto e no médio prazo e a produtividade e as exportações do setor energético voltariam a crescer na primeira década do século XXI (Appel, 2008, p.309). Tais condições favoráveis no setor energético permitiram que os hidrocarbonetos desempenhassem um papel central como instrumentos de política externa russa, para desenvolver a economia nacional, fortalecer parcerias regionais e consolidar sua posição global. Dentro do escopo desse mecanismo, se destaca o controle das rotas de transporte energéticas estratégicas (Russia Ministry of Foreign Affairs, 2000).

Conforme citado anteriormente, a Rússia fora a maior herdeira do legado da União Soviética. Isso significou que importantes oleodutos e gasodutos construídos durante o período soviético estavam significativamente vinculados à Rússia, especialmente por passarem por seu território. Tal condição representava um benefício estratégico para o país que, a partir disso, poderia obter vantagens comparativas no mercado energético (Lemos, 2018). Outra particularidade, mais controversa, dessa condição geográfica da distribuição de dutos na Eurásia era a capacidade de utilização do controle dos fluxos energéticos como uma ferramenta estratégica nas relações com outros países¹²⁰. Por certo, nos anos seguintes, esse panorama moldaria a sua relação com seus vizinhos e/ou parceiros comerciais, especialmente no Cáspio.

Embora as crises energéticas russo-georgiana de 2006 e russo-ucraniana entre 2005 e 2006 (Yergin, 2014; Lemos, 2023) não tenham ocorrido diretamente nos países do Cáspio, seus efeitos evidenciaram a vulnerabilidade dos fluxos energéticos na região. Na Geórgia, especialmente, a crise de 2006 foi indiretamente seguida pelos conflitos separatistas na Ossétia do Sul e na Abecásia que em 2008 culminaram em um conflito que envolveu a Rússia, os

¹²⁰ No período supracitado, a própria Rússia também enfrentava questões em relação ao trânsito de suas rotas e movimentos separatistas. No caso do duto Baku-Novorossiisk, ou rota *Early Oil*, havia a ameaça de interrupção nos fluxos devido a alguma incursão militar do movimento separatista da Chechênia. Assim, buscando evitar essas ameaças, em 2002 o Kremlin aprovou e conduziu a construção de um desvio da rota original do *Early Oil*, evitando a região chechena (Baev, 2011, p. 133).

movimentos separatistas e a Geórgia. O impacto da guerra na esfera energética foi a interrupção temporária das rotas Baku-Supsa e BTC em diferentes ocasiões.

Os episódios evidenciaram para o mundo a seriedade do projeto de proeminência russa na hierarquia do sistema internacional. O controle da infraestrutura regional e a manipulação dos fluxos energéticos representaram um alerta para os países envolvidos nos eventos, bem como ressaltaram os riscos geopolíticos associados à infraestrutura energética regional (Kubicek, 2013). Paralelamente, os movimentos estratégicos da Rússia continuaram nos anos seguintes. Dentro de um contexto onde havia uma orientação da política externa para a reafirmação de sua influência no seu entorno estratégico, o país atuou ativamente para reforçar sua posição como o principal condutor dos hidrocarbonetos do Cáspio. Nesse sentido, dois importantes projetos de interesse russo ganharam projeção. Em 2008, foi assinado por Cazaquistão e Rússia um memorando de ampliação do *Caspian Pipeline Consortium* (CPC) (Kubicek, 2013). A ampliação do projeto, aliás, fazia parte de um esforço russo por uma aproximação com os produtores cáspios e dela seguiu-se o acordo para envio do petróleo cazaquistânês por um outro duto que seria construído.

O duto a ser construído foi outro projeto de relevância encabeçado pela Rússia na época. Ele, na verdade, era um projeto datado da década de 1990, e ficou conhecido como o duto Burgas-Alexandroupoli (Kubicek, 2013, p.7). Apesar de não estar localizado no cáspio, o oleoduto foi projetado para transportar energia do cáspio até a Grécia, a partir de cargas que chegariam no porto de Burgas, na Bulgária. Parte de sua relevância residia na capacidade do oleoduto em evitar os congestionados estreitos turcos como o de Bósforo. No entanto, ao longo dos anos houve um afastamento político entre os possíveis parceiros, especialmente a Bulgária, e os envolvidos desistiram do projeto em 2013, o que representou um revés para a Rússia. Apesar da construção do oleoduto não ter sido viabilizada, a parceria comercial entre Cazaquistão e Rússia teve outros desenvolvimentos. Ambos os países ainda firmaram acordos de produção envolvendo campos de projeções produtivas relevantes como o de Kurmangazy, Tsentralnoye e Tyub-Karagan (Kubicek, 2013). Mas os avanços não se limitaram ao Cazaquistão.

Segundo o autor Richard Pomfret (2019, p. 148), o Turcomenistão representou um importante papel na estratégia energética russa nos anos 2000. O motivo era relativamente simples: a Rússia conseguia valores vantajosos em acordos de compra de gás com o país e, a partir disso, vendia seu próprio gás natural por valores mais altos para a Europa (Pomfret, 2019, p.148). Essa manobra era possível devido à disposição geográfica da logística de transportes no Cáspio que, conforme já citado, tornava os países da região dependentes dos oleodutos e

gasodutos russos. Essa característica foi continuamente explorada pela Rússia nos anos 2000 e, em 2005, o país celebraria um longo contrato de compra de gás natural turcomeno durante um período de 25 anos.

Kubicek (2023, p.8) indica que nesse novo contrato, a Rússia propôs – e conseguiu – acordar o pagamento de menos da metade do que a Europa pagava a ela pelo mesmo volume de gás natural. O autor ainda destaca que o comprometimento do Turcomenistão com o acordo, mesmo em condições aparentemente desfavoráveis, demonstrava que as razões para a concretização do negócio iam além da esfera econômica (Kubicek, 2023, p.8). Nesse sentido, a presente pesquisa sugere que a ausência de alternativas viáveis de rotas de transporte foi um fator determinante nesse contexto. Em que pese a capacidade de barganha russa e a ausência de rotas alternativas que garantissem valores mais atrativos para o Turcomenistão, o acordo oferecia alguns benefícios para o país. Os valores acordados com a Rússia haviam aumentado e a partir dos novos volumes acertados, o Turcomenistão poderia ampliar seu comércio energético em até dez vezes (Kubicek, 2023; Pomfret, 2019, p.148). Além disso, em 2007, Rússia, Cazaquistão e Turcomenistão anunciariam outros dois acordos, dessa vez para criação e posterior ampliação do gasoduto Prikaspiisky, aumentando consideravelmente a parcela de participação russa nas exportações turcomenas (Kubicek, 2023).

A rota Prikaspiisky, no entanto, não necessariamente representou uma vitória estratégica russa. Na verdade, ela representou novas condições de negociação a partir da inserção de um novo ator na região: a China. Após uma visita oficial do presidente turcomeno à Pequim, ambos os países haviam acordado a construção de um gasoduto que conectaria o Turcomenistão à China, diversificando pela primeira vez o trânsito energético do país centro-asiático. Com a chegada de um novo interessado no gás do Turcomenistão – fato que será abordado futuramente na pesquisa – a Rússia viu-se obrigada a aumentar as propostas de negócios para assegurar a parceria estratégica com Ashgabat. Assim nasceu o projeto do gasoduto Prikaspiisky que envolveria empresas russas.

Em 2007, a Rússia, o Turcomenistão e o Cazaquistão – país trânsito da rota – assinaram o acordo para construir o gasoduto que deveria transportar 10bcm ao ano desde a costa do Cáspio até o sistema russo de gasodutos. No entanto, após isso foi assinado um acordo de venda de gás natural entre Turcomenistão e China e a insegurança quanto à solidez da parceria energética russo-turcomena incitou, novamente, a Rússia a melhorar as condições para a construção do gasoduto. Em 2008, a estatal russa Gazprom aceitou negociar com o Turcomenistão os mesmos valores pelos quais negociava com a Europa. Em menos de 3 anos os valores do gás natural turcomeno saltariam de 65 dólares por mil metros cúbicos para uma

faixa de 200 a 300 dólares pelo mesmo volume negociado (Pomfret, 2019). Além disso, a Rússia ainda aceitou transferir um pacote de informações geológicas sobre as reservas turcomenas da era soviética que nunca fora compartilhado com Ashgabat.

A estratégia russa coincidiu com o período de recessão mundial e diminuição acentuada da demanda e dos valores praticados no setor energético e, em meio a um cenário onde a Rússia começava a ter prejuízos com o acordo, ocorreram explosões no gasoduto Central Asia-Center, o que suscitou acusações do Turcomenistão em relação à Gazprom (Turkmenistan..., 2009). Após isso, o projeto do novo gasoduto foi abandonado e o Turcomenistão buscou ativamente diversificar suas parcerias para exploração¹²¹ e produção de gás natural, especialmente porque suas novas reservas estavam situadas no mar Cáspio, sob condições complexas e custosas de exploração (Pomfret, 2019, p.150).

Do outro lado do Cáspio, a Rússia também encontrou no Azerbaijão um ponto de tensão no Cáspio. Mais próximo dos Estados Unidos desde os anos 1990, Baku se manteve relativamente mais disposto a negociar projetos energéticos com outros países. Seu lema, notoriamente conhecido nos ciclos de política energética e relações exteriores, era: “*Happiness is multiple pipelines*” (Baev, 2011, p. 132). Nesse sentido, a aproximação do governo azerbaijano da União Europeia e dos EUA se deu em um período onde uma parcela da Europa via seu fornecimento energético ameaçado pela estratégia de influência russa em seu entorno estratégico. Com sua segurança energética ameaçada, parte dos líderes europeus passaram a vocalizar o interesse na diversificação das fontes energéticas. Esse prenúncio de organização política foi apoiado pelos Estados Unidos, pelas petrolíferas ocidentais e de países interessados nessa diversificação como o próprio Turcomenistão. O cenário parecia ter se tornado propício para que novos e antigos projetos de oleodutos e gasodutos no Cáspio atraíssem atenções naquele período.

Com um panorama favorável, os movimentos foram se sucedendo rapidamente. Projetos como os gasodutos Baku-Tblisi-Erzurum, Nabucco e o TransCáspio, fundamentais para o plano europeu de diversificação energética, também foram propostos e repropostos aos países do Cáspio. Dentre esses, o caso do gasoduto Baku-Tbili-Erzurum era singular por envolver também a exploração do megacampo Shah Deniz que tivera suas reservas provadas ainda em 1999.

¹²¹ O Turcomenistão realizou um processo de aproximação diplomática com o Azerbaijão a partir de 2007 que resultou em uma proposta para exploração conjunta do campo de Serdar/Kapaz, localizado nas águas mais ao sul do mar Cáspio (Pomfret, 2019, p.150).

Entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, a exploração *offshore* próxima a Baku estava em seus melhores dias. O consórcio AIOC, coordenado pela BP, estava em vias de começar seus projetos para exploração do campo de petróleo ACG e a construção do oleoduto responsável pelo escoamento dessa produção, o BTC. Muito próximo a esse campo, outro grande projeto parecia pronto para ser desenvolvido. Próximo do campo de petróleo ACG, haviam sinais de que poderia existir outro campo de petróleo. A região, denominada Shah Deniz, foi alvo de negociações realizadas entre o governo azerbaijano e uma *joint-venture* não incorporada entre empresas de 6 países diferentes: a estatal azerbaijana SOCAR, britânica BP, a norueguesa Statoil, a francesa Total, a iraniana OIEC, a russa Lukoil e a turca TPAO. Depois de meses de negociações, o governo azerbaijano e a *joint-venture* não incorporada, administrada pela BP, assinaram o acordo para exploração e produção (PSA) do possível campo. Em 1999, viria a notícia (Ministry..., 2025): Shah Deniz não tinha petróleo, mas sim uma significativa quantidade de gás natural.

A partir da descoberta de 1,2 trilhões de metros cúbicos de gás natural (Ministry..., 2025), o que se seguiu foi uma nova rodada de negociações e uma definição de Baku: o megacampo de gás natural precisava de uma rota de escoamento para si. Rapidamente a BP, maior interessada no projeto, passou a dedicar a ele um interesse parecido ao dos projetos gêmeos de petróleo próximos à Shah Deniz (Akiner, 2004). O objetivo, portanto, era conseguir os direitos para exploração do gás natural em Shah Deniz e construir um gasoduto que escoasse essa produção em direção à Europa. Em pouco tempo, Azerbaijão e Turquia chegaram a um acordo para o envio de gás natural e, em 2003, a decisão formal pela construção do novo gasoduto que correria em linha paralela ao oleoduto BTC.

O gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE) ou *South Caucasus Pipeline* (SPC) (ver mapa 13) foi projetado para sair de Baku e chegar até a cidade turca de Erzurum em 2006, carregando 6,6bcm ao ano. No entanto, o projeto foi desenhado com uma capacidade expansível de até 30bcm/ano, uma quantidade que expandia as possibilidades de negócios para o Azerbaijão. O Azerbaijão tinha o objetivo de vender gás não apenas para a Turquia, mas também para o sul da Europa. Ainda em 2002, o país iniciou negociações com a Grécia para explorar essa possibilidade. O campo Shah Deniz, por si só, tinha capacidade suficiente para produzir 16 bcm/ano, mas o desafio principal era criar a infraestrutura necessária entre a Turquia e a Grécia, um obstáculo que estava sendo tratado pelos três países, com o apoio da União Europeia e dos Estados Unidos (Akiner, 2004; United States, 2003; USA..., 2003). A capacidade expansível da linha também levantava a possibilidade, ainda que remota, de que o gás do Turcomenistão pudesse, eventualmente, ser escoado para o ocidente por meio desse sistema (Akiner, 2004).

Refletindo o interesse de transportar o gás natural cáspio até a Europa e a necessidade de criação de infraestrutura para isso, criou-se o plano para o gasoduto Nabucco. Projetado em 2002, quando várias pequenas empresas europeias e a companhia turca BOTAS propuseram a construção do gasoduto de 3.900 km (Nanay, 2012), o projeto previa o transporte de 30 bcm/ano de gás do Cáspio, passando pela Turquia, Bulgária, Romênia e Hungria, até chegar à Áustria. No entanto, havia questões quanto à viabilidade do projeto. Ainda em agosto de 2007, os Estados Unidos investiram quase 2 milhões de dólares para a realização de estudos de viabilidade para a elaboração de um gasoduto Transcáspio que se conectaria com os gasodutos BTE e Nabucco (Pomfret, 2019, p.150). Apesar de não estar direcionada para o gasoduto Nabucco, de certa forma a realização pesquisa indicou que a viabilidade econômica desse duto gasoduto, com alta capacidade de fluxo energético, estava diretamente ligada à construção de um grande gasoduto Transcáspio vindo do Turcomenistão.

A capacidade de 30bcm/ano do projeto representava uma faca de dois gumes para o projeto. Por um lado, ela era um volume muito maior do que a capacidade azerbaijana, o que necessariamente implicava na necessidade da existência do gasoduto Transcáspio para a viabilidade financeira do projeto. Por outro, se bem analisado, o projeto não representava uma grande diversificação para a Europa. Os 30bcm/ano projetados representavam apenas 5% da demanda anual europeia. Assim, o impacto efetivo da rota seria pequeno enquanto a pressão no lado da sustentabilidade financeira do projeto era grande (Baev; Øverland, 2010).

Mesmo assim, os Estados Unidos – que viviam um cenário de política energética específico que será abordado na próxima seção – apoiaram fortemente o Nabucco, com diplomatas americanos pressionando o Azerbaijão a comprometer seu fornecimento de gás para o projeto (Nanay, 2012, p.351). Por outro lado, a Comissão Europeia concedeu ao Nabucco o status TEN-E¹²², mas curiosamente mostrou-se reticente em promover ativamente o gasoduto na região do Cáspio (Nanay, 2012, p.351). Essa posição dúbia manteve-se mesmo após a própria União Europeia lançar, em 2008, a iniciativa *Southern Gas Corridor*, criada para diversificar fornecedores e incentivar o trânsito não russo de gás do Cáspio e do Oriente Médio para a Europa, especialmente do Azerbaijão, mas com potencial para incluir também o Turcomenistão e o Iraque.

A esse cenário de entraves também pode ser adicionada a resposta russa ao projeto Nabucco. Compreendendo o impacto que a construção do gasoduto Nabucco traria para o seu

¹²² O status TEN-E (*Trans-European Networks for Energy*) é um enquadramento estabelecido pela Comissão Europeia para projetos de infraestrutura energética que são considerados essenciais para alcançar os objetivos de política energética da União Europeia.

próprio comércio, a Rússia respondeu com a intensificação de sua estratégia de influência (Baev; Øverland, 2010; Nanay, 2012, TARASOV, 2011). Para isso, Moscou se dispôs a reforçar negociações com países e empresas europeias para a construção de outros projetos de gasodutos conectando o país ao continente europeu (Tarasov, 2011, p.78). Além disso, também ofereceu à Europa acordos de gás com preços mais vantajosos em comparação com os de outrora. Desse movimento surgiram dois novos projetos que, apesar de não situados no Cáspio, estiveram parcialmente relacionados com as dinâmicas de cooperação e competição na região.

Os gasodutos Nord Stream e South Stream, assim como outras rotas, foram projetos criados no fim dos anos 1990 e que foram impulsionados novamente ao debate público a partir do cenário de múltiplos projetos e interesses na região (Baev; Øverland, 2010). Aqui, destaca-se que ambos os projetos tinham poucas semelhanças além de seu direcionamento para a Europa. O Nord Stream foi um planejamento levado a cabo ao longo dos anos 2010 e reforçou os laços comerciais entre Rússia e Europa. Em relação ao projeto South Stream, entende-se que seu planejamento foi traçado mais para contrabalancear o projeto Nabucco do que por sua viabilidade econômica. (Baev; Øverland, 2010; Nanay, 2012).

Ao passo em que o projeto do gasoduto Nabucco sofria reveses, a ideia de um gasoduto Transcáspio também enfrentava problemas. Primeiramente o Cazaquistão havia virado sido incluído como um alvo para o projeto. Esse evento ocorreu em meio ao falecimento do presidente turcomeno Saparmyrat Nyýazow, que foi sucedido por Gurbanguly Berdimuhamedow. Sob novo mandatário e compreendendo a concorrência do Cazaquistão, o novo governo do Turcomenistão mudou sua postura e passou reivindicar a inclusão no projeto. No entanto, mesmo com a investida em outro país, a situação em 2006 ainda era de disputas. De um lado, a União Europeia apoiava publicamente o projeto e o Comissário Europeu de Energia Andris Piebalgs, acompanhado de representantes das seis maiores companhias europeias de óleo e gás, realizou visitas ao Cazaquistão para garantir o apoio financeiro às pesquisas de viabilidade do projeto (EU..., 2006). De outro, em mais um movimento de contrabalanço, havia a supracitada proposta russa de 2007 para a expansão do gasoduto Central Asia-Center junto com a rota Prikaspiisky.

Conforme já citado, as negociações entre os três países foram rapidamente realizadas e ainda em 2007 o acordo foi finalizado e assinado. Ficara acordado então a revitalização do Central Asia-Center pipeline e a construção de uma rota paralela ao primeiro gasoduto, ampliando a capacidade do sistema em 12bcm/anuais (Konyrova, 2007). Ademais, também estavam previstos acordos de exploração offshore no Cazaquistão e no Turcomenistão, além do acerto entre ambos os países sobre as taxas de trânsito que o Cazaquistão deveria receber pelo

escoamento do gás natural turcomeno. Ademais da movimentação russa, o Irã também se manteria como um forte opositor do projeto (Iran...,2009). Entre 2008 e 2009 o país alegaria questões ecológicas e jurídicas para se opor ao gasoduto e começaria estudos de viabilidade para a construção de um duto nacional que, se construído, poderia levar gás natural do mar Cáspio até o Golfo Pérsico (Iran..., 2009). O ambiente regional resistente resultou em uma paralisação do projeto Transcáspio, vital para a viabilidade do projeto Nabucco.

Em relação às disputas com o Ocidente, de forma diferente do que em relação à China, a Rússia teve diplomacia eficiente e multifacetada que agiu em frentes distintas para garantir seus próprios interesses no Cáspio. Moscou conseguiu dividir a opinião de líderes europeus (Nanay, 2012), enfraqueceu a confiança europeia no projeto Nabucco e inviabilizou os dois mais relevantes projetos de diversificação da malha de transportes energéticos para a região. Após anos de negociações e de uma política europeia considerada pela autora Julia Nanay (Nanay, 2012) como ambivalente, o projeto Nabucco seria reduzido para um traçado apenas dentro da Europa. No entanto, a disputa pelas rotas regionais não seria finalizada ali.

Por volta de 2012 e 2013, dois importantes planos foram desenvolvidos na parte azerbaijana do Cáspio. Primeiro a BP começou a desenvolver um projeto de expansão do campo Shah Deniz, que ficaria conhecido como Shah Deniz fase 2. Ele, que seria acertado em 2013 de maneira oficial, permitiria a produção de 26 bilhões de metros cúbicos de gás natural ao ano (BP, 2025). De forma concomitante a isso, Azerbaijão e Turquia revelaram um plano que reacendeu as perspectivas para a iniciativa *Southern Gas Corridor*. Os dois países haviam acordado a construção de um novo gasoduto, o Trans-Anatolian Pipeline (TANAP), que conectaria o Azerbaijão à Turquia e abria a possibilidade de conexão com um novo gasoduto na Europa. O TANAP foi projetado para transportar 16 bcm/ano do campo de gás Shah Deniz, no Azerbaijão, até 2018, e expandir sua capacidade para 31 bcm/ano até 2026 (Nanay, 2012). Também no acordo foi acertado que a SOCAR, estatal azerbaijana, deteria a maior participação no TANAP, com 80%, enquanto as empresas estatais turcas BOTAS e TPAO dividiriam os 20% restantes. No entanto, para se conectar à Europa, era preciso mais do que apenas a construção do TANAP.

Em meio às inseguranças quanto ao novo projeto Nabucco, o Trans-Adriatic Pipeline (TAP) foi proposto por uma parceria de empresas de óleo e gás para atravessar a fronteira entre Turquia e a Grécia, além de passar pela Albânia e terminar na Itália. Com propostas diferentes, a decisão ficou a cargo do consórcio responsável pela exploração em Shah Deniz. Em 2013 viria a definição final, a rota escolhida foi a TAP (United States, 2013a). A partir de então, a

iniciativa Southern Gas Corridor (ver mapa 19 abaixo) estava definida e abria-se caminho para uma rota para a Europa que não passasse pela Rússia.

Mapa 19 – Southern Gas Corridor



Fonte: Azerbaijan, 2024

Do ponto de vista russo, as disputas e dinâmicas no setor energético do Mar Cáspio representaram tanto oportunidades quanto desafios estratégicos. Por um lado, a Rússia atuou de modo a fortalecer a sua posição como principal condutor de hidrocarbonetos da região, consolidando acordos com países do Cáspio, como o Cazaquistão e o Turcomenistão, e expandindo projetos como o Caspian Pipeline Consortium (CPC) e o Center Asia-Center. Esses esforços reforçaram os fluxos energéticos para a Ásia Central enquanto a Rússia mantinha uma estratégia de reforçar sua relevância como fornecedora de energia para a União Europeia, especialmente por meio de iniciativas como o Nord Stream e o South Stream¹²³.

Por outro lado, houve perdas significativas no cenário estratégico, exemplificadas pela construção do *Southern Gas Corridor*, que estabeleceu rotas alternativas para o gás do Cáspio em direção à Europa, contornando o território russo. A materialização desse projeto, incluindo a implementação do *Trans-Anatolian Pipeline* (TANAP) e do *Trans-Adriatic Pipeline* (TAP), visava diminuir a dependência europeia do gás russo. Ainda que ela tenha sido supervalorizada

¹²³ Em 2014, após o esfriamento do projeto Nabucco, a proposta do South Stream já servira ao seu propósito estratégico de contenção dos projetos ocidentais no Cáspio. A esse cenário somou-se a anexação da Crimeia naquele ano que tensionou as relações entre europeus e russos. Assim, o clima político para o projeto esfriou de vez e o empreendimento seria cancelado sem ter efetivamente avançado além do nível de negociações.

por líderes ocidentais e do mar Cáspio (Azerbaijão) (Bayramov, 2022, p.22), ela evidenciou a capacidade do Azerbaijão em diversificar suas exportações energéticas. Assim, enquanto a Rússia conseguiu reforçar algumas de suas parcerias regionais, o avanço de rotas alternativas desafiou seu controle sobre os fluxos energéticos na região.

Por fim, nesse cenário ainda é possível destacar as limitações da cooperação regional e internacional que são definidas também pelas dinâmicas de disputas regionais e globais que se deram no Cáspio. Projetos como os gasodutos Transcáspio, Nabucco e o da expansão do Central Asia-Center exemplificam tanto o potencial quanto as limitações da cooperação regional, moldados por disputas territoriais, internacionais e dinâmicas de dependência econômica. Diversos atores com interesses na região como Estados Unidos, Rússia, China, Turquia e União Europeia estiveram ativamente engajados em disputas e parcerias estratégicas que visavam garantir influência sobre os fluxos de energia, controle de infraestrutura e acesso aos valiosos recursos do Cáspio. Assim, no início do século XXI o Cáspio emergiu como uma arena central para a análise de interações estratégicas entre atores regionais e globais.

5.2 Os Estados Unidos e o reposicionamento ocidental no Cáspio

Conforme apontado anteriormente, entre a dissolução da URSS e a primeira década do século XXI, o Cáspio teve um papel relevante para as políticas energéticas das grandes potências globais. Nesse sentido, a proposta da presente seção é abordar o cenário político-econômico e energético americano e traçar relações entre a nova política energética americana no século XXI e as dinâmicas de cooperação e competição no mar Cáspio. Assim, a seção buscará compreender como os interesses estratégicos dos Estados Unidos moldaram as relações com os países da região e influenciaram as disputas e parcerias no contexto energético do Cáspio, ressaltando os impactos dessas dinâmicas para a geopolítica global.

O ano de 2001 foi um momento chave para a política energética dos Estados Unidos. A posse do presidente George W. Bush e de seu vice-presidente, Dick Cheney, inauguraria um mandato que reforçaria o caráter de prioridade governamental da segurança energética americana (Bahgat, 2013). Ambos, com vasta experiência e visões moldadas por suas atuações anteriores na indústria de óleo e gás, tinham o interesse em formular uma política energética mais robusta e eficiente para os Estados Unidos. Essa política deveria responder às vulnerabilidades crescentes que, na percepção dos políticos, comprometiam a segurança do país, como exemplificado pela crise energética ocorrida na Califórnia entre 2000 e 2001 (Bahgat, 2013; Jaffe; Morse, 2001). Assim, em sua segunda semana como presidente, o

presidente Bush estabeleceu o “*National Energy Policy Development Group (NEPDG)*”¹²⁴, um novo órgão responsável por desenvolver a política energética nacional a partir de uma avaliação criteriosa do cenário energético americano.

A iniciativa do governo Bush foi seguida de outras em diferentes setores americanos. O *James A. Baker III Institute for Public Policy* da Rice University e o *Council on Foreign Relations*, dois *think tanks* com relevantes conexões com o governo americano¹²⁵, patrocinaram a criação de um grupo de pesquisa que, assim como o NEPDG, também deveria analisar a situação energética americana e dar sugestões para um plano de política energética nacional que mitigasse as vulnerabilidades energéticas americanas (Jaffe; Morse, 2001). A “*Independent Task Force*”, como ficou conhecida a iniciativa, construiu o “*Strategic Energy Policy Challenges for the 21st Century*”, um relatório de mais de 140 páginas que foi publicado em abril de 2001 e, de acordo com diferentes pesquisadores, influenciou o NEPDG e a nova política energética americana (Bahgat, 2013; Kalehsar, 2021).

O relatório continha uma análise aprofundada sobre o panorama energético dos Estados Unidos e uma lista de recomendações para evitar uma crise energética e reforçar a segurança energética do país. Segundo Bahgat (2003), apesar do relatório e seu conteúdo terem suscitado debates entre políticos e profissionais especializados na área, deles também criaram-se importantes consensos em torno do tema abordado. Deles, destacam-se as seguintes avaliações (Jaffe; Morse, 2001):

- O país não tinha uma política energética estratégica, integrada e bem definida. O histórico do país era de soluções de curto prazo que se provaram inadequadas para lidar com as questões estruturais do cenário energético americano, especialmente a histórica relação desigual entre oferta e demanda no país;
- Existia um histórico de choque de preços/inflação dos valores energéticos após recessões americanas que era intensificado pelas políticas energéticas nacionais ineficientes;

¹²⁴ O NEPDG tinha em seu corpo de membros o vice-presidente Cheney, os secretários de Estado, do tesouro, interior, transporte, energia e diversos outros funcionários do alto escalão governamental.

¹²⁵ O *James A. Baker III Institute for Public Policy* foi criado em homenagem à James A. Baker III, ex-secretário de Estado dos EUA e amigo pessoal do vice-presidente Dick Cheney (Estados Unidos, 2003). Em sua cerimônia de abertura, o Baker Institute (como também é chamado o *James A. Baker III Institute for Public Policy*) contou com a presença de quatro ex-vice presidentes americanos. Por sua vez, o *Council on Foreign Policy* foi criado em 1921 a partir da “*The Inquiry*”, delegação científica criada por Wildrow Wilson para apoiá-lo a construir um projeto de paz para a Conferência de Paz de Paris. O conselho teve entre seus membros reconhecidos políticos americanos como Henry Kissinger, Madeleine Albright, Condoleezza Rice, entre outros. Ademais, também é responsável pela *Foreign Affairs*, uma das maiores revistas da área científicas das Relações Internacionais.

- A demanda energética teve um crescimento muito rápido nos anos 1990, pressionando o consumo energético;
- O crescimento, porém, não havia sido acompanhado da expansão da demanda. Uma das causas para tal fenômeno foi o desinvestimento no setor durante o período devido a pouca lucratividade da indústria e pela legislação ambiental;
- A liberalização da política energética facilitou a alocação eficiente de recursos, mas a rápida desregulação dos setores de óleo, gás natural e elétrico reduziram os incentivos para criação de infraestrutura de armazenamento de longo prazo ou de excesso de capacidade que poderiam amenizar impactos político-econômicos e sociais durante períodos de extrema volatilidade na demanda.

Sobre a questão da relação desigual entre oferta e demanda, na virada do século, os Estados Unidos enfrentavam uma situação onde, segundo Bahgat (2013), o apetite por energia – destacadamente hidrocarbonetos – era enorme. O país tinha uma matriz energética que se concentrava fortemente em fontes fósseis. Em 2001, petróleo, gás natural e carvão representavam respectivamente 38%, 24% e 23% da demanda de energia primária¹²⁶ dos Estados Unidos. Havia então uma projeção de que a dependência do país em relação aos combustíveis fósseis se manteria pelas décadas seguintes, embora com variações no papel de cada fonte dentro do mix energético americano. Enquanto o consumo de carvão estava previsto para aumentar, sua parcela de participação no mix energético nacional estadunidense estava prevista para diminuir ao longo dos anos devido às preocupações ambientais em torno de seu caráter poluente. Por outro lado, o gás natural e o petróleo se mantinham com projeções positivas para a demanda e de manutenção ou expansão do percentual de participação na matriz energética dos EUA (Bahgat, 2013).

O cenário previsto inspirava cuidados. Em relação ao gás natural, os Estados Unidos ocupavam o sexto lugar no volume de reservas provadas na virada do século XXI. No entanto, a estimativa da EIA era de que suas reservas não suportariam sozinhas a demanda americana crescente. Um sinal disso era o aumento do percentual de importações no consumo de gás natural nacional que saltara de cinco para quinze por cento entre 1987 e 2000. Somado a isso, o cenário do petróleo também chamava atenção. Décimo primeiro país no tamanho de reservas de petróleo, os Estados Unidos eram o segundo maior produtor e maior consumidor mundial do

¹²⁶ De acordo com a *U.S. Energy Information Administration (EIA)* (2025), a energia primária refere-se à energia disponível diretamente de fontes naturais antes de qualquer transformação secundária ou terciária, como petróleo bruto, gás natural, carvão, energia solar, entre outras

recurso (Bahgat, 2013). Contudo, o aumento previsto da demanda não tinha projeção de ser acompanhado pelo crescimento das reservas do país, o que significava que havia uma tendência de intensificação da já significativa dependência americana por importações para manter sua economia produtiva e seu consumo interno.

A partir desse cenário, o relatório da *Independent Task Force* criou propostas de soluções que estabeleciam as bases de uma política energética eficiente:

- A relação desigual entre oferta e demanda americana precisava ser abordada e combatida;
- Necessidade de reviver o interesse público na eficiência e conservação energética como uma política energética pública;
- A oferta energética, especialmente a importada, precisa ser diversificada em duas vias: o mix energético e a localização geográfica desses recursos;
- Na época, existia o consenso de que a demanda energética americana continuaria a ser maior do que a produção doméstica e, por isso, uma revisão do papel da energética na política externa americana também deveria ser feita¹²⁷.

Em síntese, o documento apontava que os Estados Unidos precisavam construir uma política energética que combinasse estímulos para a indústria, promovesse o desenvolvimento tecnológico (especialmente voltado para aumento da eficiência energética e produção limpa), construísse políticas de incentivo à conservação energética e eliminasse barreiras a novos e/ou sólidos mercados externos. Ainda assim, os relatórios e a própria característica do alto escalão do governo americano indicavam que os hidrocarbonetos se manteriam como os mais relevantes recursos energéticos do país.

Um mês depois da publicação do relatório, em maio de 2001, o NEPDG publicou a *National Energy Policy (NEP)*, documento responsável pelo estabelecimento da nova política energética estadunidense. Assim como o *Strategic Energy Policy Challenges for the 21st Century*, a proposta para a NEP trazia um relatório com diversas análises e recomendações para o governo que se estenderam por 8 capítulos e mais de 170 páginas. Os primeiros 7 capítulos foram direcionados ao âmbito interno, com recomendações para o aumento da conservação e da eficiência energética, diminuição do impacto do alto custo energético nas famílias americanas; proteção do meio ambiente; expansão da produção doméstica; diversificação da

¹²⁷ O ponto quatro não se provou correto ao longo do tempo. A partir de 2016 os EUA se tornaram exportadores líquidos energéticos novamente, especialmente devido à “Revolução do Xisto”. No entanto, a solução proposta se adequava à realidade da época.

matriz energética em direção aos recursos renováveis; desenvolvimento da infraestrutura de transmissão americana (Estados Unidos, 2001). O último capítulo, contudo, foi direcionado ao estreitamento das alianças com outros países com o objetivo de garantir a segurança energética nacional.

O capítulo previa que os Estados Unidos teriam, assim como dito no relatório da Independent Task Force, um aumento da demanda que não conseguiria ser suprido pelas políticas internas. Assim, as recomendações orientaram o governo americano a também buscar assegurar sua segurança energética no exterior. Dentro desse contexto, e já no relatório do NEPDG, o Cáspio aparece de forma consistente. A região do mar Cáspio foi abordada no documento como uma área de reservas provadas importantes com um potencial de descobertas ainda maior. Por tanto, o relatório tece diversas recomendações de atuação americana, inclusive em cooperação com a Rússia. Elas foram:

1. Apoio intersetorial americano ao oleoduto BTC que teria as obras iniciadas em 2002;
2. Manutenção do apoio e contato direto americano com empresas e países para o estabelecimento de condições comerciais que permitam a exportação do petróleo produzido pelas empresas petrolíferas no Cazaquistão pelo oleoduto BTC;
3. Apoio aos investidores privados e governos regionais para o desenvolvimento do gasoduto de Shah Deniz (ou BTE) como uma forma de ajudar a Turquia e Geórgia a diversificar suas importações enquanto apoia o Azerbaijão a exportar o seu gás natural, diversificando também as rotas de transporte energético;
4. Apoio para que Grécia e Turquia conectassem suas redes de gasodutos e permitissem assim que os consumidores europeus diversificassem suas importações consumindo gás cáspio;
5. Aumentar o diálogo comercial com o Cazaquistão, Azerbaijão e outros países no Cáspio para prover um clima econômico forte, transparente e estável que permitisse e incentivasse projetos energéticos e de infraestrutura regional;
6. Intensificar o diálogo com a Rússia no campo energético e de investimentos;
7. Apoio às companhias americanas para melhores o diálogo com oficiais russos e assim encorajar reformas nos acordos de exploração e outras regulações e taxas energéticas no país.

O *National Energy Policy* moldou a abordagem dos Estados Unidos em relação à segurança energética, ao desenvolvimento doméstico de combustíveis fósseis e à política

externa relacionada à energia. Na dimensão da política externa, o governo Bush fez a presença americana no Cáspio se tornar uma prioridade (Kalehsar, 2021). Dentro da perspectiva energética, havia, claro, o interesse em relevantes fontes de energia, possivelmente acessíveis aos setores público e privado que poderiam reduzir a dependência energética americana. Ainda assim, a energia cáspia não pode ser superdimensionada nesta análise. Primeiro, é preciso lembrar que suas reservas não eram suficientes para suprir sequer a União Europeia, portanto não supririam as necessidades americanas que eram muito maiores¹²⁸. Somado a isso, Stokes e Raphael (2014, p. 190) também apontam que apenas uma diminuta parte da energia cáspia era ou seria *de facto* direcionada ao mercado americano. Dessa forma, cabe novamente reforçar que as questões energéticas americanas não eram as únicas (ou sequer principais) razões para a proporção do interesse americano na região.

Como cita Bunder (2019, p.157) e Hooker (2016, p.1), os Estados costumam utilizar-se de todos os instrumentos disponíveis para garantir sua segurança. Esse conjunto de ações, que está acima de estratégias para fins específicos como a “Guerra ao Terror” ou a segurança energética, em prol da manutenção da saúde estatal foi conceitualmente definido no campo das Relações Internacionais como Grande Estratégia (Bunder, 2019). A partir dela países organizam suas prioridades e definem as ameaças e/ou desafios aos seus objetivos e interesses fundamentais – geralmente a preservação da soberania estatal, a manutenção da integridade territorial e sua posição de poder no cenário internacional (Bunder, 2019, p.157).

Para atingir os objetivos da Grande Estratégia, é comum que os Estados busquem estabelecer sólidas alianças, promover capacidades econômicas, militares, tecnológicas, além de buscar controlar a ordem internacional. No caso americano, segundo Bunder (2019) e Brands (2016, p.1), a Grande Estratégia do país está diretamente relacionada com a manutenção da ordem internacional liberal. Como uma relação dialética com a ordem liberal, os EUA são os maiores beneficiados pela proeminência da mesma, portanto o país utiliza ferramentas diversas para, continuamente, reforçá-la, combatendo quaisquer outras alternativas à essa organização do sistema internacional. Isso significa, muitas vezes, proteger as estruturas centrais da ordem liberal.

Historicamente um dos formatos de promoção da ordem liberal é através de normas e valores liberais dentro do Sistema Internacional. Tais normas e valores, por sua vez, são propagados por meio de organismos internacionais de caráter variado como o Fundo Monetário

¹²⁸ Como referência, Stokes e Raphael (2014, p.184) apontam que durante a primeira década do século XXI os EUA passaram a consumir cerca de 20% da produção diária mundial de petróleo.

Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE) e também a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Brands, 2016, p.1). Nesse sentido, os Estados Unidos atuam para fortalecer esses organismos e ampliar suas zonas de influências ao redor do planeta. Na virada do século XXI, fortalecer alguns desses organismos significava também ter uma atuação direcionada e específica para o Cáspio. No caso da EU, em especial, significava tocar a questão energética regional.

Havia dentro do círculo governamental americano uma percepção consolidada sobre a Europa: a de que a vulnerabilidade europeia no setor energético era uma ameaça à ordem internacional liberal. Os seguidos acordos entre a URSS e os países europeus haviam garantido energia com custos acessíveis para a Europa, mas a pouca diversificação dos parceiros comerciais responsáveis pelo suprimento energético europeu tornava o continente e a União Europeia vulneráveis a distúrbios no campo energético global. Dessa forma, acessar e controlar parte relevante do suprimento global de petróleo representava não apenas atingir interesses nacionais de ordem interna, mas garantir a manutenção da ordem liberal a partir da proteção dos organismos e estruturas liberais. Ademais, ter o domínio sobre as etapas produtivas dos hidrocarbonetos, as mais importantes fontes energéticas mundiais, também significava poder impedir que outros Estados se tornassem capazes de desafiar a ordem liberal e a hegemonia americana. No caso do mar Cáspio, a partir da dissolução da URSS, essa lógica se reflete no interesse americano em torno da expansão dos organismos internacionais neoliberais, fortalecimento de parceiros estratégicos e na contenção das capacidades russas ao norte, do Irã ao sul e da inserção chinesa na região.

A segurança regional, aliás, foi uma das vias utilizadas pelos Estados Unidos para promover ideias e valores liberais na região, um primeiro passo para a abertura segura dos mercados nacionais do mar Cáspio, especialmente o energético. Entre 2002 e 2008, durante o governo Bush, eliminou antigos embargos e criou e/ou ampliou programas de cooperação militar na região, especialmente com o Cazaquistão e Azerbaijão, mas também com o Turcomenistão. Os programas injetaram mais de 500 milhões de dólares nesses países ao longo desse período (Bunder, 2019, p. 167; Stokes; Raphael, 2014, p.193). Para Stokes e Raphael (2014, p. 194), Washington buscou estabilizar os governos no Cáspio e conseqüentemente a região, garantindo assim o fluxo ininterrupto de energia do Cáspio para o mercado mundial. Assim, a assistência provida ao Cazaquistão tinha o objetivo de equipar e treinar as forças militares do país para proteger a infraestrutura energética do país e suas principais rotas de transporte de energia (United States, 2004, p. 371).

De maneira similar, o Azerbaijão também foi alvo do apoio financeiro e militar americano durante o período. No ano de 2004, a administração Bush pediu ao congresso a liberação de verba para promover tal assistência ao país cáspio. A justificativa dada pelo então Secretário de Estado americano Colin Powell ao congresso era clara, apoiar o Azerbaijão estava diretamente alinhado com os interesses de segurança nacional americanos, o que incluía a extração e transporte ininterruptos de petróleo:

The administration has requested almost \$5 billion in FY05 in the Foreign Military Financing (FMF) account. FMF granted to friendly countries is used to purchase U.S. military equipment and services, such as training. Changes in country requests reflect normal priority adjustments. FMF improves capabilities of allies and other friendly nations to contribute to international crisis response operations and also promotes interoperability of their militaries with U.S. armed forces.

Specific increases for Azerbaijan are linked to U.S. priorities in fighting terror, peacekeeping, and maritime security, particularly regarding proliferation and drug trafficking on the Caspian Sea. The Administration believes that building up the capacity of Azerbaijan and other Caspian littoral states is important in order to prevent the transit of destabilizing items and to secure the oil flow that is critical to U.S. national security interests¹²⁹. (United States Congress, 2004)

Além da relação direta entre as ações no campo securitário, o campo energético e a Grande Estratégia energética americana, os EUA também promoveram políticas estratégicas diretamente para a logística de transportes energéticos cáspios. Aqui, destacam-se dois pontos. Primeiro, que tais políticas de incentivo para a expansão e diversificação de rotas energéticas na região representou um certo nível de continuidade entre a administração do presidente Clinton e a do presidente Bush. Somado a isso, é possível apontar que as escolhas das rotas dos oleodutos e gasodutos apoiados pelo governo americano obedeciam a uma lógica relacional.

¹²⁹ Em tradução livre: “A administração solicitou quase US\$ 5 bilhões no ano fiscal de 2005 (FY05) na conta de Financiamento Militar Estrangeiro (FMF). O FMF concedido a países aliados é utilizado para a aquisição de equipamentos e serviços militares dos Estados Unidos, como treinamentos. Alterações nos pedidos por país refletem ajustes normais de prioridades. O FMF melhora as capacidades de aliados e outras nações amigas para contribuir em operações de resposta a crises internacionais e também promove a interoperabilidade de suas forças armadas com as das Forças Armadas dos EUA. Aumentos específicos para o Azerbaijão estão relacionados às prioridades dos EUA no combate ao terrorismo, manutenção da paz e segurança marítima, particularmente em questões de proliferação e tráfico de drogas no Mar Cáspio. A administração acredita que fortalecer a capacidade do Azerbaijão e de outros estados litorâneos do Cáspio é importante para evitar o trânsito de itens desestabilizadores e garantir o fluxo de petróleo, considerado crítico para os interesses de segurança nacional dos EUA.”

Além do interesse por rotas que evitassem a Rússia e o Irã, os EUA objetivamente buscaram consolidar projetos que integrassem membros da OTAN no trânsito energético. Essa diretriz é explicitada já no relatório *National Energy Policy* do NEPDG que discorre sobre o apoio à Grécia e à Turquia para diminuir suas dependências energéticas e expandissem suas malhas de dutos, possibilitando a conexão entre Europa e mar Cáspio (United States, 2001).

Sobre as políticas envolvendo dutos no Cáspio, Bunder (2019) compreende que a principal delas foi a consolidação do oleoduto BTC, o maior e mais estratégico projeto promovido por Washington no espaço pós-soviético durante o período supracitado. Iniciada na década de 1990, a primeira etapa do BTC foi inaugurada em 2005 e contou com a presença dos presidentes da Turquia, Azerbaijão, Geórgia e Cazaquistão. Além deles, também estiveram presentes o presidente da BP, o secretário de Energia dos EUA, o emissário do Departamento de Estado dos EUA para o Cáucaso do Sul e o comissário de Energia da União Europeia. Apesar do percentual limitado das empresas americanas na joint-venture responsável pelo projeto¹³⁰, o apoio financeiro de bancos governamentais americanos (e de outros bancos como alguns japoneses, do Banco Mundial e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento) foi fundamental para a construção do oleoduto.

Como o relatório do NEPDG apontava, os Estados Unidos buscariam se inserir no setor energético cáspio em outros projetos além do BTC. Desses projetos, destacam-se os desenvolvidos em cima do sistema *Southern Gas Corridor* (United States, 2012), como o Transcáspio e o gasoduto Nabucco. No entanto, conforme citado na sessão anterior, a inteligente atuação russa e outras questões impediram o pleno desenvolvimento desses projetos. Isso resultou em pequenos prejuízos econômicos e grandes frustrações políticas para os EUA.

A partir de 2009 ocorreriam mudanças sensíveis na política energética estadunidense para o Cáspio que se relacionam a fatores múltiplos. Primeiramente, a primeira década do século XXI foi palco de lenta, mas contínua transformação no setor petrolífero mundial. O aperfeiçoamento de novas tecnologias e técnicas de exploração como o *fracking* e a perfuração de águas profundas permitiram a produção de recursos energéticos há muito conhecidos, mas que pareciam inatingíveis e/ou comercialmente inviáveis (Yergin, 2014). No caso americano, as novas tecnologias de fraturamento e perfuração possibilitaram a exploração de petróleo e gás natural em formações de xisto betuminoso. O novo modelo de produção, apesar de agredir o meio ambiente, foi permitido pelo governo americano e, a partir do fim da década, gerou uma

¹³⁰ A Chevron e a ExxonMobil detinham 8,9% e 2,5% da BTC Co., a joint-venture responsável pela construção do oleoduto (Bunder, 2019).

aceleração vertiginosa da produção energética no país. O fenômeno conhecido como Revolução do Xisto foi essencial para que os EUA quebrassem as expectativas e previsões do mercado energético global e diminuísse sua dependência de exportações de óleo e gás natural na década seguinte (Bunder, 2020, p.36-37).

A posse do novo presidente americano, Barack Obama, em 2009 trouxe certa incerteza quanto aos rumos da Revolução do Xisto no país. As tecnologias utilizadas na extração de petróleo e gás natural do xisto betuminoso apresentavam sérias consequências para os lençóis freáticos e reforçavam a dependência dos hidrocarbonetos como a principal matriz energética dos Estados Unidos. Esses reflexos do fenômeno contrastavam com o perfil do novo presidente, mais alinhado a questões de desenvolvimento sustentável e com uma forte retórica ambientalista (Bunder, 2020, p. 37). Contudo, o que se viu na prática foi que o governo Obama representou uma certa continuidade de políticas nessa alçada do setor energético em relação ao governo anterior. Não houve nenhum movimento significativo para transformar a matriz energética americana ou impedir a expansão da produção de fontes fósseis no país¹³¹. Assim, os EUA entrariam nos anos 2010 com uma produção crescente de hidrocarbonetos, uma menor dependência de exportações dessas fontes e um cenário energético interno em plena transformação em direção a uma “autossuficiência” e maior segurança energética (Yergin, 2014, p.212).

Se no cenário energético interno houve uma certa continuidade entre os governos Bush e Obama, o mesmo não se repetiu em relação à política externa no primeiro mandato do democrata (Bunder, 2019), especialmente no que tange às relações com a Rússia. Segundo Bunder (2019), o governo Obama encontrou as relações diplomáticas com a Rússia deterioradas. A deterioração se deu devido prioritariamente por questões securitárias, tendo o apoio americano às revoluções coloridas na Geórgia e Ucrânia e ao seu ingresso na OTAN causado um grande ressentimento em Moscou. Além disso, a crescente inserção americana na Ásia Central e no Cáspio com a manutenção das tropas americanas no Afeganistão, a invasão no Iraque e as atividades americanas na política de dutos no espaço pós-soviético também foram pontos de tensão entre russos e americanos (Bayramov, 2022, p. 26).

Barack Obama foi um ativo produtor do que Bunder (2019) e o pesquisador Ariel Cohen (U.S. Committee..., 2015) denominam como um *reset* das relações EUA-Rússia. O presidente americano foi o responsável pelo estabelecimento de uma política externa que preconizou substituir tensões entre ambos os países por processos de cooperação. Para isso, em seu primeiro

¹³¹ Para mais informações, ler Bunder (2020).

mandato, o governo Obama postergou o processo de adesão de novos membros à OTAN, incluindo a Geórgia e a Ucrânia. A manobra política ajudou a distensionar a relação com a Rússia que apoiou os EUA nas negociações pelo acordo nuclear com o Irã (Obama...,2015) e também promoveu provisoriamente suporte logístico e de inteligência para a atuação americana no Afeganistão. De acordo com Bunder (2019), para que o objetivo de distensionar as relações entre EUA e Rússia fosse totalmente alcançado, era natural que houvesse um afastamento americano de certas áreas de influência russas. Esse processo realmente ocorreu e uma das regiões das quais o país se afastou foi o mar Cáspio.

A partir de então, os Estados Unidos reorientaram sua política externa para uma maior inserção na região da Ásia-Pacífico, afastando-se dos conflitos na Transcaucásia e evitando uma inserção intensa no Cáspio ao ponto de deixar durante meses embaixadas sem comando. Esse processo foi alvo de debate, especulações e até mesmo críticas entre especialistas. Para muitos, a retirada dos EUA dessas áreas abriu a possibilidade de maior inserção de outras potências como a Rússia e a China. Uma das opiniões marcantes sobre o tema veio do pesquisador Ariel Cohen em meio a um testemunho para o “*Europe and Enrasia Subcommittee*” do Comitê de Relações Internacionais do Congresso Americano:

*Unfortunately, the Obama Administration has neglected the post-Soviet space in general and the heart of the Eurasian land mass in particular. For months and years, key ambassadorships in Turkmenistan and Azerbaijan, remained unfilled. There has been no coherent strategy for Eurasia articulated by the White House, as our activities have been subjugated to the Afghanistan transit and the Obama Administration Russia "reset" policy, though the Northern Distribution Network is a success.*¹³² (U.S. Committee..., 2015, p.63).

Ainda que especialistas apontem uma certa negligência do governo Obama para os assuntos do Cáspio, cabe destacar que foi sob sua administração que o projeto do gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI) voltou a ser considerado. Sua volta ao debate público se deu em meio à proposta de criação da *New Silk Road Initiative* (NSRI), uma rede internacional que seria a ferramenta principal para fomentar o desenvolvimento regional na Ásia Central e do Sul. A da TAPI evidencia a transição da política externa americana em direção ao Pacífico, porém ela também representa uma manutenção – ainda que limitada – da

¹³² Em tradução livre: Infelizmente, a administração Obama negligenciou o espaço pós-soviético de maneira geral e o coração da massa terrestre da Eurásia, em particular. Por meses e anos, os cargos-chave de embaixadores no Turcomenistão e no Azerbaijão permaneceram vagos. Não houve uma estratégia coerente para a Eurásia articulada pela Casa Branca, pois nossas atividades foram subordinadas ao trânsito do Afeganistão e à política de "reset" com a Rússia da administração Obama, embora a Rede de Distribuição Norte seja um sucesso.

política americana para o Cáspio. Isto porque o projeto do gasoduto com origem na região foi idealizado também para inviabilizar proposta de um gasoduto que garantiria o fornecimento de gás iraniano para a Índia e o Paquistão (Bunder, 2019).

A iniciativa NSRI nunca chegou a se concretizar. As razões para isso foram variadas. A falta de investimentos privados e de países na região foram um entrave relevante e houve pouca disposição americana em financiar projetos regionais em sua totalidade. Ademais, em 2013 a China anunciou em Astana, Cazaquistão, a sua própria iniciativa para a criação de uma rede internacional de cooperação e investimentos para o desenvolvimento econômico que superaria em muito as ambições da NSI. Com a não concretização da NSRI, naturalmente o projeto TAPI também foi deixado de lado. No entanto, cabe destacar que ele serviu a um propósito: o de impedir o pleno desenvolvimento do projeto do gasoduto Irã-Paquistão-Índia.

Durante o início do século XXI, os Estados Unidos passaram por transformações que influenciaram diretamente em sua posição sobre o Cáspio. O período analisado revela que o país organizava sua política externa em torno de uma Grande Estratégia. Esta caminha em direção à manutenção de uma ordem internacional liberal e capitalista que reforçava a hegemonia americana no sistema internacional. Para alcançar tais objetivos, tornou-se o campo energético cáspio era uma ferramenta de proporções que foram, por vezes, superestimadas (Bayramov, 2022, p. 26).

No campo energético do mar Cáspio, os EUA buscaram utilizar a energia no Cáspio e seus fluxos energéticos para (1) a diversificação da matriz energética de parceiros estratégicos como a União Europeia e Turquia e (2) a contenção das expansões russa, iraniana e chinesa na região e na Ásia Central. Dessa forma, especialmente durante o governo Bush houve uma inserção americana na região, com projetos na área de segurança e energia que beneficiaram principalmente o Azerbaijão e Cazaquistão. Entretanto, o fenômeno da Revolução do Xisto e diferenças de percepção do governo Obama causaram uma retração americana na região e projetos dentro do *Southern Gas Corridor* e o TAPI tiveram seu desenvolvimento limitado ou cancelados.

Por sua vez, cabe destacar que o espaço cáspio não ficou esvaziado pela mudança de postura americana. A Rússia, como herdeira do legado soviético, tinha vantagens significativas sobre os fluxos regionais energéticos e – conforme citado na seção anterior – soube utilizá-las de forma eficiente para conter qualquer avanço maior na região. Assim, ela se manteve como um ator influente na região. Simultaneamente ao processo de retirada americana e reafirmação russa, outro fenômeno relevante ocorreu. Entrava no cenário Cáspio um outro ator, com uma capacidade de impacto que se equiparava às outras duas potências. Durante muitos anos a China

havia adotado uma postura de pouca ação direta no Cáspio, um panorama que mudou no novo século.

5.3 A China como um novo ator no Cáspio e a Belt and Road Initiative

Devido à sua localização, as relações sino-cáspias se encontram no contexto macro das relações entre a China e o espaço pós-soviético. Portanto, para realizar uma análise da transformação da China em um importante ator dentro do espaço cáspio, torna-se necessário revisitar os fatores que levaram ao grande país asiático a construir estratégias de inserção no espaço pós-soviético e, conseqüentemente, no Mar Cáspio. Assim, a presente seção irá explorar fatores globais (como o terrorismo e seus impactos) e também o cenário interno chinês, traçando conexões entre estes e a construção de uma estratégia de petróleo chinesa que levaria o país diretamente de volta a Ásia Central e ao mar Cáspio. Assim, projetos de infraestrutura energética, acordos comerciais e quaisquer outros eventos relacionados à inserção da China no setor energético cáspio serão aqui investigados e a hipótese de que as potências globais – neste caso a China – construíram um “jogo” de cooperação e disputas no mar Cáspio será continuamente testada.

A China tem uma longa e rica história de relações políticas, culturais e comerciais com a região Eurásiana onde estão localizados o Mar Cáspio e a Ásia Central. Essas relações, no entanto, tiram um relativo enfraquecimento devido à anexação desse espaço pela Rússia imperial no século XIX e o posterior controle da URSS durante a maior parte do século XX (Huasheng, 2016). Após a dissolução da União Soviética em 1991, a China reacendeu a memória de seus antigos laços e buscou restaurar sua presença em diversos espaços da Eurásia. No entanto, os espaços que outrora fizeram parte da União Soviética haviam se transformado profundamente após mais de um século sob a influência dos diferentes governos que governaram Moscou. Além disso, a situação internacional e as ambições políticas dos países daquela região eram muito diferentes do passado quando a China manteve relações com ele. Também as relações desses Estados com outros atores haviam mudado e isso naturalmente afetava a percepção deles em relação à China e vice-versa. Como resultado, a China precisou redescobrir esse espaço pós-soviético e reconstruir suas relações com os países ali existentes a partir de novos paradigmas.

Nos primeiros anos após o colapso da URSS, algumas das maiores prioridades chinesas foram a (1) normalização das relações entre esses países e a China, (2) resolução das questões de fronteiras que o país tinha com os recém-criados países que outrora haviam sido repúblicas soviéticas; e (3) a segurança transfronteiriça com o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tajiquistão

(Huasheng, 2016). Segundo Huasheng (2016), a China também tinha outros interesses e preocupações na região, mas eles não eram considerados assuntos prementes para o país. A questão do terrorismo era certamente relevante, porém não havia estrutura prática ou política estabelecida de cooperação para contraterrorismo entre a China e a Ásia Central¹³³ (Huasheng, 2016). Em relação ao comércio multilateral, havia um crescimento das trocas durante a década de 1990¹³⁴, mas ainda era considerado trivial se comparado aos volumes totais chineses.

Dentro desse contexto, importa citar que a energia do espaço pós-soviético centro asiático e do mar Cáspio ainda não era considerada significativa para os chineses visto que apenas em 1993 o país se tornaria um importador líquido de petróleo. Durante a década de 1990, a China importava pouco petróleo, os valores no mercado mundial estavam baixos, a competição limitada e, principalmente, a oferta estava assegurada. Portanto, Pequim não se sentiu tentado a buscar novos ofertantes rapidamente mesmo com seu novo status de país importador. Aliás, o mercado global tinha ofertas de petróleo consideradas mais baratas e simples do que as custosas *pipelines* na Ásia Central e no mar Cáspio. Aqui, cabe destacar que em ocasiões houve, sim, negociações envolvendo a China e países do mar Cáspio. Em 1996, por exemplo, China e Rússia iniciaram negociações para a construção de um oleoduto que conectaria Taishet, na Sibéria Ocidental, a Danqing, na China. No entanto, o projeto – que *não* passava pelo espaço geográfico do mar Cáspio – não foi a frente durante os anos 1990 por questões políticas e só seria definitivamente acordado entre as partes em meados dos anos 2000.

Em relação à Ásia Central – e a parte leste do Cáspio – as relações começam a se intensificar apenas em 1996, com a criação do Shanghai Five que rendeu um acordo militar sobre as áreas fronteiriças entre Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. O evento criou o cenário favorável para uma intensificação das relações chinesas com a Ásia Central de um modo tão multilateral que incluía a Rússia. E, de fato, o Shanghai Five foi uma experiência sólida que foi evoluindo até, em 2001, se tornar uma organização de direito internacional pleno com encontros anuais. Dela, participam como membros plenos o Cazaquistão, a Rússia, o Irã, enquanto o Azerbaijão é parceiro de diálogo (General..., 2024). Por sua vez, o Turcomenistão, em que pese não seja membro da organização, tem sido convidado para os encontros da entidade. Entretanto, foi apenas em 1997 que a energia no mar Cáspio ganhou alguma atenção na política externa chinesa, quando o país e o Cazaquistão

¹³³ A Convenção de Shanghai sobre o combate ao Terrorismo, Extremismo e Separatismo, acordada entre todos os países membros da Organização de Cooperação de Shanghai, só seria assinada em junho de 2001, poucos meses antes dos ataques terroristas de 11 de setembro.

¹³⁴ O volume de comércio entre a China e a Ásia Central de 1992 a 1997 foi, respectivamente, de 460 milhões, 600 milhões, 570 milhões, 770 milhões e 870 milhões de dólares (Huasheng, 2016)

assinaram o primeiro contrato energético bilateral para a construção do oleoduto Atyrau-Alashankou e, conforme dito em capítulos anteriores, ele fora proposto pelo Cazaquistão.

Também em 1997 foi assinado um acordo para diminuir forças militares nas fronteiras comuns entre a China e países da Ásia Central, como o Cazaquistão. Com segurança e menos competição nas fronteiras, havia então espaço para a China aprofundar suas relações a Ásia Central e, sobretudo, a região leste do mar Cáspio. Segundo o autor, desde então a China construiu uma agenda para a região que toca assuntos como estreitamento das relações econômicas e combate ao terrorismo, separatismo e extremismo (Huasheng, 2016). Entretanto, apesar de avanços a partir de 1997, foram os ataques terroristas de sete de setembro de 2001 que mudaram a geopolítica da Ásia Central, impactando a geopolítica e geoeconomia no mar Cáspio e a percepção chinesa sobre a região.

A partir de então ela tornou-se prioridade da estratégia chinesa principalmente por três questões centrais: Primeiramente, havia a percepção da necessidade securitária para o combate direto ao terrorismo, extremismo e separatismo. Segundo, rapidamente a China percebeu que a Ásia Central se tornaria uma arena relevante de cooperação e competição das grandes potências. Um movimento que exemplifica essa percepção foi o estabelecimento de bases militares americanas com apoio russo no Uzbequistão e Quirguistão. Mas os ataques também tiveram um impacto indireto na estratégia chinesa para a região porque impactaram o campo energético global, causando um rápido aumento dos preços de petróleo e da competição por fontes energéticas disponíveis.

Esses efeitos ocorreram concomitantemente a alguns fenômenos importantes para a economia chinesa. Com a aceleração do crescimento, o país se viu em meio a um natural aumento da demanda nacional por petróleo e gás natural. Entre 1990 e 2009, a demanda chinesa por óleo, por exemplo, cresceu de 2,3 milhões de barris por dia (mb/d) para 4,4mb/d em 2000 e alcançou 8,1md/d em 2009 (Zhang, 2011). Entretanto, a explosão do crescimento econômico e da demanda interna energética não foi acompanhada pela produção interna energética. Isso resultou na necessidade de uma intensificação das importações de hidrocarbonetos. Em 2000, as importações de petróleo correspondiam a 30% do consumo doméstico da China. Já em 2009, pela primeira vez na história, o país importou mais da metade de sua demanda interna de petróleo, cerca de 51,3% do total (Huasheng, 2016; Zhang, 2011). A questão é que, em meio a esse processo, no início do século a China enfrentava dificuldades para acessar novas rotas de transporte energético que garantissem o abastecimento seguro e financeiramente rentável ao volume energético necessário para manter o seu crescimento econômico (Moghani; Maleki, 2024, p.2283).

Primeiro, havia uma questão securitária nas rotas de trânsito energético. Até 1995, os maiores exportadores de petróleo para a China haviam sido países do Oriente Médio e Sudeste Asiático, com destaque para a Indonésia que fora responsável por um terço das importações chinesas de petróleo (Zhang, 2011). Nesse período, ambas as regiões chegaram a ser responsáveis por 82% das importações chinesas de petróleo (Zhang, 2011). Entre esse período e 2005, a China diversificou significativamente suas importações, aumentando o comércio com países africanos e diminuindo suas importações com o Sudeste Asiático. No entanto, uma característica das importações chinesas não havia sido alterada: significativa porção do petróleo importado pela China era transportado pelo Estreito de Malaca ou passava próximo a ele.

Localizado entre Singapura e a Malásia, o Estreito de Malaca servia – e ainda serve – como uma importante via para o transporte de hidrocarbonetos, especialmente óleo e gás natural liquefeito (GNL). Essa condição o que o tornava (e continua a tornar) um ponto estratégico para o mercado global. No entanto, as estreitas relações entre Singapura e os Estados Unidos, que envolviam acordos e exercícios militares conjuntos, faziam com que, na percepção chinesa, o Estreito de Malaca fosse vulnerável ao controle americano (Zhang, 2011 Moghani; Maleki, 2024). Além dessa questão, em outras regiões também haviam questões a serem resolvidas: enquanto as conversas para a rota do Cazaquistão estavam paralisadas, as negociações com a Rússia para o duto da Sibéria Ocidental para o Oceano Pacífico foram atravessadas pelo Japão no início do século (Huasheng, 2016, p.178).

Então, nesse momento, já havia percepção do governo chinês de que o país precisava de uma estratégia energética eficiente definida para garantir a diminuição de sua exposição a perturbações no comércio e fornecimento energético global. Isso fica claro quando, em junho de 2001, o então Primeiro-Ministro Zhu Rongji menciona pela primeira vez a ideia de “estratégia do petróleo” para o congresso chinês (Huasheng, 2016). Em que pese essa movimentação, foi quando o mercado global foi afetado pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, potencializando as questões energéticas pré-existentes chinesas que o governo chinês focou-se em agir de forma rápida e eficaz.

No ano seguinte aos ataques a China criou a estrutura para a formulação da sua estratégia para o petróleo no século XXI e contou com o apoio de comitês especiais para a economia, comércio e planejamento do governo chinês (Lee, 2002). Em 2003, outro fato relevante. O então presidente chinês, Hu Jintao, publicamente comentaria a percepção da vulnerabilidade chinesa. No discurso final da Conferência do Partido Comunista de 2003, Hu Jintao declarou que “certas grandes potências sempre invadiram e tentaram controlar a navegação pelo estreito” e pediu a

adoção de novas estratégias para mitigar a vulnerabilidade percebida (Zhang, 2011; Lanteigne, 2008).

Segundo Huasheng (2016), o consonante cenário foi determinante para o estabelecimento do plano de uma participação mais ativa no setor energético global, especialmente nas áreas de pesquisa e exploração de recursos energéticos. Em meio a essa situação, naturalmente o país reconsiderou sua estratégia para a região algumas regiões eurásianas como a Ásia Central e, em parte, o mar Cáspio. A partir de então, não apenas as questões tradicionais de segurança seriam uma prioridade da estratégia chinesa para o espaço, mas também a energia. A China passou a realizar grandes esforços para driblar sua vulnerabilidade e garantir sua segurança energética (Zhang; 2011). No campo da demanda, o país buscou mecanismos para controlar o crescimento da sua demanda por petróleo, enquanto do lado da oferta, a China construiu políticas para (1) expandir sua produção e companhias nacionais de petróleo, (2) Diversificar tanto as fontes quanto as rotas de abastecimento de petróleo; (3) desenvolver suas próprias reservas estratégicas de petróleo e (4) fortalecer suas capacidades navais para proteger as linhas de abastecimento (Zhang, 2011). Compreendendo a extensão das políticas nos pontos um e dois, naturalmente o Cáspio foi envolvido nessa reorientação estratégica chinesa.

Um dos primeiros sinais dessa mudança foi a visita do então presidente chinês Hu Jintao ao Cazaquistão em junho de 2003. Lá houve a assinatura de uma declaração conjunta China-Cazaquistão para a retomada do projeto Atyrau-Alashankou (ver passagem abaixo). Da sua assinatura, seguiu-se o acordo sobre a construção do projeto entre a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a Kazmunaigaz em maio de 2004; em 2006 o oleoduto seria inaugurado.

10. Ambas as partes consideram que a cooperação no setor energético entre China e Cazaquistão possui significado estratégico. As partes intensificarão a colaboração nos setores de petróleo e gás natural, adotando medidas eficazes para garantir a implementação bem-sucedida dos projetos de cooperação existentes. Também continuarão a estudar a viabilidade de projetos como o oleoduto China-Cazaquistão, o desenvolvimento de campos petrolíferos associados e a construção de um gasoduto do Cazaquistão para a China. O lado cazaque apoia a participação chinesa na exploração e desenvolvimento

de campos petrolíferos na plataforma continental¹³⁵ do Mar Cáspio ¹³⁶. (Lu, 2003)

Além do projeto, ambos os governos também confirmaram o apoio do governo cazaquistânês à exploração chinesa nas águas do Mar Cáspio, assim como os planos para a construção de um gasoduto conectando os países (Lu, 2003). Aliás, a partir desse período o gás natural da região oriental do mar Cáspio passou a ser do interesse chinês. O motivo? Segundo Huasheng (2016), a China demonstrava a ambição de transformar a estrutura de seu consumo doméstico, aumentando a proporção de energia limpa no consumo chinês a partir de um maior uso do gás natural. Para atingir esse objetivo, na região do Mar Cáspio, o país buscou parcerias com o Turcomenistão, o maior produtor de gás natural da Ásia Central. A estratégia de aproximação resultou, em 2006, no acordo bilateral para a compra anual chinesa de 30 bilhões de metros cúbicos de gás natural cazaquistânês pelo período de 30 anos que se iniciariam em 2009 (Huasheng, 2016).

A esse acordo ainda se seguiriam outros dois projetos que, apesar de não estarem diretamente ligados às águas cáspias, são relevantes para compreender a progressão das relações entre alguns dos países do Mar Cáspio e a China. O primeiro refere-se à construção do maior gasoduto da Ásia Central, que passa pelo Turcomenistão, Uzbequistão e sul do Cazaquistão até chegar a China (CNPC, 2024). Ainda em 2008 a construção do projeto, conhecido como *Central Asia–China gas pipeline*, foi rapidamente iniciada e ao fim de 2009 a linha principal – A – do gasoduto foi inaugurada com a presença dos presidentes de China e Turcomenistão. No ano seguinte, seria a vez da segunda linha (Linha B) e mais tarde outras duas linhas (C e D) seriam comissionadas. Dessas, apenas a linha C já entrou em operação, em 2014, possibilitando a entrega de 55bcm anuais à China (Construction..., 2012)

Em consonância com a ampliação da capacidade do gasoduto *Central Asia-China*, em 2011 o segundo “projeto” – um acordo econômico – foi anunciado: o Turcomenistão aumentaria o volume de gás natural anual enviado à China para 65bcm. O aumento foi encarado por analistas como significativo, visto que outro parceiro regional relevante no mercado de gás

¹³⁵ Plataforma continental definida pelo acordo com a Rússia provavelmente

¹³⁶ Tradução da seguinte passagem: “十、双方认为·中哈能源领域合作具有战略意义，双方将加强在石油天然气领域的合作，采取有效措施，确保现有合作项目的顺利实施，并继续就中哈石油管道项目和相应的油田开发项目，以及建设由哈萨克斯坦至中国的天然气管道的可能性问题进行研究。哈方支持中方参加哈里海大陆架油田的勘探和开发。” (LU, 2003)

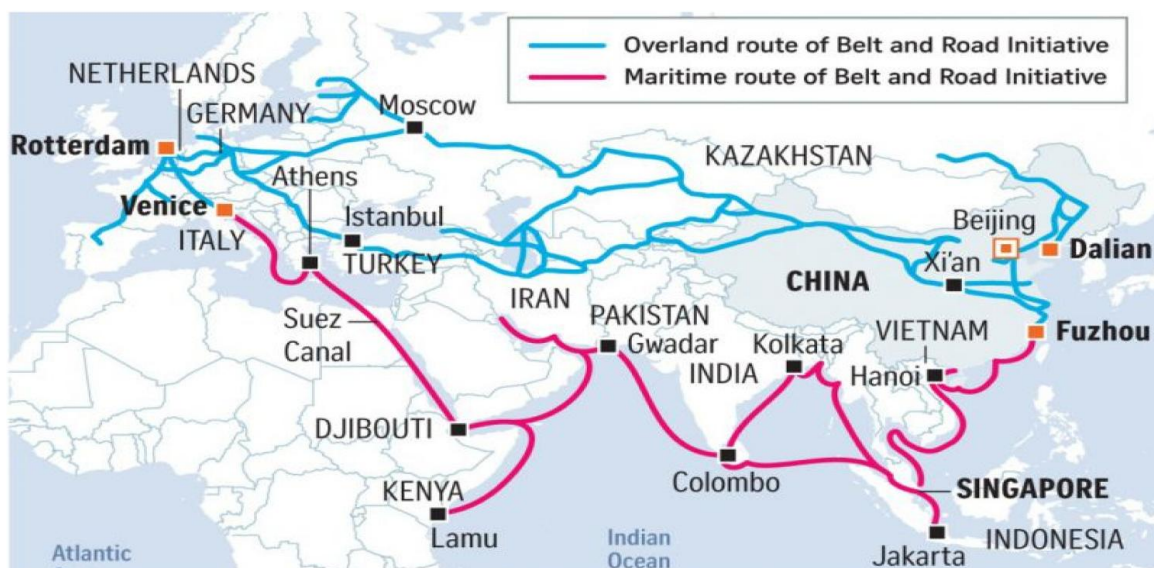
da China naquele período era o Cazaquistão, país que enviava “apenas” 12bcm anuais para Pequim (Huasheng, 2016).

Na primeira década do século, a forma exata como a China se envolveria não estava predeterminada por uma "grande estratégia" abrangente para alcançar os objetivos chineses. Ainda assim, suas ações seguiam uma ordem lógica para amenizar as ameaças à segurança energética chinesa e sustentar o alto crescimento econômico necessário para o país alcançar a prosperidade, estabilidade interna e aumentar sua capacidade de poder. O cenário de certa falta de projeto estruturado que tocasse a questão energética regional no cáspio se transformaria em 2013 quando o novo presidente chinês, Xi Jinping, propôs a construção do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI (ou Iniciativa Cinturão e Rota ou Belt and Road Initiative em inglês).

A Iniciativa Cinturão e Rota (ou BRI na sigla em inglês) foi pela primeira vez veiculada enquanto um projeto formal em 2013, durante visitas oficiais do presidente chinês ao Cazaquistão e à Indonésia. A iniciativa, repleta de simbolismos e referências históricas à histórica Rota da Seda e rotas marítimas chinesas¹³⁷ foi inicialmente denominada *One Belt, One Road* por inclui o Cinturão Econômico da Rota da Seda, focado em rotas terrestres que conectariam a China à Europa através da Ásia Central, e a Rota Marítima da Seda do Século XXI, que explora rotas marítimas através do Oceano Índico e outros mares (ver mapa 20). A Belt and Road Initiative (BRI) foi criada enquanto uma estratégia para a expansão da presença da China em diversas regiões do mundo por meio da ampliação e fortalecimento da cooperação regional.

¹³⁷ Para mais informações, ler De Conti e Mozias (2020).

Mapa 20 – O Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota Marítima da Seda do Século XXI



Fonte: Moghani; Maleki, 2024

A partir da BRI houve uma relevante inserção chinesa no que tange a parte do setor energético no mar Cáspio. Sua localização geopolítica e econômica era considerada pelo governo chinês como uma chave entre a Ásia Central e o resto do mundo, podendo servir como ponto de transbordo para mercadorias entre a Ásia, a Europa e o Oriente Médio. Assim, o setor energético da região foi incluído em projetos do “*The China-Central Asia-West Asia Economic Corridor*”, um dos seis corredores internacionais de cooperação econômica da BRI (Belt and Road Initiative, 2024). A partir disso, a China buscou expandir – então de forma mais estruturada – sua presença em algumas partes da região, algo que foi possibilitado pela participação de todos os países do mar Cáspio na BRI.

Em relação aos dois países do mar Cáspio que tem presença na Ásia Central, Cazaquistão e Turcomenistão, é possível apontar que houve um crescimento do investimento chinês nos seus respectivos setores energéticos. No caso do Cazaquistão, o país é considerado um dos que mais pode se beneficiar da iniciativa¹³⁸ (World Bank, 2020). Com uma localização privilegiada dentro da BRI, o Cazaquistão é atravessado por três das seis rotas do projeto. Duas delas se conectam à Europa, enquanto a terceira perpassa o Uzbequistão e o Turcomenistão para se conectar ao Irã e ao Oeste da Ásia e à Índia, utilizando portos iranianos. Focando nos projetos do setor energético, o setor de óleo e gás do Cazaquistão tem sido alvo de investimentos

¹³⁸ Além das questões financeiras dos projetos, ainda há outras dimensões importantes dos acordos energéticos para os países do Cáspio. No caso do Cazaquistão e Uzbequistão, por exemplo, projetos de gasodutos e oleodutos podem solucionar problemas internos de demanda energética em regiões isoladas (Wan, 2010)

de diversas companhias chinesas¹³⁹ como a Sinopec, a CNPC e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC). Além disso, em 2013 a CNPC adquiriu uma participação de 8,33% da NCOC, companhia que controla a exploração e produção do campo *offshore* de Kashagan (Moghani; Maleki, 2024; Our..., 2024). Além disso, a ainda não concluída linha D da *Central Asia-China pipeline* ainda foi inserida no arcabouço de investimentos da BRI. No caso do Turcomenistão, a CNPC foi (e tem sido) responsável pela construção de diversas plantas de processamento de gás natural com relevantes capacidades no país. No entanto, é necessário destacar que não há relatos de novos projetos próximos ou em águas cáspias que tenham investimentos chineses.

O Azerbaijão tem, por outro lado, significativos investimentos chineses próximos ao litoral. Em 2016 a CNPC e a SOCAR assinaram um memorando de cooperação para a construção do projeto do Complexo Petroquímico de Processamento de Gás, localizado em Garadagh, ao sul de Baku. Com o objetivo de desenvolver a cadeia de óleo e gás em todas as suas etapas, o projeto prevê a construção de várias plantas de processamento de gás natural e de unidades petroquímicas na região. Tal compromisso ainda foi reafirmado e expandido ainda em 2017, no âmbito da *Belt and Road Forum for International Cooperation*. No novo memorando assinado, havia a participação de mais empresas chinesas, além do Banco de Desenvolvimento da China, no projeto que foi então orçado em mais de 4 bilhões de dólares (Moghani; Maleki, 2024).

Em relação à Rússia, quando a China propôs inicialmente a BRI, ainda enquanto Cinturão Econômico da Rota da Seda, houve um certo sentimento de incerteza e pessimismo da opinião pública russa (Huasheng, 2023). No mesmo período, o governo russo ambicionava criar a União Econômica Eurasiática (UEE), sua própria iniciativa para cooperação envolvendo alguns dos países da região, como o Cazaquistão. A preocupação em certos ciclos políticos era a de que essa sobreposição de iniciativas e interesses na região pudesse afetar o relacionamento entre os países e criar uma instabilidade regional. No entanto, a situação se desenvolveu positivamente e, em 2015, ambos os países assinaram uma declaração conjunta para criar uma cooperação entre ambas as iniciativas (Huasheng, 2023). A partir disso, Huasheng (2023) comenta que foi construída uma estrutura de cooperação e desenvolvimento entre ambos os países que solidificou as relações sino-russas. Importantes projetos foram traçados ou continuados a partir dessa parceria bilateral, mas cabe destacar que nenhum deles estava, até 2018, situado na região do mar Cáspio.

¹³⁹ Em 2016 a China controlava cerca de 20% da produção petrolífera cazaquistanesa (Hart, 2016).

Finalmente, o Irã foi um país que viu suas relações com a China se intensificarem no século XXI. A posição do país, especialmente do Estreito de Ormuz, é considerada uma alternativa para a vulnerabilidade que Malaca representa para a China. Outro ponto relevante para a aproximação entre ambos os países foi a disponibilidade de bens naturais tão necessários aos chineses. Em uma visita oficial ao Irã no ano de 2016, o presidente chinês Xi Jinping demonstrou apoio à admissão do Irã na Organização de Cooperação de Shanghai e ainda se comprometeu a abrir linhas de crédito para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura iranianos no valor de 10 bilhões de dólares. Em troca aos movimentos realizados no âmbito da BRI, o governo do Irã se comprometeu a fornecer óleo e gás natural para a China. Contudo, de forma similar ao caso russo, os projetos sino-iranianos não estão relacionados ao mar Cáspio (Loiola; Leite; Spellmann, 2023). A falta de projetos na região é fruto das poucas reservas a serem exploradas na região mais próxima ao litoral iraniano, especialmente se comparadas com a capacidade exploratória ao sul do país, mas também devido à indefinição legal envolvendo o Cáspio.

Em conclusão, o que se pôde analisar até então é que a China realizou um processo de aproximação dos países do mar Cáspio (alguns mais intensamente do que outros) que foi reforçado a partir da criação da Belt and Road Initiative. No entanto, a presente pesquisa compreende que foram poucos os projetos energéticos com algum tipo de conexão com o mar Cáspio até 2018, ano da assinatura da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio. Entre os principais fatores para isso estão as incertezas em relação a exploração nas águas do cáspio, que vão desde aspectos da jurisdição do mar até a natureza complexa, portanto potencialmente menos lucrativa, de tais reservas se comparadas com outras reservas na região. Outra hipótese levantada é a condicionante geográfica do principal projeto de rota transcáspia. Os possíveis projetos de duto Transcáspio preveem a conexão entre o litoral leste ao oeste do Cáspio, permitindo o fornecimento de bens naturais do Cazaquistão e/ou Turcomenistão para oeste, até chegar à Europa. Dada a localização chinesa à leste do Cáspio, faz sentido o interesse chinês estar em rotas que façam o caminho inverso ao dos possíveis projetos Transcáspios; naturalmente os projetos sino-cáspios que existem estão voltados nessa direção.

5.4 A Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio

Em 12 de agosto de 2018 os cinco países do mar Cáspio se reuniram no porto cidade de Aktau, no Turcomenistão, para um encontro histórico. A Quinta Cúpula do Mar Cáspio foi palco da assinatura do Acordo para o Status Legal do Mar Cáspio, uma convenção pioneira para a definição do status legal das águas cáspias, regulação do acesso e uso de sua extensão. O

acordo foi fruto de um processo de negociações que está situado em um cenário específico de tensionamento das relações entre Rússia e o Ocidente, evidenciado pela Crise na Crimeia. Os eventos são percebidos nessa pesquisa como disputas na dimensão da hegemonia global que impactaram e ainda impactam diretamente o panorama de cooperação e desenvolvimento regional. Portanto, a presente seção explorará o cenário das negociações para o status legal do Mar Cáspio até 2013 e as condições que levaram à assinatura do acordo em 2018. Por fim, a última seção do capítulo é uma análise dos efeitos da convenção para a cooperação regional e competição entre atores externos no espaço energético cáspio até 2022 quando a região seria novamente abalada por outras disputas de escala regional e global.

5.4.1. O cenário das negociações para a Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio entre 2000 e 2013

Em 2013, o imbróglio jurídico em relação ao Status Legal do Mar Cáspio havia acabado de completar 21 anos sem uma solução definitiva. Apesar disso, o cenário em torno do tema não se limitava a disputas, mas também era permeado por iniciativas de cooperação regional. Desde 1992, ano do início das negociações entre as ex-repúblicas soviéticas, os países costeiros já haviam realizado pelo alguns encontros de ministros das relações exteriores dos países litorâneos do Mar Cáspio, diversos encontros de especialistas e inúmeros encontros bilaterais e trilaterais para discutir a definição jurídica do mar. Dessas instâncias de negociações também nasceu a iniciativa para a formação de um grupo de trabalho ad hoc que estaria responsável por desenvolver soluções que aproximassem os cinco países de uma resolução sobre o imbróglio e definição do status legal do Cáspio.

O grupo de trabalho também se encontrou em muitas ocasiões, confirmando assim que os Estados do Cáspio mantiveram negociações sobre o tema de maneira regular por mais de duas décadas. Contudo, os avanços sobre o tópico estavam restritos o âmbito bilateral e/ou trilateral enquanto o cenário de cooperação regional enfrentava os desafios de arregimentar cinco interesses nacionais distintos. Nesse sentido, abaixo segue a ordem cronológica das negociações mais importantes entre 2000 e 2014:

- **novembro de 2001**

Azerbaijão e Cazaquistão assinaram um acordo de delimitação.

- **abril de 2002**

A Primeira Cúpula dos Estados Cáspios foi realizada em Ashgabat.

- **setembro de 2002**

A região norte do Cáspio foi demarcada pela assinatura de um tratado entre o Azerbaijão e a Rússia sobre a delimitação de áreas adjacentes no leito do Cáspio.

- **maio de 2003**

Acordo trilateral entre Azerbaijão-Cazaquistão-Rússia sobre o Ponto de Convergência das linhas de delimitação das Áreas Adjacentes do Leito do Cáspio.

- **outubro de 2007**

A Segunda Cúpula dos Estados Cáspios foi realizada em Teerã.

- **novembro de 2010**

A Terceira Cúpula dos Estados Cáspios foi realizada em Baku. O Acordo sobre Cooperação de Segurança no Mar Cáspio foi assinado.

- **setembro de 2014**

A Quarta Cúpula dos Estados Cáspios foi realizada em Astracã.

- **dezembro de 2014**

O acordo entre o Cazaquistão e o Turcomenistão sobre a Delimitação do Leito do Mar Cáspio foi assinado.

Conforme citado no terceiro capítulo, o primeiro acordo bilateral para a definição de fronteiras no Cáspio foi realizado por Rússia e Cazaquistão em 1998. À época, ambos os países chegaram a um consenso sobre suas fronteiras em uma decisão que foi mal recebida pelo Irã e sob reticências do governo do Turcomenistão. O acordo foi viabilizado por uma mudança de posição russa importante, onde o país reavaliou certas prioridades e buscou construir políticas mais pragmáticas e construtivas, segundo Sheikhmohammady, Klgour e Hipel (2010).

Em vez de do que continuar a opor-se à aliança *de facto* do Azerbaijão, da Turquia e dos EUA, A Rússia iniciou um processo de cooperação com todos os outros estados do litoral cáspio, promovendo mutuamente projetos benéficos na esfera energética. Embora reafirmasse a validade dos dois tratados firmados entre o Irã e a União Soviética (datados de 1921 e 1941), a Rússia passou a defender publicamente que especificamente em relação ao leito do Mar Cáspio, este fosse dividido entre os cinco estados costeiros com base no método da linha mediana modificada ¹⁴⁰. Essa mudança de postura refletia, de acordo com segundo Sheikhmohammady, Klgour e Hipel (2010), um interesse estratégico da Rússia em garantir que os oleodutos fossem construídos em seu território.

¹⁴⁰ Cabe rememorar que apesar da nova postura em relação ao leito, a Rússia e o Cazaquistão acordaram, em 1998, o estabelecimento de um condomínio para gestão da bacia hídrica do Cáspio e seus recursos. (Raczka, 2000, p.210-211).

A partir dessa primeira decisão – juntamente a um cenário favorável¹⁴¹ – houve um particular avanço nas negociações bilaterais e trilaterais na região. Entre 1998 e 2004, Rússia, Cazaquistão e o Azerbaijão, em que pese possíveis disputas em outras áreas como a de fluxos energéticos, foram protagonistas no processo de negociações que levaram a alguns acordos bilaterais e trilaterais sobre a delimitação da parte norte do mar Cáspio e gestão dos recursos regionais (Bayramov, 2021).

Em 9 de janeiro de 2001, conforme citado brevemente no capítulo anterior, os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e do Azerbaijão, Aydar Aliev, assinaram uma declaração conjunta sobre o status do Mar Cáspio. Nesta declaração foi definido que o Mar Cáspio seria utilizado exclusivamente para fins pacíficos, como uma zona de paz e amizade, e que todos os problemas relacionados ao Mar Cáspio seriam resolvidos apenas por meios pacíficos. Apesar da manutenção de divergências em torno das fronteiras, a Declaração de Baku (United Nations, 2002) foi essencial para a aproximação de ambos os governos. No mesmo ano, em novembro, outro acordo seria assinado, dessa vez mais relevante. Azerbaijão e Cazaquistão firmariam um acordo bilateral para regular a gestão dos recursos minerais do leito marinho e do subsolo do Mar Cáspio. O documento, no entanto, não se aplicava à diversidade biológica e à navegação nas águas do Cáspio.

A delimitação entre Azerbaijão e Cazaquistão foi seguida de dois movimentos distintos no Cáspio. O primeiro foi o de rejeição por parte de Irã e Turcomenistão sobre o acordo. A posição iraniana manteve-se similar a posições anteriores e o país levou seu descontentamento até as Nações Unidas (United Nations, 2002a), em um movimento que obrigou ambos os países signatários do novo acordo a se posicionarem perante ao secretário geral da organização (United Nations, 2002b). A essa tensão, seguiu-se a Primeira Cúpula dos Estados Cáspios que foi realizada em 2002 na cidade de Ashgabat. Naturalmente, em decorrência dos tensionamentos entre alguns dos países participantes, a cúpula teve limitados resultados e foi encerrada sem uma declaração conjunta dos líderes presentes. Apesar disso, a ausência de um consenso não limitou os esforços de cooperação na região.

Fora do escopo das negociações sobre a delimitação do Mar Cáspio, o ano de 2003 foi profícuo. Em novembro houve a assinatura do primeiro acordo multilateral entre os Estados Cáspios para a criação de uma estrutura de proteção do seu ambiente marinho comum. A

¹⁴¹ Segundo Liakopoulou (2018), as mudanças políticas internas na Rússia, a posição firme mantida pelo Azerbaijão e pelo Cazaquistão e os investimentos de empresas internacionais de energia foram os principais fatores que levaram a Rússia a mudar sua posição no início dos anos 2000 e permitiram a assinatura dos acordos.

Convenção-Quadro para a Proteção do Ambiente Marinho do Mar Cáspio¹⁴², mais conhecida como Convenção de Teerã, foi assinada em 4 de novembro de 2003. O tratado estabeleceu as diretrizes fundamentais para a regulamentação dos impactos das atividades humanas no ecossistema marinho, abordando a preservação dos recursos biológicos e a cooperação entre as partes na implementação de medidas de proteção ambiental no Cáspio (Ministério..., 2013). A convenção abriu portas para que nos anos seguintes fossem construídos encontros entre as partes para debates outros temas concernentes ao meio ambiente e biodiversidade no Cáspio. Dessas, resultariam outros protocolos que reforçariam a cooperação regional para tais temas.

Em relação às delimitações transfronteiriças, também em setembro 2003 foi anunciado em meio à 11ª sessão especial do grupo de trabalhos *ad hoc* para a elaboração da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio que seria celebrado o acordo trilateral entre Azerbaijão-Cazaquistão-Rússia sobre o Ponto de Convergência das linhas de delimitação das Áreas Adjacentes do Leito do Cáspio (Trilateral..., 2003). O documento confirmava a percepção convergente dos países signatários em relação a divisão do Cáspio, criando uma linha equidistante para a divisão de fronteiras entre os países. Assim, o acordo tripartite dividiu 64% da parte norte do leito e do subsolo do Mar Cáspio em três partes desiguais, deixando livres as águas do Cáspio ao uso compartilhado para comércio marítimo e pesca. O Cazaquistão obteve 27%, enquanto a Rússia recebeu 19% e o Azerbaijão 18% do mar Cáspio, uma proporção que não foi reconhecida pelo Irã e pelo Turcomenistão.

O não reconhecimento do Irã e do Turcomenistão, por sua vez, causaram um esfriamento nos avanços das negociações envolvendo os países litorâneos do mar Cáspio. As 2ª e 3ª Cúpulas do Cáspio dos líderes dos estados litorâneos do mar Cáspio só ocorreria em 2007 e em 2010, após o Irã ter suavizado sua posição em relação a divisão do mar, algo que ocorreu em decorrência do seu isolamento durante as negociações para a Convenção. Em relação às cúpulas, elas se tornaram as primeiras a serem finalizadas com um comunicado multilateral de autoria dos países envolvidos na Cúpula. Ainda assim, as declarações foram relevantes, mas não extinguiram as disputas sobre as fronteiras regionais. Em 2007 o comunicado dos países reconhecia a soberania dos estados litorâneos do cáspio em relação às suas águas e bens naturais. Além disso, o acordo definiu que apenas países litorâneos poderiam estabelecer navios militares nas águas cáspias. A terceira cúpula também considerada produtiva, ainda mais devido ao cenário de maior isolamento iraniano devido às sanções

¹⁴² *Framework Convention for the Protection of the Marine Environment of the Caspian Sea ou Teeran Convention* em inglês. Ainda que assinada em 2003, ela entraria em vigor apenas em 12 de agosto de 2007 (MINISTÉRIO..., 2013).

americanas (Bayramov, 2021). Ela produziu um acordo para cooperação de segurança no mar Cáspio, além de ter sido palco de importantes debates sobre a preservação do meio ambiente regional.

Ainda que houvesse um certo nível de avanço nos acordos bilaterais e trilaterais, estes tinham um papel dicotômico no processo para construção da definição legal do mar Cáspio. É inegável a relevância de um acordo bilateral ou trilateral para as perspectivas de um acordo para a criação de uma convenção para o status jurídico do Cáspio. No entanto, era também perceptível que acordos bilaterais ou trilaterais geravam conflitos de interesses entre os países cáspios. Além deles, também é possível apontar que, entre os anos 2000 e 2010, a divergência em torno do status legal persistiu devido à estrutura legal inadequada, à sobreposição de reivindicações territoriais, expectativas distintas entre os Estados litorâneos e ambiguidade na classificação geopolítica do mar Cáspio (Mianabadi, 2014). Contudo, a partir de 2014, a Crise na Crimeia impactaria o cenário global, gerando (ainda mais) incertezas sobre o futuro das negociações para o status legal do mar Cáspio.

5.4.2. O efeito Crimeia no setor energético cáspio

Como foi parcialmente evidenciado nesse capítulo, o início dos anos 2000 foram um período onde paulatinamente começou a ser desenhado um cenário de declínio nas relações entre Rússia e Estados Unidos. A deterioração desse relacionamento foi se construindo a partir de uma série de eventos que modificaram “acordos de cavalheiros” do período do fim da Guerra Fria e colocaram em conflito interesses de ambas as potências, em especial os interesses no entorno estratégico russo. Esse declínio pode ser compreendido à luz de dois fenômenos principais: a contínua expansão do hegemon, Estados Unidos, e o ressurgimento da Rússia como uma grande potência global. Esses priocessos foram concretizados por meio de políticas nacionais específicas, que alimentaram tensões crescentes entre as duas potências.

A busca pela expansão do poder hegemônico americano no sistema internacional foi especialmente visível através de 3 principais iniciativas: o alargamento da OTAN, a ampliação da União Europeia e a promoção de ideais liberais político-econômicos, com destaque para o valor democrático na política contemporânea (Mearsheimer, 2014). A partir do fim dos anos 1990, a OTAN incorporou novos membros, em movimentos sucessivos que ignoraram as claras e crescentes reservas russas e comprometeram os entendimentos informais estabelecidos no fim da Guerra Fria. Apesar de um consenso inicial entre líderes ocidentais e soviéticos sobre a presença da OTAN na Europa para garantir uma Alemanha unificada, não havia anuência russa para a ampliação da organização (Mearsheimer, 2014). Ainda assim, a expansão prosseguiu,

aumentando o alcance ocidental até áreas tradicionalmente vistas pela Rússia como seu entorno estratégico como a Geórgia e a Ucrânia em 2008.

A expansão da União Europeia e a promoção de interdependência econômica, dos ideais liberais e democráticos ocidentais na Europa Oriental através do financiamento de indivíduos e organizações alinhados com tais prerrogativas também tiveram impacto direto nesse cenário. Por um lado, houve uma importante expansão da União Europeia em direção à esfera de influência russa nos anos 2000 quando países como Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia e Bulgária se tornaram membros do bloco. Esse movimento permitiu a propagação mais consistente da ideologia liberal e dos valores ocidentais na esfera de influência russa, destacadamente no espaço pós-soviético. No caso ucraniano, por exemplo, o governo dos Estados Unidos financiou por meio da *National Endowment for Democracy* (NED) mais de 60 projetos voltados para a promoção da sociedade civil no país.

As chamadas “revoluções coloridas” – como na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004 e Quirguistão em 2005 – representaram frutos dessa expansão da União Europeia e do processo financiado de aproximação dos países pós-soviéticos dos modelos políticos e econômicos ocidentais. Para a Rússia, tais movimentos e fenômenos foram percebidos como instrumentos de influência norte-americana na sua esfera de influência, minando sua posição geopolítica ali e criando uma ameaça direta à Rússia (Lemos, 2023).

Em paralelo, a Rússia buscava consolidar sua posição como potência global, tanto para reafirmar seu status no cenário internacional quanto para resistir à expansão ocidental. Sobre a reafirmação do poder russo, Lemos (2023, p.58) afirma que “a Rússia manifesta enfaticamente sua identidade como uma grande potência, procurando não apenas um papel determinante em questões globais, mas também o reconhecimento internacional de sua esfera de influência”. Nesse sentido, na primeira década do século XXI a Rússia passou por grandes transformações internas e na política externa (algumas citadas previamente) que também foram desenhadas para consolidar seu poder no sistema internacional. Tal interesse está presente inclusive em discursos e documentos oficiais do governo russo. Em 2008, por exemplo, o então presidente Dmitry Medvedev inseriu oficialmente a multipolaridade entre os princípios fundamentais da política externa russa, uma ambição que desafia a condição de hegemonia solitária dos Estados Unidos (Medvedev *apud* Reynolds, 2008).

Em 2009, outra reafirmação das ambições russas. Em decreto oficial do presidente Medvedev, foi estabelecido o “*National Security Strategy of the Russian Federation to 2020*”. Nele, fica definido como interesse e prioridade estratégica nacional: “*transforming the Russian Federation into a world power, whose activity is directed at supporting the strategic stability*

and mutually beneficial partner relationships within the multipolar world.” (Russian Federation, 2009). Para alcançar esse e outros interesses nacionais, o governo russo ainda se comprometeu a concentrar esforços e recursos para a estabilidade e parceria estratégica equitativa, com base na participação ativa da Rússia no desenvolvimento do modelo multipolar do sistema internacional. (Russian Federation, 2009). Essa afirmação da Rússia enquanto grande potência promotora de um mundo multipolar implicava – e ainda implica – em direitos específicos dentro de seu entorno estratégico (Lemos, 2023).

O esforço de autoafirmação russa foi acompanhado por uma crescente preocupação do Kremlin com a influência dos Estados Unidos em seu entorno estratégico. O caráter expansionista americano, promovido pelas políticas supracitadas, colocava esses direitos e a influência russa em seu entorno estratégico sob risco. As revoluções coloridas foram um sinal de atenção para os russos e, a partir de 2007, as relações entre Moscou e Washington entraram em um período de declínio acentuado, marcado por discursos mais assertivos e políticas que contrastavam com os valores e objetivos ocidentais. Como parte dessa estratégia, a Rússia passou a apoiar ativamente instituições alternativas¹⁴³ à liderança estadunidense, em um processo de defesa que naturalmente desafiava as estruturas hegemônicas que moldavam o sistema internacional.

Assim, o período analisado reflete uma coexistência de interesses conflitantes: de um lado, a expansão da influência ocidental na Europa e no entorno russo, simbolizada pelo alargamento da OTAN, pela ampliação da União Europeia e pela promoção de valores democráticos. Do outro, o ressurgimento da Rússia como potência determinada a preservar sua posição estratégica e resistir ao que percebia como avanços hostis em sua zona de influência. Esses fatores contribuíram para a formação de um ambiente de tensões crescentes que ainda molda as relações internacionais contemporâneas.

Em 2008, haveria um choque desses interesses. Na 20ª Reunião de Cúpula da OTAN, em Bucareste, parte dos membros da organização considerou admitir a Geórgia e Ucrânia como membros plenos (Mearsheimer, 2014). Ainda que não tenha havido consenso sobre o tema, à medida que alguns países evitavam medidas consideradas antagônicas aos russos, o evento terminou com uma declaração garantindo a admissão de tais países em um futuro não formalizado (Mearsheimer, 2014). A formalização das intenções de admissão gerou um alerta

¹⁴³ Segundo Késsio Lemos (Lemos, 2023, p.49-51), com o objetivo direto no restabelecimento de sua influência no espaço pós-soviético, por vezes a política externa russa buscou instrumentalizar organizações como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e desenvolver relações amigáveis e parcerias estratégicas entre seus Estados membros. No caso do OTSC, este pode ser considerado um produto direto do institucionalizado em 2002,

público do governo russo. Em abril do mesmo ano o então presidente Putin¹⁴⁴ afirmaria que qualquer tentativa de expansão da OTAN em direção às suas fronteiras seria vista como uma ameaça (Dawar, 2008).

A seguir desses avisos, seguiria-se a Guerra Russo-Georgiana em agosto de 2008¹⁴⁵. No período antecedente ao conflito, o presidente georgiano Mikheil Saakashvili articulou ações ofensivas para retomar o controle sobre a Abecásia e a Ossétia do Sul, duas regiões separatistas na fronteira entre Geórgia e Rússia. Contudo, quando o conflito entre exército georgiano e as forças separatistas ossetas eclodiu, Moscou decidiu intervir. O envio de tropas russas conteve a tentativa de retomada de controle georgiana sobre a Ossétia do Sul e formalizou o envio de tropas para ambas as regiões separatistas. A reação contundente russa ao que percebeu como uma ameaça à sua influência no seu entorno estratégico é considerada por Mearsheimer (2014) como um aviso russo sobre seus interesses nesse espaço e em relação à OTAN. No entanto, a OTAN e a União Europeia não abandonariam suas aspirações na região.

Os esforços para integrar Estados do entorno estratégico russo às estruturas político-econômicas e securitárias ocidentais, em especial a Ucrânia, seria mantido ao longo dos anos seguintes. No caso ucraniano, além da aproximação com a OTAN, as negociações para a assinatura de um Acordo de Associação entre a Ucrânia e a UE avançavam, sinalizando uma aproximação econômica e institucional do país ao modelo ocidental. Essa convergência de fatores alimentava as divisões internas da Ucrânia, exacerbando a polarização entre a população pró-Occidente, concentrada no oeste do país, e a população pró-Rússia, predominante no leste e no sul do país.

O processo atingiu um ponto crítico em novembro de 2013, quando o então presidente Viktor Yanukovich decidiu suspender o Acordo de Associação com a UE por prazo indeterminado (Bianco; Serpa, 2017, p.99). Em vez disso, Yanukovich aceitou um pacote econômico russo de US\$ 15 bilhões e promessas de preços reduzidos no gás natural, o que foi percebido como uma reaproximação à Rússia. A decisão gerou uma onda de protestos conhecidos como *Euromaidan*, que logo se transformaram em manifestações amplas contra a corrupção e o autoritarismo do governo. A repressão violenta aos protestos agravou a situação, culminando na queda de Yanukovich em fevereiro de 2014 (Bianco; Serpa, 2017, p.99). O novo governo, alinhado ao Ocidente (Mearsheimer, 2014), foi interpretado por Moscou como resultado de um golpe apoiado por potências ocidentais, especialmente pelos Estados Unidos.

¹⁴⁴ A sucessão presidencial russa ocorreria em maio de 2008. Portanto, no período supracitado Vladimir Putin ainda era presidente da Federação Russa.

¹⁴⁵ Para informações mais detalhadas sobre o papel russo na Guerra Russo-Georgiana, ler Karagiannis (2014).

Conforme citam Bianco e Serpa (2017), poucas semanas após a deposição de Yanukovych, a população da Crimeia (região com status especial dentro da Ucrânia por ser sede da base militar russa de Sebastopol) realizou um referendo onde 96% de sua população optou pela integração da região à Rússia. Ainda que fortemente contestado pela comunidade internacional, o referendo abriu um precedente de atuação. A partir disso, a resposta de Moscou foi rápida. O exército russo ocupou militarmente a Crimeia¹⁴⁶, alegando a necessidade de proteger os direitos da população russa na península¹⁴⁷ e de salvaguardar os interesses estratégicos da Rússia. Em março de 2014, a Rússia formalizou anexação da Crimeia ao seu território. Moscou justificou sua ação como uma medida defensiva contra a expansão ocidental, reforçando sua oposição à possibilidade de que a Ucrânia se tornasse um bastião da OTAN em sua fronteira. Ao mesmo tempo, a Rússia apoiou movimentos separatistas nas regiões de Donetsk e Lugansk, no leste da Ucrânia, alimentando um conflito que permanece ativo até hoje.

A resposta do Ocidente foi marcada por sanções econômicas contra a Rússia e um apoio político renovado à Ucrânia. Os Estados Unidos lideraram a imposição de medidas punitivas direcionadas a setores estratégicos da economia russa, como finanças, defesa e energia (US Department of State, 2025; US Department of Treasury, 2014). No caso do setor energético, entre 2014 e 2018, os Estados Unidos implementaram um conjunto abrangente de sanções que tiveram algum impacto no setor energético russo. Deste, destacaram-se a proibição da exportação de tecnologias avançadas essenciais para a exploração de petróleo em águas profundas, no Ártico e em formações de xisto, além de restrições ao financiamento de longo prazo para empresas russas como Rosneft e Gazprom. Um dos efeitos principais dessas proibições foi o término da parceria entre ExxonMobil e Rosneft em projetos para exploração de fontes fósseis no Ártico, algo que frustrou a cúpula da empresa americana. De acordo com a ExxonMobil, as sanções penalizavam injustamente empresas americanas, enquanto permitiam a ocupação dos espaços de exploração em território russo por empresas de outros países, como a China (Scheyder; Soldatkin, 2018).

A União Europeia, por sua vez, impôs restrições à exportação de equipamentos e serviços especializados para exploração de petróleo em condições similares, complementando essas medidas com a proibição de novos investimentos em projetos relacionados à exploração

¹⁴⁶ Segundo da Silva (2022) e Karagiannis (2014), antes da ocupação oficial militar, forças armadas, sem distintivos militares ocuparam a região da Crimeia. Quando questionado, o governo russo negou relação com esses movimentos.

¹⁴⁷ De acordo com o Comitê de Estatísticas do Governo Ucrâniano, em 2001 a população da Crimeia era composta majoritariamente por russos étnicos, que representavam cerca de 58% da população da península (Ukraine, 2001).

energética na Crimeia. Além disso, o bloco europeu congelou ativos de empresas e indivíduos envolvidos em operações energéticas consideradas ilegais na península e limitou significativamente contratos empresariais na região. Essas sanções demonstraram a convergência transatlântica na tentativa de conter as ações russas (Council of the European Union, 2015). No entanto, cabe destacar que as sanções aplicadas ao setor energético russo foram de alcance limitado devido à relação de dependência europeia dos hidrocarbonetos russos.

O período de 2008 a 2014 revelou as profundas contradições entre os interesses estratégicos do Ocidente e da Rússia em relação à Ucrânia. A tentativa de integrar o país às estruturas ocidentais desconsiderou as preocupações de Moscou e subestimou a importância geopolítica que a Ucrânia representa para a Rússia (Mearsheimer, 2014). Por outro lado, a resposta russa, embora eficaz para proteger seus interesses imediatos reforçou a percepção de uma nova divisão geopolítica no sistema internacional. A crise na Ucrânia afetou equilíbrios regionais e as dinâmicas de poder existentes a nível global, impactando direta e indiretamente outras regiões do globo.

No contexto do Mar Cáspio, esta pesquisa buscou analisar o impacto da crise na Crimeia sobre a região e seu setor energético. Inicialmente, predominava a percepção de que países como Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão enxergariam o episódio como um precedente para uma possível expansão russa em direção à região do Cáspio. Nesse sentido, uma interpretação amplamente difundida entre analistas americanos e europeus apontava que esses países buscaram automaticamente diversificar suas parcerias, reduzindo sua dependência da Rússia e impactando sua influência no cáspio.

A previsão geral teve certa reprodução na realidade. Entre 2014 e 2018 os três países cáspios que outrora integraram o espaço soviético utilizaram-se da característica multivetorial (Smith Stegen; Kuznir, 2015) das suas políticas externas para diversificar seus parceiros energéticos. China, Turquia, a União Europeia e os Estados Unidos foram alguns dos atores que estiveram presentes na região, negociando parcerias em diversas esferas como segurança, economia e infraestrutura (Gadimova, 2017; Veliyev, 2014). Dentro do Cáspio, parcerias com o Irã para exploração offshore também foram consideradas, ainda que tenham enfrentado limitações impostas pelas sanções americanas (Smith Stegen; Kuznir, 2015). No caso do campo energético, novos contratos de exploração e uma reconfiguração das rotas de exportação de petróleo e gás natural foram pontos abordados em negociações multilaterais. No entanto, a ênfase dada por alguns analistas a essa diversificação como uma consequência direta da crise na Crimeia pode ser superdimensionada.

A política externa multivetorial já era uma característica consolidada desses países antes de 2014, refletindo uma estratégia de longo prazo voltada para a redução da dependência de um único parceiro e a maximização de ganhos geopolíticos e econômicos. Dessa forma, embora a crise possa ter intensificado esse movimento, ela não foi necessariamente seu ponto de origem. Outra questão importante nesse contexto é o crescente papel chinês na região. Durante o período analisado, a *Belt and Road Initiative* estava sendo estabelecida na Eurásia, promovendo transformações nos fluxos comerciais a partir de seus altos investimentos (Kramer, 2018). No caso da energia, a BRI teve papel importante para a reorientação de certas exportações de países cáspios como o Turcomenistão e Irã¹⁴⁸. Nesse sentido, a política externa multivetorial de alguns desses países teve um encaixe significativo com a construção da BRI no ambiente regional.

Em que pese a Rússia ter sido relativamente impactada por esse novo concorrente no Cáspio, o enfraquecimento da sua influência regional, conforme descrito pelos analistas, também é um ponto contestável. Decerto, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão efetivamente buscaram diversificar parcerias diplomáticas, econômicas e políticas durante o período e a China se colocou como postulante a forte parceira político-econômica de alguns desses países. Contudo, o diálogo e a cooperação entre esses países e a Rússia, assim como as relações russo-iranianas, não sofreram uma ruptura. Isso se deve *também* à característica multivetorial da política externa dos três países supracitados, onde estes buscam uma atuação relativamente independente e não alinhada na sua política externa¹⁴⁹. Importa destacar que durante a votação do draft de resolução A/68/L.39, referente à "Integridade territorial da Ucrânia" e legalidade dos referendos da Crimeia e Sebastopol, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Cazaquistão optou pela abstenção, enquanto Irã e Turcomenistão não estiveram presentes na votação. Entre os países da região, apenas o Azerbaijão — historicamente mais alinhado às potências ocidentais — votou pela ilegalidade dos referendos (United Nations, 2014).

Amparado por essa postura da maioria dos países cáspios e ao contrário do que previam algumas interpretações iniciais, Moscou manteve sua relevância como um ator central na dinâmica energética do Cáspio. Apesar do interesse supracitado na reconfiguração das rotas energéticas, a infraestrutura já existente de oleodutos e gasodutos continuou operando sem

¹⁴⁸ A China em 2014 foi a maior parceira comercial do Irã (Reuters, 2015)

¹⁴⁹ No caso do Cazaquistão, tal postura consta oficialmente nos documentos das sessões de votação referentes à integridade territorial da Crimeia (United Nations, 2014). Além dela, a visita oficial do presidente Nazarbayev a Kiev em dezembro de 2014, onde o presidente reafirmou seu comprometimento com a cooperação bilateral entre Cazaquistão e Ucrânia também pode ser observada enquanto um sinal de relativa independência do Kremlin (Dzhuraev, 2015, p.3).

grandes alterações. Além disso, acordos energéticos foram renovados e, em alguns casos, expandidos. O Cazaquistão, por exemplo, seguiu exportando petróleo pelo oleoduto CPC, que passa pelo território russo até o Mar Negro. No período entre 2014 e 2018, o oleoduto passou por expansões tanto em território russo quanto Cazaquistão, o que aumentou a capacidade de transporte do oleoduto (The last..., 2018).

O Turcomenistão, por sua vez, diversificou suas exportações de gás natural com o desenvolvimento do gasoduto TAPI (Reyaz, 2015), o fortalecimento de sua parceria com a China no fornecimento de gás natural (Smith Stegen; Kuszniir, 2015). Além disso, o país também participou de negociações para integrar o *Southern Gas Corridor*. No entanto, as relações energéticas com a Rússia se mantiveram, apesar de certos percalços. Após uma interrupção nas exportações de gás para a Rússia durante um período de dois anos, as negociações para retomar o fornecimento foram iniciadas em 2017 e finalizadas positivamente em 2019, refletindo a interdependência contínua entre os dois países (Mukhtarli, 2017).

O Azerbaijão, por sua vez, é o Estado que mais apostou na diversificação de rotas de exportação de gás para a Europa por meio do *Southern Gas Corridor* (Smith Stegen; Kuszniir, 2015). Esse movimento reflete a estratégia do país de reduzir sua dependência da influência russa na região, impulsionando tanto a expansão do campo de Shah Deniz quanto o desenvolvimento dos projetos associados ao *Southern Gas Corridor*. Sua posição em relação à Crise na Crimeia também aponta para uma maior desvinculação da influência russa (United Nations, 2014). No entanto, essa postura de maior independência não significou necessariamente um afastamento total de Moscou. Questões sensíveis ao governo azeri como a postura russa enquanto mediadora no conflito em Nagorno-Karabakh reforçam historicamente a necessidade da manutenção de relações profícuas ou pelo menos amenas entre ambos os países, panorama que se manteve durante o período.

No que tange à energia no Cáspio, apesar da sua busca pela diversificação, o país também preservou sua cooperação energética com Moscou em algumas áreas estratégicas, como no caso do transporte de petróleo azerbaijano pelo gasoduto Baku-Novorossiysk. Ademais, ambos os países se somaram ao Irã em um encontro oficial em 2016, denominado Encontro Trilateral. Nele, a indústria energética foi um tema prioritário e os países se comprometeram a desenvolver de maneira conjunta diversas iniciativas, entre elas a de exploração e desenvolvimento de campos de óleo e gás no Mar Cáspio (Trilateral Meeting..., 2016).

Por fim, o Irã adotou uma postura de neutralidade em relação a Crimeia e de cooperação com o governo russo em diversos temas. Destes, se destacam as negociações para um novo

acordo nuclear, assinado em 2015, que aproximou ambos os países, além de outros projetos no setor energético que poderiam alcançar 30 bilhões de dólares (Iran..., 2017). Para o setor energético do Mar Cáspio, no entanto, poucas informações foram encontradas, a não ser o projeto conjunto de exploração offshore na região, formalizado no Encontro Trilateral de 2016.

Dessa forma, ainda que a anexação da Crimeia e as sanções ocidentais tenham incentivado os países cáspios a diversificar suas parcerias energéticas, a previsão de uma perda significativa da influência russa na região não se concretizou. A Rússia manteve seu papel como um ator fundamental no setor energético cáspio, evidenciando a complexidade das relações geopolíticas e a resiliência de sua presença na região. Ademais, a resiliência da influência russa não se limitou à manutenção de sua presença no setor energético do Cáspio. Como será observado a seguir, a Rússia esteve presente durante todo o processo de negociação para a construção de um consenso regional sobre o estatuto legal do mar, essencial para o pleno desenvolvimento do setor energético regional.

5.5 A Convenção Legal para o Status do Mar Cáspio e suas implicações para o campo energético regional (2018-2022)

Ao contrário do que poderia se pensar inicialmente, não há indícios consistentes de que a Crise da Crimeia fomentou rivalidades intrarregionais ou prejudicou o processo de negociação para a Convenção Legal para o Status do Mar Cáspio. Na verdade, pode-se aferir que a partir desse fenômeno, somado ao evento da BRI, criou-se um contexto propício para que os países do Cáspio intensificassem seus esforços para alcançar um consenso sobre o status jurídico do Mar Cáspio. Primeiro, haviam as questões relacionadas à segurança e estabilidade regional, que ocupavam um lugar de centralidade no pensamento estratégico dos países costeiros. Devido a distintas causas, os países no Cáspio, em especial Rússia e Irã, tinham o interesse comum de evitar uma militarização e ocupação estrangeira das águas cáspias (Iran, 2014; Russia, 2014a).

A anexação da Crimeia demonstrou a capacidade da Rússia de recorrer ao uso da força para garantir seus interesses estratégicos. Tal fato gerou preocupações entre os países do Cáspio. Azerbaijão e Cazaquistão viam a indefinição jurídica sobre as fronteiras marítimas como um fator de instabilidade, aumentando os riscos para seus investimentos e sua soberania. Além disso, a perspectiva de uma crescente presença militar russa do Cáspio era uma questão analisada com seriedade para vários desses Estados. Sob outro prisma, Rússia e Irã se opunham firmemente a qualquer tentativa de potências externas, como os Estados Unidos e a OTAN, de influenciar os rumos do Cáspio. Ambos viam com preocupação os laços entre a OTAN e países

como Azerbaijão e Cazaquistão¹⁵⁰, interpretando essa aproximação como um possível indício de interesse da aliança em estabelecer presença militar na região. Diante desse cenário de diferentes visões¹⁵¹, mas interesses comuns, os Estados costeiros aceleraram as negociações para um acordo que restringisse a atuação de forças militares estrangeiras no Cáspio.

Por outro lado, também havia um consenso geral de que a falta de uma definição jurídica sobre o mar dificultava a expansão de projetos energéticos *offshore* por produzir uma sensação de insegurança entre possíveis parceiros comerciais. Além disso, a indefinição jurídica também prejudicava o desenvolvimento do setor por criar contendas bilaterais e/ou multilaterais, como o caso da disputa entre Azerbaijão e Turcomenistão pela posse do campo de Serdar/Kyapaz (EIA, 2025). Por fim, ainda no aspecto econômico e energético, o papel da China na região crescia ao longo do período, o que foi apontado por especialistas como Shota Utiaşvili (Kramer, 2018) como uma das razões para que a Rússia se tornasse mais aberta ao diálogo com os países cáspios.

Com um contexto propício e a compreensão apurada dos países envolvidos, as negociações foram intensificadas em 2014. Em setembro do mesmo ano a 4ª Cúpula do Cáspio, realizada em Astracã, Rússia, resultou na assinatura de uma declaração preliminar, na qual os cinco países concordaram superficialmente em princípios-chave para a atividade dos Estados costeiros nas águas cáspias. Dentre estes, dois merecem atenção destacada. Um deles dizia respeito à manutenção da segurança regional e da estabilidade da balança de poder. Assim, acordou-se que assuntos de governança do Cáspio deveriam ser resolvidos exclusivamente entre as partes, proibindo a presença militar estrangeira (Russia, 2014a; Iran, 2014). O presente ponto representou o afastamento da OTAN e de forças militares americanas e europeias da região. Considerado crucial para os interesses russos e iranianos, a sua inclusão em uma declaração referente ao esboço da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio foi uma vitória diplomática russa e iraniana (Aryan, 2014).

O outro princípio-chave acordado foi mais complexo e portanto, extremamente relevante. Após rodadas de negociações na 4ª Cúpula do Cáspio, houve um acordo inicial sobre a redação quanto à delimitação das áreas marítimas, do leito do mar, do subsolo, bem como sobre as regras e regimes de navegação e da pesca na região (Russia, 2014a; Aryan, 2014).

¹⁵⁰ Desde pelo menos 2002, Azerbaijão e Cazaquistão tem relações com a OTAN e são beneficiários do *Individual Partnership Action Plan* (IPAP), programa desenvolvido para países parceiros da organização que desejam aprofundar sua cooperação com a aliança sem necessariamente buscar a adesão plena como membro (Aliyev, 2014; OTAN, 2008)

¹⁵¹ Cabe apontar também que infelizmente foram encontradas poucas informações a respeito da visão turcomena sobre a situação.

Nesse sentido, houve o reconhecimento da soberania nacional de cada país sobre uma faixa de 15 milhas náuticas ao largo de suas respectivas costas e dos direitos exclusivos dos cinco Estados para a exploração de recursos biológicos aquáticos em uma faixa adicional de 10 milhas adjacente às zonas de soberania nacional. Por fim, além dessas duas zonas que totalizam 25 milhas náuticas, houve disposição comum entre as partes envolvidas de que o restante do mar fosse a partir de então considerado uma zona de uso comum (Russia, 2014b). No entanto, os presidentes enfatizaram que a definição dos métodos específicos para determinar as linhas costeiras de referência para esses cálculos seria objeto de consultas futuras.

A decisão de adiar a definição dos métodos para determinar as linhas costeiras foi motivada por divergências entre os países litorâneos. A geografia do Mar Cáspio é heterogênea, e essas diferenças representavam um desafio particular para o Irã durante as negociações da Cúpula. Dependendo do método adotado, as características da costa iraniana poderiam acarretar em uma definição do espaço territorial iraniano no Cáspio como algo equivalente a 13% do Cáspio, um número bem abaixo dos 20% que o país considerava ter direito¹⁵². Isso impactaria diretamente na perda de uma área potencialmente rica em petróleo e gás natural, algo que Teerã considerava inaceitável, especialmente diante de suas descobertas recentes na região.

Em 2012, pela primeira vez em mais de um século, o Irã descobriu reservas de petróleo em suas águas do Mar Cáspio. A descoberta ocorreu no campo petrolífero e de gás Sardar-e Jangal, localizado na costa da província de Gilan, na fronteira com o Azerbaijão. Ela revelou uma camada de petróleo com reservas estimadas em 2 bilhões de barris de óleo (Rajabova, 2015). Além do volume expressivo, o petróleo encontrado se destacava por sua alta qualidade. Diante desse cenário, a definição das fronteiras marítimas no Cáspio assumiu um caráter ainda mais estratégico para o Irã, que passaria a buscar garantir o controle sobre suas reservas recém-descobertas e impedir qualquer delimitação que comprometesse seu acesso a essas riquezas (Rajabova, 2015).

Dado que os países não alcançaram um acordo sobre a definição do método das linhas de demarcação, o acordo na Cúpula foi o de postergar essa decisão para um momento futuro, o que foi acatado por todas as partes. Assim, ainda que com as divergências sobre a delimitação de fronteiras, a Quarta Cúpula do Cáspio foi finalizada com a assinatura de uma declaração conjunta dos países referente ao consenso sobre os princípios-chave para o texto base da convenção. Apesar de não representar uma mudança oficial do regime Cáspio, a cúpula foi

¹⁵² Para compreender melhor as diferenças geográficas e seus impactos na divisão do Mar Cáspio leia Kaleji (2021), Abadikhah (2023) e Janusz-Pawletta (2021).

fundamental para construir o primeiro esboço de uma convenção que solucionasse as questões históricas regionais. Seus resultados foram considerados promissores e as expectativas da maioria dos líderes envolvidos era a da assinatura da convenção em um futuro próximo, como fica claro na declaração do presidente Putin abaixo:

I will not say that all questions are fully resolved, but their number has significantly decreased. The experts were tasked to intensify consultations on several remaining issues, so there is reason to believe that in the near future, we will come up to the signing of the convention (...) ¹⁵³ (Orazgaliyeva, 2014)

Com pontos importantes minimamente acordados por todos os países, as negociações para a convenção aceleraram-se por meio de encontros ministeriais e de especialistas dentro do escopo dos grupos especiais de trabalho para a construção do texto base para o acordo. No campo energético, a perspectiva cada mais sólida de um acordo que solucionasse a questão do Cáspio construiu um ambiente de otimismo. Foram realizados acordos bilaterais, trilaterais e multilaterais ¹⁵⁴ em torno da exploração dos recursos energéticos regionais (Trilateral Meeting..., 2016; Azerbaijan, 2018; President..., 2018; Hasanov, 2017; CNPC, 2025).

Assim, ao longo desse período foi se pavimentando as condições necessárias para a formalização do acordo que arregimentaria um novo regime de partilha regional. Em 12 de agosto de 2018, Azerbaijão, Cazaquistão, Irã, Rússia e Turcomenistão chegaram a um consenso geral sobre a Convenção sobre o Status Legal do Mar Cáspio após mais de 20 anos de indefinições e disputas sobre o tema. A assinatura da convenção, realizada na Quinta Cúpula do Cáspio, foi considerada na época um evento extraordinário, gerando expectativas quanto ao impacto nas relações entre os Estados litorâneos e potências externas interessadas na exploração dos recursos energéticos do Cáspio.

Em seu texto os pontos supracitados do acordo da Cúpula de 2014 foram incorporados, ressaltando a continuidade do processo de negociações que ocorrera. Além disso, destaca-se também que o texto criou um status especial para o Mar Cáspio, estabelecendo um regime jurídico único, distinto tanto do direito marítimo internacional aplicável a mares e oceanos quanto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito dos Usos dos Cursos de Água

¹⁵³ Em tradução livre: “Não direi que todas as questões estão totalmente resolvidas, mas seu número diminuiu significativamente. Os especialistas receberam a tarefa de intensificar as consultas sobre algumas questões pendentes, portanto, há motivos para acreditar que, em um futuro próximo, chegaremos à assinatura da convenção (...)”.

¹⁵⁴ Destes, destaca-se a crescente cooperação regional com a China para o desenvolvimento de tecnologia para extração de petróleo offshore, infraestrutura energética e exploração de hidrocarbonetos na região (Hasanov, 2017; CNPC, 2025).

Internacionais para Fins Diversos da Navegação (1997). A Convenção definiu o Cáspio como um corpo d'água *sui generis*, nem mar nem lago, mas uma categoria intermediária com regras próprias de governança.

Do ponto de vista histórico, a relevância da Convenção – de facto – era única. Da perspectiva geopolítica e geoeconômicas também haviam grandes expectativas. Em seu texto, havia a delimitação dos direitos sobre os hidrocarbonetos e a regulamentação da jurisdição sobre a construção de gasodutos transnacionais. Conforme o segundo ponto do artigo 12 da Convenção, “*Each Party shall, within its sector, exercise jurisdiction over the artificial islands, installations, structures, its submarine cables and pipelines.*”¹⁵⁵ (Russia, 2018). Ainda sobre o tema, o segundo ponto do artigo 14 diz:

*The Parties may lay trunk submarine pipelines on the bed of the Caspian Sea, on the condition that their projects comply with environmental standards and requirements embodied in the international agreements to which they are parties, including the Framework Convention for the Protection of the Marine Environment of the Caspian Sea and its relevant protocols.*¹⁵⁶ (Russia, 2018).

Isso significava que apenas as nações cujos territórios marítimos fossem atravessados pelos gasodutos precisariam concordar com a instalação dos novos gasodutos, embora todos os cinco estados pudessem ter voz nas questões de proteção ambiental.

Embora historicamente houvesse contestação sobre a real magnitude das reservas no Cáspio (Bahgat, 2002; Horsnell, 1999), os elementos supracitados eram capazes de impactar razoavelmente os fluxos de exportação e as estratégias energéticas na Eurásia. Portanto, além do impacto direto na segurança energética dos países litorâneos, a convenção poderia ampliar significativamente o papel do Cáspio no mercado global de energia. Ademais, a formalização desses direitos e a definição de regras claras para a exploração e transporte de petróleo e gás natural eram vistas como passos essenciais para atrair investimentos estrangeiros e fortalecer a cooperação entre os Estados da região. No entanto, apesar da assinatura do documento, a efetivação do novo regime legal do Cáspio permaneceu incerta, uma vez que sua oficialização dependia da ratificação de todos os Estados litorâneos – um processo que ainda hoje se arrasta devido à resistência do Irã em realizá-lo.

¹⁵⁵ Em tradução livre: “Cada Parte deverá, dentro de seu setor, exercer jurisdição sobre as ilhas artificiais, instalações, estruturas, cabos submarinos e oleodutos”.

¹⁵⁶ Em tradução livre: As Partes podem instalar oleodutos ou gasodutos submarinos no leito do Mar Cáspio, desde que seus projetos estejam em conformidade com os padrões e requisitos ambientais estabelecidos nos acordos internacionais dos quais são signatárias, incluindo a Convenção-Quadro para a Proteção do Meio Ambiente Marinho do Mar Cáspio e seus protocolos relevantes.

A postura iraniana em relação à convenção sempre foi de uma abertura cautelosa, combinando disposição para o diálogo e uma firme resistência a quaisquer termos que pudessem comprometer suas aspirações na região. A delimitação das fronteiras marítimas sempre foi uma prioridade para Teerã, o que motivou o país a defender a necessidade de negociações mais aprofundadas desde a Quarta Cúpula do Cáspio (Kucera, 2017; IFP, 2017). A conduta iraniana foi fundamental para que a Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio não estabelecesse diretrizes definitivas sobre as linhas de demarcação e desde a assinatura do acordo até o início do ano de 2022, as negociações entre os países não haviam avançado (Iran Foreign Ministry, 2019; Kaleji, 2021). Mesmo sob pressão pública russa pela ratificação do documento (The Ministry..., 2021), o país tem se recusado a ratificar o tratado e essa posição tem limitado avanços na exploração dos recursos do Cáspio.

Entre 2018 e fevereiro de 2022, houve poucas mudanças no panorama geral do setor energético cáspio. Apesar do contínuo interesse dos Estados Unidos e de países europeus (muitas vezes mediados pela União Europeia) na expansão dos projetos na região, pouco foi definitivamente implementado. A expansão do campo Shah Deniz, denominada Shah Deniz fase 2, e o desenvolvimento dos projetos do *Southern Gas Corridor* haviam sido iniciados em períodos anteriores. Portanto, ainda que a continuação das obras fosse relevante pelo estabelecimento da conexão entre o Cáspio e a Europa, elas não estavam necessariamente conectadas com a assinatura da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio. Por sua vez, o apoio americano a um projeto de gasoduto Transcáspio, dessa vez sob a orientação do presidente Donald Trump, também foi reforçado no período em algumas ocasiões (Turkmenistan..., 2019; Washington..., 2019), porém pouco foi realizado objetivamente.

Projetos em regiões já exploradas continuaram a ser desenvolvidos em parceria com empresas privadas durante o período. Contudo, em uma significativa parte deles as questões geográficas e físicas das reservas colocaram dúvidas sobre o custo-benefício para seus financiadores. Um caso importante a ser citado é o da linha D da Central Asia-China pipeline, comissionada ainda nos anos 2010, mas que não chegou a ser finalizada (Cekuta; Wilcox, 2019). Segundo Cekuta e Wilcox (2019), diversos fatores levantaram dúvidas sobre a confiabilidade do gás da Ásia Central, especialmente os problemas no fornecimento de gás para o norte da China durante o inverno de 2017-2018¹⁵⁷. Os cortes de exportações de gás turcomeno

¹⁵⁷ As causas para a escassez de gás foram diversas, incluindo uma proporção de conversão de carvão para gás além do planejado pelo governo chinês, um clima excepcionalmente frio na China, interrupções não programadas em uma unidade de processamento de gás turcomeno e a limitada capacidade de armazenamento de gás natural na China (Cekuta; Wilcox, 2019).

para a China nos últimos seis meses de 2018 foram relevantes e, embora a CNPC tenha recorrido ao Cazaquistão (e ao Uzbequistão) para compensar a redução, essas exportações de gás não se expandiram o suficiente para atender à demanda chinesa no auge do inverno.

Além dos fatos supracitados, também cabe destacar o fenômeno da COVID-19 que teve impacto direto na demanda por energia global. A crise provocada pela pandemia resultou em uma produção mundial reduzida, o que, por sua vez, levou a uma retração temporária nos investimentos no setor de petróleo e gás entre 2020 e 2021. A queda na demanda por combustíveis, aliada às incertezas econômicas e à desaceleração das atividades industriais e de transporte, gerou um cenário de retração nos investimentos, com muitas empresas adiando ou cancelando projetos de exploração e desenvolvimento no setor energético. Esse cenário global é especulado por esta pesquisa como um dos fatores, além das limitações da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio e dos desafios logísticos, para um ritmo menor na exploração das águas cáspias.

A exceção a essas subsequentes questões foi a descoberta, em 2021, das maiores reservas do Cazaquistão desde a sua independência nos anos 1990. A descoberta foi realizada na província de Mangystau, região tradicionalmente responsável por uma significativa proporção da produção energética do país. Segundo os especialistas que descobriram o campo localizado na área de Tepke, este possui petróleo leve e não sulfurado, o que facilita sua extração por métodos padrão. A descoberta, portanto, possuía um grande potencial econômico. No entanto, apesar do otimismo em relação ao achado, ainda em 2021 o governo confirmou que mais pesquisas precisavam ser realizadas para aferir a viabilidade do campo (Kumenov, 2021).

Assim, o que se pode concluir na pesquisa para o capítulo é que, devido a uma combinação de fatores políticos, econômicos e geopolíticos, o setor energético no Mar Cáspio não avançou no ritmo esperado após a assinatura da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio em 2018. Embora a convenção tenha estabelecido uma estrutura jurídica e princípios de regulamentação essenciais para a região, a falta de um consenso claro sobre a demarcação territorial continuaram a criar obstáculos significativos para o desenvolvimento dos recursos energéticos da região. Além disso, o impacto da pandemia de COVID-19 e a consequente retração nos investimentos e na produção exacerbam os desafios que o setor já enfrentava, retardando o progresso das iniciativas energéticas. Projetos como o Southern Gas Corridor, que visam tornar o Cáspio uma fonte alternativa de gás para a Europa foram continuamente desenvolvidos, mas a plena realização do seu potencial – especialmente no que tange à construção de um gasoduto Transcáspio – esbarra em questões de infraestrutura e disputas entre

atores regionais e potências globais. Portanto, ao chegar em 2022, o setor energético do Mar Cáspio estava com um cenário aquém das expectativas criadas em 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar o campo energético no Mar Cáspio, optou-se por realizar uma análise das condições e processos históricos, situados no século XX, que levaram a região analisada a (1) se tornar um eixo geoestratégico mundial, e (2) ter suas bases jurídicas e geopolíticas definidas, com a delimitação de fronteiras e direitos de exploração na região durante o período citado. Nessa análise, pôde-se aferir que a característica de centralidade da energia para as dinâmicas e fenômenos regionais foi construída concomitantemente ao processo de transição energética do carvão para o petróleo ainda no início do século passado. A emergência do petróleo como matriz energética militar exigiu a adaptação das estratégias energéticas das grandes potências. Obter o acesso seguro e irrestrito às reservas de petróleo se tornou necessário para a manutenção das capacidades militares desses Estados, um dos elementos-chave para preservar ou alcançar a condição de hegemonia dentro do sistema internacional. Por sua vez, a adaptação dessas políticas estratégicas implicou em uma reconfiguração do tabuleiro geopolítico mundial, reforçando o caráter historicamente relevante da região do Mar Cáspio.

Com uma condição de relevância reforçada, as reservas e a produção energética na região tornaram-se centrais para importantes teatros da Primeira Guerra Mundial, da Guerra Civil Russa e da Segunda Guerra Mundial. Somente após esses eventos que a região soviética do Mar Cáspio viveria um período de distensionamento, uma consequência direta da consolidação da soberania da União Soviética sob tal espaço. Contudo, aqui cabe destacar alguns pontos importantes. Apesar dos desafios enfrentados com os conflitos mundiais e disputas hegemônicas, ainda na primeira metade do século XX foram definidas as fronteiras na região do Mar Cáspio. No período entre 1921 e 1940, a URSS e a Pérsia/Irã realizaram diversas negociações sobre o tema. A pesquisa realizou uma revisitação dessas iniciativas e concluiu que elas foram relativamente profícuas, com o estabelecimento das fronteiras e de regras sobre presença militar nas águas cáspias e exploração pesqueira. Contudo, a presente pesquisa entende também que as negociações apresentaram limitações, dado o fato de que não houve a definição do status legal do Cáspio, bem como nenhuma regra de exploração do leito marítimo. Essas limitações, inclusive, tiveram impacto direto no cenário da região a partir da desintegração soviética. Isso porque a queda da URSS tornou os acordos anacrônicos, tornando os acordos soviéticos-iranianos/persas relativamente obsoletos.

Outro ponto importante abordado refere-se à distribuição das reservas no Cáspio. Até o final da década de 1940, o Mar Cáspio não possuía produção offshore. Portanto, foram analisadas nessa parte da pesquisa as produções mais próximas à costa cáspia. Nesse sentido, é

preciso citar que, apesar de pesquisas promissoras, não havia nenhuma produção relevante na costa iraniana do Mar Cáspio no período. A produção do país se concentrava ao sul do seu território, uma característica que se manteve com poucas alterações até 2022. Sobre a ausência de produção iraniana relevante no Mar Cáspio, também é possível apontar que, no período da Guerra Fria, ela foi limitada por pelo menos um outro fator além da disposição geográfica e ausência de tecnologia: as crises político-econômicas nacionais.

Outro aspecto relevante a ser destacado são as condições energéticas soviéticas após a Segunda Guerra Mundial. Apesar dos severos impactos em algumas áreas produtoras, a URSS foi resiliente e razoavelmente rápida em sua reorganização. Devido a condições específicas, a recuperação de algumas áreas produtivas foi realizada concomitantemente com a emergência do gás natural como matriz energética mundial e a descoberta de novas reservas em novos espaços soviéticos, como os Urais-Volga. A URSS também se utilizou de ferramentas diplomáticas para lidar com embargos e construir os primeiros acordos para (1) construção da sua rede de gasodutos e oleodutos, e (2) conexão entre essas obras e o continente europeu. Contudo, esse processo de recuperação e expansão da produção soviética foi permitido a partir de contextos favoráveis que deixaram de existir ao longo da década de 1980.

No que se refere ao Cáspio soviético, o período da Guerra Fria foi permeado por avanços e desafios. Ao passo em que houve uma recuperação da infraestrutura de exploração na região, ela foi limitada pela descoberta de novas regiões produtivas. Assim, a recuperação do setor energético Cáspio foi restringida pela limitação de investimentos. Ainda assim, foi nesse período que os primeiros dutos da região foram construídos e novas reservas, especialmente algumas offshore, foram descobertas. No entanto, a exploração dessas fontes foi constrangida por fatores como luta e legislação ambiental, acidentes exploratórios, desafios geológicos, ausência de tecnologia apropriada e limitações de investimentos.

Entre o segundo e terceiro capítulo desta tese foram abordadas, ainda que superficialmente, as questões político-econômicas e sociais que levaram ao colapso da URSS. Tal fenômeno inaugurou um período de reorganização geopolítica e geoeconômica no Mar Cáspio. Nesse sentido, e conforme aventado previamente na hipótese principal da pesquisa, a energia cáspia destacou-se como instrumento de poder nas atuações políticas, econômicas e diplomáticas na região, promovidas por atores regionais, potências globais e importantes companhias de óleo e gás. Contudo, é preciso corrigir uma percepção inicial da pesquisa. A relevância das reservas dentro do Mar Cáspio foi inicialmente supervalorizada. Inicialmente se supunha que as reservas do Mar Cáspio representavam uma fronteira exploratória de recursos energéticos. No entanto, ao longo da pesquisa percebeu-se que tais reservas foram – e por vezes

ainda são – superdimensionadas. Esse caráter de avaliação se deu muitas vezes em decorrência de interesses político-econômicos ou por avaliações incorretas sobre as condições de produção na região.

Superdimensionadas, as reservas de petróleo e gás natural na região do Cáspio, destacadamente as dentro das águas cáspias, se tornaram novamente alvo de disputas com a desintegração da URSS. Conforme já citado, a dissolução do Estado soviético causou uma certa anacronia e obsolescência dos acordos que regulamentavam as fronteiras e exploração no Mar Cáspio. Ainda que os quatro novos Estados na região tenham se comprometido a manter válidos os acordos, tal consenso não avançou além desse ponto. As negociações para a construção de um novo arcabouço jurídico para a região rapidamente trouxeram à tona a divergência de interesses nacionais e, assim, formou-se um cenário de crescente disputa regional sobre o caráter jurídico e os direitos de exploração do Mar Cáspio.

Com uma distribuição espacial das reservas de óleo e gás cáspias privilegiada, o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turcomenistão buscaram legal e diplomaticamente garantir a divisão do Cáspio em setores nacionais. Por outro lado, países com menores quantidades de reservas energéticas como a Rússia e o Irã se contrapuseram a essa alternativa, preferindo inicialmente a construção de um regime de condomínio no mar. Essa indefinição permitiu uma sobreposição de reivindicações territoriais e um certo tensionamento regional. Por outro lado, é inegável que também existiram esforços de cooperação durante a década de 1990. Foi no período onde se estabeleceram os primeiros organismos contemporâneos de diálogo entre os países cáspios e é notório que, mesmo em meio à disputas territoriais e jurídicas, houve acordos multilaterais e bilaterais pela exploração de recursos cáspios. Houve, inclusive, a assinatura de tratados e convenções bilaterais para a definições de fronteiras na região. Contudo, essas também criaram intensa oposição de países contrários à validade legal desses dispositivos.

Ao passo em que as primeiras divergências regionais foram acompanhadas de outras dinâmicas na região. A descoberta de reservas na região ocorreu conjuntamente a o processo de abertura comercial dos novos países cáspios. Com a exceção do Irã, os novos países buscaram ativamente atrair investimentos para desenvolver seus setores energéticos. Essa prática foi relativamente bem sucedida e diversas foram as empresas petrolíferas que acertaram acordos de pesquisa e exploração na região, inclusive nas águas cáspias. Nesse sentido, é imprescindível destacar que a inserção das empresas americanas e europeias na região foi apoiada por seus governos que possuíam interesses geopolíticos nesse processo. Os Estados Unidos, em particular, buscaram alinhar essa movimentação no setor com a redução da influência russa e iraniana no Mar Cáspio. Nesse sentido, o governo americano foi um forte

incentivador do movimento de suas empresas nacionais, além de parceiros como a Turquia e a União Europeia, para construção de uma infraestrutura de escoamento dos recursos energéticos cáspios que evitasse as rotas existentes na região.

Uma das características centrais do campo energético cáspio após a desintegração da URSS foi a concentração das rotas de transporte energético em território russo. Como herdeira de grande parte dessas infraestruturas, a Rússia manteve uma posição estratégica no espaço pós-soviético cáspio, criando uma relação de dependência energética e econômica para Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão. Diante desse cenário, a construção, controle e gestão de rotas alternativas representava uma oportunidade comercial promissora, sobretudo para as empresas envolvidas na exploração energética no Cáspio, além atender a estratégias geopolíticas mais amplas.

Havia o interesse da União Europeia e Turquia pela diversificação de seus parceiros comerciais, bem como a movimentação americana pela diminuição da influência iraniana e russa na região, claro. Mas também havia a ambição por uma maior autonomia e independência político-econômica por parte do Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão. Portanto, e conforme já citado, os três países se movimentaram para estabelecer parcerias político-econômicas e o setor energético foi central nesse processo. Como resultado, foram firmados acordos de exploração e projetos de dutos energéticos, como Baku-Tbilisi-Ceyhan e os dutos transcáspios, foram desenvolvidos. Contudo, esse processo de diversificação foi limitado por uma série de ações russas desenhadas para conter ou dificultar a sua implementação.

Na década de 1990, a Rússia passou por um momento de liberalização econômica e política, marcado por uma aproximação temporária com os Estados Unidos. Nesse contexto, setores estratégicos, como o energético, foram privatizados, permitindo uma maior autonomia de atuação para essas empresas e possibilitando a formação de parcerias entre empresas russas, ocidentais e de países do Cáspio. Um exemplo dessas parcerias foi o projeto da rota *Early oil*, uma iniciativa do consórcio multinacional AIOC, que foi planejada para escoar o petróleo de Baku para o mercado global energético através do porto de Novorossiysk, na Rússia. No entanto, a abertura econômica não significou o total abandono da política tradicional de influência russa na região. Moscou manteve-se ativa em disputas pela definição legal do cáspio e, mais ao fim da década, buscou reforçar sua influência na região, mudando sua postura em relação aos acordos energéticos ali negociados.

No fim da década de 1990, o país sofreu com uma crise política e econômica que pavimentou o caminho para a ascensão de Vladimir Putin ao poder em 1999. Sob sua liderança, houve uma reorientação russa na disputa pelos acordos energéticos no Cáspio. A partir de então

o governo Putin priorizou a reestatização do setor energético e construiu políticas multifacetadas para garantir que projetos de exploração energética no Cáspio dependessem e/ou fortalecessem a rede de dutos que atravessavam seu território. Alguns exemplos dessas políticas, intensificadas a partir do século XXI, foram a renegociação de acordos comerciais, negociações para construção de infraestrutura energética regional e os cortes de gás como ferramenta de pressão política.

Enquanto o espaço pós-soviético cáspio entrava um período marcado pela coexistência duradoura de disputas (e eventual cooperação) no campo energético, a região do Cáspio iraniano viveu uma dinâmica particular. Além dos entraves para estabelecer um regime de condomínio para a gestão do Mar Cáspio, o governo iraniano ainda se viu ameaçado por projetos de infraestrutura transnacional. Tais projetos eram sensíveis ao Irã devido à sua capacidade de diminuir a dependência de outros países em relação à energia iraniana, impactando sua influência regional e causando uma marginalização do país no mercado global de energia. Dessa forma, o Irã foi um notório crítico dos projetos transcáspio, baseando-se em duas alegações centrais: a indefinição sobre o status jurídico do Mar Cáspio e as preocupações ambientais relacionadas à construção de infraestrutura no seu leito marinho. A atuação iraniana foi acompanhada pelo governo russo que também utilizou políticas diplomáticas e econômicas para constranger as negociações. Devido a essas e outras questões conjunturais referentes às próprias negociações desses projetos, os projetos transcáspios foram inviabilizados e só seriam revitalizados anos depois.

Outra questão que foi percebida no cenário iraniano foi o impacto das sanções no cenário energético do cáspio iraniano. Além das sanções, que criavam limitações econômicas ao país, o Irã também viveu um período de isolamento no cenário internacional em decorrência da diplomacia americana. No entanto, mesmo com tais limitações, o que se percebeu é que o Irã teve uma diplomacia ativa para buscar parcerias, inclusive para o desenvolvimento do cenário energético cáspio. A mais importante dessas iniciativas da década de 1990 foi a construção do gasoduto Korpedzhe-Kordkuy, que conectou o Turcomenistão ao litoral norte iraniano. Além do custo relativamente baixo da obra, ela foi fundamental para que o norte do país fosse abastecido com o barato gás natural turcomeno enquanto o gás iraniano era exportado por valores superiores para outros países. Ademais, ela foi um impulso positivo para que, anos após sua inauguração, fosse comissionado um outro projeto de gasoduto no norte do país. O gasoduto Tabriz-Ankara foi construído a partir do século XXI e transformou o Irã no segundo maior fornecedor de gás natural da Turquia.

Dito isso, a primeira década dos anos 2000 foi um período de declínio do ritmo de cooperação entre as grandes potências na região, especialmente no que se refere os Estados Unidos e a Rússia. Embora o cenário pós 11 de setembro tenha colaborado para uma cooperação entre os países na Ásia Central, na área da Segurança Internacional, para o combate contra o terrorismo, essa parceria foi ofuscada pelas crescentes disputas geopolíticas que envolveram os dois países, especialmente no espaço pós-soviético. Tal processo obedeceu à uma tendência pré-existente do final da década anterior, onde a Rússia, sob nova administração, reestruturou sua política externa. Com um novo governo empenhado em fortalecer o poder russo e reafirmar seu status de grande potência global, tornou-se uma prioridade recuperar sua capacidade de influência no espaço pós-soviético. Esse movimento ocorreu em um contexto onde os novos Estados da região que caminhavam em direção a uma aproximação com os Estados Unidos e Europa Ocidental, muitas vezes por meio da OTAN. Assim, o Kremlin intensificou sua presença em espaços dentro do seu entorno estratégico, empregando a energia como um instrumento de influência, o que tensionou a relação com o ocidente.

Embora as crises energéticas russo-georgiana de 2006 e russo-ucraniana entre 2005 e 2006 (Yergin, 2014; Lemos, 2023) não tenham ocorrido diretamente nos países do Cáspio, seus efeitos evidenciaram a vulnerabilidade dos fluxos energéticos na região. No caso da Geórgia, as tensões evoluíram para um conflito que durou cinco dias em 2008. O impacto da guerra na esfera energética foi a interrupção temporária das rotas Baku-Supsa e BTC em diferentes ocasiões.

Na esfera regional, a cooperação com alguns países cáspios se mostrou uma sólida ferramenta de poder para a Rússia. Projetos como o *Caspian Pipeline Consortium* (CPC), o gasoduto *Prikaspiisky* – que envolveu a participação do Cazaquistão e Turcomenistão – saíram do papel e acordos comercial para compra de gás natural do Turcomenistão foram firmados. Com esses movimentos, o governo russo solidificou parcerias e manteve sua posição como importante player da rede de escoamento energético regional. Contudo, a inserção de outras potências no contexto regional e busca de autonomia de alguns países cáspios apresentaram desafios a esse processo. No caso do Azerbaijão, além da busca por autonomia, o conflito de Nagorno-Karabakh e a proximidade russa da Armênia foram fatores geopolíticos que orientaram as ações azerbaijanas. O país mostrou estar disposto a se aproximar de potências ocidentais e utilizou sua diplomacia para buscar uma diversificação das rotas energéticas. É nesse período que é criado um macro projeto para a construção de uma rede de transportes energéticos, a *Southern Gas Corridor*, que conectaria a Ásia Central com a Europa por meio de projetos como o Nabucco, os dutos transcáspios, entre outros.

O *Southern Gas Corridor* foi um sistema amplamente apoiado pelas empresas e países ocidentais. No caso americano, a *National Energy Policy* americana definiu a manutenção da sua postura pró-ativa na região durante o governo Bush. Projetos como o gasoduto Nabucco e o oleoduto BTC receberam o apoio governamental. No entanto, cabe destacar que a energia era apenas um dos instrumentos das ações americanas no Cáspio, pois o país tinha na promoção da ordem liberal o seu objetivo geopolítico de maior interesse na região. Ademais, na primeira década do século XX, os EUA estavam cientes da limitação das reservas do Cáspio para a obtenção ou fortalecimento da segurança energética de seus parceiros.

Outro fenômeno importante de ser destacado foi a reorientação americana ao longo dos anos 2000. A eleição de Barack Obama como presidente americano inaugurou um período de certa retração no Cáspio. Essa mudança de postura se deve à revolução de xisto que garantiu a autossuficiência energética estadunidense, além do estabelecimento de uma política externa que preconizou substituir tensões Rússia e Estados Unidos por processos de cooperação. Assim, a partir de 2009, houve uma reaproximação entre os países, com direito a parcerias no setor militar e diplomático, além do afastamento americano do espaço pós-soviético. Esse processo só não foi mais amplo devido à manutenção da presença americana na Ásia Central como forma de contraposição à expansão chinesa e iraniana nesse espaço.

Durante a pesquisa, notou-se que apesar da criação do grupo Shanghai Five e da construção do gasoduto Atyrau-Alashankou, a China não foi um ator especialmente ativo na região do Mar Cáspio até o século XXI. Contudo, o crescimento rápido da demanda energética chinesa e a percepção de sua dependência das importações energéticas realizadas através do Estreito de Malaca foram fundamentais para a mudança de estratégia chinesa na região. Com isso, o país passou a adotar uma estratégia de diversificação de suas importações e as regiões da Ásia Central e do Cáspio se firmariam como alvo de interesses chineses. Entretanto, apesar dos acordos comerciais, para exploração e construção de dutos nas regiões realizados em parceria com Turcomenistão, Cazaquistão e Azerbaijão, cabe novamente destacar que a energia não era o único objetivo das ações chinesas no Cáspio. Ainda que para a China o peso da energia cáspia fosse maior do que para a Rússia ou os EUA, o país também tinha interesse nas duas regiões por outras questões como o combate ao terrorismo e afirmação enquanto potência global.

Quanto à afirmação enquanto potência global, a China aproveitou o período de menor inserção americana na região. O lançamento da BRI, em 2013, estruturou a presença chinesa no Cáspio e a energia foi instrumentalizada nesse processo, com acordos em sequência celebrados. A princípio, tal processo gerou incertezas no governo russo. No entanto, o que se

percebeu na pesquisa foi que rapidamente ambos os países acertaram políticas de cooperação para atuação conjunta no Cáspio, o que impediu o tensionamento das relações diplomáticas entre ambos. Por outro lado, também cabe destacar que o Irã se tornou um parceiro comercial chinês, recebendo investimentos e relativo apoio diplomático. Contudo, as parcerias energéticas debatidas entre os Estados não pertencem ao Cáspio iraniano, estando localizadas ao sul do país. Isso se deve a dois fatores: a condição de incerteza jurídica no Mar Cáspio e as poucas reservas provadas no litoral norte iraniano.

Em meio a todos esses processos, houve um notório desenvolvimento do campo energético da região. Contudo, a expansão dos acordos comerciais, contratos de exploração e construção de redes de transporte energético ainda era limitada pela indefinição jurídica do Mar Cáspio. Esse cenário de incertezas sofreu uma importante inflexão em 2018 com a assinatura da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio.

A Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio, assinada após quase três décadas de negociações, representou um marco para a cooperação regional. Nela, foram definidas as regras para presença militar nas águas cáspias, a delimitação das áreas marítimas, do leito do mar, do subsolo, bem como sobre as regras e regimes de navegação e da pesca na região. A convenção foi de relevância ímpar para a pesquisa, pois foi a partir dela que se estruturou a investigação aqui realizada. A princípio, questionou-se as condições que permitiram o consenso entre os cinco países cáspios após décadas de negociações. Aventou-se, então, a possibilidade de existir uma relação causal entre a anexação da Crimeia, em 2013, e o acordo. Entretanto, os indícios resgatados nesta pesquisa apontam que a anexação da Crimeia teve uma contribuição marginal para a convenção.

Em que pese a anexação da Crimeia tenha incentivado os países cáspios a diversificar suas parcerias energéticas, ela não acarretou uma perda significativa da influência russa na região. A maior parte dos Estados do Cáspio manteve suas políticas externas de característica vetorial e de não enfrentamento direto com a Rússia. Talvez o impacto mais significativo do fenômeno tenha sido o reforço da percepção russa e iraniana sobre a necessidade de uma proteção contra influências externas (especialmente a proibição da presença militar estrangeira nas águas cáspias), algo que só se alcançaria com um acordo multilateral para o Mar Cáspio. Também se sugere que a descoberta de reservas em um setor do Mar Cáspio dividido entre Azerbaijão, Irã e Turcomenistão pode ter sido um incentivo para negociar a definição de regras de exploração offshore. Porém, as negociações para a convenção eram anteriores ao ocorrido na Crimeia e desde então já existia um interesse mútuo pelo alcance de um acordo que pusesse fim nas indefinições quanto ao mar.

Sobre a própria convenção, apesar de ser um marco na cooperação regional, a pesquisa aponta suas limitações. Com uma definição do Mar Cáspio *sui generis* e sem a escolha das linhas bases para demarcação de fronteiras, a convenção nasceu com uma capacidade limitada de resolver controvérsias entre os países cáspios. Essa limitação tornou-se ainda maior com a resistência iraniana na ratificação do seu texto. Até 2022, o fim do recorte temporal sugerido na pesquisa, o país não havia cedido e o acordo não estava em vigor em decorrência da ausência desse processo interno iraniano. Portanto, e também levando em consideração os impactos globais do período da pandemia de COVID-19, entre 2018 e 2022 foram poucas as alterações no panorama geral do campo energético cáspio. Houve uma grande descoberta de reservas no Cazaquistão que ainda estava sob pesquisa em 2022, projetos em desenvolvimento mantiveram-se ativos, porém, em geral, não houve nenhum grande novo acordo na região.

Por fim, cabe mencionar as percepções aferidas durante o processo de pesquisa. Primeiro, importa indicar que, no princípio, a pesquisa foi pensada a partir de uma hipótese que apontava o cenário do campo energético do Mar Cáspio havia sido desenhado a partir da conjuntura de disputas hegemônicas no Sistema Interestatal Capitalista, onde a energia foi instrumentalizada como bem estratégico. Esse cenário, por sua vez, estava em transformação a partir do processo de transição energética que teria reforçado a relevância do gás natural e impactado o tabuleiro geoestratégico mundial. Contudo, os rumos da pesquisa levaram a uma percepção da limitação da hipótese. Embora seja inegável o processo de transição energética, o andamento da investigação indicou uma supervalorização desse fenômeno para a dinâmica regional do Cáspio. Os projetos em torno do Cáspio são majoritariamente de fontes fósseis e existe uma ausência de projetos que combinem a exploração desses hidrocarbonetos com a lógica da transição energética. Portanto, a hipótese passou por um processo de reformulação que priorizou a análise sobre as dinâmicas de cooperação e competição no Mar Cáspio.

É preciso apontar que a investigação multinível no Cáspio, embora necessária para compreender a complexidade geopolítica, econômica e social da região, revelou-se particularmente desafiadora. A multiplicidade de elementos e atores envolvidos na região, com dinâmicas frequentemente sobrepostas, demandou uma abordagem metodológica que, por vezes, pode ter limitado a profundidade das reflexões sobre um ou outro ator abordado. Essa complexidade intrínseca ao objeto da pesquisa exigiu escolhas estratégicas ao longo da investigação, o que restringiu a exploração exaustiva de todas as nuances identificadas no estudo.

A adoção da lógica de disputas hegemônicas no campo energético como um referencial de análise também suscitou reflexões críticas ao longo desta pesquisa. Após uma revisão

bibliográfica sobre o objeto do estudo, avaliou-se que, ao contrário do que grande parte da literatura sobre o campo energético no Mar Cáspio sugere, a realidade na região é mais complexa e foge à uma dicotomia simplista. Ao contrário da ênfase nas rivalidades e disputas geopolíticas, o período entre 1992 e 2022 foi marcado por uma movimentos e interações híbridos de cooperação e de competição, não apenas entre grandes potências, mas também entre os países cáspios e atores não estatais, como empresas transnacionais.

A análise produziu dois contributos para a literatura sobre o campo energético do Mar Cáspio: o destaque dado ao caráter mais autônomo dos países cáspios e algumas empresas energéticas que, ainda que por vezes limitadas por pressões externas (como interesses estratégicos de EUA, China e Rússia), influencia ativamente a configuração do cenário regional. Ademais, o segundo contributo foi a desconstrução de uma narrativa unidimensional que reduz o Cáspio a um palco de competições entre as grandes potências. Tal perspectiva da análise foi produzida a partir da observação dos processos de cooperação que envolveram relevantes iniciativas regionais, como a própria Convenção para o Status Jurídico do Mar Cáspio. Ainda que inseridos em um cenário global competitivo, essas iniciativas foram planejadas a partir de cálculos pragmáticos dos diversos atores envolvidos.

Por fim, a pesquisa ainda reconhece lacunas a serem preenchidas em esforços acadêmicos-científicos futuros. Apesar de algumas percepções sobre interesses securitários, econômicos e energéticos, ao longo da análise persistiram questões sobre os fatores específicos criaram as condições para a assinatura da convenção em 2018. Paralelamente, também houve um superdimensionamento do impacto da Convenção para o Status Legal do Mar Cáspio. A não ratificação do acordo por todos os países cáspios manteve, até 2022, as indefinições históricas existentes e foi um entrave para o desenvolvimento regional. Contudo, a possibilidade de uma futura ratificação abre espaço para novas avaliações dos seus impactos. Apesar das ressalvas aqui mencionadas, humildemente entende-se que a pesquisa alcançou alguns de seus objetivos principais: o de (1) ampliar o debate crítico sobre a Economia Política Internacional da Energia no Mar Cáspio, evidenciando o papel da energia como um instrumento de reconfiguração de poder, e de (2) demonstrar que a região do Mar Cáspio, e consequentemente seu campo energético, é um espaço complexo onde coexistem movimentos de cooperação e de competição entre atores do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ABADIKHAH, M. The Straight Baselines under the Convention on the Legal Status of the Caspian Sea: Iran's Approach. **Kutafin Law Review**, 10(2), p. 437–454. 2023.

ABILOV, Shamkhal; ISAYEV, Ismayil. The National revival In Azerbaijan prior to the fall of the Soviet Union and 'Black January'. In: MÄMMÄDLI, Äliağa; BRAUX, Adeline; MAHMUDLU, Ceyhun (Ed.). **Azerbaijani" and Beyond: Perspectives on the Construction of National Identity**. Verlag Dr. Köster, 2017.

ADELMAN, M. A. **The World Petroleum Market**. Baltimore: Johns Hopkins University Press for Resources for the Future, 1971

AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA (CIA). **Assessment of CIA's studies on the prospects for soviet oil production**. 1977b. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80M00165A001900030012-9.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA (CIA). *Prospects for Soviet oil production: a supplemental analysis*. 1977a. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08S01350R000602080002-0.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA (CIA). **The Astracã Natural Gas Project in Brief**. Documento FOIA nº 0000476141. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/0000476141>. Acesso em: 3 out. 2024.

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS AND THE IMPERIAL GOVERNMENT OF IRAN ON CO OPERATION IN THE CONSTRUCTION OF INDUSTRIAL AND OTHER PROJECTS IN IRAN AND THE GRANTING OF A LOAN FOR THIS PURPOSE. Moscow: 13 de janeiro de 1966, documento N°. 9037. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20633/volume-633-I-9037-English.pdf>>. Acesso em: 30/09/2024.

'ALA, Hussein. **Letter to John Simon nº4296/13**. (Catalogue reference: FO 371/18988). National Archives, Londres, 1935. Disponível em: <<https://blog.nationalarchives.gov.uk/persia-iran-via-inglistan/>>. Acesso em: 27/09/2024.

ALBUQUERQUE, Fernanda Patrícia Silva. **A política energética russa no Governo Putin-Medvedev (2000-2018)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 123p. 2019.

APPEL, Hilary. Is It Putin or Is It Oil? Explaining Russia's Fiscal Recovery. **Post-Soviet Affairs**, v. 24, n. 4, p. 301-323, 2008.

ARYAN, Hossein. Fourth Caspian Sea Summit: Moving Closer to Accord? **Visions of Azerbaijan**, jul.-oct. 2014. Disponível em: <http://www.visions.az/en/news/591/29a590b4/>. Acesso em: 02/03/2025.

AYZENSHATADT, G. Ye. -A. History of the Emba Oil, Industry. **Petroleum Geology: A digest of Russian literature on Petroleum Geology**. Vol. 8, No. 9. (September), p.534-537, 1964.

AZERBAIJAN. Ministry of Energy. Southern Gas Corridor. Disponível em: https://minenergy.gov.az/en/layiheler/cenub-qaz-dehlizi_2196. Acesso em: 23/12/2024.

AZERBAIJAN. President of the Republic of Azerbaijan Ilham Aliyev. **Azerbaijan, Iran signed documents**. 28 mar. 2018. Disponível em: <<https://president.az/en/articles/view/27611>>. Acesso em: 03/02/2025.

AZERBAIJAN; KAZAKHSTAN; IRAN; RUSSIA; TURKENISTAN. **Text of the Framework Convention for the Protection of the Marine Environment of the Caspian Sea**. Aktau, 12 de agosto de 2018. Disponível em: <https://tehranconvention.org/en/tc/text-convention>. Acesso em: 10/01/2025.

BABALI, Tuncay. Implications of the Baku-Tbilisi-Ceyhan main oil pipeline project. **Perceptions: Journal of International Affairs**, v. 10, n. 4, p. 29-60, 2005.

BAEV, P. K., & ØVERLAND, I. The South Stream versus Nabucco pipeline race: geopolitical and economic (ir)rationalities and political stakes in mega-projects. **International Affairs**, 86(5), 1075–1090, 2010.

BAEV, Pavel K. The uncertain trajectory of Russia–Azerbaijan relations in the multiple-pipeline era. In: **Russian Energy Security and Foreign Policy**. Routledge, 2011. p. 132-144.

BAGIROV, Sabit. Azerbaijani oil: glimpses of a long history. **Perceptions: Journal of International Affairs**, v. 1, n. 3, 1996.

BAHGAT, Gawdat. Pipeline diplomacy: The geopolitics of the Caspian Sea region. **International Studies Perspectives**, v. 3, n. 3, p. 310-327, 2002.

BAKER, Peter. Clinton courts head of oil-rich Azerbaijan: Aliyev welcomed despite rights record, dispute with Armenia. **The Washington Post**, Washington, 2 ago. 1997. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1997/08/02/clinton-courts-head-of-oil-rich-azerbaijan/31b90253-3f78-4a16-a7db-56f7f941fc32/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BARROSO, J. M. D. **Speech by President Barroso at the Conference “Paving the way for a European energy security strategy, energy security strategy”**. Brussels, 21 May 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_14_400. Acesso em: 02/03/2025.

BARYLSKI, Robert V. Russia, the west, and the Caspian energy hub. **The Middle East Journal**, p. 217-232, 1995.

BAYRAMOV, Agha. Conflict, cooperation or competition in the Caspian Sea region: A critical review of the New Great Game paradigm. **Caucasus Survey**, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2021.

BAYRAMOV, Agha. **Constructive Competition in the Caspian Sea Region**. New York: Routledge, 2022.

BBC NEWS. Iranian media reports on new gas pipeline. **BBC News**, 29 dez. 1997. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/world/monitoring/43226.stm>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BECHT, J. E.; BELZUNG, L. D. **World resource management: key to civilization and social achievement**. New Jersey: Prentice Hall Inc: Englewood Cliffs, 1975.

BIANCO, Matheus Ibelli; SERPA, Rafaela Pinto. Rússia e as crises na Ucrânia e Turquia. **Relações Internacionais Para Educadores (RIPE)**, Porto Alegre, v. 4, p. 94-116, 2017.

BINI, Elisabetta. **A challenge to Cold War energy politics? The US and Italy's relations with the Soviet Union, 1958–1969**. In: Cold war energy: A transnational history of Soviet Oil and Gas. Springer, p. 201-230, 2017.

BLAGOV, Sergei. Russia celebrates its Central Asian energy coup. **Eurasianet**, 16 maio 2007. Disponível em: <https://eurasianet.org/russia-celebrates-its-central-asian-energy-coup-0>. Acesso em: 6/06/2024.

BOUDREAUX, Richard. Caspian Connection: Oil Companies Agree to Export Oil Through Georgia. **Los Angeles Times: World & Nation**, 10 out. 1995. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1995-10-10-fi-55398-story.html>. Acesso em: 05 out. 2024.

BP. **BP Energy Outlook 2023**. Londres: BP, 2023. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/energy-outlook/bp-energy-outlook-2023.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BP. **BP statistical review of world energy 2016: full report**. London: BP, 2016. Disponível em: <https://oilproduction.net/files/especial-BP/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

BP. **BP statistical review of world energy: June 2002**. 2002. Disponível em: <https://www.griequity.com/resources/industryandissues/Energy/bp2002statisticalreview.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BP. **Shah Deniz Stage 2**. Disponível em: https://www.bp.com/en_az/azerbaijan/home/who-we-are/operationsprojects/shahdeniz/shah-deniz-stage-2.html. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRANDS, Hal. **American Grand Strategy and the Liberal Order Continuity, Change, and Options for the Future**. Washington, D.C: Rand Corporation, 2016.

BRASIL. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and99165-90.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. Trad. Flávia Nascimento. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da (orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 86-121.

BRAUDEL, Fernand. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BREW, Gregory. **Petroleum and progress in Iran: Oil, development, and the cold war.** Cambridge University Press, 2022.

BROMLEY, S. (1991). **American hegemony and world oil: the industry, the state system and the world economy.** Pennsylvania: Penn State Press, 1991.

BROWN, Archie. **The Gorbachev Era.** In: SUNY, Ronald Grigor (ed.). **The Cambridge History of Russia, Volume III: The Twentieth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 316-351.

BROWN, Warwick Michael. **The Royal Navy's fuel supplies 1898-1939: The transition from coal to oil.** 2003. Tese de Doutorado. University of London.

BUNDER, Tulio Cezar de Oliveira. Sobre hidrocarbonetos e invólucro por potências: as dinâmicas geopolíticas da região do Cáspio. **Hoplos** 1, no. 2: 46-62, 2018.

BUNDER, Tulio Cezar de Oliveira. A Região do Cáspio na estratégia global dos EUA: do engajamento à retirada. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 6, n. 2, p. 155-184, jul./dez. 2019.

BUNDER, Tulio Cezar de Oliveira. As implicações da “Revolução do Xisto” na grande estratégia dos Estados Unidos. **Revista de Geopolítica**, v. 11, n. 4, p. 33-49, out./dez. 2020.

CASPIAN Summit fails to resolve issues between Iran and nearest neighbors. **Radio Free Europe/Radio Liberty**, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/qishloq-ovozi-caspian-summit-fails-to-resolve-issues-iran-turkmenistan-azerbaijan/29436013.html>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CASPIAN PIPELINE CONSORTIUM (CPC). **Project Chronology.** 2025. Disponível em: <https://www.cpc.ru/en/about/Pages/chronology.aspx>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CASSIRER, E. **The philosophy of symbolic forms: Volume three: The phenomenology of knowledge.** New Haven and London: Yale University Press, 1957.

CEKUTA, Robert; WILCOX, Blake. **Looking Both Ways: Central Asia as a Gas Supplier to China.** Special Policy Brief by Caspian Policy Center, nov. 2019. Disponível em: <https://api.caspianpolicy.org/media/uploads/2019/11/central-asian-gas-7.17.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CENTRAL ASIA-CHINA Gas Pipeline. **CNPC official website.** 2024. Disponível em: https://www.cnpc.com.cn/en/CentralAsia/CentralAsia_index.shtml. Acesso em: 22 dez. 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Iran petroleum resources - 1950.** 1981. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/175514683>. Acesso em: 26/09/2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Middle East Oil.** NIE 30–60, 22 nov. 1960. Disponível em: < https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000010774.pdf >. Acesso: 01/10/2024

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The Caspian Sea: Environmental Challenges and Government Responses.** Intelligence Report, Office of DCI Environmental

Center, 31 October 1997. Disponível em:
https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0005284783.pdf. Acesso em: 12/12/2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Union of Soviet Socialist Republics (USSR) Area Maps of Oil and Gas fields, Prospects, Structural Axes, and Petroleum Facilities -- 1951.** 1953. Disponível em: <http://catalog.archives.gov/id/159083018>. Acesso em 25/09/2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **USSR: The growing petroleum production potential of the pre-Caspian basin: CIA-RDP89M00699R001701310017-9.** 1987. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP89M00699R001701310017-9.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Iran – Petroleum Resources (1956).** NAID: 175514685. 1956. Record Group 263: Records of the Central Intelligence Agency. Série: Published Maps. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/175514685>. Acesso em: 27/09/2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Iran: Areas Favorable for Oil and Gas.** NAID: 175514945. 1951. Record Group 263: Records of the Central Intelligence Agency. Série: Published Maps. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/175514945>. Acesso em: 27/09/2024.

CHANNON, John; HUDSON, Robert. **The Penguin historical atlas of Russia.** The London: Penguin Books, 1995. 152p.

CHENOY, Anuradha M.; KUMAR, Rajan. **Re-emerging Russia: Structures, Institutions and Processes.** New Delhi: Springer, 2017.

CHEVRON AND REPUBLIC OF KAZAKHSTAN SIGN JOINT VENTURE FOUNDATION AGREEMENT. **PR Newswire**, [s.l.], 18 maio 1992. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20141019232508/http://www.thefreelibrary.com/CHEVRON+AND+REPUBLIC+OF+KAZAKHSTAN+SIGN+JOINT+VENTURE+FOUNDATION...-a012150270>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION (CNPC). **CNPC in Kazakhstan.** 2025. Disponível em: <https://www.cnpc.com.cn/en/2020Kazakhstan/2020Kazakhstan.shtml>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CHINA; CAZAQUISTÃO. **Agreement between the Government of the Republic of Kazakhstan and the Government of the People's Republic of China on cooperation in the construction and operation of the Kazakhstan-China gas pipeline (Astana, August 18, 2007) with amendments and additions as of 27.07.2011.** 27 jul. 2011. Disponível em: <https://online.zakon.kz/document/?doc_id=30412976&pos=60;-10#pos=60;-10>. Acesso em: 22/12/2024.

CHINA; TURCOMENISTÃO. **General (framework) agreement between the Government of Turkmenistan and the Government of the People's Republic of China on realisation of the gas pipeline project “Turkmenistan-China” and on the supply of natural gas from Turkmenistan to the PRC.** 4 abr., 2006. Disponível em: <<https://www.turkmenistan.ru/ru/node/17563>>. Acesso em: 22/12/2024.

CHURCHILL, Winston S. **The World Crisis Volume 1: 1911–1914**. New York: Rosetta Books, 2013.

CLAGETT, Brice M. Ownership of Seabed and Subsoil Resources in the Caspian Sea under the Rules of International Law. **Caspian Crossroads**, v. 1, n. 3, p. 3-12, 1995. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20080922050143/http://ourworld.compuserve.com/HOME/PAGES/USAZERB/131.htm>>. Acesso em 26 Nov., 2024.

COLEMAN, Nick. **Azerbaijan could assign disused Black Sea pipeline to Kazakh oil exports: source**. *S&P Global*, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.spglobal.com/commodity-insights/en/news-research/latest-news/crude-oil/061124-azerbaijan-could-assign-disused-black-sea-pipeline-to-kazakh-oil-exports-source>. Acesso em: 23/12/2024.

COMMISSION ON SECURITY AND COOPERATION IN EUROPE. **Referendum in the Soviet Union: A Compendium of Reports on the March 17, 1991 Referendum on the Future of the U.S.S.R.** Washington, DC: Commission on Security and Cooperation in Europe, 1991, Apr. Disponível em: <https://www.csce.gov/wp-content/uploads/2016/07/Referendum-in-the-Soviet-Union.pdf>. Accessed on: 26 Feb. 2025.

COMMISSION ON SECURITY AND COOPERATION IN EUROPE (CSCE). **Report on Turkmenistan's referendum on independence**. Disponível em: <https://www.csce.gov/publications/report-turkmenistans-referendum-independence>. Acesso em: 26 fev. 2025.

CONNELLY, P.; Perlman, R. The politics of scarcity, Resources conflicts in international affairs. London, New York, Toronto, Oxford University Press, 1975. p. 12-13.

CONSTRUCTION on third line begins for Central Asia-China Gas Pipeline. Pipelines International, Mar., 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20141112042852/http://pipelinesinternational.com/news/construction_on_third_line_begins_for_central_asia-china_gas_pipeline/066998. Acesso em: 12 dez. 2024.

COOLEY, Alexander. **Great Games, Local Rules**. New York: Oxford University Press, 2012.

CORDESMAN, Anthony H. **The US Government View of Energy Developments in the Caspian, Central Asia, and Iran**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2000. Disponível em: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/caspianenergy%5B1%5D.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

CORNELL, Svante E. **The Nagorno-Karabakh Conflict**. Report no. 46. Department of East European Studies, Uppsala University, 1999. 164p.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Russia: EU extends economic sanctions by six months**. Official Press Release, 22 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/timeline-sanctions-against-russia/>>. Acesso em: 05/01/2025.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil: a report for CAPES by Clarivate Analytics**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf> Acesso em: 13 set. 2024.

D'AMATO, R. **National Security Dimensions of the Possible Acquisition of Unocal by CNOOC and the Role of CFIUS**. Testimony before the House Committee on Armed Services, 2005. Disponível em: www.uscc.gov/testimonies_speeches/testimonies/2005/05_07_13_testi_damato.pdf. Acesso em: 10/10/2024.

DAMIANO, Toderi. Between energy crisis and Cold War tensions: How an incohesive European Community saved the Siberian gas pipeline (1980-1985). **Journal of Energy History/Revue d'Histoire de l'Énergie** [Online], n°11, 22 abr. 2024. Disponível em: energyhistory.eu/en/node/396. Acesso em: 10/10/2024.

DAUKAEV, A. A. *et al.* History of Oil Production in the North Caucasus (Second Half of the XIX-Early XX Centuries. In: **International Symposium "Engineering and Earth Sciences: Applied and Fundamental Research" dedicated to the 85th anniversary of HI Ibragimov (ISEES 2019)**. Atlantis Press, 2019. p. 135-138.

DAWAR, A. Putin warns Nato over expansion. **The Guardian**, 4 abr. 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/apr/04/nato.russia>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DE CORDIER, Bruno. Central Asia's Maritime Dimension? The Historical Position and Role of the Aral-Caspian Basin in the Modern Shaping of the Region. **Region: Regional Studies of Russia, Eastern Europe, and Central Asia**, 8(2), p.149–172, 2019.

DE WAAL, Thomas. **Black garden: Armenia and Azerbaijan through peace and war**. NYU press, 2013.

DIENES, Leslie. Modernization and energy development in the Soviet Union. **Soviet Geography**, v. 21, n. 3, p. 121-158, 1980.

DOROGOCHINSKII, A. Z. **The birth and growth of the Grozny petroleum refining and petrochemical industry**. Chemistry and Technology of Fuels and Oils, v.29, n°12, p.602–608, Dec. 1993

DUARTE, Paulo. Comparando os dois "grandes jogos": será o "novo grande jogo" um conceito válido? **Revista Nação e Defesa**, n°. 130, 5.^a série, p. 219-243. 2011.

DUFEEY, Annie. **Project finance, sustainable development and human rights: Case study 1: the Baku Tbilisi-Ceyhan (BTC) pipeline (DRAFT PAPER)**. International Institute for Environment and Development (IIED), abr. 2009. Disponível em: <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/G02486.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DUNLAP, Ben N. Divide and Conquer-The Russian Plan for Ownership of the Caspian Sea. **BC Int'l & Comp. L. Rev.**, v. 27, p. 115, 2004.

DZHURAEV, Emilbek. "Central Asian Stances on the Ukraine Crisis: Treading a Fine Line?" **Connections**, vol. 14, no. 4, 2015, p. 1–10.

EDIGER, V. Ş.; BOWLUS, J. V. (2019). A farewell to King Coal: Geopolitics, energy security, and the transition to oil, 1898–1917. **The Historical Journal**, 62(2), 427-449.

EGOROVA, Nataliia. **Stalin's Oil Policy and the Iranian Crisis of 1945–1946**. In: Cold War Energy: A Transnational History of Soviet Oil and Gas, p. 79-104, 2017.

ENGLEFIELD, G. A spider's web: Jurisdictional problems in the Caspian Sea. **Boundary and Security Bulletin**, 3, p.30-33, 1995.

ESTADOS UNIDOS. Embaixada em Moscou. **Gore-Chernomyrdin lunch: December 15**. Despacho confidencial, 23 dez. 1994. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/36597>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ESTADOS UNIDOS. **National Energy Policy Development Group: Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future: Report of the National Energy Policy Development Group**. Washington, D.C., maio 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20191031121236/http://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf>. Acesso em: 6/01/2025.

ESTADOS UNIDOS. **Office of the Vice President: Remarks by the Vice President at the James A. Baker III Institute for Public Policy**. Houston, Texas, 17 out. 2003. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/10/text/20031017-11.html>. Acesso em: 6/01/2025.

ESTY, Benjamin C.; BITSCH, Florian. **The Kashagan Production Sharing Agreement (PSA)**. Harvard Business School. S-213-082, rev.18 set. 2013. Disponível em: https://ecourse.auca.kg/pluginfile.php/131296/mod_resource/content/1/%7B19%5D%20Kashagan%20PSA.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

EU approves giant Transcaspian pipeline project. **BALTIC BUSINESS NEWS: Daily Newsletter on Business**, 8 mai. 2006. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070929083437/http://www.balticbusinessnews.com/newsletter/060508_bbn_newsletter.pdf. Acesso em: 25/12/2024.

FERRIER, Ronald. The Iranian Oil Industry. In: AVERY, Peter; HAMBLY, Gavin; MELVILLE, Charles (org.). **The Cambridge History of Iran: From Nadir Shah to the Islamic Republic. v. 7**. Cambridge: Cambridge University Press, p.639-704, 2008.

FINGAR, Thomas (Ed.). The new great game: China and South and Central Asia in the era of reform. Stanford University Press, 2016.

FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, p. 67-110, 2004.

FIORI, José Luís. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Petrópolis: Boitempo, 2014.

FIORI, José Luís. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. Petrópolis: Boitempo, 2007.

FRIEDBERG, Aaron L. **“Going Out”: China’s Pursuit of Natural Resources and Implications for the PRC’s Grand Strategy**. Seattle, WA: National Bureau of Asian Research, 2006.

FRIEDEN, J. A.; LAKE, D. A. **International political economy: perspectives on global power and wealth**. Routledge, 2002.

FRIGO, M. M.; Caneppele, F. de L.; Godinho, E. Z. A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, Brasil, v. 2, n. 1, 2023. DOI: 10.56166/remici.2023.2.v2n1.3.4. Disponível em: <https://remici.com.br/index.php/revista/article/view/31>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FROMKIN, David. 1980. ‘The Great Game in Asia. **Foreign Affairs**, 58 (4): 936–952.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 2005. 329 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2005.

FUSER, Igor; BUNDER, Túlio Cezar de O. Políticas energéticas na Rússia: da terapia do choque à renacionalização parcial (1991-2008). **Indisciplinar**, v. 4, n. 2, p. 138-151, 2018.

GADIMOVA, Nazrin. Trans-Caspian Transport Route: Saving Time. **Caspian News**, 6 abr. 2017. Disponível em: <https://caspiannews.com/news-detail/trans-caspian-transport-route-saving-time-1493373291953/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

GAITAMIROVA, Sotsita A. *et al.* Foreign Industrial Companies In The Terek Region In 19th–20th Centuries. **European Proceedings of Social and Behavioural Sciences**, p. 2019-2025. 2021.

GARCEZ, Nathana. O fator Nagorno-Karabakh: k reavivamento do conflito na região caucasiana em 2020 e seu impacto para as relações entre a Armênia e o Azerbaijão. **Cadernos do Cáucaso**, ano 6, vol. 5, nº 8, janeiro-dezembro 2024. 2024. Disponível em: <https://www.gppi-ufrrj.com/_files/ugd/39c176_69bea93f8c4948c8867c6affdef13244.pdf>. Acesso em: 03/02/2025.

GARCEZ, Nathana. **O papel da Primeira Guerra Mundial na formação da geopolítica do petróleo para a região do Cáucaso**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020. 131p.

THE SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION. GENERAL Information. **The Shanghai Cooperation Organization official website**. 9 jan. 2017. Disponível em: <https://eng.sectsc.org/20170109/192193.html>. Acesso em: 22 dez. 2024.

GILPIN, R. G. **The political economy of international relations**. Princeton University Press, 2016.

GÖKAY, Bülent. Caspian uncertainties: regional rivalries and pipelines. **Perceptions: Journal of International Affairs**, [s.l.], v. III, n. 1, mar. - mai. 1998.

GOLDTHAU, A. A public policy perspective on global energy security. **International Studies Perspectives**, 13(1), 65-84, 2012.

GONZÁLEZ, C. G. M. **Transição energética global e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades no capitalismo contemporâneo**. Tese de Doutorado, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
doi:10.11606/T.106.2018.tde-03102018-100309. Recuperado em 2024-02-21, de www.teses.usp.br

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47, 1975.

GRIGAS, A. **The new geopolitics of natural gas**. Harvard University Press, 2017.

GUARCHE RIBEIRO, Maria Florencia. **A trajetória do movimento de mulheres no noroeste do Curdistão: a institucionalização do confederalismo democrático e da jineologî (1978-2018)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GUIAGEO. **Mapa do Irã - Região da Ásia**. Disponível em:
<<https://www.guiageo.com/asia/ira.htm>>. Acesso em: 25 set. 2024.

GULIEVA, M. E. Convention on the International Legal Status of the Caspian Sea—a Treaty that Would Determine the Fate of the Region. *National Security/Nota bene*, n. 6, p. 984-989, 2014.

HAESBAERT, R. (2007) Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HAMBLY, Gavin RG. **The Pahlavi Autocracy: Muhammad Riza Shah, 1941-1979**. In: *The Cambridge History of Iran v. 7: From Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge University Press, Cambridge, p. 244-293, 2008.

HANSON, Stephen E. **The Brejnev Era**. In: SUNY, Ronald Grigor (ed.). **The Cambridge History of Russia, Volume III: The Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 292-315.

HAO, Wu *et al.* The Impact of Energy Cooperation and the Role of the One Belt and Road Initiative in Revolutionizing the Geopolitics of Energy among Regional Economic Powers: An Analysis of Infrastructure Development and Project Management. **Complexity**, vol. 2020, p.1-16, 2020.

HART, Michael. **Central Asia's Oil and Gas Now Flows to the East: Central Asia's energy resources are increasingly flowing not to Russia, but to China and emerging Asian economies**. 18 ago. 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/08/central-asias-oil-and-gas-now-flows-to-the-east/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

HASANLI, Jamil. **At the Dawn of the Cold War: The Soviet-American Crisis Over Iranian Azerbaijan, 1941–1946**. Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

HASANOV, Huseyn. Turkmenistan connects oil output growth with Caspian Sea. **30 Trend News Agency: Politics**, 19 fev. 2016. Disponível em:
<<https://en.trend.az/business/energy/2496548.html>>. Acesso em: 02/02/2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. HELSINKI WATCH COMMITTEE. **Conflict in the Soviet Union: the untold story of the clashes in Kazakhstan**. Human Rights Watch, New York, 1990.

HILFEDING, R. (1985). **O capital financeiro**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOERBER, Thomas. **The origins of energy and environmental policy in Europe: The beginnings of a European environmental conscience**. Routledge, 2012.

HÖGSELIUS, Per. **Red gas: Russia and the origins of European energy dependence**. Springer, 2012.

HOPKIRK, Peter. **The Great Game: The Struggle for Empire in Central Asia**. Nova York: Kodansha International, 1994, p.1.

HORSNELL, Paul. Caspian Oil and Gas: A Game, if not a Great Game. **Energy Comment**, **January**, 1999. Disponível em: < <https://www.oxfordenergy.org/publications/caspian-oil-and-gas-a-game-if-not-a-great-game/#:~:text=Despite%20their%20near%20universal%20quotation,closer%20to%203%20per%20cent.>> Acesso em: 20/12/2024.

HU Jintao. Enhance Good Neighborliness and Mutual Trust and Promote Peaceful Development. **China News and Report**, August 16, 2007. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/report/227544.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HUASHENG, Zhao. Central Asia in Chinese strategic thinking. In: FINGAR, Thomas (Ed.). **The new great game: China and South and Central Asia in the era of reform**. Stanford University Press, 2016. p.171-189.

IEA **Energy Statistics Data Browser**, IEA, Paris. 2000. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ecbb1607-2c53-4b72-b2c2-bdd2d2fedf48/WorldEnergyOutlook2000.pdf>. Acesso em: 22/02/2024.

IEA. **Energy and climate change**. World energy outlook special report. Paris: OECD/IEA, 2015.

IEA. **Energy Statistics Data Browser**, IEA, Paris, 2023a. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data-browser>. Acesso em: 08/02/2024.

IEA. **Growth in global oil demand is set to slow significantly by 2028**. 14 Jun. 2023. 2023b. Disponível em: <https://www.iea.org/news/growth-in-global-oil-demand-is-set-to-slow-significantly-by-2028>. Acesso: 14/02/2024.

IEA. **Global coal demand expected to decline in coming Years**. 15 dez. 2023. 2023c. Disponível em: <https://www.iea.org/news/global-coal-demand-expected-to-decline-in-coming-years>. Acesso: 14/02/2024.

IEA. **World Energy Outlook 2022**. Paris, France: IEA, 2023d. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2022/outlook-for-energy-demand>. Acesso em: 20/01/2024.

IEA. **Energy Security: Reliable, affordable access to all fuels and energy sources**, 2023e. Disponível em: <https://www.iea.org/topics/energy-security>. Acesso em: 14/02/2024.

IEA. **Global Energy Review 2023: CO2 Emissions in 2022**. 2023f. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/co2-emissions-in-2022>. Acesso em: 20/02/2024.

IEA. **World energy outlook 2023**. Paris, France: IEA. 2023g. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/86ede39e-4436-42d7-ba2a-edf61467e070/WorldEnergyOutlook2023.pdf>. Acesso em: 20/01/2024.

IFP EDITORIAL STAFF. No revision in Iran's stance on Caspian Sea demarcation: Qassemi. **IFP News**, 15 dez. 2017. Disponível em: <https://ifpnews.com/no-revision-irans-stance-caspian-sea-demarcation-qassemi/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION (ITA). **EU SUSTAINABLE FINANCE TAXONOMY DELEGATED ACT ON NUCLEAR ENERGY AND NATURAL GAS**. 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.trade.gov/market-intelligence/eu-sustainable-finance-taxonomy-delegated-act-nuclear-energy-and-natural-gas>. Acesso em: 20/02/2024.

IPCC. **Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]**. IPCC, Geneva, Switzerland, p. 1-34, 2023. Doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

IRÃ. **Constituição da República Islâmica do Irã**. 1979. Disponível em: <https://brazil.mfa.gov.ir/pt/generalcategoryservices/11668>. Acesso em: 16 fev. 2025.

IRAN. FOREIGN MINISTRY. **Statement of the Foreign Ministry of the Islamic Republic of Iran on the Agreement signed on 6 July 1998 by the President of the Russian Federation and the President of the Republic of Kazakhstan regarding the legal status of the Caspian Sea**. 1998. UN Doc A/52/913. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/254563?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

IRAN, RUSSIA ENVISION HUGE OIL DEAL ON PUTIN'S IRAN VISIT. **The Moscow Times**, 02 nov. 2017. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2017/11/02/iran-russia-display-strategic-unity-and-envision-a59453>. Acesso em: 03/02/2025.

IRAN. President of Iran. President's speech at the 4th summit of the Caspian Sea Littoral States: Caspian Sea should be the center of development and cooperation. **President of Iran Official Website**, 09 set. 2014. Disponível em: <<https://president.ir/en/81530>>. Acesso em: 04/02/2025.

IRAN. FOREIGN MINISTRY. **Nothing finalized on demarcation of Caspian Sea boundaries: Iran**. 5 ago. 2019. Disponível em: <https://irangov.ir/detail/325873>. Acesso em: 6 fev. 2025.

JAFFE, Amy Myers; MORSE, Edward L. **Strategic Energy Policy Challenges for the 21st Century**. Houston: James A. Baker III Institute for Public Policy & Council on Foreign Policy, 2001.

JAMAIL, D. Western oil firms remain as US exits Iraq: The end of the US military occupation does not mean Iraqis have full control of their oil. *Al Jazeera*, 7 jun. 2012. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2012/1/7/western-oil-firms-remain-as-us-exits-iraq>. Acesso: 01/02/2024.

JENSEN-ERIKSEN, Niklas. “Red Oil” and Western Reactions: The Case of Britain. **Cold War Energy: A Transnational History of Soviet Oil and Gas**, p. 105-130, 2017.

KALEHSAR, Omid Shokri. **US Energy Diplomacy in the Caspian Sea Basin: Changing Trends Since 2001**. Cham: Springer, 2021.

KALEJI, Vali. Iran balks at definition of offshore territorial baselines in Caspian Sea. **Eurasia Daily Monitor**, v.18, n.88, 3 jun. 2021. Disponível em: <https://jamestown.org/program/iran-balks-at-definition-of-offshore-territorial-baselines-in-caspian-sea/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

KANO, T.; KELLY, W. Crude oil production in the Russian Empire: 1818-1919. **Journal of European Economic History**, vol.6, nº 2, p. 307-338, 1977.

KARAGIANNIS, E. The Russian Interventions in South Ossetia and Crimea Compared: Military Performance, Legitimacy and Goals. **Contemporary Security Policy**, 35(3), 400–420, 2014.

KARASAC, H. Actors of the new “Great Game”, Caspian oil politics. **Journal of Southern Europe and the Balkans**, 4(1), p.15–27, 2002.

KARBASSIAN, Akbar. Islamic Revolution and the Management of the Iranian Economy. **Social Research**, v. 67, n. 2, p. 621-640, summer 2000.

KATOUZIAN, Homa. **Khalil Maleki: The Human Face of Iranian Socialism**. Simon and Schuster, 2018.

KERN, F.; MARKARD, J. Analysing energy transitions: combining insights from transition studies and international political economy. In: VAN DE GRAAF *et al.* **The Palgrave handbook of the international political economy of energy**, 291-318, 2016.

KIM, Dmitry. Kazakhstan prevraschaet utopiu v realnost'. **NV.kz**, 21 dez. 2005. Disponível em: <https://nv.kz/2005/12/21/8448/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

KLARE, Michael. **Rising powers, shrinking planet: the new geopolitics of energy**. England: One World Oxford, 2009.

KLARE, Michael. **The race for what's left: the global scramble for the world's last resources**. Macmillan, 2012.

KOHL, Wilfred. **After the Second Oil Crisis**. Lexington, Mass.: Lexington Books, 1982.

KONYROVA, Kulpash. Putin deal torpedoes Trans-Caspian gas pipeline plans. **NEW EUROPE**, 17 mai. 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070927225724/http://www.neurope.eu/view_news.php?id=73862. Acesso em: 25 dez. 2024.

KOTKIN, Stephen. **Armageddon averted: the Soviet collapse, 1970-2000**. Oxford University Press, 2008.

KRAMER, Andrew E. Russia and 4 Other Nations Settle Decades-long Dispute Over Caspian Sea. **The New York Times**, 12 ago. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/08/13/world/europe/13caspian.html>. Acesso em: 05/02/2025.

KRASNER, S. D. (1982). Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International organization**, 36(2), 185-205.

KUCERA, Joshua. **Iran denies compromise on Caspian division**. Eurasianet, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://eurasianet.org/iran-denies-compromise-on-caspian-division>. Acesso em: 6 fev. 2025.

KUMENOV, Almaz. Kazakhstan: New large oil field discovered in Caspian region. **Eurasianet**, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://eurasianet.org/kazakhstan-new-large-oil-field-discovered-in-caspian-region>. Acesso em: 7 fev. 2025.

KUZEMKO, C., Belyi, A., Goldthau, A., & Keating, M. (Eds.). (2012). *Dynamics of energy governance in Europe and Russia*. Springer.

LANTEIGNE, Marc. China's maritime security and the “Malacca Dilemma.” **Asian Security**, v. 4, n. 2, p. 143-161, 2008.

LEE, Forest. China's 21st Century Oil Strategy Outlined. **People's Daily Online**, 14 nov., 2002. Disponível em: http://en.people.cn/200211/14/eng20021114_106819.shtml. Acesso em: 22/12/2024.

LEE, Y. Turkmenistan's East-West Gas Pipeline. **Problems of Post-Communism**, 1-13, 2017.

LEMOS, José Késsio Floro. **Rússia: os limites da arma energética no espaço pós-soviético (2000-2014)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

LEMOS, José Késsio Floro. **A política energética da Rússia e sua estratégia de projeção internacional no espaço pós-soviético (2000-2020)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, São Paulo, 2023. 198 f.

LEVINE, Steve. Iran opens big gas pipeline to neighbor, defying U.S. **The New York Times**, 30 dez. 1997a. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=UrUcAAAAIBAJ&pg=PA20&dq=transcaspian&article_id=6273,6675815&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi5zMyN3aWKAxV0iJUCHZ5nFQ8Q6AF6BAgHEAI#v=onepage&q=transcaspian&f=false. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEVINE, Steve. **The oil and the glory: The pursuit of empire and fortune on the Caspian Sea**. Random House, 2007.

LEVINE, Steve. Iran opens big gas pipeline to neighbor, defying U.S. **The New York Times**, 30 dez. 1997b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1997/12/30/world/iran-opens-big-gas-pipeline-to-neighbor-defying-us.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LIAKOPOULOU, Mariana. **The Caspian Legal Status and Riparian States' Outlook on the Southern Corridor**. European Gas Hub, 2018. Disponível em: https://www.europeangashub.com/wpcontent/uploads/2018/07/Liakopoulou_Caspian.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

LIST, F. (1997). **Sistema nacional de economía política con el anexo "Esbozos de economía política americana"**. Tradução: Manuel Sánchez Sarto e Antonia Neira Bigorra. Fondo de Cultura Económica de México.

LOIOLA, Isabella Barbosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; SPELLMANN, Samuel. A COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA CHINA-IRÃ NO SETOR ENERGÉTICO FRENTE À HEGEMONIA NORTE-AMERICANA. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 14, n. 1, 2023.

LOPES, Manuel M. O Novo Grande Jogo de Energia na Ásia. **Revista de Política Internacional e Segurança**, nº 6/7, p. 253-339, 2012.

LOUREIRO, Heitor; PORTO, Pedro Bogossian. A guerra de Nagorno-Karabakh: as disputas em torno dos conceitos de 'vítima' e 'genocídio' no tempo presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0111, jan./abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0111>.

LU, Zhenya. Hu Jintao e Nazarbayev assinaram uma declaração conjunta China-Cazaquistão (texto completo e tradução livre). **China Daily**, 03 jun. 2003. Disponível em: <https://www.chinanews.com.cn/n/2003-06-03/26/310091.html>. Acesso em: 21/12/2024.

LUTZENHISER, L., & Shove, E. Contracting knowledge: the organizational limits to interdisciplinary energy efficiency research and development in the US and the UK. **Energy Policy**, 27(4), p.217-227, 1999.

MACLACHLAN, K. S. ECONOMIC DEVELOPMENT 1921-1979. In: AVERY, Peter; HAMBLBY, Gavin; MELVILLE, Charles (org.). **The Cambridge History of Iran v. 7: From Nadir Shah to the Islamic Republic**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, p. 608-638, 2007.

MAMADALIEV, Inomjon. The Defence of Khujand in 1866 Through the Eyes of Russian Officers. **Central Asian Survey**, 33 (2): 170–179, 2014.

MARASHI, Afshin. "Rich Fields in Persia": Parsi Capital and the Origins of Economic Development in Pahlavi Iran, 1925–1941. **Iranian Studies**, v. 56, n. 1, p. 61-83, 2023.

MATHIEU, Paul; SHIELLS, Clinton R. **The Commonwealth of Independent States' Troubled Energy Sectors**. Finance & Development, International Monetary Fund, v. 39, n. 3, set. 2002. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2002/09/mathieu.htm>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine crisis is the West's fault: the liberal delusions that provoked Putin. **Foreign Affairs**, v. 93, p. 77, 2014.

MEHDIYOUN, Kamyar. Ownership of Oil and Gas Resources in the Caspian Sea. **The American Journal of International Law**. Vol. 94, No. 1 (January 2000), p. 179–189.

MEMO FROM A TELEGRAPH REPORT OF ASHUROV FROM TEHRAN. Abril 5, 1946. Wilson Center Digital Archive, GAPPOD, f.1, op.89, d.114. Obtido para o Cold War International History Project Working Paper (CWIHP) por Jamil Hasanli e traduzido para o CWIHP por Gary Goldberg. Disponível em:
<<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/120539>>. Acesso: 27/09/2024.

MESSAGE FROM AMBASSADOR SADCHIKOV TO PRIME MINISTER QAVAM ABOUT THE JOINT OIL COMPANY. Abril 4, 1946, Wilson Center Digital Archive, GAPPOD AzR, f.1 op.89, d.113. Obtida para o CWIHP por Jamil Hasanli e traduzida para o CWIHP por Gary Goldberg. 1946a. Disponível em:
<<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/120470>>. Acesso em: 27 set. 2024.

MESSAGE FROM PRIME MINISTER AHMAD QAVAM TO AMBASSADOR SADCHIKOV ABOUT A JOINT OIL COMPANY. Abr. 4, 1946, Wilson Center Digital Archive, GAPPOD AzR, f.1 op.89, d.113. Obtida para CWIHP por Jamil Hasanli e traduzida para o CWIHP por Gary Goldberg. 1946b. Disponível em:
<<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/120469>>. Acesso: 27/09/2024.

METRI, Maurício. **Imperativos Geoestratégicos: o (geo)político, o (geo)econômico e o (geo)monetário**. In: 6º Encontro da ABRI, 2017, Belo Horizonte. Anais do 6º Encontro da ABRI, 2017.

MIANABADI, Hojjat *et al.* Application of the ordered weighted averaging (OWA) method to the Caspian Sea conflict. **Stochastic environmental research and risk assessment**, v. 28, p. 1359-1372, 2014.

MILOV, Vladimir. Ups and downs of the Russia–Turkmenistan relationship. In: DELLECKER, Adrian. II. GOMART, Thomas. **Russian Energy Security and Foreign Policy**. Routledge, p. 89-106, 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CAZAQUISTÃO. **Legal status of the Caspian Sea**. 10 out. 2013. Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20180130003456/http://mfa.gov.kz/en/content-view/pravovoj-status-kaspijskogo-morya>. Acesso em: 01/02/2025.

MINISTRY OF ENERGY OF THE REPUBLIC OF AZERBAIJAN. **Shah Deniz field**. Disponível em: <https://minenergy.gov.az/en/qaz/sahdeniz-yatagi>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE REPUBLIC OF TURKEY. **Joint Communiqué on the Oil and Gas Resources of the Caspian Sea Basin**. 2 Mar. 1998. Disponível em: https://www.mfa.gov.tr/joint-communique-on-the-oil-and-gas-resources-of-the-caspian-sea-basin__br_march-2__1998.en.mfa. Acesso em: 17/02/2025.

MIR-BABAYEV, M. **Concise history of Azerbaijani oil**. Baku: Azerneshr, 2008. 288p.

MOGHANI, Amir Mohammad; MALEKI, Abbas. China's energy diplomacy in the Caspian Basin and its impact on the energy security of Europe. **Energy Reports**, v. 11, p. 2279-2294, 2024.

MONIÉ, Frédéric (2012): Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África subsaariana In: MONIÉ, Frédéric, BINSZTOK, Jacob (org.) (2012): **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, p.201-236.

MORAES, A. C. R. **Capitalismo, geografia e meio ambiente**. São Paulo. Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

MOREIRA, B. B. **Um novo grande jogo? As dinâmicas de cooperação e competição em relação aos recursos energéticos da bacia do Mar Cáspio**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, 2017. 103p.

MOREIRA, B. B. Geopolítica e energia na região do Cáspio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2018. DOI: 10.26792/rbed.v5n1.2018.75074. Disponível em: <https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/75074>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MOUAWAD, Jad. Kazakhstan threatens to halt work on big offshore oil project. **The New York Times**, 22 ago. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/08/22/business/worldbusiness/22kazakh.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MUKHTARLI, Fuad. Turkmenistan looks to do business with Moscow as it eyes European energy markets. **Caspian News**, 8 nov. 2017. Disponível em: <https://caspiannews.com/news-detail/turkmenistan-looks-to-do-business-with-moscow-as-it-eyes-european-energy-markets-2017-11-8-27/>. Acesso em: 03/02/2025.

MULLINS, B.; BERMAN, D. K. Republicans Urge White House to Review Cnooc's Unocal Bid. **Wall Street Journal**, June 29, 2005. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB112000629092472376>. Acesso em: 23/01/2024.

MÜLLER, Friedemann. Economic developments and reforms in cooperation partner countries: the link between economics, security and stability – Transcaucasus and the Caspian region with particular focus on energy issues. In: **NATO Colloquium. ECONOMIC DEVELOPMENTS AND REFORMS IN COOPERATION PARTNER COUNTRIES: THE LINK BETWEEN ECONOMICS, SECURITY AND STABILITY**. Brussels, 3-5 nov. 1999. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/colloq/1999/econ-col99.pdf#page=206>. Acesso em: 23/02/2025.

NAZARBAYEV, Maresca Nursultan. **The Kazakhstan Way**. Londres: Stacey International, 2008.

NORTH CASPIAN OPERATING COMPANY (NCOC). **Sustainability Report 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.ncoc.kz/en/sustainability/2016/reports>. Acesso em: 01 fev. 2025.

NORTH CASPIAN OPERATING COMPANY (NCOC). **Kashagan Export Strategy**, 20 nov. 2017. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20171120203248/http://www.ncoc.kz/en/kashagan/export_strategy.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NORTH CASPIAN OPERATING COMPANY (NCOC). Site oficial. **OUR management**. 2024. Disponível em: <https://www.ncoc.kz/en/page/our-management>. Acesso em: 22 dez. 2024.

NORTH CASPIAN OPERATING COMPANY (NCOC). Site oficial. **NORTH Caspian Project. NCOC**. 2025. Disponível em: <https://www.ncoc.kz/en/page/north-caspian-project>. Acesso em: 22 fev 2025.

NYE, J. S. Maintaining a nonproliferation regime. **International Organization**, 35(1), 15-38, 1981.

O'HARA, S. (2004). Great game or Grubby game? the struggle for control of the Caspian. **Geopolitics**, 9(1), 138–160. doi:10.1080/14650040412331307862

OBAMA agradece a Putin pelo papel da Rússia no acordo nuclear com o Irã. **NBC News**, 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/storyline/iran-nuclear-talks/obama-thanks-putin-russias-role-iran-nuclear-deal-n392976>. Acesso em: 10 jan. 2025.

O'BYRNE, David. **Iran sanctions herald energy trouble for Caucasus nations**. Eurasianet, 08 nov. 2018. Disponível em: <https://eurasianet.org/iran-sanctions-herald-energy-trouble-for-caucasus-nations>. Acesso em: 03/02/2025.

ÖCALAN, Abdullah. **Prison Writings II: The PKK and the Kurdish Question in the 21st**. Londres: Pluto Press, 2011.

OLIVEIRA, L. K. de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ORAZGALIYEVA, Malika. Caspian Summit in Astrakhan Makes 'Breakthrough' on Road to Convention. **The Astana Times: International**, 1 out. 2014. Disponível em: <<https://astanatimes.com/2014/10/caspian-summit-astrakhan-makes-breakthrough-road-convention/>>. Acesso em: 04/02/2025.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **NATO and Azerbaijan update Individual Partnership Action Plan**. North Atlantic Treaty Organization official website: news, 07 mar. 2008. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/SID-6CE51279-1855821D/natolive/news_6866.htm?selectedLocale=en>. Acesso em: 04/02/2025.

OWENS, S.; DRIFFILL, L. How to change attitudes and behaviours in the context of energy. **Energy policy**, 36(12), p. 4412-4418, 2018.

PADULA, R. (2007). Friedrich List - Nota Introdutória. **Revista Oikos**, v. 8, p. 161-167, 2007.

PAINTER, David S.; BREW, Gregory. **The Struggle for Iran: Oil, Autocracy, and the Cold War, 1951–1954**. UNC Press Books, 2022.

PAMPLONA, J. B., & CACCIAMALI, M. C. A maldição dos bens naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Economia E Sociedade**, 27(1), 129–159, 2018.

PAPAVINASAM, S. **The Oil and the Gas Industry**. In: Corrosion Control in the Oil and Gas Industry. Londres: ELSEVIER, 2013.

PARKHOMCHIK, Lidiya. Trans-Caspian Pipelines Routes: Problems and Prospects. **Weekly E-Bulletin, No. 96 (27/12/2016 – 02/01/2017)**, 2017. Disponível em: <https://eurasian-research.org/wp-content/uploads/2020/06/Weekly-e-bulletin-27-12-2016-02-01-2017-No-96.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PEROVIĆ, Jeronim (Ed.). **Cold War Energy: A Transnational History of Soviet Oil and Gas**. Springer, 2017.

PEROVIĆ, Jeronim. **The Soviet Union's Rise as an International Energy Power: A Short History**. In: Cold War Energy: A Transnational History of Soviet Oil and Gas, p. 1-43, 2017.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Relaciones Internacionales**, 2017.

PISAREV, Alexander. Russia and China in Central Asia. **ISPI Analysis**, no. 131, 2012. Disponível em: http://www.ispionline.it/it/documents/Analysis_131_2012.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

PLOKHY, Serhii. **The last empire: the final days of the Soviet Union**. Hachette UK, 2015.

POMFRET, Richard. **The Central Asian Economies in the Twenty-First Century: Paving a New Silk Road**. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

PORTUGAL. **Resolução da Assembleia da República n.º 9/2005: Aprova a Convenção sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para Fins Diversos dos de Navegação, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de maio de 1997**. Diário da República, Lisboa, 1ª série - A, n.º 21, p. 589–935, 31 jan. 2005. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/9-2005-589935>. Acesso em: 13/02/2025.

PRADHAN, R.; MOHANTY, S. S. Chinese Grand Strategies in Central Asia: The Role of Shanghai Cooperation Organization and Belt and Road Initiative. **Fudan J. Hum. Soc. Sci.**, v. 14, p. 197–223, 2021.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, 1949.

PRESIDENT Aliyev approves memorandum with Iran on joint development of Caspian blocks. **30 Trend News Agency: Politics**, 23 abr. 2018. Disponível em: <<https://en.trend.az/azerbaijan/politics/2892311.html>>. Acesso em: 02/02/2025.

PROSPECTS FOR TRANS-CASPIAN GAS PIPELINE WANE. **OIL & GAS JOURNAL: Pipelines & Transportation**, 30 mai. 2000. Disponível em: <https://www.ogj.com/pipelines-transportation/article/17254515/prospects-for-trans-caspian-gas-pipeline-wane>. Acesso em: 25 dez. 2024.

PSG INTERNATIONAL SECURES LEAD ROLE IN US\$2.5 BILLION TRASCASPIAN PIPELINE PROJECT. **Bechtel news: Articles**. 19 fev. 1999. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070818040257/http://www.bechtel.com/newsarticles/190.asp>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PUTIN, V. V. Vladimir Putin's Academic Writings and Russian Natural Resource Policy

 Mineral Natural Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy. **Problems of Post-Communism**, 53(1), 48–54. 2006.

QUANDT, William. **Saudi Arabia in the 1980s**. Washington, D.C.: Brookings, 1981.

RACZKA, Witt. A sea or a lake? The Caspian's long odyssey, **Central Asian Survey**, 19:2, 189-221. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática AS, 1993.

RAJABOVA, Sara. Iran, Azerbaijan reach agreement on joint oil and gas fields in Caspian Sea. **AZERNEWS**, 31 mar. 2015. Disponível em: <https://www.azernews.az/region/79712.html>. Acesso em: 4 fev. 2025.

RAPHAEL, S.; D. Stokes. 2014. US oil strategy in the Caspian Basin: Hegemony through interdependence. **International Relations**, [s.l.] 28, no. 2: 183–206, 12 maio.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. Geousp - **Revista do Departamento de Geografia**, v. 2, p. 93-101, 2011.

RATZEL, F. O espaço da vida [Lebensraum]: um estudo biogeográfico (parte II). **GEOgraphia**, 21(46), p.120-130, 2019.

RAVENHILL, J. (2008). International political economy. In: REUS-SMIT, C.; SNIDALI, D. (Eds.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, p. 539-557, 2008.

RAZMA, A. The Geopolitics of Central Asia after the annexation of Crimea in 2014. **Lithuanian Annual Strategic Review 2014-2015**, vol. 13, p.125-143. 2015.

RAZMA, Ainis. The Geopolitics of Central Asia after the Annexation of Crimea in 2014. **Lithuanian Annual Strategic Review**, v. 13, n. 1, p. 125-43, 2015.

RAZOUX, Pierre. **The Iran-Iraq War**. Cambridge: Harvard University Press, 2015. 679p.

REHSCHUH, Felix. **From Crisis to Plenty: The Soviet “Oil Campaign” Under Stalin**. In: Cold War Energy: A Transnational History of Soviet Oil and Gas, p. 47-77, 2017.

REID, Brian. The oil companies agree to undertake Caspian pipeline study. **Bloomberg News & Boca Raton News**, 18 dez. 1988. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rQdPAAAAIbAJ&pg=PA15&dq=transcaspian+pipeline&article_id=1771,2521868&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjHg-2V3aWKAxUGr5UCHaAR0vAQ6AF6BAGHEAI#v=onepage&q=transcaspian%20pipeline&f=false. Acesso em: 17 nov. 2024.

REPUBLICA DA TURQUIA. PKK. Ministry of Foreign Affairs of Turkey. 2024. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/pkk.en.mfa>. Acesso em: 12 dez. 2024.

REUTERS. **China's 2014 Iran crude oil imports up 28 pct - customs**. *Reuters*, 23 jan. 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/china-iran-oil/chinas-2014-iran-crude-oil-imports-up-28-pct-customs-idUSL4N0V30X820150123>. Acesso em: 05/02/2025.

REYAZ, M. TAPI pipeline: A new silk route or a pipe dream? **Al Jazeera**, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2015/12/16/tapi-pipeline-a-new-silk-route-or-a-pipe-dream>. Acesso em: 03/02/2025.

REYNOLDS, P. New Russian world order: the five principles. **BBC**, 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7591610.stm>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RFERL. Turkmenistan-Iran gas dispute: dwindling options. **Radio Free Europe/Radio Liberty**, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/turkmenistan-iran-gas-dispute-dwindling-options/28209476.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RODRÍGUEZ ZAHAR, León. **La revolución Islámica-clerical de Irán, 1978-1989**. México: El Colegio de México, 1991. 248p.

RUSSIA FEDERATION. Convention on the Legal Status of the Caspian Sea. President of Russia official website. 12 ago. 2018. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5328>. Acesso em: 05/02/2025.

RUSSIA FEDERATION. **National Security Strategy of the Russian Federation to 2020**. Approved By Decree of the President of the Russian Federation, 12 May 2009, No. 537. 2009. Disponível em: https://thailand.mid.ru/en/o_rossii/vneshnyaya_politika/strategiya_natsionalnoy_bezopasnosti_rf/. Acesso em 20 jan. 2025.

RUSSIA FEDERATION. President of Russia. **Press statement following the Fourth Caspian Summit**. 29 set. 2014. 2014a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/46689>. Acesso em: 03/02/2025.

RUSSIA FEDERATION. Заявления глав государств – участников IV Каспийского саммита для прессы. **President of Russia Official Website**, 29 set. 2014. 2014b. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/46689#sel=>>. Acesso em: 04/02/2025.

RUSSIAN FEDERATION. **Position of the Russian Federation regarding the legal regime of the Caspian Sea**. UN Doc A/49/475, 5 out. 1994. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/163135/files/A_49_475-EN.pdf?ln=en. Acesso em: 01/12/2024.

RUSSIA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MFA). **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. 2000. Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>. Acesso em 20 jan 2025.

RUSSIA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MFA). **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. 2013. Disponível em:<

https://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/Concept_of_the_Foreign_Policy_of_the_Russian_Federation_2013.pdf>. Acesso em 17 fev. 2025.

RUSSIA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MFA). **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. 2008. Disponível em: <https://viennamission.mid.ru/en/news/15-07-2008_the-foreign-_bb328f6a31a9e4cdf767438942b1108d/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

RUSSIA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MFA). **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. 2016. Disponível em: <<https://www.russiamatters.org/sites/default/files/media/files/Foreign%20Policy%20Concept%20of%20the%20Russian%20Federation%20%28approved%20by%20President%20of%20the%20Russian%20Federation%20Vladimir%20Putin%20on%20November%2030%2C%202016%29%20-%20Asset%20Publisher%20-%20The%20Ministry%20of%20Foreign%20Affairs%20of%20the%20Russian%20Federation.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

RUSSIA, Turkmenistan, Kazakhstan agree landmark gas pipeline deal. **FORBES**, 13 mai. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080220050555/http://www.forbes.com/business/feeds/afx/2007/05/13/afx3715292.html>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SALTANEH, Qavam; STALIN, Josef. **Carta do Primeiro-Ministro do Irã, Qavam Saltaneh, ao Generalíssimo Stalin, e resposta**. Notícias, n.º 85, 9 abr. 1946. Arquivo Wilson Center Digital Archive, RGASPI, f. 558, op. 11, d. 317, ll. 0059. Traduzido para o inglês por Gary Goldberg. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/his-excellency-generalissimo-stalin-chairman-ussr-council-ministers>. Acesso em: 27 set. 2024

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1988.

SATTAR, A.; HUSSAIN, M. N.; ILYAS, M. An Impact Evaluation of Belt and Road Initiative (BRI) on Environmental Degradation. **SAGE Open**, 12(1), 2022.

SCHEYDER, E.; SOLDATKIN, V. Exxon quits some Russian joint ventures citing sanctions. **Reuters**, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/business/exxon-quits-some-russian-joint-ventures-citing-sanctions-idUSKCN1GD4LQ/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SCHUTTE, G. R. **ECONOMIA POLÍTICA DE PETRÓLEO E GÁS: A EXPERIÊNCIA RUSSA**. Brasília, IPEA, 2010, texto 1474.

SHEIKHMOHAMMADY, Majid; KILGOUR, D. Marc; HIPEL, Keith W. Modelling the Caspian Sea negotiations. **Group Decision and Negotiation**, v. 19, p. 149-168, 2010.

SILVA, Larissa Caroline Souza da. **A Securitização da anexação da Crimeia e os interesses da Federação Russa no espaço pós-soviético**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. 129p.

SILVA, P. (2019). **Para uma Geopolítica do Ártico: Os desafios da estratégia russa diante de um Ártico em transformação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SINGER, H. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 473-485, May, 1950.

SMITH, Dennis. **The rise of historical sociology**. Philadelphia: Temple University Press, 1991. 240p.

SMITH STEGEN, Karen; KUSZNIR, Julia. Outcomes and strategies in the ‘New Great Game’: China and the Caspian states emerge as winners. **Journal of Eurasian Studies**, v. 6, n. 2, p. 91-106, 2015.

SONTAG, Raymond James (Ed.). **Nazi-Soviet Relations, 1939-1941: Documents from the Archives of the German Foreign Office**. Department of State, 1948.

SORKIN, A. R.; BARBOZA, D. 2005. Chinese Oil Company Offers \$18.5 Billion for Unocal. **The New York Times**, 22 jun. 2005. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/06/22/business/worldbusiness/chinese-oil-company-offers-185-billion-for-unocal.html>. Acesso em: 14/02/2024.

SORRELL, S. (2015). Reducing energy demand: A review of issues, challenges and approaches. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, 47, 74-82.

SOVACOOOL, B. K. (2014). What are we doing here? Analyzing fifteen years of energy scholarship and proposing a social science research agenda. **Energy Research & Social Science**, 1, 1-29.

SOVACOOOL, B. K.; RYAN, S. E.; STERN, P. C.; JANDA, K.; ROCHLIN, G.; SPRENG, D.; LUTZENHISER, L. Integrating social science in energy research. **Energy Research & Social Science**, 6, 95-99, 2015.

SOVIET UNION. Statement of the State Planning Committee of the U.S.S.R. and the Central Statistical Board of the U.S.S.R. on the results of the fulfillment of the fourth (first post-war) five-year plan of the U.S.S.R. for 1946-1950. [London]: **Soviet News**, 1951. Disponível em: <https://archive.org/details/statementofstate00sovi/mode/2up?q=oil>. Acesso em: 24/09/2024.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. Editora UNESP, 2004.

SPRENG, D. Transdisciplinary energy research—reflecting the context. **Energy Research & Social Science**, 1, 65-73, 2014.

STERN, P. C. Blind spots in policy analysis: What economics doesn't say about energy use. **Journal of Policy Analysis and management**, 5(2), 200-227, 1986.

STODDARD, E. Reconsidering the ontological foundations of international energy affairs: realist geopolitics, market liberalism and a politico-economic alternative. **European Security**, 22(4), 437-463, 2013.

STRANGE, S. **States and markets**. London: Bloomsbury Publishing, 2015.

STRUNZ, S. (2014). The German energy transition as a regime shift. **Ecological Economics**, n.100, p.150–158, 2014.

SUNDBERG, Edwin. Oil, the Target of the Axis. **New York Daily News**, edição Sunday News, 26 jul. 1942. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~299846~90070874:Oil%2C-the-Target-of-the-Axis--July-2>. Acesso em: 27 set. 2024.

SYKES, Percy. The British Flag on the Caspian: A Side-Show of the Great War. **Foreign Affairs**, v. 2, n. 2, p. 282-294, 1923.

TASCA, T. G. Do interesse nacional à estratégia de segurança energética: um diálogo epistemológico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 5(1), 2018.

TENGIZCHEVROIL. **Company**. Site oficial, 2024. Disponível em: <https://www.tengizchevroil.com/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

THE Agreement Between the Russian Federation, the Republic of Kazakhstan, the Kyrgyz Republic, the Republic of Tajikistan and the People's Republic of China About Mutual Reducing Armed Forces Around Border. April 24, 1997. Disponível em: <http://cis-legislation.com/document.fwx?rgn=3872>. Acesso em: 20 dez. 2024.

THE LAST CPC EXPANSION PROJECT FACILITY COMMISSIONED IN KALMYKIA. Caspian Pipeline Consortium Official Website, 18 abr. 2018. Disponível em: https://www.cpc.ru/en/press/releases/2018/pages/20180418_2.aspx. Acesso em: 03/02/2025.

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Minister Sergey Lavrov's statement and answers to media questions at a joint news conference with Deputy Prime Minister – Foreign Minister of Kazakhstan Mukhtar Tleuberdi, Nur-Sultan, April 8, 2021**. 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.mid.ru/en/maps/kz/1419190/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

THE Shanghai Cooperation Organization. Disponível em: <https://eng.sectso.org/20170109/192193.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TORBAKOV, Igor (2007). "The West, Russia and China in Central Asia: What kind of game is being played in the region?" **Transition Studies Review**, Volume 14, Number 1, May, p.152-162, 2007.

TRANSCASPIAN GAS PIPELINE ACCORD SIGNED. **RFE/RL Newsline**, Vol. 3, No. 226, 99-11-19. Disponível em: <http://www.hri.org/news/balkans/rferl/1999/99-11-19.rferl.html#13>. Acesso em: 25/12/2024.

TREATY OF COMMERCE AND NAVIGATION BETWEEN THE SOVIET UNION AND IRAN, SIGNED AT TEHRAN – MARCH 25, 1940. **British and Foreign State Papers**, vol. cxliv, p. 419. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015049923819&seq=461&format=plaintext>

TRILATERAL agreement may play a basic role in determination of Caspian legal status. **AZERTAC: Politics**, 09 set. 2003. Disponível em: https://azertag.az/en/xeber/trilateral_agreement_may_play_a_basic_role_in_determination_of_caspian_legal_status-546457. Acesso em 28/12/2024.

TRILATERAL MEETING of the presidents of Azerbaijan, Iran and Russia. **President of Russia official website**, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/52666>>. Acesso em: 03/02/2025.

TURKMENISTAN Accuses Gazprom of Irresponsible Actions in Triggering Gas Pipeline Explosion. **S&P GLOBAL MARKET INTELLIGENCE: Same-Day Analysis**, 13 abr. 2009. Disponível em: <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/mi/country-industry-forecasting.html?id=106595650>. Acesso em: 23 dez. 2024.

TURKMENISTAN signs last-minute gas deal with Iran. **Eurasianet**, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://eurasianet.org/turkmenistan-signs-last-minute-gas-deal-iran>. Acesso em: 12 dez. 2024.

TURKMENISTAN: The Trump card. **Eurasianet, Akhal-Teke: a Turkmenistan Bulletin**. 26 mar. 2019. Disponível em: <https://eurasianet.org/turkmenistan-the-trump-card>. Acesso em: 6 fev. 2025.

U.S. DEPARTMENT OF STATE (DOS). **Ukraine and Russia Sanctions: Executive Order 13685. 19 dez. 2014**. Disponível em: <<https://www.state.gov/division-for-counter-threat-finance-and-sanctions/ukraine-and-russia-sanctions>>. Acesso em: 05/01/2025.

U.S. DEPARTMENT OF TREASURY. **Determination Pursuant to Section I(a) (i) of Executive Order 13662**. Secretary of Treasury. UNCLASSIFIED//FOUO, 16 jul. 2014. Disponível em: <<https://ofac.treasury.gov/media/43246/download?inline>>. Acesso em: 05/01/2025.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Overview of oil and natural gas in the Caspian Sea region**. U.S. Energy Information Administration (EIA) official website: International, Caspian Sea. 23 ago. 2013. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/regions-of-interest/Caspian_Sea>. Acesso em: 03/02/2025.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Glossary: Primary Energy**. 2025. Disponível em: <https://www.eia.gov/tools/glossary/index.php?id=Primary%20energy>. Acesso em: 6 jan. 2025.

U.S. ENGAGEMENT IN CENTRAL ASIA: HEARING BEFORE THE SUBCOMMITTEE ON EUROPE AND EURASIA OF THE COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS, HOUSE OF REPRESENTATIVES, ONE HUNDRED TWELFTH CONGRESS, SECOND SESSION, JULY 24, 2012. Serial No. 112–185. Disponível em: <https://www.congress.gov/112/chr/CHRG-112hrg75293/CHRG-112hrg75293.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

U.S. JOINT PUBLICATIONS RESEARCH SERVICE. JPRS: k95k. News on Petroleum and Gas in the USSR, 5 set. 1961. Reproduzido a partir da melhor cópia disponível. Distribuído pelo Office of Technical Services, U.S. Department of Commerce, Washington, D.C. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA357478.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024

UKRAINE CENSUS. **All-Ukrainian Population Census 2001: Distribution of population by nationality and native language: Autonomous Republic of Crimea**. Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/Crimea/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON THE CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Conference of the Parties (COP). Paris Climate Change Conference. Nov. 2015, COP 21. Adoption of the Paris Agreement. Proposal by the President., v. 21932, n. December, p.32, 2015.

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. **Status of Treaty: Convention on the Law of the Non-Navigational Uses of International Watercourses.** New York, 13 fev. 2025. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XXVII-12&chapter=27&clang=_en. Acesso em: 13/02/2025.

UNITED NATIONS. **Convention on the Protection and Use of Transboundary Watercourses and International Lakes.** Helsinque, 17 mar. 1992. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Treaties/1992/03/19920317%2005-46%20AM/Ch_XXVII_05p.pdf. Acesso em: 13/02/2025.

UNITED NATIONS. **Law of the Sea: Letter dated 5 October 1994 from the Permanent Representative of the Russian Federation to the United Nations addressed to the Secretary-General.** A/49/475. New York: United Nations, 1994.

UNITED NATIONS. **Resolução A/RES/49/52.** Assembleia Geral das Nações Unidas, 9 dez. 1994. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/49/52>. Acesso em: 13/02/2025.

UNITED NATIONS. **Letter dated 15 April 2002 from the Permanent Representatives of Azerbaijan and Kazakhstan to the United Nations addressed to the Secretary-General.** Doc: A/56/927, 15 abr. 2002. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/462931?v=pdf>. Acesso em: 29/12/2024.

UNITED NATIONS. **Letter dated 19 February 2004 from the Permanent Representatives of Azerbaijan and the Russian Federation to the United Nations addressed to the Secretary-General.** Doc: A/58/719, S/2004/137. 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org>. Acesso em: 29/12/2024.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Sixty-eighth session: 80th plenary meeting.** A/68/PV.80 official records. 27 mar. 2014. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/68/PV.80>. Acesso em: 03/02/2025.

UNITED NATIONS. **Letter dated 28 February 2002 from the Chargé d'affaires of the Permanent Mission of the Islamic Republic of Iran to the United Nations addressed to the Secretary-General.** Doc: A/56/935, 28 fev. 2002. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/471417>. Acesso em: 29/12/2024

UNITED NATIONS. **Security Council Resolution 582 (1986), adopted at the 2666th meeting, on 24 February 1986.** New York, 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/116401?v=pdf>. Acesso em: 17/02/2025.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment: Stockholm, 5-16 June 1972.** 1973.

UNITED STATES CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). (2012) **Oil and gas infrastructure in the Caspian Sea region: March.** [Washington, D.C.: Central Intelligence Agency] [Map] Retrieved from the Library of Congress, 2012. Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/2012585281/>>. Acesso em: 07 dez. 2024.

UNITED STATES. Committee on International Relations of the Congress. **The President's International Affairs Request for Fiscal Year 2005: hearing before the Committee on International Relations, House of Representatives, One Hundred Eighth Congress, second session, February 11, 2004.** Serial No. 108-88. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2004. Disponível em: https://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa91796.000/hfa91796_of.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

UNITED STATES. Senate. **Committee on Foreign Relations. Nominations of the 112th Congress--Second Session: Hearings, February 7 through November 28, 2012.** S. Hrg. 112-735. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-112shrg79797/html/CHRG-112shrg79797.htm>. Acesso em: 23 dez. 2024.

UNITED STATES. Senate. **Committee on Foreign Relations. Implementation of U.S. policy on Caspian Sea oil exports: hearing before the Subcommittee on International Economic Policy, Export and Trade Promotion of the Committee on Foreign Relations, United States Senate, One Hundred Fifth Congress, second session, July 8, 1998.** Washington, D.C.: U.S. Government Publishing Office, 1998. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-105shrg51257/html/CHRG-105shrg51257.htm>. Acesso em: 23/02/2025.

UNITED STATES. Department of State. **Statement on Shah Deniz Consortium's Decision to Select the Trans Adriatic Pipeline.** Washington, DC, 28 jun. 2013a. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/06/211313.htm>. Acesso em: 23 dez. 2024.

UNITED STATES. Department of State. **Clinton Presidential Records Declassification Review: Declassified Documents concerning Gore-Chernomyrdin Commission. UNCLASSIFIED U.S. Department of State Case No. F-2012-25789 Doc No. C05283082 Date: 07/10/2013.** 2013b. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/36597>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UNITED STATES. Department of State. **U.S.-Turkey Joint Statement Reaffirming Strategic Energy Cooperation.** Washington, DC, 5 dez. 2003. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2003/26925.htm>. Acesso em: 23 dez. 2024.

UNITED STATES. **Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, Conferences at Malta and Yalta, 1945. The Soviet Ambassador (Gromyko) to the Secretary of State.** Washington, Dec. 28, 1944. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945Malta/d236>. Acesso em: 26/09/2024.

UNITED STATES. **FY 2005 Congressional Budget Justification for Foreign Operations.** Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2004. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/28977.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

UNITED STATES. **Pipeline Document 1 from November 1999a.** *The White House Archives*, 17 nov. 1999. Disponível em: <https://clintonwhitehouse6.archives.gov/1999/11/1999-11-17-pipeline-document-1-from-november-1999.html>. Acesso em: 25 dez. 2024.

UNITED STATES. **Remarks by the President at signing ceremony for Baku-Ceyhan and Trans-Caspian pipelines.** Washington, DC, 18 nov. 1999b. Disponível em:

<https://clintonwhitehouse5.archives.gov/WH/New/Europe-9911/remarks/1999-11-18b.html>. Acesso em: 23 dez. 2024.

UPDATE 1-IRAN-TURKEY PIPELINE BLAST CUTS GAS FLOW - SOURCE. **Reuters Edition UK**, 10 set. 2007. Disponível em: <https://archive.ph/20130104132106/http://uk.reuters.com/article/oilRpt/idUKL1029395120070910>. Acesso em: 12 dez. 2024.

UPDATE 1-OLD HALTS IRAN GAS EXPORTS TO TURKEY - MINISTER. **Reuters Edition UK**, 8 fev. 2008. Disponível em: <https://archive.ph/20130104114920/http://uk.reuters.com/article/oilRpt/idUKL0881580820080208#selection-4927.0-4927.56>

UPI ARCHIVES. Russia seeks veto on Caspian oil deals. **UPI**, 31 maio 1994. Disponível em: <https://www.upi.com/Archives/1994/05/31/Russia-seeks-veto-on-Caspian-oil-deals/2991770356800/>. Acesso em: 2/12/2024.

USA is sure in successful implementation of Baku-Tbilisi-Erzurum project. **AZERTAG**, 9 ago. 2003. Disponível em: https://azertag.az/en/xeber/usa_is_sure_in_successful_implementation_of_baku_tbilisi_erbzurum_project-545510. Acesso em: 23 dez. 2024.

VAN DE GRAAF, T.; SOVACOL, B. K.; GHOSH, A.; KERN, F.; KLARE, M. T. States, Markets, and Institutions: Integrating International Political Economy and Global Energy Politics. In: VAN DE GRAAF, T.; SOVACOL, B. K.; GHOSH, A.; KERN, F.; KLARE, M. T. (Eds.). **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. London: Palgrave Macmillan, p. 3-44, 2016.

VAN DE GRAAF, T.; ZELLI, F. (2016). Actors, institutions and frames in global energy politics. In: VAN DE GRAAF, T.; SOVACOL, B. K.; GHOSH, A.; KERN, F.; KLARE, M. T. (Eds.). **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. London: Palgrave Macmillan, p.47-71, 2016.

VAN DER HEIJDEN, Hein-Anton. The great fear: European environmentalism in the atomic age. U: **M. Armiero i L. Sedrez (Ur.)**, **A history of environmentalism: local struggles, global histories**, p. 185-211, 2014.

VASÁNCZKI, Luça Zs. Gas exports in Turkmenistan. **IFRI Note: Gouvernance européenne et géopolitique de l'énergie**, nov. 2011. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35258186/gas_export_from_turkmenistan-libre.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

VELIYEV, Cavid. Azerbaijan's Approach to the Crimean Crisis. **Eurasia Daily Monitor**, Volume: 11, Issue: 73, 17 abr. 2014. Disponível em: < <https://jamestown.org/program/azerbajjans-approach-to-the-crimean-crisis/>>. Acesso em: 04/02/2025.

VINOGRADOV, Sergei; WOUTERS, Patricia. The Caspian Sea: current legal problems. **Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht**, v. 55, p. 604-623, 1995.

VINOGRADOV, Sergei; WOUTERS, Patricia. The Caspian Sea: Quest for a New Legal Regime. **Leiden Journal of International Law**, 9(1), 87–98. 1996.

VINOGRADOV, Sergei V. Toward regional cooperation in the Caspian: A legal perspective. In.: GRANTZ, M; ZONN, I (Eds.). **Scientific, Environmental, and Political Issues in the Circum-Caspian Region**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1997. p. 53-66.

WAN, Z. China, Kazakhstan sign new gas pipeline deal. **China Daily**, 14 jun. 2010. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2010-06/14/content_9976764.htm. Acesso em: 22 dez. 2024.

WANG, Jisi. “‘Xi Jin,’ Zhongguo diyuan zhanluede zai pingheng” [“March West,” China’s geostrategic rebalance]. **Huanqiu [Global Times]**, October 17, 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150202224032/http://opinion.huanqiu.com/opinion_world/2012-10/3193760.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

WASHINGTON to discuss transport, oil and gas projects running through the Caspian. **CASPIAN POLICY CENTER**, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://caspianpolicy.org/research/energy/washington-to-discuss-transport-and-oil-and-gas-projects-running-through-azerbaijan>. Acesso em: 6 fev. 2025.

WEAVER, John Reginald Homer; POOLE, Austin Lane (Ed.). **Henry William Carless Davis, 1874-1928: A Memoir**. Constable, Limited, 1933.

WILSON, E. J. (1987). World politics and international energy markets. **International Organization**, 41(1), 125-149.

WORLD BANK. **Project Performance Assessment Report: Kazakhstan Petroleum Technical Assistance Project (Loan No. 3744-KZ)**. Report No. 25714. 7 abr. 2003. Operations Evaluation Department, Sector and Thematic Evaluation Group. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/277471468756560029/862317580_200307218035257/additional/multi0page.pdf. Acesso em: 12/12/ 2024.

WORLD BANK. **South Caucasus and Central Asia: The Belt and Road Initiative - Kazakhstan Country Case Study**. 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/471731593499938164/pdf/South-Caucasus-and-Central-Asia-The-Belt-and-Road-Initiative-Kazakhstan-Country-Case-Study.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

YAMAN, Faruk. **U.S. and Turkish interests concerning oil politics in the Caspian Sea Basin**. Dissertação de mestrado (Master of Arts in National Security Affairs) – Naval Postgraduate School, Monterey, California, 2000. 120p.

YERGIN, Daniel. **The prize: The epic quest for oil, money & power**. New York: Simon and Schuster, 1991.

YERGIN, Daniel. Ensuring energy security. **Foreign affairs**, p.69-82, 2006.

YERGIN, Daniel. **A busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Editora Intrínseca, 2011.

YERGIN, Daniel. **A busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

YERGIN, Daniel; HILLEBRAND, Martin. **Global Insecurity**. Boston: Houghton Mifflin, 1982.

ZHANG, Z. China's energy security, the Malacca dilemma and responses. **Energy Policy**, v. 39, n. 12, p. 7612–7615, 2011.

ZHAO, H. Central Asia in Change amid the New Great Game. **Russia in Global Affairs**, v. 21, n. 4, p. 138-148, 2023.

ZONN, Igor. The Caspian Sea: threats to its biological resources and environmental security. **The security of the Caspian Sea region**, p. 69-82, 2001.

ZONN, I.S., KOSTIANOY, A.G., KOSAREY, A.N., GLANTZ, M.H. **Chronology of the Key Historical Events on the Caspian Sea in the 17th–21st Centuries**. In: The Caspian Sea Encyclopedia. Springer, Berlin, Heidelberg, 2010.